

JOÃO OTÁVIO TOMAZINI FARDIN

A VOZ POSITIVISTA:

Relações entre o Apostolado brasileiro e o governo Vargas (1930 – 1945)

ASSIS

2021

JOÃO OTÁVIO TOMAZINI FARDIN

A VOZ POSITIVISTA:

Relações entre o Apostolado brasileiro e o governo Vargas (1930 – 1945)

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Mestre em História. (Área de conhecimento: História e Sociedade)

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Gião Bortolotti

ASSIS

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ana Cláudia Inocente Garcia - CRB 8/6887

F221v Fardin, João Otávio Tomazini
A voz positivista: relações entre o Apostolado brasileiro e o governo Vargas (1930-1945) / João Otávio Tomazini Fardin. Assis, 2021.
173 p. : il.

Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Dr. Ricardo Gião Bortolotti

1. Igreja Positivista. 2. Imprensa. 3. Vargas, Getúlio, 1883-1954. 4. Guerra Mundial 1939-1945. 5. Doutrinas religiosas - Aspectos históricos. I. Título.

CDD 146.4



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Assis



CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: A VOZ POSITIVISTA: Relações entre o Apostolado brasileiro e o governo Vargas (1930 – 1945)

AUTOR: JOÃO OTÁVIO TOMAZINI FARDIN

ORIENTADOR: RICARDO GIÃO BORTOLOTTI

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em HISTÓRIA, área: História e Sociedade pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. RICARDO GIÃO BORTOLOTTI (Participação Virtual)
Departamento de História / UNESP/FCL-Assis

Profa. Dra. FLAVIA SANTOS ARIELO (Participação Virtual)
Centro Universitário Sagrado Coração / UNISAGRADO/Bauru

Prof. Dr. ROGER MARCELO MARTINS GOMES (Participação Virtual)
Centro Universitário Sagrado Coração / UNISAGRADO/Bauru

Assis, 05 de julho de 2021

AGRADECIMENTOS

As coisas mais importantes da vida não são fruto de conquistas humanas. Elas sempre são manifestações da graça e da bondade de Deus. E por coisas “mais importantes” não pense que estou me referindo a esta dissertação. O universo pode muito bem funcionar sem conhecer a Igreja Positivista. Refiro-me a algo mais básico. Ar, luz, água, propósito, consciência, amor, família. Como viver sem isto? Ao mesmo tempo, como produzir estes elementos que são tão essenciais? Deus nos dá. Deus permite a vida, Deus transborda sobre essa terra má a sua bondade. E no transbordar de sua vida nós vivemos. Assim, de modo direto e claro: agradeço principalmente a Deus. Sem sua Graça, só haveria desgraça. Eu O agradeço pela vida, por Jesus Cristo, pela família, pelo ar e pelos infinitos presentes de sua bondade (um deles é ter feito esta dissertação).

E louvo a Deus pela minha família. Sem ela seria absolutamente impossível concluir esse mestrado. Eu poderia ter feito em outra instituição, poderia ter feito com outro tema. Mas eu não poderia ter feito nada sem a minha família. Minha mãe (Simone Tomazini Fardin), meu pai (Antonio Carlos Fardin) e meu irmão (Luiz Eduardo Tomazini Fardin) são fundamentais. O apoio, o amor e a inspiração deles... tudo foi determinante. Isto é verdade de tal forma que eu os cito como referências. Evidente, eles não produziram ainda nada de teor acadêmico com relação à historiografia. Mas que acadêmico não teve família? Acho mais do que justo colocar como referências aqueles que me ensinaram o essencial do conhecimento (a linguagem), o essencial da vida (o amor) e o essencial da existência (a família).

E não posso deixar de agradecer ao universo de professores que me inspiraram ao longo da vida (e especialmente na graduação). Sou grato a todos, mas cito de modo muito carinhoso: professora Lourdes Feitosa, Roger Gomes, Fabio Pallotta, Flavia Arielo, Dariel de Carvalho, Andrea, Tiago Boza, Douglas, Glória e Cláudia. De algum modo, todos eles estão aqui – junto com muitos outros. Também agradeço a minha amiga e corretora, Laura Zanella. Ela é uma pessoa fantástica e sem a correção dela, com toda certeza este texto estaria muito empobrecido. A amizade dela é um daqueles presentes da graça que Deus nos dá.

É impossível também não citar o professor Ricardo, meu orientador. Sem o apoio, direção e acompanhamento, não haveria este trabalho. Este professor é mais que um acadêmico. É uma inspiração em sua produção e no seu jeito de lidar com seus

orientandos. Sou imensamente grato pela vida e peço a Deus que o abençoe (bem como a todos os que citei aqui).

Não há espaço para agradecer a todos que eu gostaria. Meus amigos foram essenciais. Meus coordenadores (Claudia Kawasaki, Claudia Shiraishi, Aline Garcia, Juliane Perfeito, Viviane, Paulo) investiram muito em mim. Meus pastores e psicólogos deram apoio e incentivo; meu grande amigo Alexandre Carrara abriu sua casa para me receber em Assis. Sou partidário daquela ideia de que uma palavra amiga em um dia mal pode ser fundamental para o progresso da vida. Assim, não há espaço aqui para agradecer a todos que, de forma direta e indireta, participaram desta construção. Não posso retribuí-los a altura. Mas os agradeço muitíssimo! Este é um trabalho em conjunto – e vocês fazem parte dele.

FARDIN, João Otávio Tomazini. **A voz positivista:** relações entre o Apostolado brasileiro e o governo Vargas (1930-1945). 2021. 173 f. Dissertação (mestrado em História). – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2021.

RESUMO

De origem francesa, a doutrina positivista sistematizada por Augusto Comte no Catecismo Positivista apresenta feições religiosas. E é no Brasil que esta religião da Humanidade tem seu primeiro templo na América. Dirigido pelos apóstolos Miguel Lemos e Teixeira Mendes, a instituição participou ativamente do cenário social brasileiro, manifestando-se, por exemplo, contra a escravidão, a favor da república e na condenação da vacinação obrigatória. Tal atuação, muito estudada no início do período republicano, continua até hoje. Contudo, há carência de estudos que enfoquem a participação da Igreja Positivista em outros momentos da história do Brasil. Assim, a proposta desta pesquisa é investigar o posicionamento desta organização no período imediatamente posterior à primeira república, na chamada Era Vargas. Este momento representa uma ruptura com parte da estrutura que se formou no início da história republicana, de modo que as ações dos positivistas neste momento de transição evidenciam seu sistema de crenças e sua atuação na sociedade em momentos de grande transformação social. Além disso, em nível internacional há uma conjuntura completamente nova, com a presença de regimes totalitários e a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Deste modo, nesta pesquisa busca-se analisar os folhetos publicados pela Igreja, entre 1930 a 1945, disponíveis em formato digital no portal da FGV, a fim de identificar como a Igreja Positivista se posicionou e articulou suas crenças neste novo momento da história brasileira e mundial.

Palavras-chave: Igreja Positivista. Imprensa. Getúlio Vargas. Segunda Guerra Mundial, Positivismo.

FARDIN, João Otávio Tomazini. **The positivist voice:** relations between the Brazilian Apostolate and the Vargas government (1930-1945). 2021. 173 f. .Dissertation (Masters in History). São Paulo State University (UNESP), School of Sciences, Humanities and Languages, Assis, 2019.

ABSTRACT

From a French origin, the positivist principle systematized by Augusto Comte in The Catechism of Positive Religion presents religious features. It is in Brazil that this Religion of Humanity has its first temple in America. Led by the apostles Miguel Lemos and Teixeira Mendes, the institution actively participated in the Brazilian social scenario, manifesting, for example, against slavery, in favor of the Republic and in the conviction of compulsory vaccination. Such intervention, extensively studied in the beginning of the republican period, continues up until today. However, there is a lack of studies that focus on the participation of the Church of Humanity in other moments of Brazil's history. Thus, the proposal of this study is to investigate the attitude of this organization during the period right after the First Republic, in the so called "Era Vargas". This moment represents a rupture in the structure that was shaped in the beginning of the Republican history, so that the positivist's actions during this transition period highlights its belief system and its role in society in moments of great social transformation. In addition, internationally, there is a completely new conjuncture, with the presence of dictatorial regimes and the outbreak of World War II. Therefore, this study aims to analyze the leaflets published by the Church, from 1930 to 1945, digitally available in the FGV portal, in order to identify how the Church of Humanity acted and articulated its beliefs in this new moment of the World and Brazilian history.

KEYWORDS: Positivist Church. Press. Getúlio Vargas. Second World War, Positivism.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
1	POSITIVISMO BRASILEIRO NA HISTORIOGRAFIA	18
2	ASPECTOS DOUTRINÁRIOS E ECLESIAÍSTICOS DO POSITIVISMO BRASILEIRO	44
2.1	Educação Positivista	48
2.2	Política Internacional na concepção positivista	50
2.3	O culto positivista	52
2.4	Os sacramentos positivistas	57
2.5	A teoria racial e o quadro cerebral do positivismo	60
2.6	A perspectiva histórica do positivismo	62
2.7	O lugar da moral no contexto positivista	66
2.8	O Apostolado	67
3	O POSITIVISMO E SUAS RELAÇÕES NA TRANSIÇÃO DA PRIMEIRA REPÚBLICA PARA A ERA VARGAS	73
4	O APOSTOLADO BRASILEIRO E SUAS RELAÇÕES COM VARGAS	85
4.1	Da revolução de 1930 à Constituição de 1934	85
4.2	Da Constituição de 1934 à Guerra	93
4.3	Dos totalitarismos na Europa ao totalitarismo brasileiro	122
4.4	O homem se agita e a Humanidade o guia: de volta à República	156
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
	REFERÊNCIAS	174

INTRODUÇÃO

O positivismo enquanto religião tem seu início com Augusto Comte, a partir da relação deste com sua musa inspiradora, Clotilde de Vaux (MURGUIA; SOUZA, 2015, p. 08). Enquanto doutrina, este sistema de crença tinha como finalidade o progresso humano e uma forte confiança na racionalidade como meio seguro para atingi-lo. Competia ao sacerdote da Humanidade, representante máximo desta religião, difundir o ideal da sociedade científica-industrial e trabalhar para a inclusão do proletariado na sociedade moderna (RODRIGUEZ, 2013, p. 07).

No Brasil, a igreja positivista tem seu início com a liderança de Miguel Lemos, com a inauguração do Templo da Humanidade em 1881, com fachada voltada para a cidade de Paris, acertadamente localizado na rua Benjamin Constant, no Rio de Janeiro (MURGUIA; SOUZA, 2015, p. 08). Foi este o primeiro edifício para a divulgação da doutrina de Comte a surgir no mundo.

Em acordo com a doutrina filosófica positivista, o Apostolado que se constituiu no Rio de Janeiro atuou a partir da propaganda republicana, combate à escravidão e reforma educacional. No entanto, deve-se considerar que em terras brasileiras este tipo de devoção à religião da Humanidade adquire características próprias, não postuladas nem pelo próprio Comte. A exemplo disto está a proibição, pelo menos teórica, do acesso de membros dessa comunidade a cargos públicos (LINS, 1967, p. 40). Miguel Lemos define como regra para o ingresso e permanência neste tipo de religião que:

Todos os membros e aderentes do apostolado positivistas tomam o compromisso solene de conduzir-se de acordo com suas opiniões e de consagrar toda a sua atividade e todo o seu devotamento à incorporação do proletariado na sociedade moderna, resumo de toda ação positivista. De um modo mais explícito, comprometem-se: a não ocupar cargos políticos; a não exercer funções acadêmicas, quer no ensino de nossas faculdades e escolas superiores, instituto nacional e estabelecimentos congêneres, quer como membros de associações científicas e literárias; a não colaborar com o jornalismo, diário ou não, nem auferir lucros pecuniários de seus escritos (LEMOS; TEIXEIRA, 889, p. 2).

Ainda que este código não tenha sido seguido fielmente - há grandes influências de positivistas na sociedade a despeito destas proibições - tais orientações apresentam uma "religião da Humanidade à brasileira", que se constrói

a partir de uma teoria recém-chegada ao país e que, a despeito dos impeditivos colocados pelos próprios positivistas, se consolida no cenário social de Rio de Janeiro e do Brasil.

Contudo, ao considerarmos as normas propostas pela Igreja para o ingresso e participação dos fiéis, torna-se evidente uma postura de isolamento em relação aos outros setores sociais. Ora, se não é possível que os sacerdotes da humanidade ingressem na política, como se tornam influentes? E se não lhes é incentivado o uso da imprensa, entendida desde Comte como um veículo pouco recomendado, como difundem seus ideais? Para superar estas limitações impostas pela própria ordem, os positivistas adotam três posições. A primeira delas, como já citado, é a simples desobediência do "credo". Muitos fiéis extrapolam os muros da Igreja, atuando na política, escolas e universidades. Para justificarem sua atuação, apoiam-se no exemplo de Benjamin Constant - e apelar para este significa rogar a um dos principais ícones desta doutrina no Brasil. Esta divergência quanto à atuação positivista na sociedade nos permite dividi-los em dois grandes grupos, conforme proposto por Lins (1967). Há os ortodoxos, que se ligam ao Apostolado de forma direta e se dispõem a cumprir com as exigências que lhes são propostas. Tal grupo se apresenta muito reduzido diante dos "dissidentes", positivistas que estão inseridos no tecido social, atuando como professores, pesquisadores e políticos, sem, no entanto, participarem de qualquer associação positivista.

Em segundo ponto, os sacerdotes da Humanidade difundem seu ideal a partir de suas reuniões, de modo pessoal e majoritariamente oral. A opção por esta posição fica explícita no texto de Amaro da Silveira, publicado em 1932, na defesa de Teixeira Mendes. Neste texto o autor revidou as críticas que o almirante Américo Silveira fez contra Teixeira Mendes, no "*Jornal do Commercio*" do mesmo ano. Silveira, empregando uma prática muito comum da Igreja positivista, vale-se das palavras do apóstolo Miguel Lemos, em 1899. Esta citação coloca que:

Se é verdade que o positivismo tem opinião sobre tudo, não é, porém, exacto como parece insinuar, que nós costumamos interpor nosso parecer a proposito de tudo quanto ocorre ou se discute na arena da publicidade. Pelo contrário, de accordo com o que fica dito, nos esforçamos por limitar essas intervenções occasionaes ao casos em que ellas nos parecem exigidas pelo interesse público, tal como nós o compreendemos, afim de concentrar nosso empenho na propaganda do conjunto, sobretudo oral, e na que resulta de nossa acção imediata sobre os que se sentem attrahidos pela nossa

doutrina e procuram conhecê-la e praticá-la (LEMOS, 1899 apud SILVEIRA, 1932, p. 08).

Seu posicionamento é interessante por apontar duas informações, uma sobre os positivistas e outra sobre o papel da imprensa. Quanto aos primeiros, o excerto mostra o meio pelo qual definiram seu campo de atuação no Brasil - a exposição oral e pessoal de seus ideais. Quanto à imprensa, a opinião de Lemos demonstra a importância deste veículo no período, ao forçar que os positivistas abram mão de seus próprios credos em determinados momentos. Ainda que tenham resistência à imprensa, esta última não tem resistência aos positivistas. Ela - a imprensa - divulga textos dos mais variados tipos, inclusive textos sobre os sacerdotes da Humanidade. Em momentos como este, abre-se uma exceção à regra de fé.

Deve-se, porém, analisar esta “exceção” citada acima no texto de Lemos, pois nisto está o objeto de estudo deste trabalho e a terceira forma pela qual os positivistas difundiam seus ideais na sociedade brasileira. Em situações nas quais os positivistas ligados ao Apostolado entendiam a importância de expressar sua opinião para o público, são publicados textos em seções dos jornais. Estas publicações não apresentam continuidade, de modo que não contribuem para o que a Igreja considera como jornalismo, tão rejeitado pelos apóstolos da Humanidade (LINS, 1964, p. 412). Tais textos são uma alternativa própria desta instituição para superar as limitações que colocou em si mesma, sem, contudo, optar pelo caminho do conflito direto com a ordem religiosa - ou científica, já que, para o credo positivista, estas duas palavras formam a identidade de sua fé.

Os textos são publicações esparsas, com formatações variadas. São encontrados em formato de notícia, panfleto, artigos de opinião ou livretos. Muitas vezes, são de várias páginas; em outros momentos são pequenos excertos publicados nos jornais ou convites para conferências públicas. Relacionam-se aos acontecimentos mais discutidos no período, com referências ao que outros positivistas escreveram. Vêm acompanhados de títulos e subtítulos e um breve resumo que sintetiza seu conteúdo. Tais textos são uma fonte riquíssima para o estudo da atuação dos positivistas no país. Grande parte destes materiais podem ser acessados por via digital, a partir do banco de dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Foi a partir destes recursos, hoje potencializados pela internet, que os folhetos foram analisados para esta pesquisa.

E tão interessante quanto a forma pela qual os positivistas se expressam é o conteúdo que apresentam em suas opiniões. Em sua forma de analisar situações, os apóstolos brasileiros consideram que raramente há casos inteiramente novos, de modo que as posições adotadas pelos primeiros positivistas podem ser reproduzidas diversas vezes, na medida em que os casos se assemelham. Assim, para analisarem a revolução paulista de 1932, por exemplo, reproduzem trechos de Teixeira Mendes e Miguel Lemos sobre a proclamação da república e a revolução de 1922.

No mesmo texto já citado, da autoria de Américo da Silveira na defesa de Teixeira Mendes, o autor deixa explícita essa crença da Igreja positivista. Em seu artigo coloca que:

Costumava dizer Teixeira Mendes, o Apostolo, ser difícil aparecerem casos merecedores de intervenções publicas que não fossem reproduções de outros já examinados e resolvidos no decurso dos 40 annos da propaganda positivista entre nós. Isto posto, para manter vivos os ensinns dessa propaganda, basta reproduzirem-se pela imprensa as publicacções anteriores do Apostolado Positivista do Brasil. O próprio Teixeira Mendes deu exemplos dessa pratica seguida por confrades e correligionários que têm feito reeditar publicações positivistas contento soluções dos mais variados problemas, sem necessidade novos estudos e novas exposições da applicação da Doutrina (SILVEIRA, 1932, p. 09).

Procedendo assim, os positivistas explicitam seu entendimento de que há, ao longo da história, constantes sociais, entendidas como forças de progresso e estática, que eventualmente entram em contradição. Mas, além disto, esta forma de escrita permite que se mantenham fiéis ao ensino original dos apóstolos da Humanidade no Brasil. Há predominância de citações de textos de Miguel Lemos e Teixeira Mendes, além das transcrições inteiras de textos de Augusto Comte. Desta forma, literalmente se constrói um cânon sagrado do positivismo no Brasil, com a trindade apostólica formada por Comte, Lemos e Mendes.

Mas, para além do positivismo brasileiro em sua sacralização apostólica e atuação histórica, esta pesquisa tem seu estopim em uma obra produzida fora dos círculos positivistas e até mesmo nacionais. Em 2010, chegou ao Brasil a obra questionadora e crítica da escritora indiana Gayatri Spivak. E o questionamento dela se constitui como marco do início e diretriz norteadora dessa pesquisa. “*Pode o subalterno falar?*” (SPIVAK, 2010) é uma crítica forte de uma perspectiva “periférica” à perspectiva pós-colonial, principalmente a desenvolvida por Edward Said e a categorias de sujeito presentes nas obras de Foucault e Deleuze, especialmente

quando estes criam a categoria do sujeito soberano, ainda que seus moldes sejam diferentes do restante da produção intelectual ocidental.

Spivak (2010) entende que as produções que tomam como base estes dois referenciais – Said e o padrão Foucault-Deleuze – formaram categorias homogêneas que criaram uma suposta essência dos grupos analisados e, neste movimento, reforçaram padrões de domínio sob uma nova roupagem. Isso porque as formas de análise destes autores falam pelo subalterno, colocando nele as palavras e os conceitos do pesquisador e não conseguem captar as dificuldades da formação de uma “consciência coletiva” do agente em destaque e as nuances dos signos e símbolos conforme são interpretados pelos vários entes daquilo que o padrão ocidental configurou como classe hegemônica.

Esta análise de Spivak é de grande importância para a pesquisa desenvolvida sobre o positivismo ortodoxo durante o primeiro governo Vargas. Primeiramente, os positivistas são “subalternos” em diversos aspectos. Indivíduos de um país colonizado por pelo menos trezentos anos, são devotos de uma doutrina que coloca a França no topo de uma hierarquia social, seguida por Itália, Inglaterra e Alemanha – mas sem nenhuma chance de o Brasil integrá-la. O país em que residem não figura entre as proeminências ocidentais e só será aperfeiçoado, conforme reza seu sistema de fé, à medida que se tornarem perfeitas as nações de vanguarda. Assim, doutrinariamente os positivistas ortodoxos são subalternos e se veem desta forma. Construir um texto em que as categorias de análise e os conceitos doutrinários sejam analisados a partir do que o Apostolado define significa dar voz a estes “subalternos” e não incorrer no risco de, como pesquisador, falar por eles a partir de uma nova esfera de subalternidade.

Mas, para além dessa subalternidade doutrinária, o positivismo ortodoxo brasileiro passa por um segundo processo de “subalternização”. E este, mais sutil, é executado através de um viés acadêmico, com as produções sobre o positivismo neste período. A historiografia que analisa a relação entre Vargas e o Positivismo incorre nos equívocos metodológicos que Spivak elenca em sua obra.

Primeiramente, essa historiografia parte do pressuposto de que a relação entre Vargas e o Positivismo deu-se no sentido de o primeiro aceitar os pressupostos do segundo e aplicá-los, mesclados com outras correntes, na sua prática de governo. E a adoção dessa hipótese dá-se de forma vertical, como se o

positivismo brasileiro fosse passivamente adotado pelo governo varguista. Não é dada aos positivistas ortodoxos voz para que se posicionem, no sentido de concordarem ou discordarem do governo. Assume-se que Vargas adotou o positivismo em diversos aspectos. E que este positivismo aceitou essa adoção de forma passiva. Deste modo, os historiadores e cientistas sociais constroem em suas produções um discurso no qual o positivismo ocupa a posição de subalterno. Fala-se por ele, mas não se lhe dá voz. Este ponto será mais explorado no primeiro capítulo.

Para se desenvolver esta linha de argumentação, o texto foi dividido nos seguintes capítulos:

- **Capítulo 1 - Positivismo e historiografia**

Nesta seção da dissertação se discutirá o modo pelo qual a historiografia tem abordado a relação entre o governo varguista e o positivismo. Para isto, serão examinados artigos e obras de diversos autores da área de História e ciências sociais. Para fins de análise, se buscará contrapor o que se encontra na historiografia com aquilo que se apreende da leitura dos folhetos da Igreja positivista e de autores especializados neste tema. Como referenciais têm-se as obras de Arthur Virmond Lacerda, Gustavo Biscaia Lacerda, Kremer-Marietti e Sergio Tiski, cujas produções são especializadas no tema. Somam-se às contribuições destes autores os textos do próprio Apostolado positivista. Nessa abordagem, como já apresentado na introdução, há um empenho para dar voz aos textos e percepções deste Apostolado que atuou no período em análise. Deste modo, no segundo capítulo, já feita esta avaliação historiográfica, o empenho visará a imergir no sistema de crenças do apostolado positivista brasileiro.

- **Capítulo 2 - A Igreja Positivista em seu sistema de crenças**

Esta seção explora o conjunto de crenças do positivismo brasileiro. A partir da proposta caleidoscópica de Kremer-Marietti, entende-se que o positivismo é uma doutrina filosófica-religiosa-científica cujos elementos apresentam-se completamente interdependentes e correlacionados. Assim, apesar de se seccionarem as crenças positivistas em categorias de análise, há um esforço para não desconfigurá-las, fracionando seus elementos e incorrendo na construção de um espantalho filosófico.

Para uma avaliação mais focada no período, além de valer-se de textos dos autores já citados acima, também se buscará nas referências dos textos do Apostolado da época. De modo mais específico, a pesquisa se baseará nos textos que são encontrados no *Jornal do Commercio* ao longo da quinzena entre 1930 – 1945.

- **Capítulo 3 – O positivismo e suas relações na transição da primeira república para a era Vargas.**

No terceiro capítulo se buscará explorar as relações que o Apostolado positivista teceu no período analisado. Esta construção se apoiará no material encontrado no *Jornal do Commercio*, nos folhetos internos da Igreja e também em alguns jornais que, ao longo da pesquisa, foram citados no *Jornal do Commercio*. Valendo-se das ferramentas de pesquisa disponíveis na plataforma, usou-se a expressão “Igreja Positivista” como um elemento buscador no acervo da hemeroteca nacional. Esta ferramenta indicou um número significativo de referências, o que colaborou grandemente para a pesquisa.

- **Capítulo 4 - A Igreja Positivista e Getúlio Vargas**

Neste espaço tem início a inserção dos dados e análise realizada na pesquisa. Em acordo com as categorias criadas para organização dos dados, pretende-se dividir este capítulo em pequenas partes, organizadas nas seguintes seções:

4.1 Da revolução de 1930 à Constituição de 1934: Nesta seção serão inseridas as percepções e interpretações da Igreja positivista quanto à Primeira República. E deve-se destacar que neste campo há um espaço específico para o estudo da relação dos positivistas com a Constituição de 1891. A partir da pesquisa realizada, percebe-se que este documento ocupa lugar de destaque no imaginário positivista de governo e legislação. Considerou-se relevante para a pesquisa um breve recuo da análise para o ano de 1928, em que assumiu uma nova liderança do Apostolado. Além disso, no ano de 1929, encontram-se dois textos em que o Apostolado se posiciona sobre a Primeira República.

4.2 Da Constituição de 1934 à Guerra: Nessa seção será abordado o cenário internacional que precede a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Deve-se adiantar que os positivistas têm atenção especial para com três elementos. Primeiramente, a

política expansionista italiana e japonesa. Já em 1936, o Apostolado critica a marcha italiana sobre Abissínia e, em seguida, tece ataques ao Japão pela guerra na China. Com isso, logicamente a atenção do Apostolado volta-se para o organismo internacional vigente no período para a manutenção da paz: a liga das nações.

4.3 Dos totalitarismos na Europa ao totalitarismo brasileiro: Nesta seção serão inseridas as informações e opiniões dos positivistas quanto à política expansionista da Itália, Japão e Alemanha, bem como uma análise do fascismo e nazismo a partir de pressupostos positivos. Destaca-se que há também análises que comparam tais governos com o Estado-Novo e com a atuação da liga das nações.

Além disto, serão inseridas informações e opiniões sobre a atuação dos aliados. Deve-se mencionar que há um predomínio de dados referentes aos Estados Unidos e à França. O primeiro caso se explica pela admiração positivista à Constituição norte-americana. E a grande presença de textos sobre a França se justifica pelos postulados comteanos sobre as civilizações. Para o autor, a França estaria no topo da evolução social, de modo a ser um ícone para todas as nações do mundo.

Deve ser dado um destaque para um elemento encontrado nos textos que abordam este assunto. Há uma recorrência de artigos em que o Apostolado apresenta suas soluções para o conflito. E, dentre estas, a mais recorrente é a necessidade, da perspectiva positiva, de um governo que separe as dimensões espirituais das materiais e que exerça um sacerdócio universal pela humanidade. Em outros termos, percebe-se que a partir do cenário internacional os positivistas encontram meios para difundir seus ideais e pressupostos.

4.4 O homem se agita e a Humanidade o guia: de volta à república: Nesta seção, como comentado anteriormente, serão abordados os objetivos que o Apostolado tem em vista ao se posicionar quanto aos temas emergentes nacional e internacionalmente. Tudo isto a fim de elucidar a forma como os positivistas conectam seus pressupostos com as situações em voga, dando destaque para a relação entre a Igreja e o governo varguista.

1 POSITIVISMO BRASILEIRO NA HISTORIOGRAFIA

Partimos do pressuposto de que o positivismo brasileiro passa por um processo de subalternização em parte da historiografia que o aborda, especialmente no que se refere ao período do governo varguista (1930-1945). Nesse período, o positivismo é inserido como uma das linhas delineadoras das ações do governo sem, contudo, apresentar-se o que a Igreja Positivista tinha a dizer sobre este regime. Assim, cria-se uma relação unidirecional em que o governo teoricamente positivista aplica essa doutrina e se apossa dela – ainda que haja um Apostolado ativo que resista à aproximação com o varguismo. Os casos em que essa relação é vista dessa forma são vários, percebidos em vários campos da produção acadêmica, desde artigos e teses até publicações de mestres e doutores em pequenos trechos de jornais não acadêmicos.

O primeiro caso em análise é o texto publicado no portal online *EcoDebate*, com o título “Ordem e Progresso: o positivismo brasileiro e o regresso ambiental”, escrito por José Eustáquio Alves Diniz. Segundo o texto:

Mas além da política positivista voltada para o crescimento populacional, na era Vargas houve uma legislação claramente anti-controlista, por exemplo: a) o Decreto Federal n. 20.291, de 11 de janeiro de 1932 estabelecia “É vedado ao médico dar-se à prática que tenha por fim impedir a concepção ou interromper a gestação”; b) a Constituição de 1937 em seu artigo 124 diz: “A família, constituída pelo casamento indissolúvel, está sob a proteção especial do Estado. As famílias numerosas serão atribuídas compensações na proporção de seus encargos”; c) em 1941, durante o Estado Novo, foi sancionada a Lei das Contravenções Penais que em seu artigo 20 proibia: “anunciar processo, substância ou objeto destinado a provocar o aborto ou evitar a gravidez”. (DINIZ, 2012).

De modo geral, discordamos da abordagem que este texto faz do positivismo por alguns pontos percebidos no artigo que não encontramos no conjunto de crenças da Igreja Positivista. O primeiro e mais latente se refere à ideia de que no positivismo há algum ponto doutrinário voltado para o crescimento populacional com uma perspectiva anti-controlista. O positivismo não concorda com o aborto, mas isso não significa que não haja preocupação com um crescimento populacional regulado. Para o Apostolado positivista, o controle não se dá mediante a presença e os mecanismos do Estado. Faz-se mediante o domínio da moral. Em concordância com seus pressupostos religiosos, os positivistas defendem que não cabe ao Estado,

como poder temporal, intervir em aspectos morais e religiosos. Essa função cabe às mães e aos sacerdotes, principalmente.

Isso se vê na conferência “Regime Doméstico: o casamento”, ocorrida em 15 de outubro de 1932, por Horta Barbosa, no Templo da Humanidade. Esta conferência, repetida, ainda, em outros anos, defende o controle da natalidade como exposto acima. Reproduzida pelo *Jornal do Commercio* em 1932, também defende que a “procriação é um problema secundário e se prevalecesse seria uma promiscuidade animal”, isso porque o foco do casamento está no aperfeiçoamento do casal, com homem e mulher se completando e aperfeiçoando mutuamente.

E, de forma sutil, Diniz cria uma relação entre o governo Vargas e o positivismo quando assume que “além da política positivista voltada para o crescimento populacional, na era Vargas houve uma legislação claramente anti-controlista” (DINIZ, 2012). O positivismo, na perspectiva do professor, representa uma influência na política varguista. Mas se os positivistas ortodoxos realmente concordam com essa inferência e a forma como veem essa medida de crescimento populacional não são abordados no artigo em questão. Fala-se pelo positivismo, mas não se permite que os positivistas expressem sua perspectiva.

O artigo continua analisando essa relação entre Vargas e o positivismo, até o ponto em que se encontra o seguinte:

A ideologia positivista do desenvolvimentismo a qualquer custo virou quase uma religião, assim como a ideia pretensamente científica do positivismo chegou a se tornar uma seita. Auguste Comte, de maneira incoerente com sua filosofia, chegou a instituir uma Religião Positivista da Humanidade glorificando sua amada Clotilde de Vaux. No Brasil foi fundada uma Igreja positivista, cuja sede está localizada na rua Benjamim Constant, Glória, Rio de Janeiro. Mas tanto a ideologia de Comte, quanto a Igreja positivista encontram-se, atualmente, em decadência (DINIZ, 2012).

Diniz assume o positivismo como um modelo de desenvolvimento a qualquer custo que, no afã de atingir seus objetivos, torna-se uma seita e, de maneira incoerente com seus pressupostos, transforma-se em religião. Contudo, a partir do que é encontrado nos textos do Apostolado, é possível discordar desta conclusão de Diniz acerca da doutrina positivista.

Primeiramente, o positivismo ortodoxo brasileiro não defende o desenvolvimentismo sem freios. Pelo contrário, a fórmula encontrada em seus escritos assume a postura de “melhorar conservando”, mantendo equilibradas a

estática e dinâmica social¹, a fim de não incorrer nos erros que se viram quando o desenvolvimentismo foi a palavra da vez².

Além disso, a ideia de que o positivismo se perdeu no momento em que transformou-se em seita e posteriormente em religião é uma abordagem comum, mas não a única, acerca da doutrina positivista. O positivismo comteano tem seu núcleo rígido no desenvolvimento de uma moral que considera a Humanidade como alvo sagrado, no apreço ao altruísmo, ao dever e vida às claras, com a separação do poder temporal do poder espiritual. Sobre isso concordam Lacerda (2016), Tiski (2006) e Benoit (1999). Foram os discípulos de Comte, especialmente na figura de Litre e posteriormente Mill, que dividiram a sua obra entre uma parte pretensamente científica e uma parte religiosa, considerando a segunda como fruto de loucura após a morte de Clotilde de Vaux (LACERDA, 2014). Pode ser um julgamento precipitado assumir que Comte traiu sua própria filosofia ao elaborar a sua religião da Humanidade. É significativo que, para Comte, nos discursos e textos, a religião da Humanidade figure como o núcleo do desenvolvimento final da doutrina positivista.

Em resumo, a abordagem de Diniz incorre numa apresentação do positivismo que diverge daquela que a própria Igreja fez de si mesma. E, principalmente, sua interpretação assume a relação entre Vargas e o positivismo, mas não questiona se essa relação de fato existiu e, caso tenha existido, como os positivistas se posicionaram ante a ela. O quadro elaborado faz parecer que sem resistência alguma o positivismo deixou-se ser adotado por Vargas, ainda que houvesse órgão apostólico bem definido e atuante no Rio de Janeiro e que tal órgão tenha se posicionado contra Vargas desde a revolução de 1930. Assim, em seu texto, o positivismo é passivo, subalterno. Fala-se por ele, mas não o deixam falar.

¹ O crescimento defendido pelos ideais positivistas não concorda com a abordagem defendida por Diniz. Na prática, o positivismo defende, como exposto por Mesquita em seu dicionário de termos e conceitos positivistas brasileiros e chilenos, um desenvolvimento baseado no lema “o amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim”, de modo que “o amor busca a ordem e estimula o progresso; a ordem consolida o amor e dirige o progresso; por fim, o progresso desenvolve a ordem e desenvolve o amor. Desse modo, conduzem a afeição, a especulação e a ação tende igualmente ao serviço Contínuo do Grande-Ser, do qual cada indivíduo pode tornar-se um órgão eterno” (MESQUITA, 2011, p.59).

² Para o positivismo brasileiro, esses episódios de desenvolvimento desenfreado viram-se em Napoleão e nos regimes totalitários europeus. Isso se encontra nos artigos “*O atual dilaceramento da Hespanha*”, de 1937, publicado pelo Apostolado no *Jornal do Commercio*; “*Agressão a Finlândia*”, de 1939 e “*Nenhum recurso à insurreição: a propósito da agitação política do momento*”, de 1945.

Esse, contudo, não é um caso pontual. O portal Socius – Sociologia e Direito, mantido pela Unesp de Franca como um espaço de discussão de estudantes que chegam à universidade tem um artigo de opinião intitulado “*A política de Vargas e o Positivismo*”, da autoria de Ananda Michelino, graduanda em Direito. Em seus termos, o texto define que:

É inevitável estudar o positivismo e não lembrar-se de Vargas. Enquanto os teóricos e revolucionários enchiam o peito e bradavam emocionados em palanques os ideais da Terceira Internacional, Vargas buscava agradar suavemente o operariado para calar o espírito revolucionário enquanto mantinha os lucros dos donos das empresas (MICHELINO, 2011).

Interessa-nos nesse caso não o rigor científico, mas o ideário construído que emerge deste trecho. A relação entre Vargas e positivismo é tomada como inevitável, absolutamente certa. Além disso, a ideia de positivismo que se expressa é a de uma filosofia reacionária que serve para manter os lucros dos empresários e acalmar o proletariado.

É possível discordar destas afirmações, especialmente a inevitável relação entre Vargas e o positivismo (mas também a finalidade reacionária desta doutrina). Em sua cosmovisão, o Apostolado defende a incorporação e o uso social da riqueza produzida pelo operariado. Nos termos de Comte, se o capital é social na origem, deve ser social no seu destino. Além disso, os positivistas brasileiros defendem uma inclusão do proletariado que envolva seu nível de vida melhorado, não apenas sua sobrevivência³

No trecho em questão, percebe-se a mesma tendência do artigo de Diniz. Estabelece-se a relação deste conjunto doutrinário com Vargas sem, contudo, apresentar a forma pela qual os positivistas ortodoxos se posicionaram na questão. Novamente, a doutrina positivista é passiva, subalterna. Fala-se por ele, mas não se escuta o que o Apostolado tem a falar.

³ O artigo “*A concepção de paz*”, publicado pelo Apostolado em 1944, defende que “o grande problema dos nossos dias – a incorporação do proletariado nas sociedades – poderá então ser levado a pronta solução urgente que reclama, não só material mas também intelectual e moral. Essa incorporação supõe: trabalho equitativamente remunerado, habitação, instrução de todos os gêneros e graus gratuitamente ministrada a todos, isto é, tudo o que se enquadra no princípio: o capital é social na sua origem e deve ter destino social. E mais supõe aquilo que sobretudo dignifica o homem, o conjunto das liberdades civis e políticas, a começar pelo respeito a livre manifestação das opiniões, isto é, tudo o que está condensado no princípio capital da política moderna: separação do poder temporal da autoridade espiritual” (GONÇALVES; MENDONÇA, 1944, p. 08)

O mesmo se vê no texto "*Ordem e Progresso, Civilização e Barbárie. Perón, Vargas e Positivismo*" (2007). Da autoria de Monica Sol Glik, mestre em história contemporânea da Universidade Autônoma de Madri, foi veiculado na revista da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Também neste, a relação entre positivismo e Vargas é imediata, tal como nos outros casos analisados.

Este texto aborda as relações entre Vargas e Perón no período de 1930 até 1955, e encontra na doutrina positivista um eixo integrador. A autora comenta que "ao considerar que as ideias positivistas chegadas de Europa puderam ter sido apropriadas e readaptadas por Getúlio, percebe-se certa literalidade entre os seus escritos e os de Augusto Comte" (GLIK, 2007, p.9). Essa literalidade, fruto da formação varguista de seu "pensamento político a partir das matrizes filosóficas do Positivismo" (GLIK, 2007, p.10), a autora percebe na reunião dos vários setores da sociedade em uma unidade sob a defesa de Vargas. Comte também defende essa unidade orgânica, usando como referência Aristóteles, com a sua divisão de esforços e convergência dos ofícios. Contudo, para a autora, a evidência dessa convergência se vê nas relações harmoniosas entre Getúlio e os militares.

Mas, para Comte e o Apostolado, a relação entre militares e o governo é no sentido de reduzir o poder dos primeiros. E nessa linha seguem os positivistas ortodoxos, entendendo o regime positivista como pacífico, científico e industrial, com o poder militar reduzido apenas à função policial mínima, livre de ideias militaristas que permearam o catolicismo medieval, visto pelos positivistas como decadente desde o século XIV⁴.

Afirmar literalidade entre Comte e Vargas só é possível se a doutrina comteana for recortada e as partes interessantes forem selecionadas. Contudo, como propõe Kremer-Marietti (1980), o positivismo é um caleidoscópio filosófico, de modo que não é possível assumir que a doutrina seja recortada sem que isso implique em grandes perdas e até mesmo na construção de um espantalho filosófico, que, intitulado de positivismo, muito difere do que Comte tinha em vista.

Prosseguindo, a autora vê nas críticas de Vargas à Constituição de 1891, vista por este como incapaz de combater ideologias estranhas, uma similaridade com o que Comte entende do sistema eletivo popular. Nos termos da autora:

⁴ Sobre isto, o artigo de Mendonça, "*O respeito às nações e o sacrifício da Abissínia*", publicado em 1934 deixa evidentes estas concepções de exército.

As críticas de Getúlio apontam para a fragilidade da Constituição liberal, a qual seria incapaz de proteger as instituições que ele considera fundamentais contra a ameaça de ideologias estranhas – provavelmente o comunismo. O governo, antes do golpe de 1930, estava “manietado pelo liberalismo da Carta Política, obrigado a assistir impassível a execução dos planos com que se pretendia converter (o Brasil) em campo de experiências sociológicas”. Augusto Comte, também critica o “nocivo” sistema eletivo popular, que seria o responsável pela “dispersão anárquica de Ocidente” (GLIK, 2007, p. 09).

Neste ponto se percebe como a aproximação entre Vargas e o positivismo só se faz mediante o prejuízo de pontos importantes na análise tanto do governo quanto da doutrina. Não é porque há discordância mútua em relação às assembleias que se pode afirmar a correlação entre Vargas e o positivismo. Além disso, percebe-se como a historiografia fala pelo positivismo, mas não o deixa falar. Entre aproximar a crítica de Comte ao sistema eletivo popular e a crítica de Vargas à Constituição de 1891 há uma grande distância. Primeiramente, a Constituição em questão teve grande influência de pressupostos positivistas, com ampla atuação de Miguel Lemos e Teixeira Mendes.⁵ É digno de nota que esta é a única Constituição brasileira que não usa o vocativo “Deus” como um mecanismo de autoridade. E isto se dá graças aos esforços do Apostolado positivista em separar o poder espiritual do poder temporal (LACERDA, 2006).

E não se podem ignorar os elogios que o Apostolado positivista brasileiro, em cuja liderança estiveram presentes Miguel Lemos e Teixeira Mendes, faz reiteradamente à Constituição de 1891 bem como seus apelos, a partir da revolução paulista de 1932, até o processo de redemocratização em 1945, para o retorno desta primeira Carta republicana.⁶ Aliás, quando abandona a Carta de 1891, Vargas é amplamente criticado pelo Apostolado positivista. Se essas relações entre Vargas e Apostolado Positivista fossem de concordância, não haveria críticas da Igreja aos

⁵ O artigo “*As constituições de 14 de julho e de 10 de novembro*”, da autoria de Mendonça, em 1940, faz uma importante análise desta Carta mediante os pressupostos positivistas e, por fim, termina por elogiar a Constituição de 1891 que, mesmo com erros, era considerada pelo Apostolado a mais avançada das constituições ocidentais.

⁶ Estes pedidos são encontrados nos textos “*Em defesa das conquistas republicanas do povo brasileiro: acerca do projeto de uma nova constituição para a República*” (1933); “*Representação enviada ao congresso nacional propondo modificações no projeto de constituição, apresentado pelo governo*” (1935); “*O regime republicano e a constituição federal de 10 de novembro: correção e aditamento*” (1937); “*As constituições de 14 de julho e de 10 de novembro*” (1940); “*A liberdade religiosa e o uso de símbolos*” (1945).

posicionamentos varguistas no tocante à Constituição. E quando Vargas se posicionou contra o legislativo, o Apostolado brasileiro não deveria se colocar em oposição à Getúlio. Contudo, é diferente o que se percebe nos textos do próprio Apostolado, analisados no quarto capítulo.

Assim, aproximar a crítica de Comte ao voto da crítica de Vargas à Constituição de 1891 significa ignorar a forma pela qual o Apostolado se posicionou tanto na confecção desta Constituição, no início da república, quanto na defesa dela durante o período de Vargas. Significa assumir essa relação de forma imediata, falando pelos positivistas, mas não lhes permitindo falar.

Por fim, a autora diz que “Os enunciados positivistas, a partir dos quais Vargas traçou o seu projeto de governo, encontraram adesão na Argentina justamente nos setores onde era maior a oposição ao peronismo” (GLIK, 2007, p. 11). Não discutiremos a abrangência do positivismo na Argentina, mas é possível questionar se de fato os enunciados positivistas serviram para que Vargas tenha traçado seu projeto de governo. Afinal, os pressupostos positivistas de separação entre poder temporal e poder espiritual não reverberam em Vargas. Na prática, percebe-se um movimento de aproximação destes dois poderes durante o período em que Vargas manteve-se no cargo. Como exemplos disto tem-se a aproximação do estadista de Dom Sebastião Leme e o projeto de neocristandade. Os positivistas, a título de exemplo, propõem que a educação fique sob a responsabilidade das mães e sacerdotes, longe da alçada do governo. Isto não se reflete em Vargas, que propõe, na Constituição de 1937, que cabe ao Estado “fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando as diretrizes a que deve obedecer a formação física, intelectual e moral da infância e da juventude”, na qual “o Estado não será estranho a esse dever, colaborando, de maneira principal ou subsidiária, para facilitar a sua execução ou suprir as deficiências e lacunas da educação particular” (BRASIL, 1937).⁷

Essa mesma aproximação entre Vargas e Comte, considerando no primeiro as críticas à Constituição e no segundo as críticas ao sistema de voto, foi realizada por Juliana Cristine Diniz Campos e Desirée Cavalcante Ferreira no artigo “A

⁷ As críticas quanto a esta intromissão do Estado na educação são marcantes nos folhetos “A liberdade espiritual e o ensino religioso nos estabelecimentos públicos” (1934); “Os positivistas na Fundação da República” (1937); “As constituições de 14 de julho e de 10 de novembro” (1940) e “A fundação da República em França, em comemoração da passagem do 150º aniversário” (1942).

legitimação autoritária das práticas políticas brasileiras pelo positivismo gaúcho durante a Primeira República” (2016). As autoras, analisando a formação política da Primeira República, encontram em Vargas alguém que nunca foi liberal, mas, sim, profundamente influenciado pelo positivismo social. Esta adesão ao positivismo teria sido uma característica comum dos movimentos políticos rio-grandenses.

Essa relação entre autoritarismo e positivismo pode ser questionada dado que as autoras partem do princípio de que o positivismo, ao defender o papel forte do executivo e diminuir os poderes do legislativo, na chamada ditadura republicana, exclui a população nas decisões políticas. Isso em muito difere da prática da política positivista defendida pelo Apostolado do Rio de Janeiro e também pelos grupos positivistas no Rio Grande do Sul. Para estes, o poder público centralizado no executivo não exclui a presença de uma opinião pública atuante. Em um folheto publicado em 1945, elogia-se a Constituição do Rio Grande do Sul, dada sua ênfase na liberdade. E, nesse mesmo folheto, destaca-se esta presença da opinião pública, com projetos sendo aprovados mediante o debate público precedendo as decisões, naquilo que os positivistas ortodoxos chamam de opinião pública esclarecida.⁸

Para além disso, há novamente a prática de falar pelo positivismo, encontrando nas políticas públicas varguistas sua teórica influência, mas não lhe é dado direito de resposta. Como os positivistas se posicionam ante as práticas autoritárias? E o que veem de convergente e divergente entre sua doutrina e a política vigente? O positivismo nesta abordagem não é um movimento muito passivo, que simplesmente é absorvido por quem está no governo?

Essa posição de passividade positivista em relação à instrumentalização varguista difere do papel atribuído ao positivismo algumas décadas antes. Na análise da passagem da monarquia para a república, o ideal positivista é atuante e exerce um grande papel de oposição em relação à Coroa. Viotti (1999), ao analisar o processo de implantação da república, apresenta o positivismo como um elemento de grande influência no arcabouço teórico social brasileiro em vias de derrubar a monarquia e introduzir a república. Nos termos da autora, “O fato de o ‘Apostolado’

⁸ O mesmo se vê na obra de Arthur Lacerda (2003), “*A república positivista*”, que apresenta a política positivista muito mais como um regime de opinião pública do que uma ditadura no sentido negativo do termo. Na política positivista, as propostas do governo seriam divulgadas entre a população para serem amplamente debatidas ao longo de três meses. Após isso, mediante a opinião pública, o ditador tomava decisões em relação ao projeto.

ter um pequeno número de inscritos não impediu, entretanto, que as ideias positivistas exercessem uma poderosa influência na sociedade” (VIOTTI, 1999, p. 460). Em outra secção da obra acrescenta a afirmação de que se:

[...] foi pequena a penetração do “Apostolado”, o mesmo não se pode dizer de algumas ideias positivistas que atuaram de uma forma mais ou menos difusa e assistemática sobre o pensamento brasileiro até 1930, pelo menos (VIOTTI, 1999, p. 411).

Assim, a voz que se atribuiu ao positivismo no fim do século XIX, dando-lhe potencial de agência e força social, não é a voz que é dada ao positivismo em décadas posteriores. Na abordagem que questionamos, uma vez que foi pretensamente adotada por Vargas, a doutrina comteana perde sua força e torna-se apenas um instrumento que orienta algumas propostas do governo getulista.

Na linha dos autores vistos acima, Ricardo Vélez Rodríguez, com pós-graduação em filosofia pela Universidade Gama Filho e curto período de tempo no Ministério da Educação no Brasil, também adota abordagens sobre o positivismo que reforçam essa subalternidade. Em sua obra “*Castilhismo: uma filosofia da República*” (2010), o autor coloca que:

[...] a religião comteana é, podemos concluir, uma nova manifestação do messianismo político. Apesar de Comte reconhecer uma aparente separação entre os poderes espiritual e temporal, ao assinalar suas funções, contudo, polariza toda organização e atividades sociais ao redor do primeiro, configurando, assim, um modelo totalitário em que o homem é inexoravelmente programado desde cima. O vértice desta pirâmide será, logicamente, o sumo sacerdote da humanidade, identificado no próprio Comte (RODRÍGUEZ, 2010, p. 107).

Essa abordagem do positivismo religioso proposta por Rodríguez distancia-se do que se apreende na leitura dos textos de origem positivista. A programação “desde cima” é diametralmente oposta à defesa do Apostolado pela liberdade de indústria, opinião, manifestação e religião. A crença na superioridade de sua doutrina não invalida a postura do Apostolado de defender a liberdade de discussão. Como eles mesmos propõem, ideias se combatem com ideias, não com polícia. E, assim, ancorados na crença da realidade final de sua fé (o que se espera de qualquer fé), o Apostolado defendeu a liberdade de expressão para comunistas e integralistas e a não apropriação da educação por parte do estado, mas, sim, da família.

Outro posicionamento na abordagem elaborada por Rodríguez que difere daquilo que se encontra nos textos da Igreja está no uso da expressão “aparente separação entre os poderes espiritual e temporal, ao assinalar suas funções, contudo, polariza toda organização e atividades sociais ao redor do primeiro” (RODRÍGUEZ, 2010, p. 107). Na leitura dos textos do Apostolado não se vê a aparência de separação entre poderes nem a concentração de toda atividade e organização social programada desde cima pelos poderes espirituais. O fato de crerem na superioridade de seus dogmas e que, por fim, o regime positivo aconselhará o poder temporal não implica em uma divisão apenas aparente entre tais poderes. Pelo contrário, o positivismo se manteve durante toda a era Vargas – e na Primeira República – como defensor da não-aproximação entre o estado e algum credo, mesmo o positivista. Nas palavras do Apostolado, se um credo necessita do poder temporal para prevalecer, então não é uma fé justificável nem racional. E isto é tão evidente que o Apostolado se põe na defesa de espíritas, criticando as inquisições realizadas nesta doutrina e na defesa até mesmo do catolicismo⁹).

Rodríguez, contudo, insiste nesta posição e a reafirma ao longo de seu texto. Fazendo menção à obra de Touchard, o autor comenta que:

Como acertadamente frisa Jean Touchard, nada há de mais alheio ao pensamento de Comte do que a noção de direitos individuais, consistindo a finalidade política em fazer de cada cidadão um funcionário social, inteiramente subordinado ao poder (RODRÍGUEZ, 2015, p. 108).

De fato, no positivismo prevalece a ideia de deveres sobre a noção de direitos. Para o Apostolado, essa é uma noção metafísica que contribuiu para a dissolução da mentalidade antiga, escravista e teocêntrica. Contudo, a ideia de direitos se degenerou e suprimiu a noção dos deveres sociais. Deste modo, na mentalidade do Apostolado, no estado normal positivo há um predomínio de deveres, de modo que cada indivíduo cumprindo seus deveres sociais propiciará melhoria de vida no coletivo. Mas, disso sugerir que no positivismo há uma finalidade política de transformar o indivíduo em funcionário social, subordinado ao poder, significa enxergar na doutrina algo que ela não propõe. A noção de deveres na mentalidade do Apostolado liga-se muito mais aos deveres da Humanidade do

⁹ Vide atuação de Miguel Lemos no texto da primeira Constituição, bem descrita na obra de Gustavo Lacerda, intitulada “*Laicidade na I República Brasileira: os positivistas ortodoxos*”, de 2016.

que aos deveres do Estado. Quanto a isso, o fato de terem recorrentemente criticado o governo varguista indica a não subordinação do Apostolado a ele. Soma-se a isso o fato de que são consideradas como lógicas, ainda que perigosas, as revoltas proletárias contra os despotismos de sua época. Quando abordam o proletariado, veem sua inclusão como necessária exatamente porque mantê-lo explorado na sociedade moderna pode gerar revoltas generalizadas, dado que o proletário não tem a obrigação de se conformar com a injustiça à qual são submetidos pelo Estado ou pelos donos dos meios de produção. Assim, quando Rodríguez emprega a expressão “subordinados ao poder”, o faz sem criticar este termo e, ao que parece, falando pelo positivismo, mas sem ouvir a voz que o Apostolado fez questão de deixar registrada. Essa prática, contudo, não fica restrita a este autor, como estamos tentando demonstrar.

Vélez, crítico de uma parcela significativa da produção historiográfica, incide na mesma abordagem que alguns de seus pares, concebendo em Vargas uma mentalidade pretensamente positivista e assumindo isto como fato acabado, sem dar ao positivismo voz e chance de resposta – mesmo que o Apostolado tenha respondido muito. Ao analisar a geração de políticos do Rio Grande do Sul que se formou sob a inspiração das doutrinas da Primeira República, Vélez menciona que:

Em todos eles [Castilho, Borges de Medeiros, Pinheiro Machado e Getúlio Vargas] salienta-se um fato essencial para a compreensão do castilhismo: a formação da mentalidade positivista no contexto de uma visão autocrática da república (VÉLEZ, 2015, p. 140).

Essa república autocrática que na mentalidade de Vargas se formou pela influência do positivismo é, para Vélez, uma corrente geral desta geração gaúcha. Contudo, o autor continua a realizar inferências sobre o assunto que diferem das contínuas expressões dos textos positivistas. Em dado momento de seu texto, Vélez assume que a geração de Vargas, ainda que adote princípios do positivismo, faz uma inversão em relação a esta doutrina, não se apoiando nela de modo integral. Vélez coloca que:

A corrente política do positivismo teve como maior representante a Júlio de Castilhos que redigiu em 1891 a Constituição para o Rio Grande do Sul, que começou a vigorar neste mesmo ano. Segundo esta carta, as legislativas ficavam em mãos do poder executivo (o presidente do estado sulino), passando os dois poderes públicos (legislativo e judiciário) a girar ao redor do governo. Segundo Castilhos, deveria ser invertido o dogma comtiano de que à

educação moralizadora seguiria pacificamente a ordem social e política; o estado forte e centralizador arrumaria a casa, para depois educar compulsoriamente os cidadãos na nova mentalidade, ilustrada pela ciência positiva... esse modelo consolidou-se na obra de um seguidor de Castilhos: Getúlio Vargas (VÉLEZ, 2015, p. 264).

Rodríguez (2015) aqui realiza o mesmo exercício de relacionar o governo varguista com os postulados positivistas e encontrar em Vargas o consolidador destes postulados no cenário político. Essa mentalidade positivista que se encontra em Vargas deu base para uma visão muito própria de república, autocrática e autoritária, com reduções do poder legislativo e do poder judiciário. E, segundo Vélez (2015), estes princípios positivistas adotados por Vargas se transformam em uma espécie de reforma educacional, na qual o Executivo aplicaria os postulados positivos no âmbito da educação brasileira. Contudo, é esse tipo de reforma que gera um dos principais atritos entre a Igreja e o governo, dado que o Apostolado diverge por completo da postura educacional que o governo adota em 1934 e especialmente em 1937. Na cosmovisão positivista, o Estado assumir as pautas da educação coloca em risco a situação social, uma vez que esta função cabia às mães e aos sacerdotes, os chefes espirituais e se estenderia por muito mais tempo do que o proposto pelo governo.

Em suas considerações finais, Vélez (2015) faz uma apreciação do positivismo que pode ser questionada. Em dado momento o autor considera que mesmo imbuído de perspectivas positivistas “Vargas conseguiu fazer a crítica à visão unilateral de inspiração positivista e desenvolver uma perspectiva sociológica mais ampla, para compreender a problemática social” (VÉLEZ, 2015, p. 266). Se lido atentamente, torna-se evidente que Vélez entende que o positivismo, em sua análise sociológica, parte de uma perspectiva reduzida, incapaz de compreender a problemática social. Para ele, foi somente na crítica destas tradições que Vargas expandiu seus horizontes em direção a uma visão mais holística da sociedade brasileira. Novamente, os textos dos positivistas não corroboram com esta ideia. Eles têm pautas bem definidas em assuntos de amplitude nacional e internacional e, ver-se-á, sua visão da sociedade brasileira e relações internacionais são de abrangência ampla, com discussão de assuntos como o totalitarismo, incorporação do proletariado, educação, aborto e questões demográficas, educação e laicidade do Estado.

O mesmo tipo de inferência é realizado por Pedro Cezar Dutra Fonseca, professor titular do departamento de ciências e relações internacionais da UFRGS, no seu texto “*Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil*” (2004). O autor entende que o positivismo “veio dar uma contribuição fundamental ao entender ser dever do Estado ajudar a sociedade a rumar para o progresso” (FONSECA, 2004, p. 245). Assim, no positivismo, cabe ao Estado a construção da história, com um papel ativo, de sujeito e não apenas objeto de uma evolução. Com isto, a educação e a evolução moral possuíam papel de destaque, cabendo ao Estado organizar estas áreas, bem como servir de exemplo, abolindo privilégios de nascimento, separando a esfera pública da privada, bem como a religião do Estado, que deveria ser laico (FONSECA, 2004, p. 245). Essa influência do positivismo, para Fonseca:

[...] abria uma brecha para substituir a impessoalidade do mercado pela ação consciente do Estado e dos governantes – daí a ditadura “esclarecida” ou “científica”. Não é de ignorar que o desenvolvimentismo, tanto no Brasil como na maior parte dos países latino-americanos, não só conviveu com regimes autoritários e ditatoriais, mas neles encontrou ambiente propício para sua afirmação, como no caso do Estado Novo varguista (2004, p. 246).

O texto acima ignora que no positivismo brasileiro há uma ideia radical de minimização do Estado. Não aos moldes Locke e Smith, mas nos formatos ditados e propostos por Comte, em que a tarefa da educação se torna de responsabilidade da mulher e do sacerdote, considerando pretensão exacerbada dar este poder ao Estado. Isto se evidencia nos textos do Apostolado sobre a Constituição de 1934 e de 1937, analisados no quarto capítulo.

E o que parece ser comum aos pesquisadores é relacionar o termo ditadura republicana com autoritarismo. Percebe-se que conceitualmente há uma aproximação da política proposta por Comte de termos como autoritarismo, governos ditatoriais e até mesmo totalitarismo. Contudo, esta não é a proposta defendida pelo Apostolado, como se verá nos seus textos positivistas analisados. Eles lutarão pela livre expressão de comunistas e integralistas, pela redução do papel e dos gastos públicos no âmbito social e pela não interferência do governo em assuntos econômicos, geridos pela classe produtora de riqueza. Ainda, se definirão como o regime da liberdade de expressão e manifestação, liberdade de teste e de

indústria, liberdade de ofício e de religião¹⁰ (). E já antevendo esta aproximação entre a ditadura republicana comtiana e as categorias de governos despóticos, os positivistas do Apostolado brasileiro se antecipam e assumem que o termo “ditadura” dá-se apenas porque o governante passa a ditar (leia-se “orientar”) aspectos políticos. Mas não se pode imaginar um governante ilimitado. Antes, ele dita dentro de um círculo muito bem definido de ações e limitado pela opinião pública.

Ainda em seu artigo, Fonseca assume em suas conclusões que:

À guisa de conclusão, pode retomar-se a hipótese que foi no governo de Getúlio Vargas, ao assumir a presidência do Rio Grande do Sul, em 1928, que o desenvolvimentismo pela primeira vez expressou-se de forma mais acabada. Nele as quatro vertentes formadoras do desenvolvimentismo aparecem associadas não só como propostas, mas como medidas que o governo começa a implementar, configurando o embrião de nova relação entre Estado, economia e sociedade, ao sugerir que o primeiro deveria estar à frente das duas últimas, como forma de estimular seu desenvolvimento. Esta palavra gradualmente substitui o progresso, de matriz positivista, mas desta herda a noção de marcha progressiva, de evolução, de um destino da história; o governo deveria estar à frente de uma construção (FONSECA, 2004, p. 250).

As vertentes a que o autor se refere são a vertente religiosa, científica, e o positivismo político¹¹, tal como Vélez. E mesmo que exponha a mescla delas no surgimento do desenvolvimentismo, defende que nesta perspectiva político-econômica adotada por Vargas estão presentes os elementos da doutrina comteana. Contudo, em que momento se faz menção à forma pela qual o positivismo reagiu a isto, ou mesmo ao tipo de política socioeconômica desejada pela doutrina comteana? E qual a base para entender que no positivismo o governo deve estar à frente de uma construção da marcha do destino da história? Pelo contrário, o que se perceberá nos textos é que o governo muitas vezes torna-se retrógrado, mas, ainda assim, não freia a evolução. Na mentalidade positivista, a Humanidade como Gran-

¹⁰ Estas definições se encontram no texto de 1945 intitulado “*República e Democracia*”, da autoria de Horta Barbosa

¹¹ “Marcado por divisões e por debates internos, como qualquer doutrina, o positivismo apresenta três vertentes: o religioso (a “Religião da Humanidade”, apregoada por Comte ao final da vida, e que inspirou a criação de templos positivistas); o científico (apregoando as vantagens do método indutivo, a crítica à metafísica e a supremacia do saber científico sobre o religioso ou filosófico, com a criação de uma ciência social positiva – a Física Social); e o político, aconselhando regras para a boa administração das finanças e da política, o de maior influência no Brasil e na América Latina e, principalmente, na gênese do desenvolvimentismo” (FONSECA, 2004, p. 14).

Ser continua sua marcha de progresso ainda que haja agitações de homens e governos.¹²

Gildete Damascena, doutora em História pela Universidade Federal de Goiás, em seu texto “*Discurso de Modernidade na Era Vargas como instrumento de poder e na afirmação de uma classe de gestores no Estado Brasileiro*”, segue a mesma abordagem. Ao analisar a construção do discurso de modernidade, entende que o descrédito da população ante a política e a república permitiu uma influência maior do positivismo e a construção de um paradigma moderno no país (2007, p. 04). Para a autora, este paradigma se consolidou com a implantação do Estado Novo por Vargas e serviu de base discursiva até a década de 1980. Com isto em vista, a autora defende que:

Para o contexto e em comparação a República Velha, o governo de Vargas significou para a sociedade, evolução dos direitos civis e políticos durante o processo revolucionário, e no Estado Novo, industrialização e à realização do ideal político republicano empenhado em uma modernidade urbana e industrial positivista (DAMASCENA, 2007, p. 07).

Deste modo, em sua produção novamente se vê Vargas como o aplicador de um plano de governo positivista. A autora, contudo, torna-se mais específica e menciona que esta implantação do comtismo se consolida no Estado-Novo. A questão é que, à luz dos textos do Apostolado não se vê a convergência entre os princípios do positivismo ortodoxo brasileiro e a política varguista. Na prática, os textos do Apostolado divergem e criticam as medidas do governo Vargas, especialmente no tocante ao Estado-Novo. Se o positivismo brasileiro faz alguma comparação entre este período iniciado em 1937, o faz aproximando o varguismo dos governos totalitários europeus e distanciando a própria ideia de república do modelo político vigente no Brasil durante a ascensão do Estado-Novo. Os líderes da

¹² Por uma questão de justiça é necessário destacar que Fonseca identifica um distanciamento real do governo varguista do positivismo durante o processo histórico. Para o autor, com o desenvolvimentismo “Surge um fenômeno novo, pois ao abandonar os princípios do orçamento equilibrado, da parcimônia com relação a crédito e a empréstimos e, inclusive, ao defender o aumento cada vez maior da presença do Estado na organização dos produtores e dos trabalhadores, fatalmente não se pode mais falar em positivismo” (2004, p. 250). O autor destaca que não é possível falar em positivismo puro no governo de Vargas. Contudo, isto não significa que ele deixe de enxergar na doutrina positivista aspectos que nela não se encontram.

Igreja chegam a dizer que há mais república na Inglaterra, com a presença da monarquia e do parlamentarismo, do que no Brasil de Vargas.¹³

A autora parte da ideia de industrialização presente no estado positivista para conferir ao Estado-Novo a alcunha de realizador da modernidade urbana e industrial positivista. Contudo, o que se evidencia com os textos do Apostolado é que a política industrial varguista difere daquela defendida no modelo republicano comtista, dada a influência do Estado na gerência de negócios industriais e a falta de liberdade concedida às classes produtoras.

Continuando sua análise do discurso de modernidade e recorrendo a José Murilo de Carvalho, o texto coloca que:

José Murilo aponta duas possibilidades para os avanços da cidadania realizados no Brasil durante a Era Vargas, porém como enfatizamos construídas desde 1870. Uma delas consiste no fato do governo Vargas se apoiar no discurso da modernidade alimentado pela sociedade brasileira como um meio de superação das crises a princípio cotidianas e internas para conquistar as massas. A outra podemos observar, pela influência positivista ortodoxa que teve a primeira legislação de Vargas, como meio de satisfazer primeiramente os interesses da crescente e incontrolável sociedade burguesa industrial, que vinha cada dia mais conquistando o espaço político e econômico até então ocupados pelas oligarquias. Não querendo ignorar a substancial influência do positivismo na formação do ideário modernista da sociedade como já mencionamos, a segunda possibilidade que expomos, justifica melhor o tratamento dado por Vargas às questões sociais. Desse modo as políticas sociais desenvolvidas na Era Vargas foram apenas consequências de uma política positivista ortodoxa que se empenhava em garantir a cidadania ao povo brasileiro como forma de controle das manifestações culturais, políticas e sociais que ganhou corpo nos primeiros anos do século XX (DAMASCENA, 2007, p. 09).

Este excerto é significativo para ilustrar nossa tese. Assume-se que Vargas teve grande influência positivista. Contudo, isto se faz em detrimento das propostas positivistas para a época e em detrimento da voz positivista, que se fez muito clara e coesa no período analisado. Ignorando esta voz, assume-se que o positivismo se fez assimilar por Vargas sem contestação ou resistência e, por ver em Vargas alguma terminologia que soa positivista, percebe-o como cumpridor da doutrina comteana e, no mínimo, influenciado por esta. Vê-se em Vargas uma influência positivista que o

¹³ Isso se verá no quarto capítulo, especificamente na análise do texto “*República e Democracia*”, de 1945.

Apostolado veementemente nega – e até se movimenta para o retorno à Constituição de 1891.

Damascena continua e vê na legislação a influência positivista dado que esta veio “satisfazer primeiramente os interesses da crescente e incontrolável sociedade burguesa industrial, que vinha cada dia mais conquistando o espaço político e econômico até então ocupados pelas oligarquias” (DAMASCENA, 2007, p. 9), como se o positivismo fosse um modelo aplicável a uma elite econômica e que atende a seus interesses. Isso ignora a tradição positivista de defesa do proletariado e a recorrente lembrança do Apostolado de que o problema do mundo moderno está na incorporação do proletariado na sociedade. Este tema é recorrente em dezenas de artigos escritos desde a época de Miguel Lemos e Teixeira Mendes, até o Apostolado que se desenvolve durante a Era Vargas.

Em sua abordagem, este governo de Vargas desenvolve políticas sociais que são:

[...] apenas consequências de uma política positivista ortodoxa que se empenhava em garantir a cidadania ao povo brasileiro como forma de controle das manifestações culturais, políticas e sociais que ganhou corpo nos primeiros anos do século XX (DAMASCENA, 2007, p. 09).

Nesta abordagem, o positivismo não se conecta à liberdade.

Fala pelo positivismo também Boris Fausto, no seu livro “*História do Brasil*”, publicado pela Edusp em 1996. É digno de nota que este livro tem sido amplamente adotado por sistemas de ensino, de modo que o que nele se insere reflete-se no imaginário de uma parcela significativa de educandos.

Nesta obra, Fausto defende que:

[...] o positivismo, com sua ênfase na ação do Estado e na neutralização dos políticos tradicionais, continha uma fórmula de modernização conservadora do país que era muito atraente para os militares” (FAUSTO, 1996, p. 232).

A ideia de uma ênfase na ação do Estado não é percebida no que o Apostolado defende. O que se percebe na realidade é uma redução da influência do Estado e uma ampliação da atuação do poder espiritual e das chamadas classes dirigentes – ou classe produtoras. Quando o Estado passa a assumir pautas mais abrangentes, o Apostolado sai em sua crítica, tal como se vê na análise que fazem da Constituição de 1934 e 1937.

Esta mesma ideia é defendida por César Augusto Queiros, em sua obra “*A questão social no Rio Grande do Sul: positivismo, borgismo e a incorporação do proletariado à sociedade moderna*”, de 2009. Adotando Fausto como um de seus referenciais, o autor defende:

[...] que princípio comtiano de que o positivismo só reconhece às pessoas o direito de cumprir o seu dever fica incorporado ao discurso republicano, na medida em que a plena confiança dos governados nos governantes pode ser entendida como a plena subserviência às ordens dos superiores (QUEIROS, 2009, p. 73)

A ideia de subserviência não nos parece coadunar com o que se percebe neste posicionamento da Igreja. O proletariado tem atitudes muito claras de resistência às desigualdades do capital e sua incorporação não é necessariamente obedecer às classes dominantes, mas ter o justo recebimento do capital que é socialmente produzido. O Apostolado até vê como justas as revoltas e tensões no proletariado e, longe de defender a obediência cega, propõe uma mudança radical na distribuição e uso do fruto do trabalho social.

Tampouco concordamos com Queiros quando este afirma que:

[...] apesar da incorporação do proletariado à sociedade moderna ser um princípio caro aos positivistas a forma como se daria esta incorporação não era colocada de uma forma suficientemente clara (QUEIROS, 2009, p. 89).

O Apostolado tem propostas claras para tal inclusão, propondo que a aplicação do capital seja revertida em obras de cunho realmente social, bem como a riqueza dos ricos não fique estacionada em suas mãos, mas seja aplicada de modo a gerar empregos e produção. E, quanto ao que é necessário ao proletariado, o Apostolado defende uma redução da jornada de trabalho, descanso semanal, férias e o acesso deste proletariado às conquistas científicas que estão em posse das classes dominantes.

Da mesma forma, divergimos da asserção de Joseph Love que afirma ser o positivismo uma doutrina que atraía:

[...] os modernizadores conservadores, que desejavam os benefícios do progresso material sem prejuízo da hierarquia social: Comte parecia oferecer um modelo de desenvolvimento sem mobilização social (LOVE, 1975, p. 138).

De fato, o positivismo em um de seus aspectos doutrinários defende a hierarquia social. Mas isso implica em mudança radical do uso da riqueza e do fruto

do trabalho. Como se percebe, a defesa do uso social da produção é tão importante para o Apostolado que faz sentido o Estado adotar meios para estimular a aplicação da riqueza, não sua concentração. Nos termos positivistas, se há negligência no uso social da riqueza, o Estado pode forçar os ricos através do exemplo ou mesmo através da criação de impostos. Esta nos parece ser uma opção pouco conservadora, muito diferente do que Love enxerga no positivismo.

Para Sérgio Buarque de Holanda, o positivismo visava a nada menos do que a regeneração da Humanidade pela ciência (HOLANDA, 1978, p. 338). O autor segue com uma contundente crítica ao Apostolado, acusando o positivismo de ser uma ideia transposta da Europa sem ajustá-lo à realidade brasileira (HOLANDA, 1956, p. 160). E, na inocência deste traslado de ideias, Holanda defende que o Apostolado é o melhor exemplo da adolescência política e social brasileira. Em seus termos:

Mas os positivistas foram apenas os exemplares mais característicos da raça humana que prosperou consideravelmente em nosso país, logo que este começou a ter consciência de si. De todas as formas de evasão da realidade, a crença mágica no poder das ideias pareceu-nos a mais dignificante em nossa difícil adolescência política e social” (HOLANDA, 1956, p. 160).

Assim, distante da realidade, o Apostolado positivista apresentou-se na opinião de Holanda como um elemento fraco e frágil, sem ênfase social significativa e sem possibilidade de influir na discussão do espaço público brasileiro. Eram, isto sim, grandes ledores, mas não apresentavam presença pública significativa para fazer diferença no país.

Na tentativa de reforçar esta ideia, Holanda segue apresentando as limitações que o positivismo impôs a si mesmo, como a negação da participação nos cargos da política, distanciamento dos meios jornalísticos e afastamento de cargos universitários. Assim:

Os elementos mais autorizados, ou que se presumiam autorizados, a representar em sua pureza originária a pregação comtista, os do chamado Apostolado, eram um grêmio demasiado reduzido, demasiado inflexível, para desempenhar diretamente, na vida brasileira, um papel à altura dos seus grandiosos planos. (HOLANDA, 1956, p. 339).

Isto conferiu um caráter mais “negador” (termo empregado por Holanda) do que positivo ao Apostolado brasileiro. Incapaz de exercer influência para fazer

triunfarem seus pressupostos e presos a uma visão limitada da realidade, enquadrada dentro do escopo de suas leituras, os positivistas não legaram ao Brasil qualquer aspecto construtivo. Nos termos do autor:

No Brasil, os positivistas foram sempre paradoxalmente negadores. Não eram positivos – pode-se dizer – em nenhum dos sentidos que essa palavra atribui a Augusto Comte em seu discurso sobre o espírito positivo. Viveram narcotizados por uma crença obstinada na verdade de seus princípios e pela certeza de que o futuro os julgaria, e aos seus contemporâneos, segundo a conduta que adotassem, individual e coletivamente, com relação a tais princípios. Essas convicções defendiam-nos do resto do país, no recesso dos gabinetes, pois foram todos eles, grandes ledores. Mas seu instinto essencialmente negador vedou-lhes a continuamente a possibilidade de inspirarem qualquer sentido construtivo, positivo, aos nossos negócios públicos (HOLANDA, 1956, p. 159).

Com o raciocínio de Holanda assim exposto, passamos agora a identificar nele os elementos que subjagam o positivismo em um discurso de subalternidade, falando por ele, mas não o deixando falar.

Primeiramente, deve-se questionar essa ideia de distanciamento entre os positivistas e a realidade brasileira, haja vista o número de reuniões realizadas na Igreja, a influência do positivismo nos princípios adotados na Constituição de 1891¹⁴ e a retomada e discussão de uma participação positivista nas discussões da Constituição de 1934.¹⁵ Assim, ao Apostolado não pode ser conferido o título exclusivo de ledor, mas deve-se creditar a eles grandes influências na consolidação e definição das linhas republicanas no nascimento da república. A bandeira nacional e seu lema, ambos de origem positivista, corroboram com a ideia de que sua influência se fez sentir.

Esta mesma crítica é feita por Lacerda (2017), em seu texto “*O secreto horror à realidade: exame das críticas de Sérgio Buarque aos positivistas*”. O autor, cuja tese de doutorado refere-se exatamente ao positivismo enquanto doutrina e suas aplicações no Brasil, busca analisar as interpretações de Holanda sobre o

¹⁴ Sobre isto, vale o artigo “*As constituições de 14 de Julho e de 10 de Novembro*”, publicados pela Igreja Positivista no *Jornal do Commercio*, que indica a participação e presença nos dos princípios positivistas na elaboração do calendário da republica, dos princípios da constituinte e no texto final da Constituição de 1891. Esta carta emprega termos como “ordem” e “progresso”, bem como a defesa da laicidade do Estado, liberdade de expressão e de propaganda; fim do regime de tutela, com influência das cartas de Miguel Lemos e Teixeira Mendes neste ponto; definição de símbolos pátrios. Todos contando com a aprovação do Apostolado e sua influência indireta, na figura de Demétrio Ribeiro e participação direta nas cartas de Lemos e Mendes.

¹⁵ Isto se encontra nos anais da Constituição.

positivismo para identificar pressupostos e considerações que destoem do que se encontra na atividade do Apostolado. Em sua obra, Lacerda contabiliza as produções dos positivistas e encontra um:

[...] total de 419 publicações no período de 37 anos (1881-1917), tem-se a média de 11,34 títulos por ano. Eles variam em tamanho: desde folhetos de uma ou duas páginas até tratados filosóficos, passando por biografias, traduções, projetos de constituição e textos de polêmica e divulgação, vários deles com centenas de páginas (LACERDA, 2017, p. 06).

Entre estes títulos publicados, Lacerda encontra os seguintes temas:

Abolição da escravidão; Aliança religiosa; Casamento civil; Catolicismo; Combate à imigração; Comemoração histórica; Culto católico; Culto positivista; Despotismo sanitário; Ensino obrigatório; História do Positivismo no Brasil; Indigenismo; Liberdade comercial; Liberdade de testamento; Liberdade espiritual; Liberdade profissional; Militarismo; Organização da República; Proclamação da República; Incorporação do proletariado; Reforma ortográfica; Relações internacionais; Separação Igreja-Estado; Teoria do Brasil; Teoria política; Teoria médica; Teoria psicológica. Essas categorias incluem um amplo escopo temático; mesmo se excluirmos as três categorias “eclesiásticas”, a “sobra” ainda será bastante grande: “comemorações históricas”, “culto positivista” e “história do Positivismo no Brasil” (LACERDA, 2017, p. 07).

Tais temas são consonantes com a realidade brasileira. Assim, em que sentido é possível afirmar que o Apostolado encontrava-se distante da realidade?

Em segundo aspecto, com que base Holanda defende que houve apenas uma transposição da doutrina europeia no cenário brasileiro? O Apostolado desenvolveu um tipo muito específico de conceito de raça, aplicável somente ao Brasil (LACERDA, 2017). Além disso, com base na doutrina positivista, saíram em defesa das terras indígenas, especialmente no sul do país. E não se deve negar que o castilhismo, fenômeno político rio-grandense, se construiu na reinterpretação de alguns elementos positivistas. Assim, assumir uma transferência pueril de ideias europeias para o Brasil implica em dar ao Apostolado uma atuação infantil. É por isso que Holanda chama este momento de adolescência política brasileira.

Na mesma linha desta argumentação em defesa da leitura complexa que o Apostolado brasileiro faz da doutrina comtiana, ver-se-á o capítulo desta dissertação que analisa as produções positivistas, nas quais se percebe que o positivismo brasileiro assumiu posicionamentos demasiadamente críticos à política brasileira. Quando o governo estado-novista se percebe claramente como uma ditadura, os

positivistas não deixam de chamá-lo de despótico e de afirmar que, independentemente de chamar-se república, é menos república do que aquilo que se encontra na monarquia inglesa. Percebe-se que, nesta relação, o Apostolado faz uma apropriação e aplicação da doutrina que não se limita a cópia pueril das ideias europeias. O positivismo comtiano visto nos *Discursos* sempre vê na monarquia retrocessos quando comparada com o regime republicano.

O próprio Sérgio Buarque parece contradizer-se quanto a esta imagem pueril do Apostolado. Na obra "*Raízes do Brasil*", Holanda defende que o positivismo representa esta simples adoção de ideias europeias sem qualquer aplicação ao contexto brasileiro. Contudo, na obra "*História Geral da Civilização Brasileira*", organizada por ele e por Boris Fausto, afirma-se que Benjamin Constant Botelho rompe com o núcleo ortodoxo por causa da "intransigência doutrinária" de Miguel Lemos, que o levará à ruptura com Laffitte, discípulo direto de Comte na Europa (HOLANDA, 1956, p. 336). Ora, o rompimento do núcleo brasileiro com o núcleo europeu já indica que a relação entre positivistas brasileiros e europeus não era unidirecional, no sentido de que os primeiros dependiam ideológica e doutrinariamente dos segundos. Indica, isto sim, que houve um desenvolvimento próprio do núcleo do Rio de Janeiro e não puramente uma cópia das ideias europeias.

E cabe aqui uma questão: é possível afirmar que os positivistas brasileiros não eram positivos em nenhum dos sentidos atribuídos por Comte? Na obra "*Apelo aos Conservadores*", Comte define o termo positivo como "tudo o que é real, útil, certo, preciso, relativo, orgânico e simpático" (COMTE, 1899, p. 25). Qual destes termos não pode, em hipótese alguma, ser aplicado ao Apostolado brasileiro? Holanda não explica o porquê deste raciocínio, apenas defendendo a ideia de que são negadores ao invés de construtores.

Lacerda, já citado acima, identifica, ainda, outros elementos nos textos de Sérgio Buarque que falam sobre o positivismo mas abafam-lhe a voz. Para ele, Holanda cria uma relação entre o positivismo e o autoritarismo, ao afirmar que a doutrina foi absorvida por militares e que, no conceito de ditadura republicana, havia um fator aderente desta classe. Afirma, ainda, que Comte tece constantes elogios aos militares em suas obras e, para comprovar sua interpretação histórica, recorre à

Benjamin Constant e à escola da praia vermelha como exemplos de militares atraídos pelo comtismo. Em seus termos:

A caracterização dos positivistas como herdeiros da rejeição lusitana ao trabalho sistemático foi deixada de lado em 1972, do v. 7 da História geral da civilização brasileira, no capítulo “Da maçonaria ao Positivismo”. O objetivo nesse texto muda de foco e amplia-se: atribui aos positivistas um forte viés militarista e arrisca uma exegese do próprio Comte, buscando no fundador do Positivismo os traços que lhe permitam afirmar que o Positivismo é, sim, uma filosofia e uma política próxima aos militares. Já não se trata de acusar os positivistas de serem ledores narcotizados e manterem o “horror à realidade”: o que importa é afirmar que o militarismo foi justificado antes de mais nada pelo Positivismo e, inversamente, o ativismo político dos militares brasileiros foi estimulado pelo Positivismo e pelos positivistas. Assim, a narrativa de Sérgio Buarque dá a entender que os positivistas ortodoxos eram conservadores (reacionários?), autoritários (“ditadura”, afinal de contas) e, talvez, até fossem secretamente favoráveis ao imperador (o que quer que isso quisesse significar) (LACERDA, 2017, p. 04).

Concordamos com a análise de Lacerda sobre o texto de Sergio Buarque de Holanda.

Por fim, o texto “*Estado Novo (1937-1945): a concepção de desenvolvimento estatal, as políticas econômicas e seu legado para o desenvolvimento do Brasil*”, de Jesus, Mendonça e Kirsten, faz aproximações entre a política varguista e o positivismo, sem, contudo, dar aos representantes desta doutrina voz que lhes permita expressão. A exemplo disso, os autores começam dizendo que:

Não por coincidência, a estrutura do projeto varguista para o país é bastante correlata com as ideias que se associaram para que o desenvolvimentismo fosse construído. Segundo Fonseca (1999), para entender os elementos relevantes das propostas políticas e econômicas de Vargas (tanto no período em que ele foi governador do estado do Rio Grande do Sul, de 1928 até 1930, quanto no período em que esteve na Presidência da República), não se pode deixar de mencionar a importância que a ideologia positivista exerceu na sua formação. Conquanto, não foi apenas de sua base positivista que Vargas delineou seu projeto nacional desenvolvimentista, segundo Bastos e Fonseca (p. 14, 2012), Getúlio também era defensor de um Estado autoritário modernizador, era crítico ao Estado liberal e defensor da centralização nas mãos da federação para combater o poder das oligarquias estaduais (JESUS; MENDONÇA; KIRSTEN, 2018, p. 07).

Que Vargas teve influência da doutrina positivista em sua formação, isto é consenso. Mas definir que suas políticas foram delineadas pela presença desta doutrina é fazer uma inferência que destoa dos posicionamentos positivistas sobre

Vargas e suas propostas de desenvolvimento. Como se verá adiante, o Apostolado do Rio de Janeiro fez veementes críticas sobre uma série de elementos da política econômica varguista. E isso durante todo o seu período à frente da administração brasileira.¹⁶

É digno de nota que os autores fazem menção a um positivismo que se mescla com outras vertentes e adquire novas configurações durante o processo em que Vargas esteve na presidência. Contudo, a ênfase dada ao positivismo faz-se evidente e até mesmo determinante, como se percebe no seguinte trecho:

Conquanto, não se pode deixar de salientar que o intervencionismo estava limitado pelo dogma positivista das finanças sadias e do orçamento equilibrado. O Estado deveria sempre dar o exemplo para a sociedade e, desse modo, acabava, na prática, colocando um limite de gastos de acordo com a arrecadação (JESUS; MENDONÇA; KIRSTEN, 2018, p. 07).

Para as autoras, a proeminência positivista se ressalta e define os contornos da política varguista. Se assim o é, qual o motivo das críticas do Apostolado a este governo? Essa relação entre o positivismo e o varguismo é tomada como certa e unidirecional, no sentido de que o positivismo é absorvido pelo político, mas não se posiciona frente a este.

Assim, retornamos a Spivak e seu questionamento quanto ao subalterno, apresentado na introdução. É possível que ele fale por si? Este texto vem na tentativa de responder a essa pergunta de forma positiva, partindo do princípio de que há nuances no tema que não foram questionadas e que são dignas disso. A passividade e parca atuação do positivismo neste período emergem como o primeiro foco de crítica. A relação entre Vargas e o positivismo, vista apenas pela ótica de uma historiografia que falou pelo Apostolado, mas que não deixou com que se defendesse, é o segundo.

Deste modo, nossa proposta é analisar as feições que o positivismo adquire no momento histórico em que Vargas emerge como figura pública nacional e chega à presidência na revolução de 1930. Em termos práticos, recuaremos apenas dois anos, para 1928. Este é o momento em que o Apostolado tem sua presidência

¹⁶ Para isso, basta ver os folhetos “*A liberdade espiritual e o ensino religioso nos estabelecimentos públicos*” (1934); “*Os positivistas na Fundação da República*” (1937); “*As constituições de 14 de julho e de 10 de novembro*” (1940); “*A fundação da República em França, em comemoração da passagem do 150º aniversário*” (1942).

substituída e em que as figuras positivistas clássicas, Miguel Lemos e Teixeira Mendes, já não ocupam a liderança da Igreja.

E se é em Vargas que uma parcela da historiografia converge a passividade do positivismo e sua adoção pelo governo, nosso período de análise o acompanhará. Deste modo, balizamos o tempo de estudo entre 1930 e 1945.¹⁷

A adoção deste período não se faz apenas para acompanhar Vargas e, assim, dar voz ao positivismo. É neste período que os regimes totalitários, de críticas ao capitalismo e às democracias liberais, emergem e a Segunda Guerra Mundial ocorre. Em síntese, trata-se de um período de agitação nas relações internacionais. E este tipo de relação, na cosmovisão positivista, tem fundamental importância. Como se posiciona o Apostolado, às relações internacionais são de fundamental importância, afinal:

[...] foi pelas relações internacionais que começou a revolução ocidental, depois que o Papado ficou politicamente anulado, pelas relações internacionais deverá começar o reestabelecimento da ordem" (SILVEIRA, 1932, p.01).¹⁸

Em nível nacional, há a tomada de poder por Getúlio Vargas, a revolução paulista de 1932, a formatação de novas constituições e o surgimento do Estado-Novo. Estes processos exigem um posicionamento da maior parte das instituições. E é objetivo deste texto entender a forma como se posicionou a igreja positivista em situações de tomada de poder dentro de um regime republicano e os movimentos revolucionários que acompanharam este processo de mudança política. Desta forma, analisar o modo como os apóstolos da Humanidade receberam estes eventos permite que haja uma maior compreensão da estrutura das crenças desta instituição e de seu posicionamento frente ao cenário nacional. Acusado de autoritarismo e de embasar o varguismo, conceder voz ao positivismo implica em dar-lhe direito de resposta à produção que dele se apropria, sem, contudo, permitir que fale.

Assim, neste texto buscamos analisar as produções positivistas publicadas pelo Apostolado entre 1930 e 1945. Referente a este período, o portal da FGV menciona 125 textos. Destes, 96 estão disponibilizados em formato digital. A

¹⁷ Entendemos que o segundo governo Vargas, após a presidência de Dutra, abrange um cenário geopolítico nacional e internacional que em muito difere do que é visto nos primeiros quinze anos de governo, de modo que extrapola os limites desta pesquisa.

¹⁸ Esta frase se encontra primeiramente no folheto "*O respeito às nações e o sacrifício da Abissínia*", de 1934, figurando como uma epígrafe. Originalmente, a frase foi retirada do catecismo comtiano.

Hemeroteca Digital, com a ferramenta de pesquisa do portal da Biblioteca Nacional digital, encontrou 2818 ocorrências da expressão “Igreja Positivista”. Destes, 607 casos ocorrem no *Jornal do Commercio*. O material encontrado consiste substancialmente em avisos e convites de atividades da Igreja realizadas no Templo do Rio de Janeiro (total de 530 ocorrências). Destaca-se que estes avisos contêm um pequeno sumário e síntese dos temas tratados nas reuniões. A segunda maior parcela de casos em que a expressão foi encontrada refere-se às atividades públicas do Apostolado fora da Igreja (total de 40 ocorrências). Por fim, há uma parte reduzida de artigos de opinião que não constavam dos textos do portal CPDOC. Há, ainda, três casos em que a palavra aparece, mas como uma correção do jornal em relação aos avisos com informações incorretas que foram inseridos pelo editor.

As fontes empregadas para nossa pesquisa estão ligadas especialmente ao *Jornal do Commercio*, encontradas sob duas formas. Primeiramente, as notícias e textos reproduzidos no periódico. Tais textos são artigos de opinião enviados pela Igreja ao jornal ou anúncios de conferências realizadas pelo Apostolado. Além disso, é através da gráfica do *Jornal do Commercio* que os positivistas imprimem seus textos religiosos para uso interno às práticas da Igreja e proselitismo. Estes textos, que são encontrados no portal da FGV, compreendem panfletos para divulgação de doutrinas, livretos doutrinários para organização do culto e livros para desenvolvimento apologético e sistematização de doutrinas. O *Jornal do Commercio*, como veículo de imprensa e de impressões, é o meio pelo qual o Apostolado dialoga com o mundo fora de seus muros e com seu universo interno de fiéis. Sendo este o veículo de preferência dos positivistas para sua expressão, a análise enfoca principalmente o que se encontra a partir deste jornal.

2 ASPECTOS DOUTRINÁRIOS E ECLESIAÍSTICOS DO POSITIVISMO BRASILEIRO

Inicialmente será apresentado o posicionamento da Igreja Positivista em relação à situação brasileira. Para isto, nos valeremos da produção científica ligada ao tema, especialmente com as obras de Arthur Lacerda (2003), Sérgio Tiski (2005) e Gustavo Biscaia Lacerda (2009). Ademais, nos esforçamos para atrelar estas produções com os textos autorais do Apostolado. Considerando que o eixo norteador da presente proposta é dar voz à Igreja, seu sistema de crenças e posicionamentos, o uso destas produções autorais parece ser imperativo.

Assim, para entender o positivismo religioso brasileiro nas décadas de 30 e 40, é necessário atentar para pressupostos básicos da crença positivista, que permeiam suas opiniões tanto a nível internacional quanto nacional. Tais pressupostos se apresentam em frases-chave, que, à semelhança dos dogmas religiosos, direcionam a doutrina. Se os cristãos do século IV adotaram no Concílio da Calcedônia a frase “Verdadeiramente homem e Deus” para nortear sua cristologia, os positivistas do século XX adotam três princípios: *O homem se agita e a humanidade o guia; Não há governo na terra quem governe, eis porque se extravia a família humana; Separação do poder temporal da autoridade espiritual*. Tais conceitos compreendem o núcleo da fé positiva. Todos são constantes nos folhetos, sendo muitas vezes adotados como epígrafes. O próprio Teixeira Mendes os menciona como dogmas diversas vezes.¹⁹ Portanto, é válido interromper nosso percurso e, para abordarmos o positivismo no Brasil, entendermos tais pontos de sua fé.

O conceito “O homem se agita e a humanidade o guia” tem um significado especial para a doutrina positiva. Tal princípio resume a concepção de movimento histórico de evolução social. Para eles, há uma marcha histórica, na qual todos os povos estão incluídos, cujo destino final é o modelo republicano e positivo. Mas a que se deve tal marcha? E como seu destino pode ser tão certo? A resposta está na *Humanidade*. Tida como gran-Ser (LEMOS, 1933, p. 03), este conjunto abstrato parte de um estado fetichista, típico de povos tribais, com um interregno teológico-

¹⁹ A exemplo disso, o texto “*A comemoração da República*”, publicado em 1944, apresenta uma reedição do discurso de Teixeira Mendes de 1901, aplicado ao cenário do momento. Neste texto, o apóstolo menciona todas estas frases como dogmas.

metafísico, que no Ocidente é representado pelo modelo católico-feudal, para chegar até o estágio republicano positivo. Este percurso cria uma espécie de força norteadora, de modo que as ações de hoje são, em muito, reflexo dos exemplos e da herança de ontem. “Cada vez mais os vivos são guiados pelos mortos”, propôs Comte na doutrina positivista.²⁰ Assim, na concepção desta fé, exemplos como Paulo de Tarso, Danton, Benjamin Constant e especialmente Comte criaram modelos éticos e políticos que não podem ser mais negligenciados pelos povos. Em outros termos, tais pessoas imprimiram na marcha da história marcas indeléveis. E mesmo exemplos que do ponto de vista desta fé são negativos, tais como Napoleão Bonaparte, Mussolini e Hitler, imprimiram marcas tão negativas que só reforçaram a marcha da história. Assim, ações como as dos presidentes da Primeira República, de Vargas no Estado-Novo e do Nazi-Fascismo são consideradas agitações de homens que perturbam, mas não interrompem a marcha histórica. O homem se agita e a humanidade o guia. Nos termos de Teixeira Mendes:

[...] a sociedade não é o mundo oficial, o governo da sociedade não é esse aparelho que os potentados do dia organizam e cujas funções dividem arbitrariamente entre si, não; a sociedade evolue em virtude das leis que lhe são próprias, em uma palavra, conforme a sentença de nosso mestre – o homem se agita e a humanidade o conduz – e nós, a pesar do nosso egoísmo, não podemos nos furtar a esse poder colossal, que nos vai guiando (MENDES, 1944, p. 05).

A segunda frase é ainda mais recorrente do que a primeira. É interessante notar que sua autoria não se atribui a Comte, como a das outras duas, mas a Dante, poeta italiano. Em termos simples, resume toda a problemática da qual partem os positivistas. Na sua perspectiva, o problema do mundo se dá pela falta de um governo que seja “filho da moral e da razão” (PINTO, 1936, p. 01). A ausência de um poder universal representa a fragmentação da humanidade em pequenas nações cuja tendência se dá ao nacionalismo, imperialismo, racismo e militarismo (MENDONÇA; GONÇALVES, 1944, p. 06). Tal contexto dificulta a construção de uma fraternidade universal, alvo máximo da fé positiva. E deve-se acrescentar que a ausência de quem governe também adquire outro significado nos textos. Muito além da simples inexistência de um governo ligado à moral e à razão, a presença de governos deturpados, tais como o militarismo de Napoleão, o fascismo da Itália ou a

²⁰ Esta frase de Comte é encontrada em doze panfletos analisados, no local destinado a epígrafes.

primeira república no Brasil, nos quais há um uso da política ao bel-prazer do governante, é entendida como “inexistência de governo”.

Com isto, os positivistas definem sua problemática e a partir dela introduzem seu terceiro princípio, com a separação entre governo material e espiritual. Este pressuposto é talvez o maior argumento apologético que os positivistas empregam. Nele encontra-se resumida a percepção que têm sobre si mesmos e sobre sua fé. O princípio define que há duas dimensões, cuja separação nunca alcançada é o passo último a ser dado pelos povos. E o que seriam tais dimensões? Os positivistas entendem que a dimensão material, de responsabilidade dos governos, compreende as causas materiais necessárias para a existência. Por exemplo, ao condenarem a criação de um imposto sobre produtos de algodão no estado de São Paulo, chamam isto de “causa material”. Ao referirem-se à questão do proletariado, definem que se “o capital é social na origem, deve ser social o seu destino” (MENDONÇA; TORRES, 1944, p. 07). Assim, em termos simples, a dimensão material se refere ao plano da produção material. Por sua vez, entende-se que a dimensão espiritual compreende a formação moral, os princípios, a fraternidade. Tais elementos não se formam a partir de causas materiais. Escrevendo sobre a libertação de Paris, Alfredo Moraes Filho e Geonísio Mendonça, membros da Igreja, apresentam um pensamento interessante, que exemplifica a separação proposta pelos positivistas. Para eles, no contexto de fim da Segunda Guerra Mundial “a paz voltou a ser concebida baseada na força do armamento, em vez da força de princípios, como se comportassem solução material problemas de natureza espiritual” (MENDONÇA; MORAES FILHO, 1944, p. 03).

Para os autores, há problemas que não se resolvem com medidas materiais, pois são de causas diferentes. E se o governo fica restrito à dimensão material, quem pode se ocupar da dimensão espiritual? Neste ponto entram os positivistas, sacerdotes da humanidade. Com uma religião demonstrável, entendem ter competência para assumir a responsabilidade de aconselhar o poder material, atuando como guias morais.

Tendo em vista que os textos dos positivistas eram publicados em seções do *Jornal do Commercio*, pareceu-nos interessante analisar outras seções do jornal, a fim de rastrear nele atividades e textos positivistas que poderiam não aparecer se considerássemos apenas as seções indicadas no portal da FGV – CPDOC. Por fim, isto se revelou frutífero e esclarecedor, pois o que se encontrou de atividade do

positivismo no *Jornal do Commercio* nos permitiu desconsiderar qualquer assertiva sobre o Apostolado no que tange a um possível alheamento da realidade. Neste aspecto, o “horror secreto a realidade” (HOLANDA, ANO, p. 1963), acusação que parte de Sérgio Buarque de Holanda em relação ao positivismo ortodoxo, deixa de fazer sentido quando contrastada com a intensa atividade da Igreja no período.

As publicações, que somam um número de 607 apenas no *Jornal do Commercio*²¹, foram encontradas com a ferramenta de pesquisa da plataforma da Biblioteca Digital Brasileira. Com esta ferramenta é possível localizar a ocorrência de qualquer termo considerando um período de tempo ou em uma análise que combina certo veículo da imprensa em determinado período de tempo. Realizamos os dois tipos de pesquisa.

Com isto, a ferramenta de pesquisa localizou, nos quinze anos analisados, um total de 2818 ocorrências do termo “Igreja Positivista”. Destes, focamos especialmente nos que ocorrem no *Jornal do Commercio*, que chegam ao número de 607. Optamos por este veículo, pois, segundo a plataforma, a maior quantidade de ocorrências do termo pesquisado encontrava-se neste jornal, além de ser este o jornal que mais veicula os textos produzidos pelo Apostolado.

O material encontrado consiste substancialmente em avisos e convites de atividades da Igreja realizadas no templo do Rio de Janeiro (total de 530 ocorrências). A segunda maior parcela de casos em que a expressão foi encontrada refere-se às atividades públicas do Apostolado fora da Igreja (total de 40 ocorrências). Por fim, há uma parte reduzida de artigos de opinião que não constavam nos textos do portal CPDOC. Há, ainda, três casos em que a palavra aparece, mas como uma correção do jornal em relação aos avisos com informações incorretas que foram inseridos pelo editor.

Com estas informações, foi possível imergir no cotidiano da Igreja e em sua atuação pública para além das discussões e apresentações doutrinárias que os

²¹ Ao todo, com a ferramenta de pesquisa do portal da Biblioteca Nacional Digital foram encontradas 2818 ocorrências da expressão “Igreja Positivista”. Destas, nos centramos no *Jornal do Commercio*. Estas publicações são, em 530 casos, convites para reuniões no Templo e atividades do Apostolado. Muitas reuniões são repetidas ao longo dos anos. Outros jornais consultados, apenas por curiosidade, tornaram-se muito relevantes. Dado o contingente de ocorrências no *Jornal do Commercio*, o tempo não foi suficiente para analisar todas as 2818 ocorrências gerais. Contudo, jornais como *Fon-Fon*, *O Malho*, jornais religiosos, traziam apenas uma ocorrência da palavra. Estes foram consultados e contribuíram para a pesquisa.

folhetos apresentam. O que pode ser percebido, já como uma nota geral, é que a Igreja se manteve atuante em todo o período, com reuniões dentro do Templo e com convite à participação pública. Além disso, destacou-se que o Apostolado manteve coesão doutrinária. Isso se percebe de duas formas. Primeiramente, os avisos de eventos e atividades na Igreja são acompanhados do título das conferências públicas. E, ao longo dos quinze anos analisados, as conferências ministradas seguiam uma ordem e seus temas eram recorrentemente abordados pela Igreja. A mesma conferência sobre educação foi apresentada em todos os anos - e isto para citar um único exemplo. Além disso, os avisos, além dos títulos das conferências, são acompanhados pelos sumários dos temas tratados. Estes sumários também se mantiveram constantes em todo o período²².

A partir destes dados foi possível identificar melhor o sistema de crenças e de atividades do Apostolado. Assim, além da discussão teórica de Lacerda e Tisky, que se centra com mais precisão no comtismo por natureza e no positivismo da Primeira República, pode-se focalizar com mais precisão no Apostolado entre os anos de 1930 e 1945.

Sobre o que foi apreendido acerca do positivismo a partir destas conferências, para fins de análise, dividimos o material encontrado considerando temáticas comuns. Os dados encontrados dentro dos eixos comuns compõem o que se lê abaixo, sendo especificamente: educação aos moldes positivistas; política internacional; liturgia positivista; regeneração políticas; culto privado; culto público.

2.1 Educação Positivista

No âmbito da educação, a Igreja se preocupa de forma enfática com aqueles denominados por ela como adolescentes, cuja idade está entre os 14 e 21 anos. Contrários à educação escolástica, apoiam a educação familiar. A primeira, à qual se opõem, é considerada por tais como mais maléfica do que benéfica, dada sua base discursiva e metafísica, pouco aplicada às ciências naturais e demonstráveis de fato. A educação caseira, contudo, se faria com apoio da mãe e do sacerdote. E,

²² É digno de nota que, entre os anos de 1941 e 1943, assume a responsabilidade pelas conferências no templo Luiz Horta Barbosa, que altera a forma de redação dos avisos e o conteúdo dos sumários. Contudo, constata-se que o conteúdo se manteve, apesar das frases serem redigidas de modo diferente.

com fins de igualar a educação entre os gêneros, o Apostolado defende que o mesmo sacerdote ministre os cursos para ambos os sexos. A formação, assim, se realiza com separação das classes em uma divisão sexual.²³

A educação para os tais se divide em duas fases, sendo a primeira aquela em que depositam maior atenção.²⁴ Nesta primeira fase, que compreende o período entre a concepção e os quatorze anos, a educação é de natureza espontânea, guiada pela mãe em ambiente familiar. Após esta se dá início a uma educação sistemática, conduzida pelo sacerdote. Este, aliás, é um ponto central para a concepção de educação do Apostolado: a condensação de todas as atribuições da educação universal na figura do sacerdote. Isto porque a educação deve, nesta perspectiva, dispor o educando para viver para outrem, conforme o lema positivista.²⁵

Na segunda fase, que compreende um período entre os quatorze e vinte e um anos, têm início na educação as fases de iniciação e admissão. O adolescente não deve ser retirado do convívio da sua família. Nestes sete anos serão ensinadas as sete ciências e a leitura de obras poéticas greco-romanas.²⁶

No regime final, além de sua função específica na educação dos jovens, o sacerdote tem como finalidade disciplinar a vontade e o desejo gerais, sem, contudo, ter nisso qualquer uso de coerção. Em obediência ao seu sistema doutrinário, defendem que o apóstolo deve se valer da persuasão e convicção. O abandono do uso da força e a aplicação de um discurso inteligível e demonstrável para a sustentação e propagação da doutrina são vitais para o Apostolado, pois este crê que, no predomínio do sentimento e da inteligência, diminui-se a necessidade de coerção do poder temporal, ainda que sempre seja necessário manter o poder coercitivo. E quem é este sacerdote do regime final? Para a Igreja, ele se posiciona em clara renúncia ao poder temporal, com seu sustento baseado na classe ativa a partir de contribuição voluntária. Os aspirantes devem ser admitidos aos 28 anos e

²³ Isto se encontra no *Jornal do Commercio* no dia 28/09/1930.

²⁴ O número de palestras sobre a primeira fase da educação supera em muito o número de palestras que abordam a segunda fase. A proporção é de 3 para 1.

²⁵ Isto se encontra no sumário publicado pela Igreja no *Jornal do Commercio* em 10/09/1932

²⁶ Isto se encontra no sumário publicado pela Igreja no *Jornal do Commercio* em 15/09/1935.

os sacerdotes aos 42, desde que sejam dignamente casados. Sua permanência e aprovação devem ser fruto de admiração mediante o cumprimento de seu ofício²⁷.

Estes sacerdotes representantes dos poderes espirituais deverão aconselhar os poderes temporais e as pessoas no âmbito privado e público. Para influência desta instituição sobre a política pacífico-industrial, também chamada de esfera pública, o Apostolado defende a aplicação e difusão da doutrina positivista que não reconhece nenhum direito senão o de cumprir seu dever. Assim, condenam que a influência da doutrina positivista sobre a esfera pública se faça mediante uso de força ou pressão econômica, mas apenas pela persuasão, demonstração lógica de ideias e pelo exemplo.

A base para esta concepção a Igreja encontra em Clotilde de Vaux, defensora da ideia de que na espécie humana os deveres – e seus respectivos cumprimentos – geram e aprimoram os sentimentos. Isso também implica que, para a Igreja, a noção de direitos individuais é imoral, dado que nós recebemos da Humanidade muito mais do que com ela contribuimos. Deste modo, exigir algo dela com base na premissa de um direito é abandonar a veneração ao gran-Ser. Assim, o Apostolado do Rio de Janeiro entende que a ideia de direitos deve desaparecer do cenário público.²⁸

2.2 Política Internacional na concepção positivista

A política internacional, tão turbulenta no momento em que escreveram os positivistas, é alvo de suas asserções. O positivismo, em defesa de sua fé, entende que quando a religião da Humanidade houver triunfado no Ocidente e o sumo sacerdote da Humanidade for considerado melhor do que qualquer Papa haverá paz nas relações internacionais. E, neste regime de paz, o positivismo se tornará guia, pela moral e pela razão, do progresso social de todas as partes do mundo. Em relação aos monoteísmos ocidentais (para eles, Turquia, Rússia e Pérsia), a doutrina positiva auxiliará no governo destas nações. Quanto às tribos politeístas e fetichistas, rapidamente passarão direto para o positivismo, pois na percepção do Apostolado estas tribos só diferem em relação ao dogma, mas valorizam a

²⁷ Isto se encontra no *Jornal do Commercio* no dia 05/10/1930.

²⁸ Isto se encontra no *Jornal do Commercio* no dia 09/11/1934

inteligência e o sentimento tal qual o faz o catecismo comtiano. E, com a harmonia entre as raças, realizará a mistura sonhada por Comte, que aperfeiçoará a Humanidade no pensar, agir e amar. Isto porque em cada raça há um elemento preponderante. Na raça branca, predomina, na visão do Apostolado, a inteligência²⁹. Na raça amarela, há preponderância da atividade; na “raça preta”³⁰, o que se sobrepõe é o sentimento. Assim, a fusão entre as raças aprimorará as funções cerebrais para o amor, o sentido e a ação.³¹

Neste processo de reestruturação da sociedade, o Apostolado defende publicamente em suas conferências a necessidade de incluir o elemento feminino de forma devida (leia-se, aos moldes do modelo positivista). Este é um dos assuntos mais recorrentes nas conferências e aparece sob o título de “Necessidade do concurso feminino para terminar a revolução moderna”. A Igreja defende que o positivismo se pauta na combinação contínua entre o sentimento e a razão para que estes regulem as atividades humanas. E, para o Apostolado, só não houve completa regeneração internacional por causa do papel que a mulher ocupa na mentalidade masculina do ocidente. Caso os homens percebessem a influência da mulher, rapidamente abandonariam a violência geral e devotariam à mulher o papel necessário. E por que defendem isto? A base para sua crença se dá no sentido de que a regeneração depende de uma mudança religiosa e o espírito religioso se desenvolve especificamente na mulher.

Tal regeneração se faz urgente, dado o contraste que há entre o desenvolvimento social e o desenvolvimento da moral. Para o Apostolado, é imperioso que a mulher logo seja restituída ao seu local devido, considerando as confusões e distorções do cenário social nacional e internacional. Este cenário retrógrado pela negligência com a mulher comete uma série de equívocos. Por exemplo, confunde analfabetismo com ignorância, quando, na prática, a “inteligência” assume posturas retrógradas. Com isto, o Apostolado passa a criticar a

²⁹ Isto se encontra no *Jornal do Commercio* do dia 30/11/1930.

³⁰ Deve-se destacar que o Apostolado emprega o termo “preto” considerando as teorias raciais do século XX, identificando como preto todo aquele que é afrodescendente. As discussões sobre identidade negra ainda não estavam desenvolvidas no período.

³¹ É digno destacar duas notas: a primeira é que os termos presentes neste parágrafo são retirados dos termos encontrados no sumário do texto do Apostolado. A segunda é que Comte se assume como concordante com Gall, frenologista europeu que entende que a moral tem raiz na constituição cerebral. Desta ideia Comte retirara seu quadro cerebral e a noção do aperfeiçoamento das funções cerebrais com base na miscigenação.

alguns cientistas modernos (sem especificar nenhum) pelas medidas por estes adotadas. As medidas, estas, sim, especificadas, são a tentativa de dar legitimidade ao suicídio, recomendar o assassinato de moribundos para abreviar seu sofrimento e a morte de doentes crônicos. Tais cientistas modernos sugerem o enclausuramento de mendigos³², além de recomendar o trabalho exaustivo para mulheres em oficinas. A defesa dessas ideias é, para os positivistas, sinal de depravação da moral que se encontra na sociedade moderna. E este último – a presença da mulher na fábrica – torna-se o mais exemplar para a Igreja. Isto porque, na visão do Apostolado, as creches literalmente arrancam os filhos de suas mães, com fins de que os patrões enriqueçam às custas do empobrecimento moral da sociedade. Defendem, deste modo, que o homem deve sustentar a mulher, para que esta ocupe seu destino social.³³

Em resumo, é possível afirmar que a percepção positivista com relação ao sistema internacional tem como ponto central o papel que a figura feminina ocupa na sociedade de modo geral.

2.3 O culto positivista

Para a Igreja, dentro de seus muros há uma constante necessidade de culto, dada sua proeminência sobre o dogma e o regime, porque ele é a parte da religião responsável por aperfeiçoar o sentimento, por ser um exercício direto. Ele é a prática da religião e, portanto, deve ser exercido com constância e cuidado. Constância, pois, esta prática desenvolve as funções altruístas do cérebro, tornando mais familiar e imponente a noção de Humanidade; cuidado porque o culto, se realizado de modo displicente, pode tornar-se em misticismo (e o Apostolado sugere que isto é mais comum em homens do que em mulheres, dado que as conquistas morais acham-se sintetizadas na mulher e que, nesta, a veneração e a bondade são mais desenvolvidas do que no homem).³⁴

³² Sobre isto há um texto que defende o direito à mendicância, publicado no *Jornal do Commercio* no dia 17 de janeiro de 1932.

³³ Isto se encontra no *Jornal do Commercio*, nos dias 19/01/1931;

³⁴ Isto se encontra no *Jornal do Commercio*, no dia 15/02/1930.

Na conferência sobre o calendário abstrato explica-se que o culto público é feito conforme o calendário concreto, enquanto o Ocidente encontrar-se em fase de transição. Contudo, no estado normal positivo, o culto se realizará conforme o calendário abstrato, com 13 meses, com cada comemoração mensal dividida em 4 festas semanais. Os primeiros seis meses serão destinados à Humanidade, paternidade, fraternidade, casamento, filiação e domesticidade. Os próximos três meses destinam-se aos estados religiosos antecedentes do positivismo: fetichismo, politeísmo e monoteísmo. Por fim, os últimos quatro meses são em homenagem à mulher (também chamada de providência moral), ao sacerdócio (providência intelectual), patriciado (providência material) e proletariado (providência geral). O dia que marca o fim do ano é a festa dos mortos e no ano bissexto acontece a festa geral das mulheres santas.³⁵

O exercício do culto aperfeiçoa as funções cerebrais e a moral. Dado que a moral para a Igreja tem base biológica no cérebro, o exercício tem nela a mesma prática que tem nos músculos. Se houver pouca movimentação das funções cerebrais, elas tendem a atrofiar.³⁶

Além disso, o Apostolado reconhece que o positivismo se ramificou em diversas interpretações. No aniversário de morte de Miguel Lemos, em 07/08/1931, a Igreja publica um aviso no *Jornal do Commercio* convidando a população para participar de uma cerimônia realizada no cemitério. Este convite vem acompanhado de um resumo sobre a vida do apóstolo, em que se encontra o seguinte:

[...] ainda moço, Miguel Lemos adotou o positivismo, ainda que seu primeiro contato fosse com as deturpações litreistas e a mistificação laffitista. Contudo, tendo estudado diretamente a doutrina do mestre, compreendeu os desvios dos discípulos e desempenhou a importante missão de organizar uma propaganda fiel do positivismo. Suas obras são constantemente consultadas por estudiosos de nossa formação sociológica³⁷ (MIGUEL, 1939, p. 07).

Este excerto esclarece a posição em que o Apostolado se coloca. Herdeiro de Lemos, o núcleo do Rio de Janeiro se vê mais fiel à Comte do que os dois discípulos diretos – Émile Littré e Laffite. Assim, reforçando sua identidade e contrapondo-se a

³⁵ Isto se encontra no *Jornal do Commercio*, nos dias 22/03/1931 e 19/04/1931.

³⁶ Isto se encontra no *Jornal do Commercio*, no dia 05/03/1939.

³⁷ Isto se encontra no *Jornal do Commercio*, no dia 07/08/1931.

nomes de positivistas consagrados, o Apostolado tenta se firmar como representante fiel e digno da propaganda republicana.

No âmbito da existência subjetiva, o Apostolado defende que os deuses partilham deste tipo de existência. Ou seja, não há deuses na realidade objetiva, tão somente na mente, como construções de uma mentalidade teológica ou fetichista. O positivismo, com sua argumentação racional e seu apelo à moral e à unidade humana, elimina da mente as sombras metafísicas. E, para a Igreja, nisto encontram-se benefícios sem conta. Afinal, se há um poder infinito e absoluto, este poder exclui a sabedoria e a maldade, dado que o campo de atuação dos homens é limitado e definido por um conjunto de forças que lhe fogem do alcance. E somente o positivismo esclarece a realidade subjetiva, livrando-a dos deuses onipotentes (neste ponto é evidente que o Apostolado toma como base a teologia católica) e abrindo espaço para o pensamento racional e o desenvolvimento da liberdade humana³⁸.

Ademais, se os deuses onipotentes devem ser exorcizados pela argumentação demonstrável, da mesma forma, deve-se, por tal argumentação, excluir o ateísmo, visto pelos apóstolos como a mais inconsequente das seitas teológicas. E qual a causa desta inconsequência? Para eles, ao negar uma realidade maior do que o indivíduo e o papel da religião, o ateísmo exclui o conceito de Humanidade, obstruindo o desenvolvimento da veneração e da bondade, e reduz a questões materiais aspectos que são morais, próprios do campo da religião.

Assim, para eles, a religião é o estado que distingue a existência pessoal e social, unindo todas as partes humanas – físicas e morais – em uma convergência de destinos. A existência pessoal, já comentada, articula-se à existência social. Esta última acontece em três níveis para a fé positivista brasileira. Em classificação decrescente de intimidade e crescente em extensão tem-se a família, a pátria e a Igreja. A família se forma do amor e seu núcleo é a mulher. A cidade se forma pela cooperação efetiva e seu núcleo é o governo do patriciado. A pátria faz o intermediário entre a família e a Humanidade, e o verdadeiro sentimento nacional é o intermediário entre a afeição doméstica e o amor universal. Para isto, a pátria deve ser reduzida, com 3 milhões de habitantes em proporção de 60 habitantes por

³⁸ Isto se encontra no *Jornal do Commercio*, no dia 31/01/1932.

quilômetro quadrado. Pátrias grandes são sintomas de concepções metafísicas teológicas. No Brasil, para o Apostolado, Tiradentes foi o primeiro no sentido de priorizar pátrias pequenas. E a Igreja se forma pela fé comum e é presidida pelo sacerdote. Assim, no estado positivo, as cidades são politicamente independentes e espiritualmente unidas pela Igreja Universal – leia-se, religião da Humanidade.³⁹

Contudo, o Apostolado entende que este estado religioso de perfeita união das partes nunca poderá se realizar plenamente. É um ideal para o qual caminham os esforços humanos e as sínteses parciais que surgiram ao longo da história. Com isto, querem dizer que só há uma religião verdadeira e universal, e todas as demais são provisórias e temporárias. E mesmo que seja inalcançável, a religião demonstrável aproxima-se cada vez mais, dado o estado de evolução em que se encontra a sociedade e a influência positiva de Comte e Clotilde. A escala evolutiva da religião, passando pela fase fetichista, astrolátrica, politeísta, judaica, católica, islâmica, protestante tem seu fim do dogma positivista, que concilia o amor e a fé, desenvolvendo o altruísmo e obstruindo o egoísmo.⁴⁰

Aliás, para o Apostolado, esta é a diferença entre o positivismo e as demais sínteses, tidas como provisórias. Para eles, todas as religiões convergem no sentido de conceber uma ordem universal, enquadrando em determinado ponto de vista o homem e o mundo. Este enquadramento sempre teve como objetivo aprimorar esta relação, de modo a permitir a resignação ao que não pode ser alterado e a modificação daquilo que pode ser aprimorado. Deste modo, para o Apostolado, a religião serve como um instrumento de resignação do homem e de ação humana.

Contudo, ainda que todas as religiões convergem neste aspecto, há uma distinção enorme entre a síntese positiva e as demais. Para o Apostolado, as primeiras sínteses buscavam a causa primeira do universo e, assim, surgiram os deuses. Mas dada a infinidade de deuses e a inacessibilidade desta causa inicial, o esforço destas sínteses tornou-se infrutífero e ocioso. Assim, foi necessário mudar o paradigma, abandonando a busca e a fé nas causas e depositando-as nas leis, que são demonstráveis e reais, além de serem acessíveis aos homens. As leis são o fruto das relações entre fatos, de modo que dando-se um, realiza-se o outro. Assim, as leis são constantes. “Que homem ou Deus pode mudar o valor da soma dos

³⁹ Isto se encontra no sumário publicado pela Igreja no *Jornal do Commercio* em 21/07/1935.

⁴⁰ Isto se encontra no *Jornal do Commercio*, no dia 31/01/1932.

ângulos de um triângulo?” perguntam os positivistas no sumário da conferência “As condições intelectuais da religião”, publicada no *Jornal do Commercio*, no dia 31/01/1932.

O conhecimento das leis, então, permite prever a assim agir. Assim, faz-se necessário uma fé demonstrável, cujo dogma seja a ciência. E, antevendo uma possível argumentação contrária, o Apostolado é adepto da ideia de que o fatalismo da lei não limita o campo de ação ou a atividade humana. Antes, a favorece, dado que a lei é uma constante na variedade, ou seja, possibilita previsão ante a incerteza da vida. E este dogma científico, com sua previsibilidade, se configura como um ambiente seguro para o desenvolvimento da atividade e do sentimento, dado que, na mentalidade positivista, é necessária uma ação para o surgimento de uma afeição.

Para distinguir ainda mais a religião da Humanidade das demais, na semana seguinte a esta reunião cujo tema foram as condições intelectuais da religião, o Apostolado realiza uma outra conferência cujo título no jornal consta como “As condições práticas da religião”. Nesta conferência, além de retomar tópicos apresentados na anterior, o Apostolado defende que o dogma e culto positivista é o que melhor atua na preservação e aprimoramento da humanidade. Não só por ser demonstrável e exorcizar deuses onipotentes e ateísmo da realidade subjetiva, o culto positivista exercia a gratidão e a veneração na memória dos progressos humanos e combina da melhor forma as três partes da existência humana: o amor, o pensar e o agir. E por ser demonstrável, tendo como dogma a ciência, ela permite a ação real e precisa do homem, no sentido de melhorar o destino humano.

Em sua cosmovisão, o Apostolado brasileiro entende que a Humanidade, o Gran-Ser, é o conjunto de seres humanos no passado, presente e futuro. Contudo, tal conjunto não é absoluto. Ainda que todos nasçam filhos da Humanidade, nem todos se mantêm assim, dado que alguns podem se tornar servidores deste Gran-Ser, em uma existência de cooperação, enquanto outros são parasitários dela. E mesmo os animais que são dignos compõem esta existência subjetiva comum. Em outras palavras, eles também podem integrar a Humanidade enquanto Gran-Ser, desde que se mostrem significativos para a vida social e cumpram, tal como os

homens, seus deveres. Assim, só são indispensáveis alguns poucos, mas toda existência digna pode ser sua cooperação no desenvolvimento do gran-Ser⁴¹.

Deste modo, a natureza humana é composta por duas partes. A primeira se manifesta numa realidade objetiva, sendo a vida enquanto estiver no reino biológico. A segunda é a existência subjetiva, que se concretiza no coração e no espírito de outrem. Assim, a verdadeira população humana é a soma de todos estes indivíduos. Em outros termos, mas também positivistas, esta existência subjetiva é a memória dos mortos na mente dos vivos. E é uma existência real porque se realiza em um órgão real e tal como a existência objetiva, a subjetiva também interage com os outros. Na existência objetiva, há interações entre o meio e os organismos. Na existência subjetiva, há trocas entre os sentimentos, moral e pensamento do indivíduo que se foi e aquele que o carrega na memória. Assim, o indivíduo, após a morte, continua a interagir com os vivos e a influenciá-los. E dado que a moral do ente que partiu se construiu de modo racional, esta existência subjetiva é construída durante a realidade objetiva e ambas são igualmente racionais.

Esta existência é real porque se faz sentir sua interação, tal como na existência objetiva. As mulheres na qualidade de mães, os pensadores como Arquimedes e Homero continuam, na visão e no texto dos positivistas, a nos educar. E diferente da existência objetiva, a subjetiva é imortal, dado que os benefícios da moral do indivíduo que partiu continuarão a influenciar sua posteridade. É uma vida exclusiva de pensamentos e sentimentos, que se realiza no cérebro. E se cultivada, com a prática memória e da veneração dos mortos dignos, a existência subjetiva aflorará e influenciará a construção moral de cada ser que vive objetivamente.⁴²

E este gran-Ser, a Humanidade, se manifesta na Terra, tida pelo Apostolado como gran-Fetiche. Esta Terra é, para o positivismo, dotada de sentimento e atividade e, embora tenha o curso cego, é voluntário e indispensável à existência. Esta Terra, contudo, não existe em si mesma, mas se realiza no espaço, o gran-Meio. Para o Apostolado, o espaço é este lugar sem ação ou inteligência, mas sempre benévolo, no qual se realizam todos os fenômenos. Assim, cria-se uma

⁴¹ Isto se encontra no *Jornal Do Commercio*, no dia 13/02/1932.

⁴² Isto se encontra no *Jornal Do Commercio*, no dia 13/02/1932.

tríade que sustenta a realidade e que é digna do culto positivista: o gran-Ser (Humanidade), gran-Fetichismo (Terra) e gran-Meio (espaço).⁴³

2.4 Os sacramentos positivistas

Este culto se realiza em duas dimensões: a pessoal e a pública, ligadas à vida privada e à vida pública. Disto decorrem os nove sacramentos do Apostolado, sendo eles: apresentação, iniciação, admissão, destinação, casamento, madureza, retiro, transformação e incorporação.⁴⁴

No culto privado, também chamado de culto íntimo, deve haver a adoração das melhores personificações da Humanidade. E, considerando que o gran-Ser se funda no amor, é o sexo afetivo que melhor personifica as virtudes da Humanidade. Em resumo, no culto privado deve-se louvar as mulheres que são as encarnações do amor e das virtudes do conjunto humano. A mulher é, portanto, a providência moral da Humanidade para o culto. A esta providência o Apostolado, na linha de Comte, chama de anjos da guarda. Dentro da doutrina, existem três anjos que acompanham os homens e os influenciam de forma subjetiva mesmo após a morte, inspirando a bondade, desviando do mal e amparando nas adversidades. São estes: a mãe, a esposa e a filha. Cada uma destas tem um papel específico no desenvolvimento dos instintos cerebrais. A mãe desenvolve a veneração, a esposa o apego e a filha a bondade. E, na prática da oração na vida privada, o indivíduo vivo mantém diálogo com a existência agora subjetiva destes anjos e aprimora-se a espécie e o indivíduo.⁴⁵

No culto público, a apresentação é feita no nascimento, enquanto a iniciação se realiza aos quatorze anos de idade, quando o menino passa da educação espontânea da mãe para a sistemática dirigida pelo sacerdote, sendo esta a primeira manifestação de vida pública. A admissão é realizada aos vinte e um anos e autoriza o adepto a servir livremente a Humanidade, de quem até agora só recebeu, sem nada contribuir.

⁴³ Isto se encontra no *Jornal do Commercio*, no dia 13/02/1932.

⁴⁴ Isto se encontra no sumário publicado pela Igreja no *Jornal do Commercio* em 27/03/1932.

⁴⁵ Isto se encontra no sumário publicado pela Igreja no *Jornal do Commercio* em 05/03/1933.

Aos vinte e oito anos se realiza a destinação, na qual se consagra o ofício social que foi escolhido entre os 21 e 28 anos. O casamento, o mais importante dos atos privados, deve acontecer com as mulheres entre os 21 e 28 anos e com os homens entre os 28 e 35. É neste ato que a existência de ambos, marido e mulher, se aperfeiçoará mutuamente. E, para o Apostolado, a teoria do casamento tem raiz “científica” pois se pauta no esquema comteano do quadro cerebral. Para Comte, se os dois sexos forem comparados, tem-se que o cérebro feminino tem uma dupla superioridade moral, dado que a pureza e a ternura neste cérebro se desenvolvem com mais proeminência, havendo na mulher predomínio das qualidades altruístas em detrimento das qualidades egoístas. O homem, por sua vez, é superior em caráter, dada sua firmeza, prudência e coragem. Assim, no encontro de ambos, as inteligências se equilibram e definem-se os papéis de cada cônjuge na casa. Cabe à mulher liderar a educação e o desenvolvimento da moral. Cabem ao homem o governo material e o sustento.⁴⁶ Este princípio norteia o raciocínio positivista que enxerga na inclusão da mulher na vida pública e no mercado de trabalho um retrocesso do governo varguista.

Tal casamento constituía-se, no regime positivista, como uma monogamia completa com viuvez eterna. Assim, para eles, o divórcio é um retrocesso clássico dos regimes anárquicos.⁴⁷

Ainda no âmbito da vida privada, o Apostolado entende que se deve guardar a castidade até o casamento.⁴⁸ Este é um princípio recorrente nos escritos positivistas e anualmente retomado em diversas conferências. Tanto as conferências sobre casamento quanto as conferências sobre educação e saúde defendem a castidade até o matrimônio. E isto se justifica pela construção do quadro mental proposto por Comte. Neste quadro (que será apresentado abaixo), há diversos instintos, divididos entre altruístas e egoístas, que atuam no ser humano. O instinto sexual, considerado egoísta, é secundário, vindo logo após o instinto nutritivo. Ambos egoístas, podem ser limitados pelos instintos altruístas se houver predomínio da moral e da razão. Assim, para o Apostolado, é completamente possível conciliar a ideia de castidade com o casamento tardio dos homens e mulheres. Isto se

⁴⁶ Isto se encontra no sumário publicado pela Igreja no *Jornal do Commercio* em 27/03/1932.

⁴⁷ Isto se encontra no sumário publicado pela Igreja no *Jornal do Commercio* em 27/03/1932.

⁴⁸ Isto se encontra no sumário publicado pela Igreja no *Jornal do Commercio* em 28/09/1930.

observa na conferência intitulada “Teoria da educação”, que conta com uma sessão dedicada apenas à educação da criança até a dentição e dos meninos até a puberdade. Para o Apostolado, se a educação se pautar, nesta primeira fase, em princípios de viver para outrem e de viver às claras, após a puberdade a moral estará desenvolvida o suficiente para conter os impulsos sexuais⁴⁹.

Esta influência da moral nos instintos também explica o motivo do Apostolado relegar para segundo plano a reprodução dentro do casamento. Isto porque o matrimônio serve primeiramente para o aperfeiçoamento dos cônjuges, como uma amizade que, uma vez rompida, não pode ser reproduzida com outro alguém. É assim que o Apostolado defende a viuvez eterna⁵⁰.

Este domínio da moral se estende a todas as esferas da vida pessoal. Por exemplo, quanto à alimentação o Apostolado também expressa sua opinião naquilo que chama de “Regime Pessoal”. Na visão da Igreja, o instinto nutritivo precede os demais (sexual, materno, destruidor, “construidor”, orgulho e vaidade). Assim, este instinto carece de atenção e de obediência ativa à regra positivista de viver para outrem. Deste modo, se algum indivíduo se alimenta além da medida, consome provisões que alguém pautado na equidade moral destinaria a outras pessoas. É também debaixo da égide dos princípios positivistas que o Apostolado entende ser necessária a abstenção do álcool, mas sobre este assunto não se aprofundam nos motivos.⁵¹

Após isto, aos 42 anos, realiza-se a maturidade, em que se impõe ao servidor da Humanidade a inflexível responsabilidade nas suas funções, cujos desvios serão quase sempre irreparáveis.

Aos 63 anos, o servo da Humanidade, já velho, abandona a atividade exaustiva para exercer apenas a influência consultiva. Por fim, o sacerdote realiza a transformação no luto da família, apreciando dignamente o ente que se foi. Sete anos depois da morte, o legado do falecido será julgado e apreciado. Se for comprovada conduta íntegra, ele será incorporado à Humanidade e seus restos mortais serão transportados para um cemitério religioso do positivismo.

⁴⁹ Isto se encontra no sumário publicado pela Igreja no *Jornal do Commercio* em 10/09/1932.

⁵⁰ Isto se encontra no sumário publicado pela Igreja no *Jornal do Commercio* em 15/10/1932.

⁵¹ Isto se encontra no *Jornal do Commercio* em 26/10/1930.

2.5 A teoria racial e o quadro cerebral do positivismo

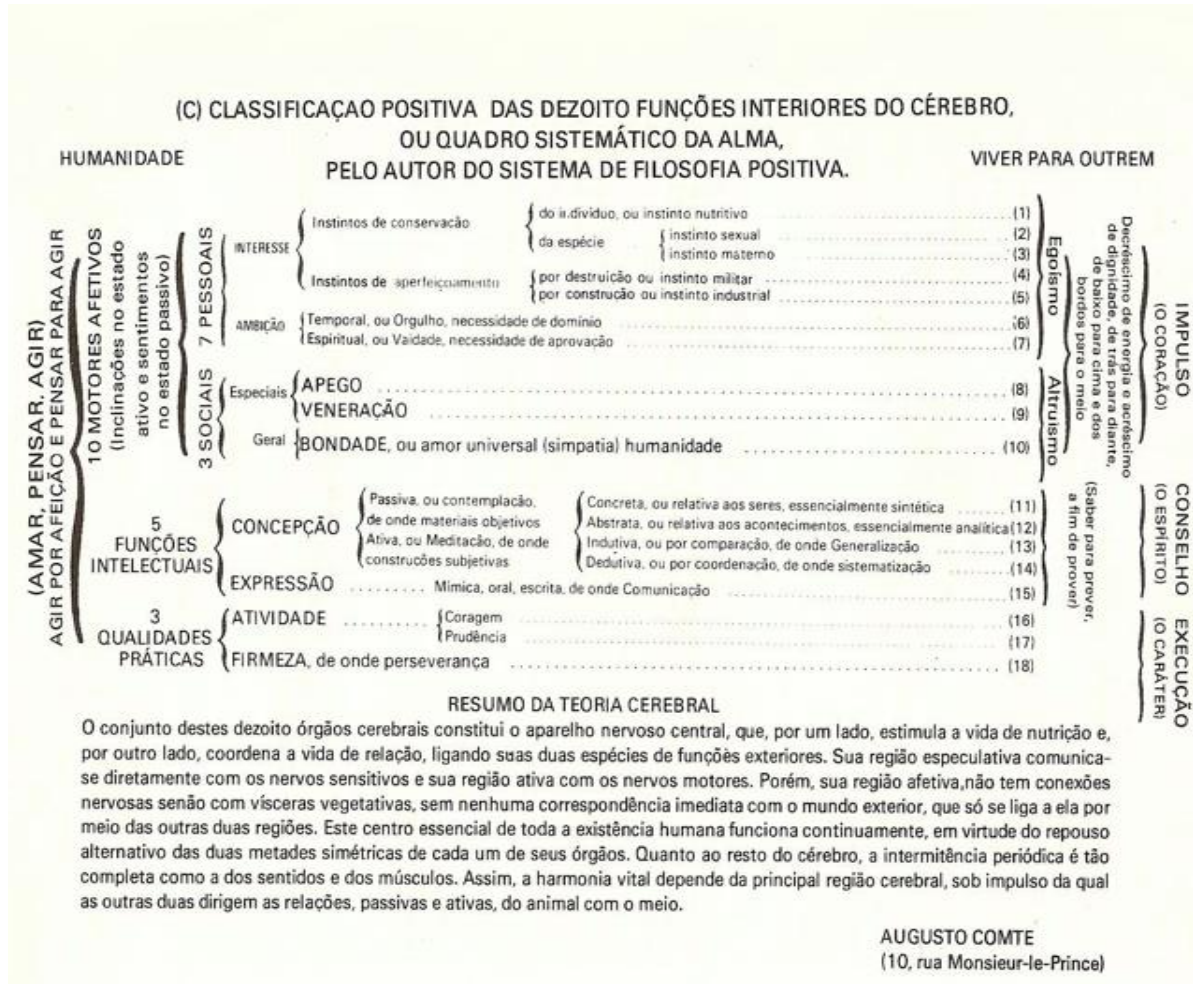
O critério do Apostolado para julgar os acontecimentos sociais é o concurso deles para a solução do problema religioso que afeta o Ocidente desde a crise do papado no século IV e a fraternidade das raças. Para tal, portanto, os acontecimentos não se medem por seus nomes ou designações. Em outros termos, não basta que algo se nomeie como república para que de fato assim seja. E para o Apostolado a questão das raças se faz determinante para o progresso humano, pois cada raça carrega consigo características que foram desenvolvidas a partir da influência do meio em que se desenvolveram, sendo passadas de pai para filho por meio da hereditariedade. Assim, há três grandes raças: a branca, a amarela e a preta e cada qual é superior às demais em algum sentido: ou superam as outras no campo da atividade, ou no dos sentimentos ou no da inteligência. Assim, para a Igreja, a fusão das raças resultará, pela lei da hereditariedade, em um aperfeiçoamento generalizado da raça Humana, permitindo-lhe pensar, agir e amar de forma mais completa. Neste sentido, encaixam o descobrimento do Brasil como um episódio que marca o início da solução final do problema das raças. Sem minimizar os danos da conquista da América, reconhecem que neste episódio houve a primeira integração entre a raça branca e a raça indígena. E, posteriormente, com a escravidão, houve a inclusão do elemento negro. Isto é tal que defendem a ideia de que não há branco puro, mas apenas mestiços. Assim, o Brasil se configura como um país cuja fusão se realizou e permitiu que o nascido brasileiro fosse mais apto para amar, agir e pensar. E o que cabe ao brasileiro, aos olhos do positivismo, diante dessa proeminência? Para o Apostolado, muito mais do que motivo de orgulho, faz-se necessário que assumam com humildade a responsabilidade advinda deste aperfeiçoamento racial. Com esta responsabilidade, devem agir reparando os erros do passado – escravidão e destruição dos índios – e continuando a obra de convergência racial, aprimorando o contato entre os elementos que compõem a matriz brasileira⁵².

O quadro cerebral abaixo (Figura 1) é composto, para Comte, por uma classificação que conta com 18 partes, sendo 10 responsáveis por questões motoras

⁵² Isto se encontra no sumário publicado pela Igreja no *Jornal do Commercio* em 03/05/1932.

e afetivas, 5 por funções intelectuais e 3 práticas, organizadas a partir de um princípio de generalidade decrescente. Esta relação entre moral e biologia Comte e o Apostolado atribuem à Gall, principalmente, mas também aos esforços de Cabanis⁵³, Bichat⁵⁴ e Leroy.⁵⁵

Figura 1 – Quadro Cerebral



Fonte: COMTE, 1978.

⁵³ Pierre-Jean-Georges Cabanis (1757-1808) foi médico e filósofo francês. Também participou da revolução francesa, colaborando na Assembleia Nacional. Como médico, questionou a existência da alma humana e propôs uma relação entre moralidade e biologia.

⁵⁴ Marie François Xavier Bichat (1771 – 1802) foi médico, anatomista e cirurgião francês. Em sua abordagem, Bichat propõe uma abordagem médica que considere a integração dos sistemas do corpo.

⁵⁵ Isto se encontra no sumário publicado pela Igreja no *Jornal do Commercio* em 05/08/1932.

Dentro destas funções há o que Comte entende como princípios altruístas (3) e egoístas (7). Os primeiros são o apego, a veneração e a bondade. Os segundos são o instinto nutritivo, sexual, maternal, militar, industrial, orgulho e vaidade.⁵⁶

2.6 A perspectiva histórica do positivismo

No âmbito das relações internacionais, na conferência “*Influência cívica do sacerdócio, relações com o patriciado e o proletariado: greves*”⁵⁷, o Apostolado se coloca diante das questões do capital e das tensões que advêm da concentração de renda. Para a Igreja, o positivismo é uma doutrina que, ante o valor supremo dado à Humanidade, torna todos funcionários dela. Deste modo, todo o capital gerado tem destino à Humanidade, ou, de modo mais concreto, à sociedade que o gerou. Assim, para o Apostolado, comete-se uma injustiça em relação ao proletariado, acampando-o na sociedade, mas não o inserindo de modo real e efetivo. O proletariado produz, mas está distante dos meios de cultura e adventos morais mais vanguardistas, dado que sua existência se limita à sobrevivência. Diante disso, o Apostolado defende que o sacerdote deve intervir em qualquer conflito, prevenindo ou moderando as tensões. E, para isto, deve empregar os princípios religiosos do positivismo.⁵⁸

Sendo a religião a base da estrutura social e o princípio regulador da sociedade, o Apostolado vê na história da religião uma condensação da história da Humanidade. Esta história se desenvolveria de modo progressivo, obedecendo a duas leis. A primeira é que toda teoria e pensamento passa pelos três estágios: teológico, metafísico e positivo. A segunda é que toda atividade é primeiramente conquistadora, em seguida, defensiva e, por fim, industrial.⁵⁹

Este processo de evolução teve início com o fetichismo, como estágio primário da Humanidade. Neste estágio, pela natureza da devoção privada, é muito tardio o surgimento de um sacerdócio. Em outros termos, este estágio é de difícil evolução. Contudo, quando evolui, passa pelo estágio da astrolatria, que funciona como uma transição entre o fetichismo e o politeísmo.

⁵⁶ Isto se encontra no sumário publicado pela Igreja no *Jornal do Commercio* em 13/08/1932.

⁵⁷ O convite para esta conferência foi reproduzido um total de 9 vezes no *Jornal do Commercio*.

⁵⁸ Isto se encontra no sumário publicado pela Igreja no *Jornal do Commercio* em 06/11/1932.

⁵⁹ Isto se encontra no sumário publicado pela Igreja no *Jornal do Commercio* em 20/11/1932.

Com o politeísmo, há o início da contemplação dos seres e da realidade para a descoberta dos princípios. Ainda que esta contemplação tenha como objetivo as causas últimas, é neste processo de observação que se gesta o pensamento racional, no qual os homens passam a analisar a realidade, não apenas compondo o mundo, mas o investigando.

E com o desenvolvimento da busca nas causas, houve a aglutinação dos deuses na figura de uma única divindade. Este tipo de sociedade é representado por Moisés, ainda que de forma imperfeita. Em todas as fases deste estágio há um predomínio de ações guerreiras e a confusão entre o poder temporal e o poder espiritual.

Em seguida, a Humanidade passou pelo estágio greco-romano.⁶⁰ O Apostolado, ao observar este estágio da transição humana, adota a postura de contrastar ambas sociedades – a romana e a grega. A primeira, para eles, é fruto de uma construção coletiva na qual todos os homens livres atuam de forma ativa. Na segunda, há um pequeno grupo de pensadores atuantes ante uma massa populacional que assiste passivamente o surgimento de pensadores eminentes. Este desenvolvimento se realizou em três fases. A primeira se deu com o aprimoramento das artes, cujo representante máximo é, para o Apostolado, Homero. A segunda é o desenvolvimento da filosofia, cujo ícone é Aristóteles. E, por fim, Arquimedes figura como representante máximo do desenvolvimento da ciência.

Contudo, essa discrepância e degeneração grega levou à degradação da cultura, que só foi salva, na visão do Apostolado, pela conquista romana. Os gregos concebiam a atividade como um tipo de malefício ou elemento secundário, em detrimento da inteligência. Este desequilíbrio sacrificou o equilíbrio e a unidade grega, que só foi reestruturada quando Roma conquistou a região.

Tal conquista se manifestou de duas formas. Primeiramente deu-se a dominação, empreendida por César. A segunda foi a disseminação dos resultados estéticos, filosóficos e científicos advindos da conquista da Grécia. Destes dois movimentos – o intelectual grego e o social conquistador romano – nasceu a necessidade de um princípio regulador da atividade, do pensamento e da ação.

⁶⁰ Isto se encontra no sumário publicado pela Igreja no *Jornal do Commercio* em 04/12/1932.

Disto, explica o Apostolado, nasce e se difunde o catolicismo com Paulo de Tarso, na fase de transição intitulada de católico-feudal.

A transição católica, conforme defende o Apostolado, logo em seu início dá sinais de sua provisoriedade.⁶¹ Esta transição se realiza em três fases. Na primeira, que vai do século V ao século VIII, são lançados os fundamentos da sociedade católico-feudal e suas características. Do século VIII ao X, o positivismo enxerga o nascimento ainda embrionário dos elementos que darão início à crise do mundo católico feudal. Neste período, tendo em vista as invasões e guerras perturbadoras⁶² e o surgimento do islamismo como uma rivalidade ao predomínio católico, surge a necessidade de concentrar poderes contra invasões. Daí a explicação para o surgimento de Carlos Magno e o centro social é transportado de Roma para Paris (esta é uma possível referência ao cativo de Avignon, contudo o sumário não especifica e isto não se encontra nos folhetos).

Na terceira fase, que vai do século XI ao XIII, tornam-se evidentes as limitações do catolicismo em conseguir universalidade no Ocidente e se gesta a crise do século XIV, que diminui em muito o poder do papado e abre caminho para a síntese positivista. Nesta terceira fase se observam as cruzadas, chamadas pelo Apostolado de luta vã. Toda a fragilidade do catolicismo se escancara com esta luta vã.

Esta transição católico-feudal, ainda que incompleta, é a responsável pelo desenvolvimento de grande progresso no Ocidente. Foi neste período que se realizou o culto à mulher, na figura da Virgem, em um prelúdio ao culto à Humanidade.⁶³

Por fim, após a crise do Ocidente no século XIV, tem início a transição revolucionária, especialmente com a revolução francesa e o advento do positivismo. É nesta situação que se encontra o Ocidente de Comte e o Ocidente da Igreja do Rio de Janeiro.

⁶¹ Contudo, em nenhum dos sumários há uma explicação disso. A explicação se encontra apenas nos folhetos e textos positivistas que circulam entre fiéis. Defende-se que o catolicismo, apesar de sua tônica moral, apela para os elementos egoístas, como a salvação individual, negligenciando os aspectos altruístas.

⁶² O Apostolado não especifica quais são tais invasões ou guerras.

⁶³ Isto se encontra no sumário publicado pela Igreja no *Jornal do Commercio* em 10/12/1932.

Para a Igreja, com a crise do papado, o Ocidente passou por um processo simultâneo de anarquia e renovação, destruição e construção – contudo, todos estes processos apenas abriram caminho para o advento do positivismo. O que se destruiu foram os regimes feudais de servidão. Esta destruição se deu de forma espontânea, entre os séculos XIV e XV, com os embates entre os poderes espirituais e temporais, nas guerras de religião. Nestas guerras, saiu derrotado o poder espiritual, que se tornou subserviente ao poder temporal. Claro exemplo disso para o Apostolado é a ditadura de Luís XI, que impôs sua vontade a uma França dilacerada pelas guerras religiosas. Contudo, dele permaneceu a doutrina católica e os princípios metafísicos.

Do ponto de vista construtivo, foi nesta transição que houve um surto industrial, percebido pela prensa de Gutemberg, desenvolvimento da pólvora, descobrimento da América. Na literatura surgiram Dante e Tomás de Kempis e na filosofia fizeram-se sentir as ideias de Descartes, Leibnitz e Bacon.

Após esta destruição espontânea, iniciou-se no Ocidente uma destruição sistemática que ruiu com as bases do antigo regime, com o protestantismo e o deísmo. Estas duas novas formas de fé minaram o poder do papado, inserindo o Ocidente em uma crise da ausência de poderes universais e espirituais, mas abrindo espaço para o advento do positivismo. Neste período, no campo da filosofia, são vistos como destruidores incompletos: Voltaire e Rousseau. E são vistos como construtores parciais: Diderot, Fontenelle, Hume, De Maistre. Estes, inclusive, são chamados de precursores de Comte.

Do ponto de vista construtivo, foi neste período que a ciência ganhou forma, com a fundação da química, biologia e sociologia, com influência de Gall, Condorcet e o próprio Comte. No campo da política, há revolução francesa e abolição da monarquia.

Dado que estes movimentos construtivos e destrutivos não podiam conciliar a ordem com o progresso pela ausência de uma moral demonstrável, fez-se necessário colocar o plano social em outro nível. Isto, para o Apostolado, se consolida em Comte.⁶⁴ Nessa ordem social fundada com o advento do positivismo:

[...] o sacerdote da Humanidade toma dignamente a direção dos negócios da terra, para construir a verdadeira providência moral,

⁶⁴ Isto se encontra no sumário publicado pela Igreja no *Jornal do Commercio* em 18/12/1932.

intelectual e material, excluindo irrevogavelmente da política todos os escravos de Deus: católicos, protestantes, deístas, que são ao mesmo tempo atrasados e perturbadores (*Jornal do Commercio*, 1932, p. 03).

Neste presente, enquanto não prevalecer o estágio normal e positivo da sociedade, tem-se um predomínio da anarquia. Com a ausência de doutrina espiritual, o governo não pode manter a ordem material. E por isso a república é a única alternativa possível para este momento. A monarquia se manifestou durante todo o período de transição, mas sempre foi incapaz de garantir a ordem e o progresso, ora se manifestando como retrógrada, ora como autoritária. Suas bases são de origem metafísica, como o direito divino dos reis. Mas na república há o predomínio de uma razão e opinião pública esclarecida. Esta república, contudo, deve ser de natureza ditatorial, não parlamentar nem religiosa. Não deve ser parlamentar porque as câmaras e assembleias somente dificultam a ação pautada em leis demonstráveis. E não deve ser religiosa porque o positivismo entende que se uma doutrina precisa do apoio do governo para existir ou se um governo precisa do apoio de uma doutrina religiosa para se manter no poder, ambos estão decadentes. Ambos devem existir por força de seus argumentos demonstráveis e pelo cumprimento digno de suas funções.⁶⁵

Sobre a expressão ditadura, deve-se entender um governo que dita, a partir dos conhecimentos das leis naturais e sociais e sob o conselho (mas não influência) dos sacerdotes, as medidas que convergem para o progresso.

2.7 O lugar da moral no contexto positivista

A moral, para o Apostolado, é uma ciência cujo conhecimento sistemático tem como núcleo o estudo da própria natureza humana. E nisto a moral se eleva como ciência máxima por excelência, uma vez que o homem, para o Apostolado, constitui-se como uma redução da ordem universal. Assim, o estudo do Homem reflete o estudo de todas as demais ciências, pois este seria um “pequeno mundo”, termo empregado pelos positivistas.⁶⁶

⁶⁵ Isto se encontra no sumário publicado pela Igreja no *Jornal do Commercio* em 15/10/1933.

⁶⁶ Isto se encontra no sumário publicado pela Igreja no *Jornal do Commercio* em 16/07/1933.

Assim, a moral é a ciência final e todas as outras são suas predecessoras e preparam-lhe o caminho. E o Apostolado elogia a ação de Paulo de Tarso do cristianismo, dado seu esforço em constituir uma moral, ainda que tida pela Igreja Positivista como incompleta. Na distinção que o autor cristão faz entre natureza humana e graça divina, os apóstolos da Humanidade enxergam um esboço da oposição entre egoísmo e altruísmo, esta sim, para eles, de base científica.⁶⁷

Nas definições do governo e do sacerdócio, a Igreja entende que a ação do sacerdote é potencialmente muito mais influente do que a ação do governo. Isto se dá pois o sacerdote, com o culto e o dogma, possibilita o progresso moral. Enquanto o governo, na sua esfera de ação reduzida, investe no progresso material da sociedade. E assim, separando os ofícios, há uma convergência dos esforços dos agentes sociais. É válido destacar que o sacerdote deve atuar com a mulher, de modo que ele atua no coração através do espírito, e ela atua no espírito através do coração, exercendo principalmente influência através da moral.⁶⁸

Quanto à atividade missionária, o Apostolado entende que a melhor forma que convém ao ensino religioso é o diálogo. Este princípio é retirado da redação do catecismo positivista, que, segundo a Igreja, idealiza um diálogo entre Clotilde e Comte.⁶⁹

Para o Apostolado, a moral e a razão sempre condenam as revoluções, mesmo que estas levem ao estabelecimento da república. Isto porque é sempre possível comprovar seus efeitos negativos e cruéis. As revoluções sempre devoraram seus filhos, tal como aconteceu com Danton, Lavoisier, Condorcet, Roland. E no caso da revolução francesa, por fim ela caiu nas mãos de um Napoleão, que reestabeleceu a ordem antiga, até a escravidão. As conquistas sociais caíram em perigo porque o processo de implantação da república foi revolucionário e não esclarecido. Assim, governantes, dotados de infalibilidade pela soberania popular, atentam contra todas as liberdades. Mas a contemplação do passado dá conforto, esperança e estímulo. Isso porque o que se perceberá é que o homem se agita, mas a Humanidade o guia.⁷⁰

⁶⁷ Isto se encontra no sumário publicado pela Igreja no *Jornal do Commercio* em 16/07/1933.

⁶⁸ Isto se encontra no sumário publicado pela Igreja no *Jornal do Commercio* em 20/08/1933.

⁶⁹ Isto se encontra no sumário publicado pela Igreja no *Jornal do Commercio* em 13/01/1935.

⁷⁰ Isto se encontra no sumário publicado pela Igreja no *Jornal do Commercio* em 14/07/1935.

2.8 O Apostolado

O Apostolado da época é formado por uma comissão diretiva que substituiu administrativamente os primeiros apóstolos. Considerando a importância que desempenham na doutrina e organização da Igreja, faz-se necessário dar rosto aos membros desta comissão. Para tanto, nesta subseção buscou-se apresentar o Apostolado das décadas de 30 e 40. Destaca-se que, no caso de Geonísio Curvello de Mendonça e Amaro da Silveira, uma quantidade muito reduzida de dados foi encontrada.

Primeiramente, tem-se Luís Bueno Horta Barbosa⁷¹, engenheiro militar de grande atuação política e religiosa. Ainda que sua família fosse tradicionalmente de Minas Gerais, nasceu em São Paulo, em 3 de maio de 1872. Isso ocorreu porque seu pai prestava serviços na Estrada de Ferro D. Pedro II. Coursou o Colégio Abílio e, segundo a homenagem póstuma, foi um dos que participou das movimentações populares de celebração da república em 15 de novembro.

Seu pai, então, o matriculou na Escola Militar e, em 1893, ele serviu como militar na guarnição dos holofotes da Glória e de São João. Contudo, sofreu um acidente e perdeu uma perna, o que lhe privou da carreira militar. Reformado ao posto de alferes partiu para a Escola Politécnica, em um período de dois anos. Até 1900 foi professor particular de matemática até que, por concurso público, assumiu a cadeira de mecânica e astronomia do ginásio de Campinas.

Antes da conversão ao positivismo, Luís se envolveu na defesa indígena. Com a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), foi nomeado secretário de Marechal Rondon. Entre 1918 e 1923 foi o diretor geral do SPI, com atenção especial aos indígenas kaingang do interior de São Paulo. Em 1925, tornou-se representante do Brasil no “Congress in C. Work in South America”, organizado em Montevidéu.

Por questões de saúde, aposentou-se em 1930, quando dedicou-se integralmente à propaganda positivista, ministrando cursos de filosofia no templo e ocupando a tribuna de Miguel Lemos, Teixeira Mendes e Bagueira Leal. Ao fim,

⁷¹ As informações sobre Luís Bueno Horta Barbosa foram encontradas no memorial escrito na ocasião de seu falecimento e publicado no *Jornal do Commercio*, no dia 14 de abril de 1933. Também se encontram dados na revista *Tellus*, nº 24, 2013, entre as páginas 401 e 405.

faleceu em 11 de abril de 1933, sendo sepultado no cemitério S. João Baptista. Seu filho, Luiz Hildebrando Horta Barbosa, assumiu funções na Igreja Positivista.

Luiz Hildebrando Horta Barbosa⁷², nascido em Niterói em 25 de agosto de 1900, era filho de Luís Bueno Horta Barbosa. Matriculado na Escola Politécnica, formou-se em 1923.

Após a formação, atuou como professor de ciências no ensino secundário e no Ministério da Justiça, como diretor de um departamento. Desde já, oferecia cursos livres da doutrina positivista. Em 3 de maio de 1940, assumiu o compromisso oficial com a Igreja Positivista (contudo, em 1944 integrou uma comissão para a construção da Cidade Universitária no Rio de Janeiro, compondo a equipe como engenheiro). No serviço ao positivismo, participou da fundação da Sociedade Brasileira de Cultura Positivista, como co-fundador e presidente. Faleceu em 11 de agosto de 1973, aos 73 anos.

Joaquim Bagueira do Carmo Leal⁷³ nasceu no Rio de Janeiro, em 9 de agosto de 1859. Formou-se em Medicina no Rio de Janeiro e em 1880 integrou a Sociedade Positivista do Rio de Janeiro. Nesse período, participou da ruptura com Laffitte. Foi o segundo do país a assinar sua entrada para o positivismo brasileiro, reconhecendo como apóstolo Miguel Lemos. Além disso, foi um dos poucos médicos a aderirem à doutrina comteana. Comte foi forte crítico do sistema médico de sua época, o que conferiu ao positivismo uma baixa adesão entre os membros dessa categoria.

Em 1880, Bagueira Leal se alistou no Exército Nacional e serviu no Asilo dos Inválidos da Pátria, na Ilha do Bom Jesus, até 1893, quando foi transferido para o Rio Grande do Sul.

Seu primeiro texto positivista, publicado em março de 1890, foi enviado por correspondência do Rio Grande do Sul para o Rio de Janeiro. É digno de nota que, neste primeiro texto, Leal defende o livre exercício da medicina, com a remoção de medidas repressivas da “prática ilegal médica”. Os textos seguintes versam sobre a

⁷² As informações sobre Luiz Hildebrando Horta Barbosa foram encontradas no portal do Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB), no link: http://www.cdpb.org.br/antigo/dic_bio_bibliografico_barbosaluiz.html (acessado em 20/08/2020) e no portal da UFRJ, <http://memoria.sibi.ufrj.br/index.php/15-reportagens> (acessado em 20/08/2020).

⁷³ As informações sobre Bagueira Leal foram encontradas no artigo “A revolução federalista na perspectiva de um médico positivista: cartas do dr. Bagueira Leal a Miguel Lemos e Teixeira Mendes”, da autoria de Paulo Ricardo Pezat, na revista *História em Revista*, 2003.

luta contra a vacinação obrigatória da varíola, o “despotismo” da higiene urbana e na tradução de textos médicos internacionais.

Em esforços catequistas, trouxe para a Igreja sua irmã e três filhas. A esposa continuou católica. Após a morte de Mendes, Bagueira Leal integrou o núcleo de organização da Igreja Positivista. Faleceu em 02 de fevereiro de 1942, aos 82 anos. Seu corpo foi velado no Templo da Humanidade e sepultado no Cemitério S. João Baptista.

Carlos Torres Gonçalves⁷⁴ nasceu em 30 de junho de 1875, na cidade de Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul. Filho de um comerciante de origem portuguesa por parte paterna e ligado a uma família da aristocracia sulista pelo vínculo materno, Carlos compunha a elite abastada da região.

Após o suicídio do pai, a família se mudou para São Leopoldo e Carlos estudou no internato jesuíta chamado Colégio Nossa Senhora da Conceição. É possível que tenha sido introduzido à doutrina positivista pelos irmãos, Joaquim e Luís que, mais velhos, tinham estudado na Escola Militar.

Em 1895, Carlos ingressou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, como estudante de engenharia civil. Em 1896, por influência do amigo Crizanto Pinto, Carlos passou a frequentar o Templo da Humanidade e converteu-se com as prédicas de Teixeira Mendes. Contudo, terminada sua formação, voltou ao Rio Grande do Sul como engenheiro e atuou como funcionário de Obras Públicas.

Em 1901, solicitou por carta a Miguel Lemos seu ingresso oficial na Igreja Positivista, sendo admitido em 10 de maio de 1903. Inspirado pelo texto de Alípio Bandeira, de 1901, Carlos organizou seu casamento com Dagmar Torres Gonçalves no modelo positivista.

No ano de 1906, Carlos Torres integrou a equipe Companhia de Terras e Colonização do Rio Grande do Sul, no cargo de diretor. Nesse posto criou a colônia de Erechim e adotou elementos positivistas na configuração dessa ocupação.

Com a extinção desta Companhia em 1928, por Getúlio Vargas, Carlos Torres passou a integrar outro órgão, na Diretoria de Viação Fluvial do Estado do Rio

⁷⁴ As informações sobre Carlos Torres foram encontradas na obra: PEZAT, Paulo Ricardo. **Carlos Torres Gonçalves, a família, a pátria e a humanidade: a recepção do positivismo por um filho espiritual de Auguste Comte e de Clotilde de Vaux no Brasil (1875-1974)**. 2003. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

Grande do Sul. Neste posto, elabora o plano geral de viação do Rio Grande do Sul. Neste mesmo ano é inaugurado o Templo Positivista do Rio Grande do Sul, projetado por Carlos Torres, que assumiu o posto de divulgador da doutrina no estado, mantendo constante fluxo de correspondências com o Templo do Rio de Janeiro.

Em 1930, com a eclosão do movimento de Vargas contra Washington Luís, Carlos Torres publica um manifesto no *Correio do Povo* contra o movimento revolucionário. Em 1934, aposentado como funcionário público, Carlos se muda com a família para o Rio de Janeiro e passa a integrar a equipe diretora do Apostolado, passando a publicar textos contra o governo varguista, especialmente no período do Estado Novo.

Carlos permanece no Rio até o fim de sua vida, com constantes publicações durante o período da Guerra Fria. Seus textos nesse período versam sobre o uso de satélites pelos EUA e URSS; a questão cubana do conflito com os EUA; as tensões na Europa; críticas à obra de Ivan Lins sobre a história do positivismo e defesa da questão indígena no Brasil. Em 19 de julho de 1974, aos 99 anos, Carlos faleceu.

Ernesto de Otero⁷⁵ nasceu em Jaguarão, no Rio Grande do Sul, em 17 de dezembro de 1857. Próximo de completar quatorze anos, Ernesto foi enviado para estudar na Europa e formou-se engenheiro na Escola Politécnica de Karlsruhe.

De volta ao Brasil atuou como engenheiro na Estrada de Ferro Porto Alegre e na Estrada de Ferro D. Pedro II. Em seguida, atuou no porto da Barra do Rio, em parceria com o holandês Caland, com os serviços de ambos encomendados pelo governo do estado. O sucesso nesse empreendimento o levou a chefiar a comissão de melhoramentos do porto do Paranaguá.

Não foi possível identificar os meios que o levaram ao positivismo, mas, em sua nota de falecimento, a amizade com Miguel Lemos e Teixeira Mendes consta como anterior à fundação do Templo no Rio de Janeiro. Otero também aparece como filantropo. Na Igreja Positivista, assumiu um posto junto à comissão organizadora após a morte dos apóstolos tradicionais. Nesse aspecto, publicou até 1943, ano de seu falecimento (cujas causas não foram encontradas).

⁷⁵ As informações sobre Ernesto de Otero foram encontradas no jornal "*Correio da Manhã*", na nota de falecimento no dia 19 de janeiro de 1943. A mesma nota foi reproduzida no jornal "*A Noite*" e no "*Jornal do Commercio*", todos na mesma data.

3 O POSITIVISMO E SUAS RELAÇÕES NA TRANSIÇÃO DA PRIMEIRA REPÚBLICA PARA A ERA VARGAS

Para um entendimento aprofundado das posições positivistas no governo Vargas, se faz necessário entender, além do seu escopo de crenças, o ambiente em que se formaram estas posições. Para tal, nos valem da mesma ferramenta empregada no capítulo anterior, o portal da Hemeroteca Digital. Inserindo as palavras “Igreja Positivista” no buscador da plataforma, foram localizados jornais em que o termo ocorria. Através da análise destas ocorrências foi possível entrever, ainda que de modo incompleto, as relações entre a doutrina positivista e seu entorno cultural. Além disso, foi possível perceber que o Apostolado manteve uma constante atuação no período em análise.

Primeiramente, em 1927 é noticiada a morte de Teixeira Mendes, apóstolo do positivismo junto a Miguel Lemos, falecido em 1917. Deste modo, a Igreja na Era Vargas encontra-se sob nova liderança e sem poder contar com os homens que tornaram a religião da Humanidade famosa no Brasil e atuante na política.

A repercussão da morte de Teixeira Mendes é tal que seu anúncio se faz para além dos meios positivistas e mesmo fora do Rio de Janeiro. O jornal “*Voz do Povo*”, do Rio de Janeiro, em 1927 notícia o falecimento do apóstolo e anuncia que houve homenagens em sessões da entidade filantrópica do Grande Oriente e do Supremo Conselho da Maçonaria, ainda que Mendes não participasse de nenhuma destas instituições e mesmo as criticasse em certos pontos.

Ainda, o jornal “*Beira-Mar: Copacabana, Ipanema e Leme*” publica, em 03/07/1927, uma nota sobre a morte do apóstolo, ocorrida no mês anterior, no dia 29 de junho. O jornal menciona que o enterro contou com a presença de 200 carros, do presidente da República, médicos, oficiais de mar e terra, advogados, escritores, jornalistas e representantes de todas as classes sociais.

O mesmo se percebe no “*Almanak*” do jornal “*Correio da Manhã*”, publicado em 1946. Neste jornal, em homenagem a Niterói, então capital do estado do Rio de Janeiro, realiza-se uma revisão histórica da importância da cidade. Nesta revisão, listam-se as grandes personalidades nascidas na região e dentre elas figura com proeminência Miguel Lemos, primeiro diretor da Igreja da Humanidade.

Teixeira Mendes e Miguel Lemos são recorrentemente citados e adotados como referenciais de estudo, especialmente no tocante à construção do ideal republicano. A exemplo disso, o jornal “*Lavoura e Comercio*”, de origem mineira, publica em 19 de novembro de 1929, em homenagem ao dia da bandeira, a contribuição do falecido Lemos na construção deste símbolo pátrio, destacando a moral e atuação do apóstolo da Humanidade. No mesmo dia e sobre a mesma celebração, o jornal “*A Gazeta*”, de São Paulo, lista os locais nos quais haverá celebração da bandeira. De uma lista com sete lugares mencionados, figura a Igreja Positivista do Brasil (o jornal ainda adiciona que a data é brilhantemente comemorada nesta instituição). A citação da Igreja Positivista demonstra que esta entidade ocupa um papel significativo no tocante às datas públicas. O dia da bandeira foi comemorado em diversas instituições, mas a menção da Igreja entre estas, e ainda em um jornal paulista, externo aos círculos sociais cariocas, reforça a ideia de que o imaginário republicano contava com a presença da filosofia positivista e, por derivação, da Igreja Positivista.

Esta tese de que a Igreja da Humanidade tem muita influência sobre a determinação dos símbolos pátrios e na construção do ideal republicano é reforçada por mais casos. O jornal “*Fon Fon: Semanario Alegre, Politico, Critico e Espusiante*” publica em 1937 uma nota mencionando que Giovanni Pierluigi da Palestrina⁷⁶ foi canonizado pela Igreja Católica e adotado pela Igreja Positivista como ícone do renascimento. A menção da Igreja Positivista como elemento definidor de “grandes homens”, ao lado da Igreja Católica, é um indicador do papel que o positivismo adquiriu na esfera da organização dos símbolos e definição dos grandes vultos das artes, ciência e indústria. Este não é um jornal católico nem positivista, mas faz menção às duas Igrejas. Se o positivismo não fosse importante para o quadro conceitual da época, não cremos que seria encontrada esta referência.

A morte de Bagueira Leal, antigo religioso, é também outro indicativo de que a Igreja Positivista e seus membros ocupavam um espaço importante no quadro conceitual do ideal republicano brasileiro. O jornal “*Diário da Tarde*”, publicado em Curitiba, noticia no dia 4 de fevereiro de 1942 a morte de Bagueira Leal, o mais

⁷⁶ Palestrina foi um compositor italiano da renascença, marcado pela didática de sua musicalidade e a clareza de suas produções no contexto da contrarreforma. Sua influência se faz sentir pela formação de uma escola musical “Palestrina”, que por séculos atuou no campo da música.

antigo membro da Igreja positivista vivo e o republicano histórico. O interessante desta nota é que ela ocupa o topo da página (Figura 2), com letra garrafais, diferente das outras notas de falecimento. A nota mais destacada, em primeiro plano,

FALECEU, ONTEM, NO RIO, O GENERAL PAUZEIRA LEAL, REPUBLICANO HISTÓRICO E O MAIS ANTIGO MEMBRO DA IGREJA POSITIVISTA DO BRASIL.

1930 - 11 de Fevereiro de 1930

Mundancidades

DE NOVA GUAYRA

“O Brasil apresenta” Chave Intelectual... (text continues)

AGRADECIMENTO E MISSA

Amarelaria Antunesiana... (text continues)

AGRADECIMENTO E MISSA

Amarelaria Antunesiana... (text continues)

AGRADECIMENTO E MISSA

Amarelaria Antunesiana... (text continues)

AGRADECIMENTO E MISSA

Amarelaria Antunesiana... (text continues)

VIDA SOCIAL E ARTÍSTICA. POESIA. NOTÍCIAS CONSELHEIRO DE BELLEZA

O QUE VAI PELAS SOCIIDADES

(text continues)

OPORTUNIDADES

Custa 50000, por lá e volta, um anúncio publicado nesta Seção.

(text continues)

OPORTUNIDADES

Custa 50000, por lá e volta, um anúncio publicado nesta Seção.

(text continues)

OPORTUNIDADES

Custa 50000, por lá e volta, um anúncio publicado nesta Seção.

(text continues)

OPORTUNIDADES

Custa 50000, por lá e volta, um anúncio publicado nesta Seção.

(text continues)

OPORTUNIDADES

Custa 50000, por lá e volta, um anúncio publicado nesta Seção.

(text continues)

OPORTUNIDADES

Custa 50000, por lá e volta, um anúncio publicado nesta Seção.

(text continues)

OPORTUNIDADES

Custa 50000, por lá e volta, um anúncio publicado nesta Seção.

(text continues)

OPORTUNIDADES

Custa 50000, por lá e volta, um anúncio publicado nesta Seção.

(text continues)

OPORTUNIDADES

Custa 50000, por lá e volta, um anúncio publicado nesta Seção.

(text continues)

EMPRESA CINEMATOGRAFICA E TEATRAL

AVENIDA

(text continues)

EMPRESA CINEMATOGRAFICA E TEATRAL

AVENIDA

(text continues)

EMPRESA CINEMATOGRAFICA E TEATRAL

AVENIDA

(text continues)

EMPRESA CINEMATOGRAFICA E TEATRAL

AVENIDA

(text continues)

EMPRESA CINEMATOGRAFICA E TEATRAL

AVENIDA

(text continues)

atrelando o positivista à república destaca que neste período há uma aproximação conceitual entre esta doutrina e o imaginário republicano.

Figura 2 – Obituário do Diário da Tarde

Fonte: DIÁRIO DA TARDE, 1932.

Ademais, o “Jornal do Recife”, publicado em Pernambuco, defende, em artigo publicado em 24 de abril de 1930 por Raymundo Fontenelle, que o positivismo é inegavelmente uma incoercível força na solução da situação brasileira. Fontenelle é adepto da doutrina positivista ortodoxa e responsável pela propaganda doutrinária

em Pernambuco. Isto demonstra que a ação do Apostolado não se restringe ao Rio de Janeiro, mas seus princípios se difundiram como possibilidade política para mais regiões do país.

O jornal "*A Cruz: órgão da liga social católica brasileira de Mato Grosso*" também corrobora para o entendimento de que o positivismo era consolidado como força política no país no que tange aos conceitos republicanos. Este jornal, no dia 26 de março de 1933, publica um artigo para a defesa do ensino religioso nas escolas. Para confirmar sua tese, apela para Teixeira Mendes, chamando-o de "insuspeito chefe da Igreja Positivista". Mendes defende o ensino religioso conforme as religiões dos pais das crianças. Este jornal, ao citar Mendes como um apelo à autoridade e possível argumento, ilustra que, apesar de apresentarem-se como doutrinas em oposição, o positivismo e seus membros são forças que podem ser empregadas para defesa de certos ideais em que católicos e positivistas convergem.

O mesmo jornal noticia em 9 de junho de 1935 a conversão de Joaquim Ribeiro Mendonça do positivismo ao catolicismo. O jornal celebra esta conversão como uma vitória da doutrina católica. Contudo, apresenta um tom moderado ao se referir ao positivismo. O autor do texto, o católico Helio Maia, diz ter simpatia honesta pelos positivistas sinceros, vistos por ele como católicos em que só falta a fé. A moral positiva, para ele, é um escudo contra os ataques da vida e sua propaganda é muito diferente do "proselitismo empregado pelos protestantes e a infiltração espírita" (MAIA, 1935, p. 02). Por isto, Helio os vê como dignos de respeito. Contudo, também vê no encontro destas religiões uma situação de oposição. O positivista afirma ser o catolicismo o último passo da evolução da religião em direção à religião comteana. O católico vê o positivismo como o estágio mais próximo da fé do que qualquer outro "desvirtuado". E se Joaquim, mesmo digno de respeito e tendo lutado ao lado de grandes nomes como Teixeira Mendes e Lemos, retornou à fé católica, isso demonstra a superioridade e maior completude desta em relação ao positivismo.

O artigo termina afirmando que a conversão de Joaquim "vale sozinho por uma legião destes apaixonados laicistas que por ali proliferam" (MAIA, 1935, p. 02).

E por que estas são informações significativas? Em primeiro plano, porque estes dados apresentam um positivismo que ocupa o debate nacional e que figura entre sistemas políticos e religiosos plausíveis de discussão. Percebe-se que este

jornal católico vê no positivismo um adversário ideológico que deve ser combatido (o que indica que há força nesse grupo doutrinário). Isso contraria a tese de Jorin e Martz (1970), na obra “*Latin American Political Thought and Ideology*”. Neste texto, os autores entendem que o positivismo foi atuante e doutrinariamente sólido na transição da monarquia para a república, mas não se manteve significativo no decorrer da Primeira República e transição para o período Vargas. O que se percebe na observação dos jornais acima colocados é um positivismo que continua atuando e mesmo crescendo neste período, ainda como uma força significativa dentro do cenário nacional.

De fato, os apóstolos e a primeira Igreja eram os ícones do positivismo e da república no imaginário social. E isto é tal que, ao realizar a anual cerimônia de homenagem nos túmulos destes homens, a Igreja anuncia que tais celebrações contaram com a presença de “várias etnias e personalidades, ainda que muitos não fossem adeptos do positivismo”.⁷⁷

Há, contudo, muita turbulência neste momento de mudança da liderança da Igreja, após a morte dos apóstolos tradicionais. Os substitutos do Apostolado são alvos de ataques de membros da própria associação e não parecem contar com o mesmo apreço popular que os falecidos. Em artigo no *Correio da Manhã*, no dia 19 de outubro de 1930, Alípio Bandeira, membro antigo da Igreja do Rio de Janeiro, assume que o Apostolado, após a morte de Mendes e Lemos, encontra-se em lamentável situação com a posse dada a Amaro da Silveira. Teixeira Mendes teria, ao sentir o fim de sua vida, instituído uma delegação na Igreja que seria preenchida pelos membros mais antigos, mas que poderia contar também com outros membros mais jovens, caso houvesse necessidade. Essa delegação não teria poder espiritual, mas seria tão somente para fins administrativos. Logo após a morte de Mendes, pretendeu dirigir a Igreja Amaro da Silveira, capitalista malvisto por parte significativa do conjunto de fiéis e, principalmente, por Bagueira Leal e João Montenegro, os mais antigos membros vivos da doutrina. A desconfiança se dava pelo fato de Amaro da Silveira ter enriquecido de forma rápida sem, contudo, explicar as fontes.

⁷⁷ Isto se encontra no *Jornal do Commercio*, nos dias da morte de Miguel Lemos e Teixeira Mendes, datas nas quais a Igreja realizava uma passeata ao túmulo dos apóstolos. Em todos os anos analisados, a presença de um conjunto heterogêneo, não constituído exclusivamente por positivistas, foi adicionado à nota referente à celebração.

Contudo, Bagueira Leal, antes de falecer, buscou atrair para si o comando do Apostolado, tentando captar a fidelidade de Amaro da Silveira. Segundo Alípio, através de mentiras e calúnias, difamou um número significativo de membros e criou situações para que minasse a confiabilidade em membros da delegação. Apesar disso, Bagueira Leal não conseguiu uma ampla maioria, apenas um número de um ou dois votos a mais do que o necessário.

Isto foi o bastante para que Bagueira Leal introduzisse na Igreja elementos gritantes e destoantes da doutrina comteana. Em primeiro momento, introduziu o voto feminino para a escolha de algumas diretrizes da Igreja. Esta medida, contudo, gerou repercussões negativas e inimizades na Igreja. A própria filha de Bagueira Leal, esposa de Alípio, publicou uma carta contra a medida do pai. Isto, contudo, não alterou o curso das decisões. Por fim, Bagueira expulsou a sua própria filha da delegação em um claro movimento ilegal, dado que a exclusão de alguém que tenha sido admitida por um apóstolo só pode ser realizada por outro apóstolo. Para piorar a situação, as próprias filhas de Mendes, influenciadas por Bagueira Leal, sugeriram a expulsão da esposa de Alípio.

Para conseguir apoio, Bagueira Leal aproximou-se de Carlos Torres Gonçalves, líder da propaganda republicana no Rio Grande do Sul. Gonçalves, contudo, não gozava de apoio do apóstolo Mendes, tendo sido por ele chamado em circular do templo de 1912 de ignorante, hipócrita, sem fraternidade e inconveniente. Ainda assim, apesar da desaprovação de Mendes, Gonçalves contava com uma condição de vida benéfica, o que foi atrativo para Bagueira Leal – tal como Amaro da Silveira (segundo a crítica de Alípio).

Destaca-se que Amaro da Silveira ocupava outros postos além de ser membro da Igreja positivista. Por profissão, era Diretor-Presidente da Cia. Brannia de Petróleo. As informações encontradas quanto ao seu posto permitem visualizar um patrimônio significativo. A título de exemplo, em 1926 se inaugura uma estátua de Benjamin Constant no campo de Santana. A obra é construída em bronze com base de granito. Todo o custo foi pago por Amaro da Silveira. Também a título de exemplo, o Conselho Nacional do Petróleo aprovou em 26 de outubro de 1939 o pedido de Amaro para explorar petróleo e gás natural em três municípios. Em 1936, Amaro encaminhou uma carta para Oswaldo Aranha pedindo que, pela influência pessoal deste ministro, interferisse junto ao Banco do Brasil a fim de que ele

participasse do acordo comercial entre a Companhia Brannia de Petróleo e o Guaranty Trust. Nova York (EUA).

Assim, a delegação que assumiu o Apostolado após este episódio se encontra manchada. Bagueira Leal perseguiu e expulsou sua própria filha, além de se envolver em atritos com a classe médica por causa da sua defesa pelo livre exercício da medicina sem a necessidade de formação. Luís Bueno Horta Barbosa, também eleito membro da comissão dirigente, o apoiou em suas decisões. Geonísio Curvello de Mendonça, também membro da comissão dirigente que substituiu os primeiros apóstolos, seguiu as medidas adotadas por Leal (Alípio, autor da crítica, afirma em tom muito enraivecido que Mendonça apresentava a inteligência de um crustáceo). Carlos Torres Gonçalves compõe este cenário, mesmo tendo sido criticado por Mendes. Por fim, Luciano Godofredo de Souza Pinto, negociante falido com negócios duvidáveis e ex-pregador do positivismo também ocupa um papel de dirigente na Igreja. E todos estes encontram-se debaixo da mão rica – e, provavelmente, corrupta - de Amaro da Silveira.

Por ser este um texto de alguém interessado na direção da Igreja e por não contarmos com uma resposta dos acusados, não assumimos que a crítica de Alípio seja absolutamente verdadeira sobre esta “lastimável situação”. Mas assume-se que expor esta situação em um jornal de grande circulação na cidade do Rio implica em dificultar a construção de um novo Apostolado que possa estar à altura dos apóstolos falecidos.

Isto se comprova nos textos publicados no período, por Bagueira Leal, Carlos Torres e Horta Barbosa, líderes da Igreja entre 1930 e 1945, período analisado. Ao publicarem qualquer artigo de opinião nos jornais, realizam ao mesmo tempo um movimento de aproximação e de distanciamento dos apóstolos tradicionais, Lemos e Mendes. Em suas publicações sempre destacam aquilo que lhes é opinião própria, não representando o Apostolado em sua inteireza (as publicações anteriores não apresentavam essas ressalvas). Além disso, Bagueira Leal, Carlos Torres e Horta Barbosa não se assumem como apóstolos, mas mantêm este título apenas a Lemos e Mendes, até que “surja alguém digno”. Por outro lado, recorrentemente trazem citações dos apóstolos tradicionais (Lemos e Mendes), como uma forma de reforçar sua opinião e articulá-la aos apóstolos que tornaram o positivismo popular no Brasil. Deste modo, realçam aquele primeiro Apostolado e associam a Igreja da década de

30 a Lemos e Mendes, desconectando-a da imagem no novo corpo administrativo e litúrgico da Igreja. Com isso, mantém o “rosto da Igreja” naquele Apostolado – o que nas entrelinhas significa assumir que a nova direção não tem o mesmo capital político e religioso que os apóstolos originais.

Neste momento em que se consolida um processo de sacralização do Estado com a presença de Dom Sebastião Lemos, tornam-se comuns os embates entre a Igreja e o catolicismo, especialmente com este último ganhando força nas críticas à Igreja da Humanidade. A exemplo disto, o jornal “*A Cruz: órgão da parochia de S. João*”, de origem carioca, publicou no dia 16/05/1937 uma crítica aos laicismos que rondam a sociedade brasileira, dentre eles o positivismo. Citando a Igreja da Humanidade, o jornal católico afirma que a substituição da terminologia cristã na política por termos como ordem e progresso, ciência e pátria, representam um atentado à cultura católica brasileira.

Na mesma linha, em 1936 o jornal “*A Ordem*”, de circulação no Rio Grande do Norte, publica um artigo intitulado “*Cristo na Escola*” em que defende o uso de uma imagem religiosa cristã em uma escola da Paraíba, por ser Cristo a única fonte de salvação. E na defesa desta posição menciona que as ideias naturalistas, positivistas, ateístas e comunistas são representações de uma era decadente cujo fim já se percebe pelo número reduzido dos adeptos destas doutrinas, especialmente o positivismo.

O mesmo jornal, em 12 de dezembro de 1942, volta a ver no positivismo um “passado definitivamente morto”, tanto entre os positivistas ortodoxos quanto os dissidentes (não religiosos). Reconhecendo que Lemos foi o fundador desta religião no Brasil,⁷⁸ o jornal sul-rio-grandense reconhece que após o rompimento com Lattife, líder positivista francês, o grupo brasileiro se desenvolveu mais próximo ao grupo chileno de Lagarrigue. Este positivismo teria experimentado uma primeira fase de crescimento e posteriormente entrado em declínio, apresentando-se apenas como uma força pífia no cenário nacional. Contudo, mesmo que decadente, para o jornal “*A Ordem*” a influência do positivismo se fez nociva, com resultados como a separação entre Estado e Igreja. Esta influência acaba por consolidar uma

⁷⁸ Há nisto completo esquecimento dos positivistas anteriores, como Pereira Barreto. Isto indica que já neste período tomava forma a ideia de que o positivismo religioso tenha sido iniciado no Brasil com Lemos.

constituição basicamente atea que separou no país o governo de seu povo, o Brasil real (majoritariamente católico) do Brasil oficial (laico). Para o jornal, o país real é católico e o país oficial é laico. Esta é uma divisão empreendida pelo positivismo, que o jornal católico interpreta como nociva, significativa e perigosa.

A disputa doutrinária é tão significativa que até mesmo os comunistas dela participam. O jornal “*A Esquerda*” publicou em 1931 uma nota contra a Igreja Católica em represália àquilo que eles chamam numerolatria católica e falta de percepção. Bruno de Sá Albuquerque, autor do artigo em defesa do positivismo, faz questão de desvincular-se desta doutrina, mas não deixa de atacar o catolicismo. Para ele, atacar a Igreja positivista por esta apresentar-se reduzida em número não significa, na visão do jornal de esquerda, fortalecer o catolicismo, dado que muitos no Brasil são católicos nominais, não praticantes e apenas manifestam esta fé por conveniência ou por conta dos ventos políticos terem se voltado para a cristandade. Pela intensidade da crítica, parece-nos que este argumento de que a fé se media pelo número de crentes era comum e recorrente, não apenas em jornais, mas assim deveria ser em outros espaços de discussão. Caso não fosse digno de nota, não seria citado no jornal.

Os ataques, contudo, não são exclusivamente religiosos, mas também de natureza cívica. Em artigo publicado no *Jornal Correio da Manhã*, dia 2 de dezembro de 1934, o senhor Leôncio Correa, elogiando o marechal Deodoro da Fonseca, critica os positivistas por estes quererem diminuir ou esquecer a memória do marechal.

Em resposta a isso, Venâncio de Figueiredo Nelva escreve um artigo dizendo que os positivistas nunca foram contrários à memória de Deodoro. Pelo contrário, sempre o homenageiam. Especialmente depois da conversão à causa republicana, efetuada pela pregação de Benjamin Constant, que foi prontamente recebida pelo marechal. Os positivistas inclusive consideram acertadas duas partes das duas constituições – a de 1891 por considerar Constant o fundador da república e a de 1934 por considerar Deodoro seu fundador.

Mas Venâncio ainda faz uma crítica à Leôncio que, em momento de crise nacional e planetária em que todos os republicanos, isto é, amigos do bem público, devem estar unidos em defesa do interesse social contra as ativas manobras de desmoralização da retrogradação e da anarquia, se voltam para questões de pouca

monta, mas que tem sido causas de irritantes perturbações. E, em segundo lugar, por ter feito acusações cuja injustiça fica patente.

Ainda neste aspecto, parece-nos que a aproximação conceitual entre república e positivismo era tão real e constante, conforme defendemos acima, que atraiu a crítica de alguns. Em texto criticando a falta de um planejamento governamental da construção da nacionalidade Brasileira, Carlos Maul (1936) critica o descaso com datas públicas e cívicas no Brasil, comparando com os casos argentino e mexicano. Em sua crítica pública em matéria no dia 27 de fevereiro de 1936 no *Correio da Manhã*, cita a comemoração de Tiradentes, que se tornou propriedade da Igreja positivista e de uns tantos simpatizantes das ideias de Comte. O povo permanece estranho à festa que tem por dono o Apostolado e assiste ao espetáculo desorientado, sem compreender seus intuitos. De um certo modo isso se explica, para Maul, pela falta de iniciativas oficiais no caso, de modo que particulares ou instituições se apoderam dos símbolos e exploram-nos a seu jeito. Assim, ele defende a ideia de um estado tutelar que construa a nacionalidade através das artes, ciência, literatura, para despertar nas multidões sentimentos elevados, transformando a ideia de pátria em um pensamento equilibrado e constante, acima dos apetites rasteiros das pessoas.

Este caso é interessante por demonstrar que a posse de certos símbolos republicanos achava-se com a Igreja. No imaginário republicano, a Igreja e o positivismo figuravam de modo presente e atuante.

Além de atuante, a Igreja também apresentava crescimento, ainda que pequeno. O jornal "*Correio do Paraná: órgão do Partido Liberal Paranaense*" publica em 28/03/1939 uma nota sobre a abertura de uma nova sede do centro de propaganda do positivismo no Paraná. Isto indica a presença de uma Igreja atuante que, mesmo em tempos de Vargas, mantinha recursos para inaugurar uma nova sede em um estado sem grandes presenças positivistas até o início da década de 1930⁷⁹.

⁷⁹ O positivismo no Paraná, segundo a investigação de Leoni Maria Padilha (2008) tem sua origem com João David Pernetta, que fundou um centro positivista em 1923, primeiramente em sua casa. O centro permaneceu na residência até 1933, quando David Carneiro, após a morte de Pernetta, transferiu o centro para um engenho de erva-mate demolido, propriedade de sua família. Somente em 1976 é inaugurada uma nova sede, sob os moldes comtianos. Esta investigação de Padilha indica elementos interessantíssimos. Primeiramente, demonstra que a ação positivista no Paraná era relativamente recente, com início oficial em 1923. A abertura da nova sede, na propriedade de

Da mesma forma, os jornais “*A Noite*” e “*A Batalha*” noticiam entre os anos de 1930 e 1945 algo que não se encontra nos textos que serão analisados nos próximos capítulos, mas que demonstra uma outra faceta da atuação da Igreja. Estes jornais, além de divulgarem as conferências públicas realizadas no templo da Humanidade, anunciam conferências empreendidas pelos positivistas na biblioteca do Meyer, de forma gratuita e aberta para a população. Estas conferências se estruturam de forma diferente das que se realizam debaixo da ortodoxia do templo. Na biblioteca, as palestras são abertas com a apresentação e discussão de uma grande personalidade da Humanidade, como um filósofo, cientista ou santo, seguida de uma aplicação da doutrina positivista para estas situações apresentadas e concluídas com a discussão de alguns dogmas do positivismo atrelados a problemas sociais contemporâneos aos ouvintes. Por exemplo, em 4 de julho de 1932, se realizou na biblioteca uma conferência proferida por Horta Barbosa, membro do Apostolado, com a seguinte programação:

- 1 – Notícia histórica sobre São Bernardo;
- 2 – Estudo direto da ordem material: astronomia, física e química;
- 3 – A liberdade espiritual e a colocação de símbolos religiosos em estabelecimentos públicos: a propósito da inauguração de uma ceia do senhor, no corpo de bombeiros.

O modelo se repete e tem-se no dia 12 de junho de 1932 outra conferência, com a seguinte estrutura:

- 1 – Notícia histórica sobre Bossuet;
- 2 – Concepção geral da biologia: sete leis fundamentais;
- 3 - A única medida policial compatível com a liberdade de imprensa é a suspensão do anonimato a fim de que todo autor possa ser judicialmente responsabilizado pelos abusos criminosos previstos pelo Código. A propósito do ato violento do governo suspendendo o “*Diario Carioca*”.

Em 18 de junho de 1932, a conferência na biblioteca aborda:

Carneiro sugere que o grupo estava solidificado – talvez até em expansão. E a abertura de uma nova sede em 1976 indica que o positivismo não ficou estagnado no tempo, mas manteve-se atuante por todo o século XX e até o século XXI, dado que até hoje mantém-se atuante. A abertura do centro positivista demonstra uma expansão de atuação, mesmo que temporalmente esteja distante o positivismo “atuante” identificado no início da Primeira República por autores como Cruz e Costa em seu texto “*Notas do positivismo*” (1956). Mesmo João Camilo de Oliveira Torres, adotando a visão de um crepúsculo do positivismo defende em 1943 que, nas décadas de 1940, o Paraná talvez seja a única parte do mundo onde ainda progride a religião da humanidade (TORRES, 1943, p.178).

- 1 – Notícia histórica sobre Carlos Magno;
- 2 – Concepção geral da sociologia e teoria da propriedade;
- 3 – A intromissão do governo nas questões entre os empresários e os proletários é condenada pelo positivismo. A liberdade profissional e a injustificável pena de um proletário dentista não diplomado.

Assim são as conferências até o fim do período em análise. O que se percebe é que, neste modelo, há uma intenção da Igreja em apresentar o catecismo sob novos formatos, mesmo que ainda mantendo o modelo de exposição oral. Assim, o Apostolado alcança um público variado e divulga seus pressupostos em ambientes diversos, amplificando sua propaganda.

Ademais, o que se pode ver é que nestas conferências o Apostolado tenta criar uma ligação direta entre a doutrina e acontecimentos do cotidiano, próximos da população. Neste sentido, o “horror secreto dos positivistas” sobre a realidade, como defende Sérgio Buarque de Holanda (1963, p.151), não tem base sustentável. Os positivistas têm uma inclinação ativa em aproximar sua doutrina da realidade a fim de demonstrar sua aplicabilidade e veracidade.

Com relação aos membros da Igreja neste período, encontramos informação para isto fora dos anais e das publicações diretas da Igreja. Na série feita pelo jornal intitulada “*No mundo da Crença e da Fé: um inquérito da A Noite através dos templos e das religiões no Rio de Janeiro – velhos e novos credos*”, encontram-se textos sobre Igreja Ortodoxa, Sinagoga Israelita e uma seção sobre a Igreja Positivista, publicada no dia 14 de outubro de 1930. Nesta seção consta que o templo tem 100 confrades, foi construído com recursos próprios e nos moldes da obra de Comte. Teixeira Mendes e Miguel Lemos foram considerados apóstolos insubstituíveis, pois continuam a inspirar e dirigir seus confrades vivos, na máxima comtiana de que os Vivos são cada vez mais governados pelos mortos.

É sabido também que a Igreja do Rio de Janeiro no período analisado teve crescimento. No *Jornal do Commercio* encontra-se que, no ano de 1935, foi admitido à Igreja o casal Edelvira Horta Barbosa e Julio Horta Barbosa. Além deles, no mesmo ano entram na Igreja Ondina da Silva e o Tenente Alfredo de Moraes Filho.

4 O APOSTOLADO BRASILEIRO E SUAS RELAÇÕES COM VARGAS

Neste capítulo avalia-se a relação entre a Igreja positivista e o governo varguista. Para isto, como foi dito, nos valeremos dos folhetos produzidos e divulgados pela instituição religiosa. Alguns destes são encontrados apenas nos círculos internos dos fiéis. A esmagadora maioria foi divulgada nos jornais, em especial no *Jornal do Commercio*. Dada a extensão deste capítulo, optamos por dividi-lo em quatro seções. Na primeira, intitulada “Da revolução de 1930 à Constituição de 1934”, analisamos o posicionamento da Igreja entre a revolução de 1930 até 1934, ano em que nova constituição chega ao país. A segunda seção, “Da constituição de 1934 à Guerra”, compreende o período de 34 até a deflagração da Segunda Guerra Mundial. A terceira, intitulada “Dos totalitarismos na Europa ao totalitarismo brasileiro”, aborda as reflexões do Apostolado sobre o nazifascismo para, então, identificar como a Igreja enquadra Vargas no totalitarismo e como enquadra o totalitarismo em Vargas. Por fim, na última parte, intitulada “O homem se agita e a Humanidade o guia: de volta a república”, passamos a tratar do período de redemocratização.

4.1 Da revolução de 1930 à Constituição de 1934

Para analisar a forma como os positivistas interpretam e participam da situação política brasileira, dividimos nossa análise em três partes, a partir das informações apreendidas nos folhetos durante a era Vargas. Inicialmente centramos nosso estudo na percepção dos positivistas sobre o governo antes de Vargas, na chamada Primeira República. A segunda parte centra-se nas publicações de 1930 até 1938. A partir deste ano, não há publicações que se expressem sobre a situação política brasileira, apenas textos de memória a Constant, Mendes, ou anais de gastos. As razões que explicam isto serão explicitadas adiante. Contudo, publicações que enfocam a situação brasileira só retornam em 1942. Desta forma, a terceira parte da análise focaliza os textos de 1942 até 1945, fim do governo Vargas. Com isto, podemos iniciar nosso estudo e é válido que comecemos com os próprios termos dos positivistas:

A triste situação [da pátria] que é real, a culpa cabe essencialmente aos pretensos governantes sem civismo, sem escrúpulos e sem nobres ideias, mas simplesmente dominadas pelo mais grosseiro e vil materialismo. A atividade desses potentados, sem a menor noção ou sentimento acerca do regime republicano, tem sido apenas estimulado por baixos egoísmos. Não praticando em coisa alguma, a federal republica, modesta e simples, ostentam uma existência individual, aparatosa e faustosa, de gastos discricionários muitíssimo superiores a tudo quanto se sabe das mais desabusadas monarchias... (SILVEIRA, 1930, p. 08).

O excerto acima inaugura as obras que analisaremos. Da autoria de Cypriano de Carvalho, foi publicado em 1929, inicialmente em Belo Horizonte, tendo chegado ao Rio de Janeiro em 1930⁸⁰, de modo que sua publicação inicial é anterior à revolução que inaugura a era getulista no Brasil. O trecho se faz extremamente interessante por apontar as concepções que os positivistas tinham sobre aquilo que a historiografia chamou de Primeira República. Para eles, há uma enorme diferença entre uma verdadeira república e aquela que estava em voga no Brasil.

Em consideração semelhante, Silveira, membro diretor da Igreja na década de trinta, ao apresentar um texto que defende Teixeira Mendes, menciona que, no período no qual o autor escreveu – a Primeira República –, “os erros dos governantes são tantos que não há tempo para denunciar todos” (SILVEIRA, 1932a, p. 05). Assim, ao analisar a política anterior a Vargas, os positivistas encontram motivos para criticar a forma pela qual se tem efetuado o exercício do poder.

Este é um interessante ponto de partida, pois não se encontra em nenhum panfleto qualquer condenação dos positivistas à revolução de 1930 ou à instalação do governo provisório de Vargas. Durante a manutenção deste no poder, podem ser visualizadas diversas críticas que serão abordadas nos próximos parágrafos. Mas, em seu período inicial, a Igreja não se posiciona contrariamente à mudança de curso na política brasileira, apenas apela para uma mudança de curso que seja pacífica, moral e científica. Este posicionamento talvez se justifique pelo descontentamento dos positivistas diante da política brasileira no período. Contudo, o exame mais detalhado das obras publicadas neste primeiro momento permite deduzir alguns outros elementos presentes neste silêncio.

⁸⁰ Estas informações não se encontram no panfleto, mas na ficha catalográfica digital, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/IP/impresso/em-defeza-da-obra-imortal-de-augusto-comte-sob-a-angelica-inspiracao-de-clotilde>.

Ora, a crítica com relação ao governo não é uma exclusividade positivista – caso fosse, teriam sido eles os únicos dispostos a uma revolução em 1930. Com isto, assumimos que a Igreja Positivista não é inovadora em criticar o governo da Primeira República. Na verdade, fazendo isto, assume posturas semelhantes às das oligarquias dissidentes, de artistas da Semana de Arte Moderna e dos tenentes ligados ao tenentismo (FAUSTO, 1976). Contudo, há um elemento presente nas críticas dos positivistas que não se encontra em nenhum outro grupo deste período: a necessidade de uma fé que norteie as ações humanas.

O texto de Cypriano citado acima contém uma sentença interessante. Em seu debate com Ximeno⁸¹, o autor declara que “a religião representa o governo espiritual que é indispensável a toda sociedade humana, pois, como é reconhecido desde muito, não há sociedade sem governo” (CYPRIANO, 1930, p. 05).

De modo semelhante, em 1932 publicam-se seis textos. Destes, três são mais relevantes para nossa análise⁸². O primeiro, intitulado “*Culto à memória de Teixeira Mendes*” constrói uma singular linha de pensamento. Neste artigo, da autoria de Amaro da Silveira, defende-se a integridade do caráter de Teixeira Mendes diante do Almirante Américo Silvado, que dirigiu críticas ao apóstolo no jornal “*O Globo*”. Silvado condena a participação de Mendes na inauguração do monumento a Benjamim Constant no momento em que vários militares estavam sendo perseguidos pelo Estado. Dentre tais perseguidos, acentua a participação do coronel Manoel Rabelo, positivista que aderiu ao movimento tenentista.

Em resposta à acusação, Silveira defende a necessidade da contemplação e veneração de grandes modelos cívicos. Citando Comte, abre sua defesa colocando que “sem veneração, não há salvação” (SILVEIRA, 1932a, p. 04). Esta prática é vista como uma competência racional, que participa da construção do caráter e da moral (SILVEIRA, 1932a, p. 04). Foi pela veneração à Clotilde de Vaux que Comte permaneceu em sua doutrina. E o mesmo processo ocorreu com Miguel Lemos e Teixeira Mendes (SILVEIRA, 1932a, p. 04). Assim, da mesma forma como agiram os

⁸¹ Segundo o texto analisado, o general Ximeno de Villeroy produziu um livro intitulado “*Benjamin Constant e a política republicana*”, no qual teria criticado o posicionamento de Teixeira Mendes, apóstolo do positivismo, por este não ter defendido o movimento tenentista.

⁸² Dada a limitação de páginas, optou-se por textos que melhor evidenciam o posicionamento da igreja. Mas, para fins de pesquisa, todos podem ser pesquisados no portal FGV, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal?fun=IP&tud=ALL&de=1932&ate=1932&assun=&fassun=0&itens=100>.

apóstolos positivistas no Brasil e o próprio Comte, é necessário venerar aqueles exemplos que inspiram virtudes cívicas, pois a veneração é o que melhor corrige extravios revolucionários (SILVEIRA, 1932a, p. 05). Dentre os veneráveis, o autor destaca Teixeira Mendes. Apresentando uma série de atos tidos como louváveis pelo apóstolo, coloca que:

Tentar diminuir os typos de santos que a espécie, a intervalos, por exceção rara, produz – é muito grave; procurar diminuil-os em épocas como a quadra delicadíssima de transição que atravessamos, em que a veneração sofre enorme depressão – mais grave ainda (SILVEIRA, 1932a, p. 06).

Com esta sentença, o autor afirma a virtude do apóstolo e apresenta o não reconhecimento da nobreza deste cidadão como “falta grave”, afinal, a veneração constitui o “signal decisivo que caracteriza os revolucionários susceptíveis de uma verdadeira regeneração, por mais atrasada que ainda tenham a inteligência, sobretudo entre os comunistas iletrados” (SILVEIRA, 1932a, p. 05). Desta forma, Silveira apresenta a importância histórica da veneração cívica para o próprio positivismo. Além disto, tenta demonstrar a relevância de tal prática para transpor tempos difíceis, enfatizando especificamente a veneração ao apóstolo do positivismo.

Neste mesmo texto, evidencia-se o motivo real das publicações do Apostolado. Logo após mencionar a importância da veneração, Silveira explicita o objetivo dos positivistas, colocando que:

De modo geral, cumpre não esquecer que o objectivo principal das publicações do Apostolado não podia consistir em vencer a obstinação dos poderosos do dia, tendendo a perseverar nos seus erros e faltas, mas, sobretudo, em aproveitar as oportunidades de divulgação das soluções da Política Positiva, tendo em vista a gradual formação de uma opinião publica effectiva, como condição do advento final do regime do futuro, scientifico-industrial-pacifico (SILVEIRA, 1932a, p. 05).

Assim, torna-se evidente que a intenção primária dos positivistas com as publicações não está em condenar os atos do governo ou elogiá-los, mas, tendo como pretexto as situações políticas, a partir delas divulgar o ideal positivista.

No mesmo ano, no texto intitulado “*O Regime Republicano e a Restauração da Ordem do Cruzeiro*”, o mesmo Amaro da Silveira condena a restauração do governo de ordens honoríficas, por perceber nisso uma permanência dos atos próprios do regime monárquico. Essa espécie de honraria foi restaurada por ocasião

da visita do rei da Bélgica ao Brasil (SILVEIRA, 1932b, p. 07). E, para os positivistas, ao agir assim, o governo brasileiro só irá contribuir para “manter SS. MM. nas nefastas ilusões monarchicas” (SILVEIRA, 1932b, p. 07).

Com um estilo de escrita bastante agressivo, o autor chama esta prática de retrógada, por fomentar o “scepticismo e a vaidade” (SILVEIRA, 1932b, p. 05). E, em meio à sua argumentação, encontra-se um posicionamento interessante. O autor coloca que:

Compreende-se que a situação revolucionaria das camadas dominantes do povo brasileiro, expondo-as a contínuos extravios, retrógados ou anarchicos, só cumpre aos positivistas intervirem quando taes extravios parecerem ter gravidade que exija recordação dos ensinios de Augusto Comte (SILVEIRA, 1932b, p. 03).

Assim, dentre os vários possíveis extravios cometidos por um governo, nem todos merecem igual atenção. Ao colocar-se deste modo, o autor evidencia que o posicionamento real contra o governo só deve ser feito em situações extremamente graves. Outras situações servem principalmente, como explicitado pelo mesmo autor no texto anterior, de pretexto para difusão de ideais da política positiva.

Para além disso, o que se encontra na citação acima colocada é o emprego de termos como “retrógrados” e “anarchicos”. Assim, percebe-se que, a partir deste momento, os positivistas começam a tecer suas críticas ao governo de forma mais direta.

Isto se torna evidente ainda no ano de 1932, no texto intitulado “*A solução da actual crise política e o verdadeiro regimen republicano, pelo respeito a continuidade histórica, no aperfeiçoamento da organização republicana*”, cuja autoria também cabe a Amaro da Silveira. Ao referir-se à revolução paulista de 1932, o autor retoma textos de Teixeira Mendes sobre a proclamação da República e sobre o movimento tenentista de 1922. Na nota de abertura deste folheto, Amaro escreve que:

Ao actual governo dictatorial foram feitos, desde seu inicio, os mais vehementes e desinteressados apellos, afim de que subordinasse espontaneamente ao programa republicano o poder que lhe é depositário, em virtude da revolução victoriosa em 24 de Outubro de 1930. Não tendo sido, infelizmente, attendidos esses apellos, a gravidade dos acontecimentos que se tem desenrolado aconselha hoje, mais do que nunca, que seja retomada a evolução política do povo brasileiro, revigorando, como base de qualquer aperfeiçoamento futuro e opportuno, a constituição republicana de 24 de fevereiro de 1891 (SILVEIRA, 1932c, p. 02).

Além de seus apelos não terem sido considerados pelo governo, este excerto tem ainda outro ponto a ser considerado. A expressão “retomada a evolução política do povo brasileiro” demonstra que, já em 1932, os positivistas começam a considerar o novo governo como uma interrupção da evolução política brasileira. Tais opiniões se tornarão concretas em 1944, em textos que serão analisados adiante.

E cabe aqui ressaltar um ponto extremamente importante para nosso estudo: a Constituição Federal de 1891. A grande apreciação da Igreja por esta Carta Magna se explica pela influência positivista na sua elaboração. Há inclusive um texto, intitulado “*Representação enviada ao Congresso Nacional propondo modificações no projeto de constituição, apresentado pelo governo*”, da autoria de Amaro da Silveira, que aborda a influência de Teixeira Mendes no texto constitucional.

Para a igreja, esta Carta de 1891:

[...] respeita suficientemente as condições da ordem, e oferece quase todas as garantias de progresso, reclamadas pelos elevados dotes morais, mentais e práticos que o exame científico patenteia na população luso-americana” (SILVEIRA, 1935, p. 03).

A não adoção desta lei pelo governo de Vargas é um ponto central na discussão positivista até a elaboração da Carta Magna de 1934. De qualquer forma, no momento da publicação do artigo em análise (1932) o problema não estava centrado no golpe de 1930, mas se haveria ou não o respeito à constituição de cuja elaboração participaram.

É fato consumado que a Constituição de 1934 foi aprovada e que em seu bojo havia várias mudanças se comparada à Constituição de 1891. E como os positivistas receberam esta notícia? A resposta encontra-se em uma publicação de 1936, intitulada “*Pela Fraternidade Universal*”, referente à conquista da Abissínia pela Itália. Da autoria de Faria Santos, uma nota de rodapé nos é interessante. Escrevendo sobre a condenação da guerra, o autor menciona que:

[...] conforme o disposto no n. 11 do artigo 34 da constituição federal de 24 d fevereiro de 1891; a condenação confirmada no artigo 88, impedindo toda a guerra de conquista, directa ou indirectamente, por si ou por aliança militar com outra nação. E, não obstante os **desvios, ora retrógrados, ora anarchicos**, da nova Constituição, de 16 de julho de 1934, mantém ella, reunidas em um só artigo, o de

n. 4, essas mesmas disposições republicanas, nos mesmos termos”. (SANTOS, 1936, p. 3, grifos do autor).

A mudança da constituição é fator determinante na percepção dos positivistas sobre o governo de Vargas. A elaboração de uma nova carta constitucional representa para os mesmos um atentado contra as conquistas diretas de Teixeira Mendes.

Esta substituição da constituição torna-se um dos elementos centrais na ruptura dos positivistas ortodoxos com Vargas. A partir deste momento sua percepção do governo apenas adquire feições negativas, intensificadas, depois, pelo golpe de 1937, que prolongou o governo varguista. O apreço positivista pela carta na qual participaram Miguel Lemos e Teixeira Mendes posiciona Vargas e o governo, agora que se formula a nova lei, na posição de desviadores do progresso nacional. Em publicação no *Jornal do Commercio*, em 1933, já discutindo as propostas de nova lei, Amaro da Silveira considera uma nova constituição como decorrente “da cegueira das doutrinas democrática-revolucionárias, assistida pela meticulosidade dos legistas, que esperam em uma nova constituição remédio para os males sociais” (SILVEIRA, 1933, p. 3). O uso da expressão “democrática-revolucionária” merece atenção. Com essa expressão, Silveira resume as duas posições que divergem do governo. A primeira é quanto ao seu apelo democrático, em manter elementos que, nos pressupostos positivistas, são retrógrados, como a presença de um poder legislativo e o voto ampliado. Instâncias legislativas e voto universal são, para o Apostolado, expressões provisórias e incompletas, presentes em fases intermediárias no desenvolvimento da Humanidade. Democrático, sob a ótica positivista, é um termo que nesse caso adquire feições negativas. A segunda expressão, “revolucionária”, resume o modo pelo qual se configurou este governo: a partir de um movimento revolucionário que rompeu com a ordem em questão, apelando para os meios militares e violentos. A opção por este caminho destoa dos meios pelos quais o Apostolado defende o aprimoramento político: pelo aconselhamento da sociedade por parte dos sacerdotes.

As críticas de uma nova constituinte se definem de melhor forma à medida que o artigo de Silveira continua. Baseado em Comte, entende que essa Constituição adota princípios da “imoralidade dogmas da metafísica democrática como o regime eleitoral e a igualdade” (SILVEIRA, 1933, p. 03) e ao fim expressa

seu objetivo na publicação do artigo em um veículo jornalístico de grande circulação para o período. O autor, defendendo a manutenção da Constituição de 1891, por fim se expressa com o objetivo de “despertar os responsáveis pelo nosso destino para até que a Pátria encontre, em momento oportuno, o afortunado continuador das suas glórias” (SILVEIRA, 1933, p. 3). Faz-se evidente que, aos olhos do Apostolado, Vargas não ocupa essa posição de “continuador das glórias”. Neste ponto, a posição dos positivistas destoava do que a historiografia produziu a respeito. Aqui a Igreja não é passiva no sentido de ter em Vargas alguém que adota seus pressupostos sem apresentar resistência. E tampouco a Igreja cede à análise que hoje predomina de que Vargas tinha seus princípios de governo “limitados pelos pressupostos positivistas” (SILVEIRA, 1933, p. 3). Eles não encontram em Vargas aproximação comtiana, mas um abandono dos princípios positivistas presentes na primeira Constituição republicana.

Ainda em 1934, em resposta ao ataque de Mussolini à Abissínia, o Apostolado, na figura de Carlos Torres Gonçalves, publicou o texto “*O respeito as nações e o sacrifício da Abissínia*”, no *Jornal do Commercio*. Neste artigo, afirma-se que:

Foi pelas relações internacionais que começou a revolução ocidental, depois que o Papado ficou politicamente anulado, pelas relações internacionais deverá começar o reestabelecimento da ordem (GONÇALVES, 1934b, p. 01).

Diante disto, os positivistas miram a ação imperialista do fascismo e criticam o fato de que as nações não-ocidentais têm se movimentado em ações revolucionárias, tais como as tensões em África e na Ásia, especialmente na disputa japonesa pela Manchúria. A crítica, contudo, não está nesta movimentação, mas em que “as vozes do oriente se fazem ouvir, não como voz de paz, mas de ódio, com os aparelhos infernais que aprenderam a construir com as nações ocidentais” (GONÇALVES, 1934b, p. 05).

O ataque fascista à Abissínia desperta perigos de uma guerra iminente e fere os direitos de autodeterminação e liberdade que as nações, mesmo as de menor desenvolvimento, possuem. Assim, em resposta, o Apostolado lança neste mesmo folheto uma espécie de manifesto, sugerindo, como é próprio do poder espiritual, três medidas. A primeira é o desarmamento gradual das nações e a redução dos exércitos. Os exércitos reduzidos passariam a ter o papel de policiamento, apenas

intervindo quando fosse necessário para manter a ordem, dado que, mesmo no regime positivo, é necessário que o poder temporal tenha posse de uma força coercitiva mínima. Além disto, o Apostolado sugere o fim gradual dos impérios coloniais, a fim de que as nações então dominadas possam participar dos tesouros da razão e da moral desenvolvidos pelo Ocidente ao longo de seu desenvolvimento histórico. Por fim, recomendam a extinção da guerra econômica, com supressão gradual das tarifas aduaneiras e o estabelecimento da livre circulação dos produtos na terra. Isto não está ancorado em um princípio liberal, aos moldes de Adam Smith. Esta ideia tem base em Comte quando este afirma que, se o capital tem sua origem social, assim também deve ser o seu destino e, estando todas as nações interligadas de modo mais efetivo no regime moderno, o capital produzido por uma deve fluir sem barreiras para outra, de modo a garantir que os tesouros de um sejam os tesouros de toda Humanidade.

4.2 Da Constituição de 1934 à Guerra

Entre os anos de 1934 e 1937, os positivistas publicam poucos textos relacionados à política brasileira. Isto se justifica pelo fato de sua atenção se voltar ao cenário internacional. É neste período que o Apostolado começa a escrever sobre a política de anexação da Itália, com a conquista da Abissínia. Produzem também textos sobre a paz internacional, enfatizando críticas à Liga das Nações. Grande parte dos textos neste período referem-se ao regimento interno da igreja, com publicações que retomam discursos de outros positivistas.

Mas, mesmo neste período, algo que merece atenção é que se repete o padrão de difundir ideais a partir das situações que se apresentam no horizonte social. Por exemplo, no texto "*Comemoração fúnebre de Augusto Comte: realizada no Templo da Humanidade em 5 de setembro de 1934*", da autoria de Mendonça, reproduz-se no jornal "*O Paiz*" um discurso efetuado na Igreja na ocasião do culto fúnebre de Comte. Neste texto, a doutrina positivista é mencionada como "termo (fim) da miséria e da guerra, advento da fraternidade universal" (MENDONÇA, 1934, p. 03). No mesmo ano, o texto "*Liberdade Espiritual*" retoma um discurso de Lemos,

no qual este coloca que “só há um meio de não servir à Religião da Humanidade: é servir o egoísmo, consciente ou inconscientemente” (MENDONÇA, 1934, p. 07).⁸³

O texto “*O Regime Republicano e a constituição de 10 de novembro: correção e aditamento*”, da autoria de Carlos Torres Gonçalves (1934a), é uma reprodução de um texto de Teixeira Mendes, no qual o apóstolo clássico aborda as possíveis intervenções do poder temporal nos círculos produtivos.

Em sua posição, os positivistas discordam em partes destas ideias, especialmente no que diz respeito ao papel da mulher. Para eles, a função básica da mulher é permanecer em casa, como senhora do lar e atuando na construção subjetiva do indivíduo, principalmente como mãe, mas também como esposa e filha.⁸⁴ Deste modo, cabe aos diversos níveis de governo impedir o acesso da mulher aos cargos públicos. Esse impedimento, lê-se em outro texto, não é por considerar a mulher indigna deste cargo; mas, sim, por considerar este cargo indigno da mulher, que desenvolve um papel muito mais excelente no desenvolvimento da bondade e da veneração.⁸⁵

Assim, os governos devem suprimir despesas para direcionar impostos na oferta de apoio financeiro aos desamparados de apoio doméstico. Sugere-se suprimir os gastos com cargos do governo, as despesas com a imigração e o armamento bélico. E, caso necessário, um imposto com esta finalidade complementa a questão (GONÇALVES, 1934a, p. 02).

Contudo, essa assistência deve destinar-se apenas ao que não tem amparo doméstico, sendo recolhidos aos hospitais apenas aqueles que não têm este tipo de cuidado. Essa orientação se coaduna ao princípio do dever e da gratidão, em que a família tem a responsabilidade de cuidar de seus membros (MENDONÇA, 1934, p. 02).

No caso dos trabalhadores, deve-se urgentemente limitar sua jornada às oito horas diárias e definir o salário mínimo, sem que isso infrinja a liberdade dos operários. O argumento positivista para isso baseia-se na liberdade do patrão. Ora,

⁸³ Por razão não encontrada, este texto foi publicado na coluna “*A Pedidos*”, do jornal *Diário de Notícias*.

⁸⁴ Estes três papéis da mulher são denominados no texto “*Teoria positiva dos anjos da guarda e das orações*”, encontrado no *Jornal do Commercio* no dia 05/03/1933, de três anjos da guarda, cuja influência permanece até que sua existência seja somente subjetiva, presente na mente do indivíduo.

⁸⁵ O texto em questão encontra-se no *Jornal do Commercio*, intitulado “*Conferência sobre a necessidade do concurso feminino para terminar a revolução moderna*”, publicado em 18/01/1931.

se os patrões podem trabalhar o número de horas que definirem como necessárias, assim também devem os trabalhadores ter liberdade para isto (MENDONÇA, 1934, p. 02).

E, para além disso, deve-se criar o descanso hebdomário e uma quinzena de férias. O local de trabalho, defendem os positivistas, deve ser limpo e cabe ao governo incentivar o uso de máquinas para suprimir o uso da força física do trabalhador (MENDONÇA, 1934, p. 03).

Quanto ao trabalho, ninguém com menos de quatorze anos deve trabalhar e aqueles que estão entre os quatorze e vinte e um anos de idade só devem trabalhar três horas por dia. Isto porque, na estrutura social positivista, crianças com estas idades estão em período de educação escolar e social, definindo um ofício.⁸⁶

A educação positivista se encontra organizada da seguinte forma, conforme apresentado páginas atrás, a partir de folhetos dos próprios positivistas: dividida em fases ligadas à idade do educando, a educação fica a cargo de pais e sacerdotes, com o Estado pouco atuante neste campo da vida social.

Diante disso, pode-se pensar que há muitos pontos de convergência entre as leis trabalhistas de Vargas e as propostas positivistas. Contudo, as divergências são maiores do que as aproximações. A começar pela mulher, alvo de máximo apreço na cosmovisão positivista.

A legislação trabalhista e a Constituição de Vargas propõem que há possibilidade do trabalho feminino, e que “o alistamento e o voto são obrigatórios para os homens e para as mulheres, quando estas exerçam função pública remunerada, sob as sanções e salvas as exceções que a lei determinar” (artigo 109 da Constituição de 1934). Ainda, permite que mulheres trabalhem em fábricas, com uma única exceção para fábricas insalubres. Neste caso, o artigo 121 define que as mulheres estão proibidas de trabalhar nestes ambientes. Para completar, o terceiro inciso deste artigo da Constituição defende que “Os serviços de amparo à maternidade e à infância, os referentes ao lar e ao trabalho feminino, assim como a fiscalização e a orientação respectivas, serão incumbidos de preferência a mulheres habilitadas”. Assim, há um estímulo na lei para que a mulher desempenhe função produtiva na sociedade, fora da esfera moral. Neste aspecto, as leis do trabalho

⁸⁶ O texto que apresenta a concepção positivista de estudo encontra-se no *Jornal do Commercio*, do dia 10/09/1932, intitulado “*Teoria da Educação*”.

cometem um pecado aos olhos do positivismo ortodoxo quando assumem que “os preceitos que regulam o trabalho masculino são aplicáveis ao trabalho feminino, naquilo em que não colidirem com a proteção especial instituída”, em seu artigo 372. Para o positivismo, igualar homens às mulheres em suas funções e permitir que as mulheres trabalhem, até mesmo incentivando isto, corresponde a abandonar o desenvolvimento moral da sociedade.

Por sua vez, no âmbito da educação, a Constituição de 1934 destoa das propostas positivistas quando afirma no seu artigo 150 que compete à União “fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País”, além de “determinar as condições de reconhecimento oficial dos estabelecimentos de ensino secundário e complementar deste e dos institutos de ensino superior, exercendo sobre eles a necessária fiscalização”. Estes parágrafos conferem ao Estado uma participação na educação muito mais abrangente do que o proposto pelo Apostolado. Assim, estabelecer aproximações entre as leis varguistas e os pressupostos positivistas nos parece inferir que elementos díspares estejam conectados, ainda que não haja base documental para tal.

O texto *“Pelos supremos interesses da humanidade: a propósito do prosseguimento da indébita intervenção militar estrangeira nos negócios internos da Espanha e da invasão da República Chinesa por forças armadas do Império do Japão: A propósito do prosseguimento da indébita intervenção militar estrangeira nos negócios internos da Espanha e da invasão da República Chinesa por forças do Império do Japão”*, da autoria de Joaquim Bagueira Leal, representa uma mudança significativa nos posicionamentos positivistas do período. A partir deste texto, publicado em 14 de outubro de 1937, o Apostolado começará a relacionar a política interna brasileira com o cenário geral das relações internacionais, explicitamente se atentando para os regimes totalitários europeus, as políticas expansionistas e a orientação dos países americanos ante este cenário. O que se percebe é que, na perspectiva do Apostolado, há uma grave e perigosa aproximação entre os regimes totalitários europeus e asiáticos do governo Vargas. Ante essa situação, as críticas se acentuam de forma veemente e os positivistas se aproximam ideologicamente dos posicionamentos norte-americanos e argentinos.

Como ponto de partida para análise, os positivistas adotam o pressuposto de que em seus dias havia se intensificado o processo de entrelaçamento das nações, iniciado com Colombo na descoberta da América. E isto se deu de tal forma que a guerra entre dois países afeta os demais, pois neste contexto de entrelaçamento há grandes possibilidades de um conflito bilateral tornar-se mundial (LEAL, 1937, p. 02). Isso é tão evidente que se demonstra pelo fato de nenhuma nação querer se tornar responsável pelo início de um conflito.⁸⁷

Contudo, a importância das relações internacionais para os pressupostos do positivismo brasileiro não se limita à iminência de um conflito e ao entrelaçamento das nações. Do ponto de vista doutrinário, as relações internacionais têm papel determinante na reestruturação da sociedade, tanto em seus aspectos externos quanto internos. Em outras palavras:

[...] pelas relações internacionais que se inicia o reestabelecimento da ordem no Ocidente e na terra, não só quanto a política exterior, mas também a interior, pelo domínio da moralidade (LEAL, 1937, p. 03).

Esse posicionamento é claramente convergente com os pressupostos básicos do positivismo comteano, de modo que neste aspecto é inegável a fidelização do grupo brasileiro ao catecismo. Na doutrina, o Ocidente está em crise desde o declínio do papado no século quatorze, quando a doutrina católica, que amalgamou as nações ocidentais do momento, entrou em um duplo processo de transformação, sendo destruída pelo crescimento da razão demonstrativa e lançando as bases para a criação de uma nova doutrina. Essa doutrina, profetiza Saint Simon, ou rejuvenesceria o cristianismo ou conectaria sobre novas bases a religião e a ciência. Para o Apostolado, o positivismo representa esta nova relação que substituirá a influência internacional do papado e reestruturará a ordem ocidental.

Tomando como base este ponto de partida, o Apostolado entende que é necessário que cada indivíduo ou governo assuma, na medida de influência que lhe cabe, um posicionamento definido em prol da fraternidade (LEAL, 1937, p. 03). Neste ponto, entram em rota de colisão com o governo Vargas, pelo silêncio deste

⁸⁷ Também é fato que as nações fogem e condenam a guerra, o que se demonstra pelo fato de nenhuma nação desejar ser a responsável pela iniciativa, mesmo quando a guerra é evidente. Prenuncia-se a grande unidade, objetivamente realizada por Colombo e espiritualmente por Comte, com a religião demonstrável. (LEAL, 1937, p. 02).

em relação aos ataques à Abissínia, Guerra na Espanha e o uso destes processos bélicos para movimentações políticas no Brasil em prol de seu governo.

O primeiro ponto de crítica está no silêncio do governo ante a guerra na Espanha. Para o Apostolado, o silêncio das nações de vanguarda do Ocidente corresponde ao agravamento das relações internacionais em países em processo de positivação, especialmente na Ásia. Por outro lado, a atitude fraternal destas nações, assumindo práticas em prol da paz e da defesa dos países agredidos, inspirariam confiança das nações menos desenvolvidas nos progressos técnicos, morais e políticos que o Ocidente desenvolveu em sua trajetória histórica.

O silêncio ocidental ou as “meias-attitudes” em favor da paz, contudo, não deixariam de atingir o próprio Ocidente. Em uma tentativa de prever possíveis causas do silêncio ocidental, o Apostolado defende que:

“Esse silêncio Ocidental, seja pela ilusória esperança de não serem incomodadas, seja pela vergonhosa expectativa de tirar proveito dessas nações, não tardará em ter o mais merecido castigo, pois poderão ser arrastadas para a guerra caso está se conflagre na Europa” (LEAL, 1937, p. 04).

Assim, enviam neste texto um apelo aos governos ocidentais, especialmente a França, tido por eles como nação diretora da evolução do Ocidente, e ao governo do Brasil, para que tomem medidas contra a intromissão de potências europeias na guerra civil espanhola e contra a invasão japonesa na Manchúria. E que tipo de ações são recomendadas?

Seguindo o catecismo, sugere-se o uso de medidas políticas, morais, econômicas e até mesmo militares – no apoio às vítimas – para que se resolva esta crise.

Este tipo de iniciativa em favor dos países vítimas, no caso da Manchúria, e na autodeterminação política dos povos sem influência externa, no caso da Espanha, é enquadrado na cosmovisão positivista como uma forma de usar as crises sociais em favor da adoção de um regime positivo, tido como pacífico, industrial, fraternal e de liberdade.⁸⁸ Como propunha Comte, as crises sociais devem primeiramente ser previstas, com o intuito de serem evitadas. Em seguida, devem

⁸⁸ Sobre o positivismo ser definido nestes termos, ver República e Democracia, folheto publicado em 1945. Este folheto, analisado neste texto na página 147, é uma readaptação de um texto de Lemos, publicado em 1912. Em seu texto, Lemos usa estes termos para definir o positivismo. Além disso, eles fazem eco a definição de Comte, em sua obra “*Discursos sobre o espírito positivo*”.

ser moderadas e, por fim, empregadas para a evolução orgânica da sociedade (LEAL, 1937, p. 05); evolução esta que tem como objetivo a república positivista.

Assim, mesmo na crise, o Apostolado não deixa de destacar um cenário que pode ser usado para moralizar as relações internacionais e inspirar outras nações a seguir este caminho.

Desta forma, ao começar a analisar a situação da guerra civil espanhola, o Apostolado faz uma menção ao caráter degenerativo deste conflito, por dar-se em uma das nações que ocupa o topo da hierarquia das potências ocidentais. Na mentalidade positivista, há uma escala hierárquica dos países ocidentais, na medida em que contribuíram para o desenvolvimento da Humanidade e regeneração humana. A primeira nação é a França, por ser esta o berço de Comte e de seus predecessores. A segunda é a Itália, com suas contribuições à Humanidade datando do império romano. E em terceiro nível estão Portugal e Espanha, que iniciaram a integração do mundo na viagem de Colombo e grandes navegações, além de defenderem a fé católica ante o avanço protestante.⁸⁹ Assim, a guerra civil acontecer na terceira nação da escala hierárquica a torna mais deplorável (LEAL, 1937, p. 04).

E, mesmo que o foco de análise seja o conflito espanhol, é possível entrever nas palavras do Apostolado críticas ao governo não somente espanhol ou de Portugal, Itália e Alemanha, nações que influíram nesta guerra interna, mas também críticas ao governo brasileiro. Reconhecendo que não é preciso julgar o governo como bom ou ruim, tendo sido este eleito, o texto abre um parêntese de observação e defende que:

Não é preciso julgar bom o governo da Espanha (aliás, que governo é de fato bom? Quem respeita em sua plenitude o princípio capital da política moderna, a separação dos poderes espirituais e temporais? E que não tem preconceitos na política externa, aquela cuja regeneração depende a da política interna?) (LEAL, 1937, p. 05).

Não há ressalvas a qualquer país ocidental, inclusive o Brasil. Isto, somado ao apelo feito ao governo brasileiro para que assuma um posicionamento claro, evidencia um distanciamento do Apostolado da política governamental varguista. É

⁸⁹ É digno de nota que o positivismo repudia o protestantismo. Lagarrigue, apóstolo chileno com grande correspondência com a Igreja brasileira e reconhecido como apóstolo fiel pela diretoria da Igreja em 1930, afirma que “consideramos o catolicismo muito superior ao protestantismo, que não fez despojar a aquele de suas instituições mais belas e eficazes, como o dogma do purgatório, o culto à Virgem e aos santos, e o regime da confissão. Os povos católicos são os mais bem preparados moral e socialmente, para compreender e abraçar a Religião da Humanidade (LAGARRIGUE, p. 24).

digno de nota que os apelos do Apostolado não são atendidos, dado que Vargas manifestou apoio, ainda que ambíguo, a Francisco Franco. O CPDOC traz em seus arquivos uma carta do general espanhol agradecendo ao presidente Vargas pela doação de grandes quantidades de café e açúcar para seu exército. A carta segue transcrita abaixo (e pode ser encontrada nos arquivos do CPDOC, na sessão “Getúlio Vargas”, GV c 1936.10.29/1):

Excmo. Señor Presidente de la República del Brasil.

Señor Presidente:

Con la mas viva sattivacion me he enterado de su noble y generoso rasgo de donar para las tropas nacionales que luchan em defesa de España y de la civilizacion contra las hordas marxistas, importantes cantidades de azucar y de café.

Em nombre de la España Nacional, tan estrechamente ligada por vínculos espirituales y afectivos a esa Gran Republica que V.A. tan digna e acertadamente preside, le doy las mas rendidas gracias esperando poder em su dia tributar publicamente al Brasil y a V. E. el homenaje de gratitud y admiracion que tan Hidalgo proceder merece. Por el momento y cumpliendo los deseos de V. E., tan importante donativo sera mantido dentro de la mas estricta reserva hasta que las circunstancias permitan darlo a la publicidade y entonces todo el Pueblo español pueda agradecerlo

Reciba, Señor Presidente, com my gratitud y mi reconocimiento, la expression de mi mas alta y distinguida consideracion.

Este telegrama de fato manteve-se secreto até para os espanhóis, enquanto não veio a vitória de Franco. Em 1939, o jornal espanhol “*La Vanguardia*” comemora o envio de sacas de café brasileiro para o “generalíssimo”. E, na esfera pública, o Itamaraty reconheceu em março de 1939 o governo de Franco (SOUZA, 2011, p. 13). Além disso, já em agosto de 1936, o Itamaraty definiu a posição brasileira nas seguintes palavras:

“O governo brasileiro, respondendo a sugestão apresentada pelo Governo do Uruguay no sentido de os países americanos servirem de mediadores na guerra civil espanhola, declarou ontem a Canchelaria daquela nação que, não obstante apreciar altamente os intuitos generosos e nobres da iniciativa, não a podia apoiar pelas razões que seguem: 1) o não desejo do Brasil de se imiscuir em convulsões internas de outros países; 2) impropriedade da mediação antes de ter sido reconhecido o caráter beligerante; 3) probabilidade de insucesso na tentativa em vista da situação europeia. O governo brasileiro não faria, contudo, por amor a solidariedade americana, excepção à unanimidade, si todos os governos americanos aderirem a sugestão do Uruguay” (SOUZA, 2017, p. 84).

Esta posição de neutralidade oficial diverge da posição do Apostolado de intervir no sentido de paz, muito próximo do que o Uruguai se propõe a fazer, e na

defesa da influência de nações americanas na situação europeia, como forma de retribuição de uma dívida histórica, fruto do compartilhamento das conquistas históricas da civilização europeia no processo de colonização.

Assim, percebendo o distanciamento do governo Vargas das propostas do Apostolado para os conflitos internacionais, a partir desta publicação – *“Pelos supremos interesses da Humanidade: a propósito do prosseguimento da indébita intervenção militar estrangeira nos negócios internos da Espanha e da invasão da República Chinesa por forças armadas do Império do Japão: A propósito do prosseguimento da indébita intervenção militar estrangeira nos negócios internos da Espanha e da invasão da República Chinesa por forças do Império do Japão)”* – os apelos dos positivistas ao Apostolado são feitos em relação ao retorno à Constituição de 1891 e ao retorno da marcha histórica brasileira.

Se uma revolta em uma das nações dirigentes aparece como algo horrível, a intromissão de potências externas torna-se deplorável, pois transforma a guerra civil em conflito internacional (LEAL, 1937, p. 05). Mesmo que a Itália justifique sua intromissão no conflito com intuito de impedir a “bolchevização” do mediterrâneo, isso não significa a adesão do Apostolado à postura italiana.⁹⁰ Na realidade, os positivistas interpretam este discurso como uma forma de desafio às demais nações que não concordam com governos socialistas e uma intromissão no direito de cada povo escolher seu modelo político.⁹¹

Assim, ainda que não concordem com governos socialistas, não aderem à uma intromissão externa na política espanhola para combater o comunismo. E, ante essas intromissões consideradas pelos religiosos como deploráveis, o Apostolado entende que as demais nações têm dois deveres: um negativo e outro positivo. O primeiro é abster-se da luta e o segundo é adotar medidas em favor do fim do derramamento de sangue (LEAL, 1937, p. 07).

⁹⁰ Deve-se destacar que o Apostolado e o positivismo são completamente contrários ao comunismo e socialismo (ver as publicações *“O atual dilaceramento da Hespanha”* (1937), *“Agressão à Finlândia”* (1939), *“Festa dos mortos”* (1940). Nesta mesma publicação, o Apostolado chama o governo socialista espanhol de solução indeterminada e inconsistente (GONÇALVES, 1937, p. 06).

⁹¹ “E anunciar, [como fez o governo italiano], que é importante evitar a bolchevização do mediterrâneo, constitui uma afronta ao povo espanhol, ao mesmo tempo que um desafio aos demais governos que não comunguem com essa ideia de anti-bolchevização, governos que já adeptos da ideia de que cada povo é livre para escolher suas instituições políticas” (GONÇALVES, C. Torres. **O atual dilaceramento da Hespanha**. Rio de Janeiro: Editora, 1937. p. 06).

Neste ponto cabe explorar o conceito positivista de neutralidade nas relações internacionais. Nesta doutrina, o conceito de neutralidade se apoia naqueles dois deveres, o negativo e o positivo. Neutralidade negativa é entendida como a fuga de conflitos. Em contrapartida, neutralidade positiva implica em adotar medidas em prol do país agredido e mais fraco, de modo a equilibrar a balança internacional e ativamente adotar meios de reduzir as perdas humanas. Assim, conferem uma nova dimensão ao termo “neutralidade”. Nos termos do texto em análise, os positivistas conceitualmente fazem diferenciação entre neutralidade positivista e neutralidade ativa, defendendo que as nações que querem atuar na regeneração social devem deixar uma atitude de neutralidade passiva, que pode acender os ânimos dos culpados, para uma neutralidade ativa, ajudando cada qual segundo seu alcance, indo além das sanções morais, interrompendo relações econômicas e mesmo prestando socorro militar aos países agredidos.

Este conceito de neutralidade é de tal forma importante para a mentalidade do Apostolado que eles veem a negativa do pedido de retirada de exércitos estrangeiros da Espanha elaborado pela França e Inglaterra como uma inegável cumplicidade dos governos italiano e germânico nos crimes de lesa-humanidade (LEAL, 1937, p. 06).

Por fim, no caso espanhol, o Apostolado entende que há um dever particular das nações americanas, pois são devedoras a Portugal e Espanha pelo seu processo de formação. As nações americanas devem, então, agir de modo leal e fraterno, assumindo uma neutralidade ativa e, com isto, inspirar governos retardatários. Em seus termos:

“A América tem especial dever nesse caso, pois, além dos interesses da humanidade, é devedora da Espanha e de Portugal. Elas devem deixar uma atitude de neutralidade passiva, que pode acender os ânimos dos culpados, para uma neutralidade ativa, ajudando cada qual segundo seu alcance. A atitude da América, leal e fraterna, pode inspirar governos retardatários, a tomarem uma posição a tempo. E pode contribuir para, nas relações internacionais, que são as mais importantes, haver a formação de uma opinião pública verdadeira, principal auxiliar dos governos. É dessa opinião pública que depende a eficácia da coerção moral, condenando culpados, indivíduos e governos. Essa opinião pública, quanto mais extensa, acabará conduzindo aos mais maravilhosos resultados” (LEAL, 1937, p. 07).

Na questão do Oriente, o Apostolado reconhece deveres internacionais análogos aos do caso espanhol, como a assistência mútua entre as nações e o não

reconhecimento de anexações, tal como previsto no compromisso da Liga das Nações, como no tratado antibélico, elaborado pela Argentina e que tem a Itália como signatária. O próprio Japão tem o tratado das nove potências, que o obriga a respeitar a integridade territorial chinesa (LEAL, 1937, p. 08). Estes tratados, contudo, não são alvo de apreço do Apostolado. Para ele, estes acordos tornaram compromissários algo que, pela evolução, foi aceito como dever internacional, baseado na lei da fraternidade (LEAL, 1937, p. 08).

E a questão oriental tem uma relevância própria, pois, com a invasão da China, o Japão passaria a avassalar e militarizar um imenso contingente populacional. Deste modo, defender a China significa defender a si próprio (LEAL, 1937, p. 08), de tal forma que apenas quem compartilha das ambições imperialistas japonesas não condena os feitos desta nação (LEAL, 1937, p. 09).

E neste ponto os EUA, na percepção positivista, têm sido precursores da neutralidade ativa ao não reconhecerem nenhuma das conquistas territoriais. Essa medida deve ser seguida pelos demais países signatários. O Apostolado teve tanto apreço por este posicionamento que enviou felicitações ao presidente Roosevelt:

Presidente Roosevelt
Brazilian positivists offer their respectful congratulations for your great Chicago speech supporting international solidarity also Spanish autonomy and Chinese integrity – Bagueira Leal – Ernesto Otero – Nicolau Barbosa – Frederico Barbosa – Geonísio Mendonça – Torres Gonçalves (LEAL, 1937, p. 09).⁹²

Ademais, ao analisar a situação de crise Oriental, o Apostolado adquire feições progressistas para seu tempo. Primeiramente, eles reconhecem que todas as nações têm faltas passadas parecidas com as japonesas. Contudo, isto não deve servir de pretexto para justificar as faltas presentes. Estas faltas devem ser reparadas pelas potências a fim de moralizar as relações internacionais. E quais são tais faltas?

Primeiramente, se faz necessário dar a gradual independência das colônias asiáticas e africanas, especialmente a Índia. Deve-se restituir a Algéria aos árabes e

⁹² Tradução da própria Igreja: “Positivistas brasileiros, apresentamos nossas respeitadas congratulações pelo vosso importante discurso de Chicago, a respeito da solidariedade internacional e pela defesa da autonomia da Espanha e da integridade Chinesa” (LEAL, 1937, p. 09). É digno de nota que aqui o Apostolado deixa passar em branco toda prática imperialista estadunidense desenvolvida na América Central.

Gibraltar à Espanha, além de reconhecer a independência da Alsácia e Irlanda (LEAL, 1937, p. 10). E se faz necessário compreender o caso da Etiópia, cuja defesa não foi realizada a tempo pela Liga das Nações, ainda que fosse signatária da mesma. Contudo, comprimir a Itália para tentar restituir estas faltas gera um crime pior (LEAL, 1937, p. 10). Estas ações gerariam não apenas vantagens morais e políticas, mas também econômicas, pois o que é bom e belo, como a ciência e o avanço industrial, não tem necessidade de violência para prevalecer, pois tem força própria (LEAL, 1937, p. 10).

Dentro das relações europeias, deve-se assinalar o crime que foi realizado com o Tratado de Versalhes, que, baseado no medo, comprimiu a população alemã e tornou possível a aberração nazista (LEAL, 1937, p. 10). Caso houvesse uma clara visão do futuro, teria sido admitida a autonomia da Alemanha (LEAL, 1937, p. 10).

E, por fim, ao concluir este artigo, o Apostolado faz outra crítica, mais sutil, ao posicionamento do governo brasileiro. Relembrando o Tratado Mirim-Jaguarão, da iniciativa de Rio Branco, os autores sugerem que, desde aquele progresso humano realizado em 30 de outubro de 1909, na disputa entre o Brasil e Uruguai pelos limites territoriais na Lagoa Mirim e o Rio Jaguarão, o Brasil está induzido a opor-se a qualquer nova conquista territorial obtida por violência, contra o desrespeito da autonomia das nações, postura esta que não tem sido assumida pelo governo Vargas.⁹³

No artigo “*O atual dilaceramento fratricida na Espanha*”, assinado pela Delegação Executiva da Igreja Positivista do Brasil, com os nomes de Bagueira Leal, Geonísio de Mendonça e Torres Gonçalves, publicado em janeiro de 1937 nas circulares da Igreja, encontramos uma resposta do Apostolado positivista brasileiro ao professor José Castillo, professor de Direito da Universidade Central de Madrid. Esta resposta foi dada ao discurso proferido pelo professor no Instituto de Cooperação Intelectual de Paris, sobre a pacificação da Espanha. É neste texto que começam a se esboçar as percepções positivistas sobre as forças em jogo no cenário político internacional, especificamente o nazi-fascismo e o comunismo.

⁹³ “O tratado Mirim-Jaguarão, de iniciativa de Rio Branco, induz o Brasil a oposição de qualquer nova conquista territorial obtida por violência e contra todo o desrespeito da autonomia das nações” (LEAL, 1937, p. 11).

Esta resposta de nível intelectual brilhante dialoga com o princípio positivista de que “o homem se agita e a humanidade o guia”. Defendendo o princípio de afirmação política espanhola, em contraposição ao discurso proferido pelo professor Castillo, o Apostolado faz diferenciação entre a nação espanhola em suas conquistas históricas e o momento turbulento que esta atravessa. E, sem invalidar a participação ativa e benéfica desta nação na história do Ocidente, propõe alternativas para conter a crise que enfrenta, de modo que, para eles “A Humanidade caminha para a unidade espiritual, ainda que de forma não sistemática, através mesmo das maiores tormentas sociais (GONÇALVES, 1937, p. 05).

Primeiramente, nesta diferenciação, o Apostolado reconhece que a Espanha realizou, na empreitada de Colombo, a unificação de modo objetivo do mundo, com a integração do continente americano aos demais continentes. E deve-se destacar que Cervantes, símbolo espanhol, poeticamente antecipou três estados mentais possíveis para a humanidade. A loucura, causada pelo excesso de subjetivismo, encontra-se em D. Quixote. O idiotismo, excesso de objetivismo, encontra-se em Sancho Pança. E a razão encontra-se no meio destes, podendo participar de ambos no processo de transição da anarquia, situação em que o mundo se encontra no período em que o texto é escrito.

A partir deste binômio de extremos, caracterizado pela oposição subjetividade-objetividade, loucura-idiotismo, o Apostolado passa a analisar as duas principais forças políticas presentes no mundo e especialmente no contexto europeu. Para eles, os extremos nazi-fascismo e comunismo, são ambos retrógrados-revolucionários, sendo o primeiro mais levado às retrogradações e o segundo com maior presença de princípios revolucionários (GONÇALVES, 1937, p. 04).

O lado retrógrado, personificado no nazismo, tem perfil a-histórico, não compreendendo nem o passado nem o futuro; e assume a posição de eternizar a guerra, numa busca incessante por espaço vital. É deste espectro político que se realiza uma terrível compressão da sociedade ao nível das questões materiais, sem sensibilidade para os problemas de ordem subjetiva e sem percepção de questões morais (GONÇALVES, 1937, p. 04). Ao ignorar estes elementos, busca-se na força militar solucionar problemas de ordem moral. E mesmo que se atente para questões materiais, é incapaz de sentir e solucionar o problema moderno de maior

importância, resumido na incorporação do proletariado à sociedade. Esta incapacidade de solucionar o problema torna-se elemento de pressão, que apenas aumenta e adia, por pouco tempo, uma reação geral do proletariado, que se configurará violenta, dada a compressão a que se sujeitou a classe trabalhadora. Em outras palavras, o nazi-fascismo, ao ignorar questões de ordem moral em detrimento de questões de ordem material, pode levar a uma revolução comunista geral. E isto, aos olhos do positivismo, torna-se tão negativo quanto a existência do nazi-fascismo, pois, para o Apostolado, os regimes comunistas se distanciam do regime final, de caráter positivista. Nos termos do artigo:

O lado retrógado [nazismo] não compreendendo o passado nem o futuro, eterniza a guerra e pretende que se torne como ordem social o silêncio da compressão material embrutecedora. Incapaz de sentir o real problema moderno, a incorporação do proletariado, que se acha apenas encampando na sociedade atual, seu prevalecimento só poderá retardar a reação geral, particularmente proletária, tornando-a mais violenta, mais embaraçadora do estabelecimento da verdadeira ordem social futura, tendo por base a fraternidade (GONÇALVES, 1937, p. 03).

No outro espectro político os positivistas inserem o comunismo. Este, com predomínio mais revolucionário do que retrógrado, é menos permeado por princípios militares e tem maior aversão à guerra. Contudo, os regimes deste espectro político atentam contra aquilo que o Apostolado considera ser a base da sociedade, a saber: a propriedade privada, o governo, denominado poder temporal, a religião, denominado poder espiritual e a família. Ainda que todos os governos modernos, aos olhos do positivismo, interfiram nestas instituições, é o comunismo que mais ataca estas instituições. Contudo, os positivistas veem neste espectro político alguns pontos benéficos, como o predomínio do elemento proletário. Na cosmovisão positivista, a sociedade é composta por alguns elementos básicos, cada qual com ênfase em alguma das faculdades cerebrais. A mulher desenvolve a veneração e a bondade e as competências simpáticas do cérebro e afetivas são melhor desenvolvidas no proletariado. Assim, como nos regimes comunistas predominam faculdades afetivas, estes são mais dispostos à generosidade e menos resistentes ao predomínio das leis naturais. Em outros termos, podem se desligar de vínculos democráticos-metafísicos desenvolvidos durante a transição da ordem feudal para a ordem positiva. Para o Apostolado, isto se confirma pelo fato de os países bolchevistas copiarem preceitos das nações europeias mais evoluídas e mais

próximas do estado positivo. Pela sua capacidade de sentir, naturalmente se dispõe a seguir o que se propõe na hierarquia das nações.

Esta abordagem naturalista do fenômeno comunista tem ainda mais raízes em uma abordagem que leva em conta a antropologia positivista. Para o Apostolado, o fenômeno comunista não apenas se traduz em um predomínio de certas faculdades intelectuais, como também se inscreve em um círculo de desenvolvimento racial. A Rússia e seu povo são de natureza muito mais asiática do que europeia. Por isso aderiram ao comunismo, uma variação da Ásia frente à crise das nações dirigentes ocidentais.⁹⁴ Para dar voz aos positivistas, em seus termos:

O partido revolucionário (comunista) menos perturbado por preconceitos militares e mais contrário as guerras, leva mais longe os atentados as instituições fundamentais da sociedade: a propriedade, governo, família, religião. Dizemos mais longe porque todos os governos chamados totalitários, até mesmo os democráticos, interferem nessas instituições. E nenhum respeita o princípio da política moderna, que é a divisão entre poder espiritual e temporal. Neste partido, onde predominam elementos proletários, mais dispostos a generosidade é menor a resistência ao livre prevailecimento das leis naturais. Isso se confirma pela crescente tendência do bolchevismo de imitar as democracias europeias. E isso só não aconteceu antes pela intromissão de potências europeias no início da revolução russa. Aliás, o bolchevismo é fenômeno peculiar a este imenso país, mais asiático que europeu (GONÇALVES, 1937, p. 05).

Mas o fato de criticarem o nazi-fascismo e o comunismo não significa que aderem à democracia liberal. Na realidade, em sua análise das forças políticas em jogo não deixam de considerar a democracia – tampouco a veem como uma solução plausível.

Este ponto carece de uma breve consideração, antes de analisar as percepções do Apostolado quanto à democracia. O fato de não concordarem com a democracia liberal tem sido interpretado pela historiografia e academia ora como uma aproximação de Vargas, também crítico à democracia, ora como um flerte com o autoritarismo, numa interpretação reduzida do que seria uma ditadura republicana.

Autores como Monica Sol Glik (2007), Juliana Cristina Diniz e Desirée Cavalcante Ferreira (2016), veem neste abandono da democracia uma aproximação do positivismo com o autoritarismo. Ademais, consideram que no abandono da democracia está uma evidência de que Vargas adotou princípios positivistas de

⁹⁴ Aqui deve-se inserir a teoria racial e os elementos sociais positivistas.

governo, numa convergência de pressupostos que normalmente leva em consideração apenas um dos lados da relação. Ou seja, considera apenas esta convergência da perspectiva de análise que enfoca Vargas, mas que ignora o positivismo. Esta interpretação, contudo, destoa tanto do que pode ser percebido nos folhetos quanto do que a literatura especializada no positivismo tem produzido. E, para isto, serve-nos a obra de Artur Lacerda, "*A República Positivista*" (1993) e os folhetos "*Os positivistas na fundação da República*" (1937); "*República e Democracia*" (1945), entre vários outros. Nestas obras, sendo a primeira de 1993 e as demais produzidas pelo próprio Apostolado, entende-se que o termo "ditadura" tem apenas o sentido de ditar, coordenar os poderes materiais e a base da produção da sociedade. Isto, contudo, dentro de uma esfera muito reduzida de ação, por este poder estar plenamente separado dos poderes espirituais, que, na figura dos sacerdotes e mães, atuam aconselhando a sociedade, sem exercer pressão material.

A esfera de atuação do poder ditador, por assim dizer, reduz-se ainda mais quando se entende que este poder só é vitalício na medida em que a opinião pública o aprovar. Esta opinião pública é o grande mecanismo que fiscaliza e autoriza o governo, de modo que a base da governabilidade para Comte se apoia em uma opinião pública esclarecida e bem definida, que participa ativamente das decisões, extrapolando o papel do voto (LACERDA, 1993, p. 33). Essa opinião pública faz o papel das assembleias legislativas, que Comte e o Apostolado brasileiro entendem como uma abstração metafísica que complica e emperra a tomada de decisões. Para o Apostolado na democracia:

Outro erro são as assembleias legislativas, incapazes de legislar. A tarefa de legislar cabe ao executivo, mediante a apreciação de certos projetos que durante um tempo tenham sido expostos a apreciação geral (GONÇALVES, 1937, p. 07).

O positivismo considera que fascismo, nazismo e comunismo são resultados da crise do Ocidente. Mas, ainda que em menor escala, não deixam de causar perturbação as variações da metafísica democrática, em seus aspectos políticos, econômicos ou morais. O fato de existirem regimes totalitários demonstra a falência e insuficiência da democracia em evitar a anarquia dos espíritos na sociedade ocidental (GONÇALVES, 1937, p. 08).

Em primeiro ponto, consideram absurda e imoral a escolha dos superiores pelos inferiores mediante o voto numérico. E igualmente nocivo é o tempo reduzido que estes políticos eleitos têm para aplicar um plano de governo. Dada a importância de sua função, esta temporalidade reduzida de mandato diminui no imaginário social a responsabilidade e força do poder temporal e rompe com o principal dos atributos da humanidade, na concepção positivista: a continuidade (GONÇALVES, 1937, p. 07).

Para solucionar isto, propõe-se que, conforme a política positiva, se estabeleça a hereditariedade sociolátrica, para dar ao governante o tempo necessário para aplicar um plano de governo e fazer um sucessor. Conforme propôs Bolívar, um dos ícones elogiados pelo Apostolado brasileiro: um presidente vitalício com a faculdade de escolha de um sucessor é o ideal do regime republicano (p. 08). Ou, ao menos, sugere-se que haja a possibilidade de reeleição e o aumento do tempo de governo dos magistrados (GONÇALVES, 1937, p. 08).

No âmbito do voto, sugere-se sua extinção ou pelo menos sua redução, excluindo funcionários públicos, civis ou militares ligados à função executiva e excluindo também os órgãos espirituais e intelectuais, limitando os votos às chamadas classes conservadoras ou classes produtivas (industriais, bancários, agricultores, artesãos). Nos termos positivistas:

Defende-se a extinção do voto, ou pelo menos a sua redução, excluindo funcionários públicos, civis e militares que estejam ligados a função executiva. Exclusão também dos diversos órgãos espirituais e intelectuais (sacerdócio, médicos, professores, escritores) e dos órgãos morais (mulheres), com o voto limitado as classes conservadoras, sendo exercido com dignidade, as claras e livre. Dilatação dos prazos de governo e reeleição do magistrado temporal, por simples maioria, como na constituição dos EUA (GONÇALVES, 1937, p. 06).

Esta exclusão das mulheres do voto deve ser entendida dentro da cosmovisão positivista. Para a doutrina, a participação das mulheres na política e na indústria compromete a família. E a ampla aceitação desta participação feminina em ambientes fora do lar, como defendida por protestantes e católicos, demonstra a desordem intelectual do Ocidente.

O artigo é bem explícito quando o autor coloca que: a verdade, repetimos, é que a democracia está falida (GONÇALVES, 1937, p. 03). Mas é possível que, ante estas exposições, se considere que o positivismo seja um tipo de partido político

com uma nova proposta de governo, não coalizado com as vertentes da esquerda, direita ou extremos destas. Essa interpretação, completamente possível para nossos dias, não se coaduna com os objetivos e a forma como o Apostolado entende a si próprio.

Considerando que os regimes políticos da década de 1930 e 1945 são alvo constante da análise do Apostolado, um outro artigo, além dos que foram abordados acima, ilumina o ideário positivista sobre si mesmo e sobre os demais regimes. O texto “*Os positivistas na Fundação da República*” (1937), da autoria de Geonísio de Mendonça, não trata objetivamente deste ideário, sendo, na prática, uma reconstituição histórica dos principais nomes positivistas que atuaram na deposição da monarquia e início da república, em resposta a um artigo publicado no *Correio da Manhã*, no dia 15 de agosto, intitulado “*Realidade*”⁹⁵. Contudo, em algumas expressões é possível entrever suas concepções a respeito de si mesmos e dos modelos de governo.

No artigo do *Correio da Manhã*, o positivismo é apresentado como uma doutrina que entendia ter resolvido todos os problemas do país apenas inserindo um lema e um tipo de ideário na bandeira.⁹⁶ Em resposta a isso, o Apostolado claramente define que o positivismo “não é um partido político, mas sim uma religião” (MENDONÇA, 1937, p. 01). E no que consiste essa diferença? Está na base da regeneração humana. Para o positivismo, o reordenamento da sociedade advém de uma mudança muito subjetiva de pensamento e sentimento, mudança esta que foge da alçada do poder temporal (MENDONÇA, 1937, p. 02). Deste modo, fascismo, comunismo e democracias, ainda que tenham modelos diferentes, incidem no mesmo erro: “destruir as religiões ou tê-las debaixo de suas ordens como meros ornamentos de seus triunfos” (MENDONÇA, 1937, p. 03).

Mas há, ainda, outra diferença entre partidos políticos e religiões no ideário positivista. Para eles, os partidos são incapazes de gerar sistemas de governo. Sua

⁹⁵ O nome do redator deste texto não foi encontrado na edição do jornal. Mas o texto em questão encontra-se no dia 15 de agosto de 1937, na página 4 do *Correio da Manhã*. Pode ser acessado no link

abaixo:
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&Pesq=%22clotilde%20de%20vaux%22&pagfis=41894

⁹⁶ “No primeiro ano da República, quando Clotilde de Vaux mandava no Brasil e os positivistas pensavam ter resolvido todos os problemas nacionais, pondo um rótulo na bandeira, possuíamos 14.300.000 habitantes”. Este é um fragmento do texto publicado no *Correio da Manhã* que Geonísio responderá.

única competência é reproduzir antigas estruturas (MENDONÇA, 1937, p. 03). Assim, eles se constroem com base no passado. E tanto o comunismo como o nazi-fascismo, enquanto configuram como partidos na cosmovisão do Apostolado, derivam do catolicismo, que é uma estrutura retrógrada, do estágio metafísico. Deste modo, para a doutrina, o comunismo é apenas uma extensão das regras religiosas a toda a sociedade, enquanto o nazismo transpõe ao governo temporal a hierarquia católica e sua infalibilidade (MENDONÇA, 1937, p. 03). Deste modo, se o positivismo é um partido político, entra em contradição com os princípios do Apostolado, pois, como partido, apenas pode reproduzir elementos que já existiam no Ocidente. Assim, jamais poderiam propor uma alternativa de governo e de sociedade, senão deturpando princípios do regime católico feudal.⁹⁷

Como apenas reinventam os princípios do catolicismo, estes modos de governo partidários são ineficazes na reestruturação da sociedade, dado que, na cosmovisão positivista, o catolicismo se apresenta como uma solução temporária desde seu início, apenas como um interregno da ordem escravista e militarista antiga para a ordem pacífica-industrial do estado positivista (também chamado de estado normal). Deste modo, para eles:

Fascistas e comunistas pretendem substituir as igrejas e as famílias na educação da juventude, preparando para uma guerra que tenha por fim ou colocar a própria pátria acima de tudo (como é o caso do fascismo) ou colocar a classe operária acima de todos (sendo que esta é a base, mas não o fim da sociedade, arrasando com as mais belas, úteis e necessárias instituições do passado venerável) (MENDONÇA, 1937, p. 04).

Como consideram a si mesmos adeptos de uma religião que diverge do catolicismo, veem-se na posição de ter autonomia para propor novas formas de sociedade – ainda que eles mesmos não estejam no governo. Como religião, trabalham diretamente com a parcela subjetiva que entendem ser a base da mudança: os sentimentos e pensamentos, deixando para o poder temporal os aspectos econômicos e políticos. E, por separarem o poder temporal do poder espiritual, deixando a cargo das mães e sacerdotes a educação, os positivistas

⁹⁷ É necessário lembrar que, na evolução histórica positivista, o regime católico feudal desenvolveu-se na Europa e entrou em declínio desde o século XIV, preparando espaço para a ordem positivista, científica, pacífica e industrial.

veem a si mesmos como a única alternativa às anomalias oriundas das derivações da religião católica.

Deve-se aqui somar a hierarquia social positivista à análise para que se compreenda o local e perigo social que o Apóstolo enxerga no elemento racial chamado por ele de germânico. Já em 1915, Miguel Lemos produziu um folheto sobre a dificuldade das relações entre brasileiros, frutos da tradição ibérica, com germânicos. O contexto de produção deste folheto, às vésperas da Primeira Guerra Mundial, traz preocupações sobre a imigração alemã no Brasil. Contudo, o mesmo folheto é reproduzido no *Jornal do Commercio* no ano de 1937, o mesmo ano em que os artigos analisados acima foram publicados. Na ocasião em que foi publicado pela primeira vez, no dia 15 de junho de 1914, houve um incidente na Escola Normal do Rio de Janeiro que trouxe à tona as preocupações positivistas e os fez reimprimir o folheto de Lemos. O diretor do colégio, o alemão Hans Heilborn, obrigou uma aluna que lia um livro de Olavo Bilac a se retirar da sala, sob ameaça de suspendê-la. A aluna protestou e o diretor agarrou-a por um braço e a fez sair da sala à força. A estudante, contudo, foi acometida por um ataque cardíaco, o que assustou as demais alunas e fez com que a turma se juntasse contra o diretor. Logo, a briga já havia extrapolado a sala de aula e ganhado o corredor e a rua. A polícia foi chamada duas vezes para resolver a situação e remover em segurança o diretor.

Ante o crescimento do pangermanismo na Europa e a tensão europeia às vésperas da Segunda Guerra, a temática do folheto, envolvendo um alemão e uma brasileira, bem como as considerações de Lemos, são retomadas no cenário da década de 1930. O Apostolado, vendo similaridades entre o contexto em que vivem e o texto de Lemos, resgata o artigo de 1914 como uma espécie de presságio que pode ser aplicado ao seu tempo, assumindo que:

Esse folheto, tendo sido produzido por Lemos em 1914, foi trazido à tona pela atualidade de suas considerações. O autor, se vivo, veria infelizmente se concretizarem na Europa e no Brasil suas previsões, de acontecimentos despóticos, retrógrados, e anárquicos, de ideias que não coadunam com nossa evolução histórica nem nossas tradições de independência (GONÇALVES apud LEMOS, 1937, p. 02).

E quais são as previsões feitas por Lemos que valem para um contexto com duas décadas de distância? Para ele – e o Apostolado continua firme nesta concepção – o elemento germânico é o mais inferior na hierarquia construída por

Comte. Isto os coloca como os mais distantes da tradição ibérica portuguesa e esse distanciamento torna sua influência a mais indesejável no Brasil (GONÇALVES apud LEMOS, 1937, p. 03).

Isto se comprova pelos efeitos do germanismo na Europa, cujo imperialismo e megalomanias ameaçam trazer ao mundo o barbarismo de volta à ordem do dia (GONÇALVES apud LEMOS, 1937, p. 05). Mas este barbarismo se configura ainda pior, por ser pautado em uma quantidade de cientificismo e de produção material, negando as influências da moral e da religião na ordem subjetiva (GONÇALVES apud LEMOS, 1937, p. 06).

É interessante notar aqui que o nazismo ganha uma configuração mais negativa do que o fascismo italiano na cosmovisão positivista e isto se pauta na sua teoria de hierarquia racial. Como os italianos estão em nível acima da tradição ibérica, a influência negativa do fascismo logo se faria passar e os ganhos históricos da nação italiana compensam suas faltas. Já o elemento alemão encontra-se abaixo, com ganhos muito reduzidos para a Humanidade e menos traços do regime normal em sua constituição cerebral, sendo, assim, um retrocesso deixar que influencie a sociedade brasileira. É por isso que o Apostolado não publica um único texto sobre o risco da comunidade italiana no Brasil, enquanto vêem com grandes receios a presença germânica no país.

A diminuição de textos publicados sobre a política brasileira entre 1938 e 1944 pode ser consequência da mudança no cenário internacional, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Mesmo antes da guerra declarada, na emergência de governos totalitários com a política de anexação, os positivistas passam a ter sua atenção na conjuntura global. É inclusive significativo que antecipem o perigo de uma guerra muito maior do que foi a Primeira Guerra Mundial, enquanto analisam a guerra civil espanhola.

A partir de 1939, os textos positivistas começam a abordar as relações internacionais de forma ampla e intensa, ora condenando as medidas de demais países, ora elogiando ações em prol da paz na perspectiva positivista, ora enquadrando o governo varguista em um destes cenários.

No reconhecimento de ações benéficas, há de se perceber duas coisas: uma aproximação das medidas tomadas pelo governo norte-americano e uma análise do Apostolado que não sucumbe diante de seus pressupostos. Com isto, queremos

dizer que, mesmo os modelos políticos que não são alvo de apreço do positivismo, como o papado e as monarquias, são elogiados e recebem notas de louvor ao trabalharem pela paz. Num cenário de conflito, o Apostolado consegue reconhecer em seus inimigos as posturas que concordam com sua doutrina comteana.

Isto se evidencia no texto *“Pela Humanidade! (A propósito de mais uma hecatombe fratricida em perspectiva iminente)”*, da autoria da Delegação Executiva da Igreja Positivista (Bagueira Leal, Nicolao Horta Barbosa, F. B. Horta Barbosa, Geonísio Curvello de Mendonça e Carlos Torres Gonçalves), publicado na sessão *“A pedidos”*, no *Jornal do Commercio*. O texto se inicia mencionando os inúmeros apelos que são feitos para preservar a paz e cita nestes apelos às ações do Papa e do rei da Bélgica (LEAL, 1939, p. 01).⁹⁸ Ainda que não representem a religião final ou o modelo político desejável, quando atuam em favor da paz europeia, os positivistas não deixam de fazer menção honrosa.

Mas este texto de modo particular vem registrar apoio ao proposto pelo presidente dos EUA. O dirigente norte-americano propôs o arbitramento de um terceiro governo na definição de territórios da Europa diante do expansionismo alemão (LEAL, 1939, p. 02). Essa mediação, feita de forma amistosa, é entendida pelos positivistas como uma ação amplamente baseada na moral e na razão, dado que se aplicam às relações internacionais os princípios do diálogo e do respeito à liberdade dos povos. E, para eles, opor-se a tal medida significa trair:

[...] a pátria e a humanidade, buscando na força e no morticínio de outro povo – e até mesmo do próprio povo – a solução para questões internacionais que dependem da razão e da moral (LEAL, 1939, p. 02).

Estas soluções propostas pelos EUA podem também ser válidas para as inúmeras falhas dos governos ocidentais, que carecem de reparação e cuja existência fomenta o surgimento de governos belicosos e imperialistas (LEAL, 1939, p. 02). A tais falhas, além daquelas já expostas - sendo o tratado de Versalhes, a conquista da Abissínia, a interferência externa na Guerra civil espanhola, que prolongou seu martírio, o apoio de países ocidentais aos crimes do Japão contra a república Chinesa -, somam-se novos crimes, como a absorção militar da Áustria e o

⁹⁸ Os apelos em questão foram apresentados pelo rei da Bélgica Leopoldo III no dia 23 de agosto de 1939, em uma série de rádios europeias. O Papa em questão é Pio XII, que transmitiu um plano de paz do Vaticano para o mundo, sugerindo uma intermediação entre as nações europeias (SONDERMMANN, 2013).

avassalamento da Tchecoslováquia, a conquista da Albânia e de modo geral o silêncio das nações referente a estas agressões, apenas com o mínimo em condenação verbal (LEAL, 1939, p. 03).

Reparar estas falhas com procedimentos militares implica em agravar as faltas já existentes além de incorrer no risco de criar novas (LEAL, 1939, p. 03). Por isso a proposta dos EUA é tão interessante para o cenário político do momento, pois a questão de fronteiras foge do campo militar (LEAL, 1939, p. 03). Isto pertence ao campo da moral e da razão e, para tanto, faz-se necessário que as nações cumpram os seus deveres, tanto o negativo, de não intervir nas disputas internas dos países, quanto o positivo, que é o de “reconhecer as afinidades intelectuais, materiais, morais, práticas e estéticas entre o Ocidente, de modo a valorizar o passado comum” (LEAL, 1939, p. 04).

Ainda neste contexto de menções honrosas, o Apostolado enviou no ano de 1939 um telegrama ao embaixador da Colômbia, Domingo Esguerra, ante a rápida reprovação colombiana da agressão contra a Finlândia.⁹⁹ O telegrama é reproduzido abaixo, conforme a linguagem usada:

Queira aceitar vivas felicitações mensagem governo vossa pátria ao governo Finlândia contra inominável agressão russa, novo crime lesa-humanidade nações fortes contra fracas materialmente, comprometendo ainda mais a paz na terra. Tal atitude amplia eficácia generosa iniciativa do governo EUA, esforçando-se evitar, moderar atentados internacionais gravíssimos últimos tempos (GONÇALVES, 1939, p. 02).

Após isso, outras atitudes foram tomadas por demais governos, dentre os quais encontra-se o brasileiro. Contudo, o Apostolado não destaca as manifestações nacionais e, sim, as dos governos uruguaio, argentino e do Equador. O que a Igreja louva no caso das repúblicas sul-americanas é sua opção por uma ação prática, fugindo do alheamento e adotando uma medida ativa em prol da paz, tal como fizeram os EUA (GONÇALVES, 1939, p. 02).

Aqui, novamente os EUA tornam-se um referencial na forma pela qual os positivistas encaram os posicionamentos internacionais, já que o Apostolado entende que “Não há neutralidade real se esta aproveita ao agressor em vez do

⁹⁹ Este telegrama encontra-se na publicação “*Agressão à Finlândia*”, do ano de 1939, impressa em formato de folheto e distribuída na Igreja Positivista do Rio de Janeiro.

agredido. A verdadeira neutralidade apoia a vítima, moral, intelectual e materialmente” (GONÇALVES, 1939, p. 02).

Até mesmo a Liga das Nações, amplamente criticada pelo Apostolado por sua ineficácia, recebe elogios por ter, pela primeira vez, não apenas identificado o crime, mas votado sem demora, por unanimidade, pela sanção moral da exclusão, enquanto examinava a forma de apoio material à nação vítima (GONÇALVES, 1939, p. 03).

E os positivistas afirmam que, a despeito das conquistas para a Humanidade da Itália e Alemanha, estas não devem ser isentadas de suas falhas no presente. Ao contrário, quanto mais altas as nações, mais rápidas devem ser reconhecidas as faltas e corrigidas. Esse passado glorioso só serve para que haja mais apreço por elas do que pela Rússia, nação agressora da Finlândia (GONÇALVES, 1939, p. 03).

Aliás, o Apostolado vê como vergonhoso que haja uma aliança entre Alemanha e Itália com a Rússia, na tentativa de conquistar por qualquer meio seu espaço vital. Em seus termos:

Acontece que os dois governos principais responsáveis pelas últimas agressões perseveraram, um na sua aliança com o agressor da Finlândia, e ambos na conquista por qualquer meio de seu espaço vital e a interferir, como imaginam-se sendo grandes potências, na vida das demais nações (GONÇALVES, 1939, p. 04).

Estas nações, quando pronunciam a busca de seu espaço vital, não consideram que, na partilha de territórios, elas mesmas causaram muitas faltas, justificando-se na pretensa posse exagerada de terras por outras potências. E esta aliança germano-russa implicará na perda de liberdade de várias pequenas nações. Isto é um crime de enormes proporções, pois esta aliança reduz as nações que busca avassalar com base apenas em sua extensão geográfica, censitária e militar, desconsiderando a participação de cada nação na evolução da humanidade (GONÇALVES, 1939, p. 03).

Deste modo, é necessário ter cuidado com o expansionismo e as alianças germano-italo-russas, dado que, em seu discurso, aproveitam-se das faltas passadas para criar novas faltas. Como se encontra no artigo:

Em face das ameaças, não se deve iludir-se com relação aos perigos da Rússia, nação mais asiática do que ocidental e sem tradições notáveis, bem como com os perigos incomparavelmente maiores das aberrações nazista e fascista, revivendo velhos despotismos, mas ressurgidos em países de grande tradição. Do interior, já estenderão

a violência a Abissínia, Áustria, Tchecoslováquia, Albânia, e, com apoio da Rússia, Polônia e agora Finlândia (GONÇALVES, 1939, p. 05).

Mesmo que não sejam todos os italianos que concordem com as agressões, já que há italianos que manifestaram apoio pela Finlândia, o fascismo somente consegue encarar a situação sob a ótica de uma grande Itália. Por isso, os positivistas antevêm que este acordo entre as três potências é muito frágil e que em algum momento ruirá:

Na Itália sente-se as manifestações populares em apoio pela Finlândia (o que também deve existir na Alemanha). Mas o fascismo olha a situação pelo que está afeta a construção de uma Itália maior, podendo ser atrapalhados por uma Rússia mais forte. O nazismo, movido por plano de predomínio, **por enquanto** apoia a Rússia e serve-se do fascismo (GONÇALVES, 1939, p. 05, grifos dos autores).¹⁰⁰

Neste ponto, o Apostolado volta à medida proposta pelos EUA, entendendo que essas situações ainda são possíveis de intervenção amistosa, de arbitramento estrangeiro (GONÇALVES, 1939, p. 04).

Em 1940, um evento espantou os positivistas: a França sendo alvo da ocupação alemã. Este episódio coloca o Apostolado em atividade e, na defesa de Paris e da França, eles divulgam o texto “*A Hegemonia Espiritual de Paris*”, de autoria de Ernesto de Otero, Gonçalves C. Torres e Geonísio Curvello de Mendonça, publicado no *Jornal do Comercio* em 14 de junho de 1940 e no *Correio do Povo*, dois dias depois.

O entendimento deste texto clarifica a cosmovisão positivista religiosa para além do que tem sido desenvolvido na historiografia e nas ciências sociais. Em muito, os textos que tratam da vertente religiosa do positivismo veem nesta doutrina aspectos da loucura de Comte e de um desvio do rigor científico que propõe o positivismo de Mill, por exemplo.

Autores como Anthony Giddens (1982) e João Ribeiro Junior (2003), abordam essa questão desse jeito. Para eles, há duas fases na filosofia comteana, sendo a última aquela em que Comte desenvolveu tanto a loucura quanto seu sistema religioso.

¹⁰⁰ Essa fragilidade apontada pelos positivistas se comprovou quando a Alemanha rompeu o pacto de não-agressão com a União Soviética.

Contudo, julgamos que não é ético dar um veredicto sobre uma doutrina sem deixá-la falar. E “*A Hegemonia Espiritual de Paris*” fala muito sobre a visão positivista do mundo. Para eles, além do drama da guerra e da violência do expansionismo ítalo-germano, drama que os leva a fazer menções honrosas a papas e reis, colocando seus dogmas debaixo da necessidade de paz, este drama ganha maior projeção quando a França é ameaçada.

Na hierarquia das nações, a França ocupa a primeira posição na trajetória histórica à sociedade positiva, pois neste país nasceram e se desenvolveram Comte e Clotilde de Vaux, pais da doutrina. Deste modo, na percepção do Apostolado, “defender a França é defender a pátria e a família, por ela tem primazia na hegemonia das nações e é a mais vanguardista dos povos. Assim, qualquer crime contra a França é um crime de lesa-humanidade” (MENDONÇA, 1940, p. 02). E esta função é um dever de todos os que amam a pátria, mesmo que separados por um oceano de distância. As nações que lutam em prol da paz devem reagir, de forma enérgica e comum, por todos os meios, contra aquilo que o Apostolado chama de “modernos Hunos” (MENDONÇA, 1940, p. 03), Alemanha e Itália, que, se esquecendo de um passado comum, investem contra a capital da terra, Paris (MENDONÇA, 1940, p. 03).

Para a visão positivista, Paris é a França, a França é o Ocidente e o Ocidente é o mundo (MENDONÇA, 1940, p. 01), de modo que ocupar a França é retardar o progresso humano a nível mundial. E novamente aparece, em outro texto, a aproximação ideológica do Apostolado positivista aos EUA, que retomam um elogio à postura norte-americana adotada durante a guerra, tendo seu posicionamento como padrão:

Os EUA, que se mantiveram alheios aos conflitos, passaram de uma condenação moral e intelectual, para o apoio material o maior possível, mesmo sem entrar na luta, em uma atitude de neutralidade real ativa, baseada na distinção fundamental entre agressor e agredido (MENDONÇA, 1940, p. 03).

Mas, neste texto, o Apostolado enxerga nesta atitude dos EUA outro elemento digno de nota, que se adequa aos seus pressupostos. Na visão positivista, as nações americanas devem demonstrar gratidão aos países ocidentais (leia-se europeus) pela integração do planeta promovida por estes, na viagem de Colombo e na colonização. Para o Apostolado, a medida adotada pelos norte-americanos:

[...] traduz, ao mesmo tempo, o reconhecimento da América pelo que deve de gratidão a civilização ocidental, representada pelas nações de vanguarda, sem confundi-las com os desvarios guerreiros dos governos de um momento (MENDONÇA, 1940, p. 04).

Em 1942, o Apostolado publica o folheto “*A Fraternidade Universal*”, em defesa da China e homenagem aos posicionamentos dos EUA e agora da Inglaterra, de abrirem mão dos territórios que ocuparam na China por meio da força. Este folheto se vale do quarto centenário de descoberta da América, celebrado anualmente pelo Apostolado, que vê na descoberta da América o princípio da integração da Humanidade, que se conclui com o estabelecimento da doutrina positivista de Comte, que:

[...] descobre o mágico reativo que amalgamará todos os povos e os fundirá em uma unidade incomparável, fazendo de toda a terra a sede, por assim dizer, de um povo único, oriundo de um mesmo passado e caminhando para o mesmo porvir, sob a direção da mesma fé (GONÇALVES, 1942, p. 02).

Mas, neste centenário, a Igreja se vale da situação para tecer críticas contra o catolicismo e contra as nações ocidentais, em seu silêncio quanto à China.

Na ocasião deste centenário, o Apostolado vê na conquista da América, efetuada pelas nações católicas de Portugal e Espanha, a prova mais eloquente do declínio da fé católica, “cuja cobiça infrene e a destruição feroz marcou a ocidentalização do continente americano” (GONÇALVES, 1942, p. 03). A ferocidade desta conquista, demonstrada na perseguição e morte da população nativa e escravização do elemento negro, se faria completamente desprezível se, contudo, Comte não tivesse desenvolvido a religião da Humanidade, que apela para a fraternidade dos povos, de modo que “Augusto Comte não é só o complemento, mas a justificação de Colombo. Pois sem Comte não se faria mais do que condenar as obras de Colombo¹⁰¹, dado os crimes que vieram com a conquista da América” (GONÇALVES, 1942, p. 03). Deste modo, a doutrina positivista justifica e redime os crimes perpetrados pelas nações ocidentais contra a América, já que esta doutrina propõe o viver para outrem acima do viver para si, bem como a construção de uma fraternidade que se sobrepõe à individualidade e aos nacionalismos que cometeram os crimes da conquista da América.

¹⁰¹ Por obras de Colombo, deve-se entender a colonização como um todo, empreendida por Portugal e Espanha, não necessariamente as navegações colombinas.

E depois de fazerem esta conexão entre os crimes da conquista da América e a redenção que se propõe no positivismo, os positivistas transferem este exercício conceitual para a situação em que se encontram as potências europeias em guerra e especialmente no caso chinês, transpondo os crimes de Portugal e Espanha para o Japão e mantendo a solução positivista.

Mas se a doutrina comteana redime o navegador genovês, então a redenção não está completa, pois não se aplicou de forma efetiva os postulados positivistas. Assim, as dores que tiveram início com Colombo na conquista da América não foram atenuadas:

Ao contrário, a angustiosíssima crise em que se debate a terra, ensanguentada por povos fanatizados, seguindo dirigentes em cupido-destruidor, não se detendo para prevaleceram diante de nenhum crime, mantendo esmagadas militarmente numerosas nações, entre elas algumas das mais civilizadas – a própria França – supera todas as calamidades históricas, levando ao paroxismo as dores da Humanidade (GONÇALVES, 1942, p. 04).

Neste cenário, as medidas tomadas pelos governos inglês e estadunidense de abrirem mão de seus territórios na China, cujo passado é de pacifismo, prenunciam os preceitos de Confúcio – e de Comte –, em acordo com as grandes medidas urgentemente necessárias para o estabelecimento da paz (GONÇALVES, 1942, p. 04).

Essas medidas corrigem as faltas ocidentais em relação à República Chinesa. Em seu imperialismo, estas nações mantiveram pela força porções do território chinês. E só houve defesa do território chinês quando as agressões nipônicas colocaram em risco as nações ocidentais (GONÇALVES, 1942, p. 05). Assim, a defesa da China, que segue o princípio fundamental nas relações internacionais, que é o respeito mútuo entre os povos, por todos os motivos, quer altruístas quer egoístas, só se fez sentir por motivos egoístas (GONÇALVES, 1942, p. 05).¹⁰²

E isto, para o Apostolado, demonstra a fragilidade da moral em voga no Ocidente, com resquícios católicos. A moral religiosa católica, apesar de desenvolver traços do altruísmo, como na doutrina do purgatório, fortalece mais os

¹⁰² É também oportuno assinalar a falta das nações ocidentais para com a república Chinesa, em manter pela força porções de seu território. E só houve a defesa da China diante da agressão nipônica. Defender a China significa defender o princípio fundamental nas relações internacionais – o do respeito mútuo entre os povos, por motivos de toda sorte, altruístas e egoístas. Ao passo que o reconhecimento disso (do dever de proteção) só se fez sentir quando as invasões japonesas ameaçaram as nações ocidentais (GONÇALVES, 1942, p.5).

traços egoístas quando propõe a salvação do indivíduo. E, assim, se encontra o mesmo declínio da moral que havia na época da conquista da América, uma moral de cobiça infrene e destruição feroz. Deste modo, se a justificação de Colombo é a doutrina comteana, também a justificação das nações ocidentais está nos dogmas positivistas.

Neste cenário, a decisão conjunta que vêm tomar os governos britânico e americano, em relação à república chinesa, é uma fonte de esperanças (GONÇALVES, 1942, p. 07), por demonstrar a aplicação da doutrina comteana de respeito e integridade dos povos. Afinal, nas relações internacionais e na reparação dos crimes do Ocidente, demanda-se a necessidade de emancipação total das colônias, extinção dos armamentos e das guerras (GONÇALVES, 1942, p. 07).

E cabe às nações americanas papel ativo nisto. Ancorados na sua teoria racial, os positivistas veem no continente americano a fusão dos três elementos raciais necessários ao desenvolvimento pleno das faculdades cerebrais: o negro, com sua inclinação aos sentimentos, o branco, com sua inteligência e o amarelo, com sua veneração. Isso torna os povos americanos competentes para dar demonstrações de fraternidade às demais nações, especialmente as asiáticas. Nos termos do texto:

E cumpre que as nações americanas colaborem em tudo isso: na reparação de faltas passadas e na construção da ordem social futura, utilizando as facilidades grandes que lhes são próprias: sua libertação essencialmente de questões territoriais, sua maior calma, maior isenção de paixões, como afastadas dos horrores do principal teatro da luta, seus menores preconceitos, sobretudo políticos e econômicos (GONÇALVES, 1942, p. 07).

Essa atitude americana terá grande repercussão no desenvolvimento da fraternidade, especialmente no tocante ao povo chinês. Em sua visão racial, o sacerdócio da Humanidade encontrará grandes afinidades com este povo, mais do que em qualquer outra parte, já que por natureza e cultura os chineses desenvolvem adoração aos antepassados e desempenham sua vida considerando como predominante o fim social da sua existência.¹⁰³

¹⁰³ Para Comte, o sacerdócio da Humanidade na China deve encontrar afinidades especiais com o culto, dogma e regime da Humanidade mais pronunciadas do que em qualquer outra parte, dada sua adoração aos antepassados, apoteose do mundo real e preponderância do fim social (GONÇALVES, 1942, p. 06).

E, como foi dito, os textos produzidos neste período articulam o cenário internacional com o contexto brasileiro. Nesta produção em questão, o Apostolado não deixa de incluir uma crítica ao governo que se constituiu a partir de 1930, considerando-o anti-sociolátrico e anti-histórico. O governo varguista reestruturou o calendário cívico de modo a descartar algumas datas e incluir outras. Na visão positivista, isto constitui uma ofensa à veneração e aos antepassados, dado que, em seu sistema de celebrações, eles incluem datas para marcarmos, no rito e na vida do crente, o processo de evolução da Humanidade e incentivarem o altruísmo como forma de vida. As datas sociolátricas cumprem uma função muito bem definida e integram o rito e o culto positivista. Tais datas, conforme apresentadas páginas acima na introdução, têm um papel ativo na doutrina positiva, no sentido de que reforçam as venerações para com os feitos da Humanidade.¹⁰⁴

4.3 Dos totalitarismos na Europa ao totalitarismo brasileiro

Já em 1940, o Apostolado deixava pública no jornal sua percepção sobre o governo, analisando de modo específico as constituições anteriores a Vargas e as que por ele foram encabeçadas durante seu regime. No folheto “*As constituições de 14 de julho e 10 de novembro*”, publicado no *Jornal do Commercio*, o Apostolado define que:

As crises que estão sendo vistas constituem manifestação da secular moléstia espiritual das sociedades, moléstia que é de natureza ainda mais intelectual (a ausência de verdadeiras convicções nos domínios científicos superiores, do homem em sociedade e do homem individual) do que mesmo moral. E sabemos também que a crise do momento de angústia que atravessamos é o mais grave dos sintomas até nossos dias verificado dessa moléstia (GONÇALVES, 1940, p. 02).

Diante deste cenário, o positivismo brasileiro entende que é sua obrigação, em tudo o que lhe é possível, “evitar que se estabeleça confusão entre as tentativas quaisquer de instituição governamental e as soluções orgânicas da política positiva” (GONÇALVES, 1940, p. 03). Para isso, é necessário partir de uma demonstração básica e identificar o caráter fatalmente provisório da solução política agora possível

¹⁰⁴ O calendário sociolátrico se encontra exposto nas seguintes publicações: “*Calendário abstrato*” (22/03/1931) e se repete com o mesmo título em 17/04/1932.

(GONÇALVES, 1940, p. 03). Estas soluções provisórias são vistas pela Igreja na adoção de novas Constituições, que romperam com o regime de continuidade política, atributo próprio e marcante da espécie humana.

A solução orgânica positiva chama o governo de ditadura republicana. E nisto não há grandes novidades se o vocábulo “ditadura” for entendido da forma como Comte propôs. Longe de um governo autoritário, o Apostolado entendeu que “Todos os governos são ditaduras” (GONÇALVES, 1940, p. 05), dado que todos ditam os elementos da ordem material e, quando longe do estado positivo, ditam também os elementos do universo espiritual. Assim, todos são ditaduras e, dentre estas, algumas podem ser mais progressistas e outras mais retrógradas. Contudo, para a Igreja, em seu tempo, todas as ditaduras carecem de uma doutrina universalmente aceita e, por essa inexistência de opinião esclarecida, carecem de força material não só para exercerem sua função própria, mas também para simplesmente se manterem (GONÇALVES, 1940, p. 05).

E isto não significa que seja necessário que o político conheça a doutrina sociológica comteana, mas, sim, que ele tenha razão e moral suficiente para que, orientado por quem conhece a doutrina, aplique seus princípios e garanta a ordem e o progresso. Empregando uma analogia, o Apostolado explica que:

Não é indispensável que o político conheça diretamente a ciência sociológica, assim como não é indispensável que o comandante conheça diretamente a astronomia, bastando-lhe que por fé aceite e aplique os processos respectivos, instituídos por quem a conhece, analogamente, o que é indispensável ao estadista para que realize a política positiva, é que, também por fé, aceitando as soluções de um Augusto Comte, como construções da sociologia, que ele mesmo fundou, as aplique ao caso que se apresente (GONÇALVES, 1940, p. 06).

Esta aceitação por fé não é, para o Apostolado, nenhuma inovação muito significativa. Afinal, como percebem em seus pressupostos, “aceitação por fé é o fato de todo momento. Nós nos alimentamos, alojamos, locomovemos e consultamos nosso médico sempre por fé” (GONÇALVES, 1940, p. 06).

Fugir disso, continua o Apostolado, é retrogradar-se, como fazem os governos totalitários de seus dias (GONÇALVES, 1940, p. 06), que confundem os poderes temporais e espirituais e ignoram o que Paulo de Tarso já propunha, dando a César o que é de César e a Deus o que é de Deus (GONÇALVES, 1940, p. 06). Possivelmente, esta citação direta do apóstolo cristão é uma crítica à influência

católica no governo de Vargas. Em outros vários folhetos, como já visto em outras partes deste trabalho, o Apostolado cita frases de Comte e Lemos para defender a separação dos poderes. Contudo, neste em que tecem críticas à Constituição, citam Paulo de Tarso. A Igreja positivista, para chamar a atenção dos católicos que leem os textos, cita uma frase católica. Com isto, busca demonstrar que os seus pressupostos são igualmente defendidos pela fé cristã e, assim, neste esforço, ganhar apoio católico para seu movimento de retorno à Constituição de 1891.

Feitas as considerações iniciais, a Igreja passa a avaliar duas constituições de influência positivista em contraste com duas varguistas. As influenciadas por sua doutrina são as de 1891 e a do estado do Rio Grande do Sul. As que criticam são as de 1934 e 1937.

Para eles, aquelas primeiras Constituições eram mais progressistas porque se esforçaram para manter o poder temporal dentro de sua esfera positiva de influência, dando mais liberdade ao poder espiritual e às classes produtoras. O primeiro ponto em que se apoiam é a educação. Para eles:

A constituição de 1891 e do Rio Grande do Sul não tratam da educação, por estar fora do assunto do governo político. Em contrapartida, a carta de 1937 chama a si as diretrizes básicas da educação nacional, e ainda como assunto privativo da União, infringindo simultaneamente a autonomia dos estados (GONÇALVES, 1940, p. 09).

Para o Apostolado, esta mudança na Constituição é perigosa e retrógrada, porque fere a liberdade dos estados de tratar desta parte da formação do indivíduo. Mas, para além disto, o Apostolado entende que “educar é um assunto complexíssimo e que resume em si o supremo problema da regeneração social” (GONÇALVES, 1940, p. 09). Todo o problema da regeneração passa por uma educação que foque a moral, a razão e o outro, fomentando no cérebro o desenvolvimento das faculdades altruístas em detrimento das egoístas. E qualquer um (na opinião do Apostolado) que conheça o quadro cerebral sabe que a educação nestes aspectos é papel privado da mãe e do sacerdote (GONÇALVES, 1940, p. 10). Assim, não compete à política republicana tratar deste assunto em forma de lei, mas garantir a liberdade de educação conforme os poderes espirituais, respeitando as concepções religiosas e morais de cada família.

Como se já não fosse suficiente dar ao Estado o papel predominante na educação, a Constituição de 1937 tem, ainda, outro princípio que é “arrasador da ordem”. Este princípio, para os positivistas, é a extensão do voto feminino para mulheres com 18 anos. E por que tal princípio é tão nocivo em sua concepção? Porque, para eles:

“Isso a arrasta para as lutas eleitorais e dissolve sua ação como centro moral da família. Além disso, percebe-se um crescente acesso da mulher a funções que lhe são alheias a sua santa missão, de mãe, esposa, filha, irmã, amiga, elementos nos quais se funda a pátria” (GONÇALVES, 1940, p. 11).

A família, para a Igreja, sempre estará no papel estático da sociedade. Assim, toda a continuidade da ordem social depende da permanência da criança no seio familiar, de modo que esta tenha em sua casa a formação moral e racional – e, posteriormente, tal formação receba continuidade pelo sacerdote, conforme a fé de cada família. Ao mesmo tempo, a mulher na família permite a educação cada vez mais aprimorada da criança. Deste modo, na família se encontram tanto as forças dinâmicas quanto estáticas. E o resultado é que a influência educadora da mulher, da família, cresce à medida da civilização (GONÇALVES, 1940, p. 11). Assim, para o Apostolado, retirar a educação da família significa pôr empecilhos ao crescimento da civilização. É por isto que veem na Constituição de 1937 um enorme retrocesso e apelam para o retorno à Carta de 1891.

Em outro ponto, os positivistas comparam as Constituições no que tange à liberdade de imprensa, a fim de confirmar os retrocessos do governo varguista. Para eles:

[...] as Constituições de 1891 e do Rio Grande do Sul estabelecem a liberdade de imprensa sendo vedado o anonimato, enquanto a de 1937 não assegura a livre manifestação de pensamento e parece restringir o termo imprensa aos jornais (GONÇALVES, 1940, p. 12).

Além disso, a nova Constituição estabelece que a imprensa exerce uma função de caráter público e que nenhum jornal pode se recusar a inserir comunicados do governo, nas dimensões taxadas em lei. Soma-se a isto que estrangeiros podem ser excluídos dos cargos mais altos dos jornais.

Estas determinações ferem a liberdade de imprensa, na medida em que os jornais, por estarem ligados à uma miríade de editores, credos e cosmovisões, não podem ter uma função pública a menos que estejam sempre ligados ao Estado

(GONÇALVES, 1940, p. 12). Caso não estejam ligados ao Estado, sua função é expor opiniões diversas e fomentar o debate na esfera pública.

Além disso, para eles, é um desrespeito à liberdade e à dignidade humana exigir a publicação de comunicados do governo, bem como excluir da direção dos jornais os estrangeiros. Analogamente, é como excluir sacerdotes estrangeiros ou professores estrangeiros do professorado (GONÇALVES, 1940, p. 12).

Outro ponto em que o Apostolado toca é na liberdade de profissões. Realizando o mesmo exercício de exaltar as primeiras constituições, de influência positivista, em detrimento das outras, elaboradas no governo Vargas, o Apostolado entende que as Cartas de 1891 e do Rio Grande do Sul estabeleciam a liberdade de escolha e exercício (GONÇALVES, 1940, p. 13), enquanto a Constituição de 1937 estabelece apenas a liberdade de escolha, mas não de exercício (GONÇALVES, 1940, p. 16). Assim, na Carta de 37 abre-se espaço para que o governo intervenha no ofício e operação das profissões escolhidas. Isto configura um atentado contra a esfera do poder temporal e contra a liberdade individual do trabalhador. No dogma positivista, não cabe ao governo intervir desta forma na esfera produtiva, sendo este governo composto por pessoas que não produzem. Nos termos positivistas, a Carta de Vargas é um atentado à liberdade, pois nas primeiras “constituições estabelecia-se a liberdade do exercício da profissão, sem as restrições da lei. Enquanto a C.F. de 1937 estabelece que os exercícios serão regulados nos termos da lei” (GONÇALVES, 1940, p. 15).

E a influência do Estado na direção dos esforços produtivos não se faz somente nisto. Faz-se também na intervenção nos sindicatos e a colocação destes como meio oficial de atuação dos trabalhadores frente ao Estado. Para o Apostolado, adotar estas medidas significa inflar o poder temporal, em uma inflação que com certeza resultará numa crise não somente econômica, mas moral, racional e até mesmo militar.¹⁰⁵ Nos seus termos:

[...] o reconhecimento único dos sindicatos ligados ao estado como formas legais de atuação dos trabalhadores ante o poder público e a colocação da economia de produção organizada em corporação colocadas sob a assistência e proteção do Estado, colocam toda a vida industrial e econômica nas mãos do Estado. E a complexidade

¹⁰⁵ “Nas medidas mais funestas, a economia dirigida assume o caráter de guerra econômica permanente entre os povos e podendo contribuir para a guerra militar. Tal conexão tem sido assinalada pelo secretário dos EUA”. (GONÇALVES, 1940, p. 15)

da vida econômica deveria ser prova suficiente para afastar a pretensão do poder público de dirigi-los (GONÇALVES, 1940, p. 15).

Além dessa influência do Estado na gerência de elementos produtivos, muito além do que compete à esfera do poder temporal, a Constituição de 1937 traz outro elemento negativo que impacta a relação entre trabalhador e patronato, quando nela “a greve o *lock-out* ficam proibidos, como recursos antissociais, nocivos ao trabalho e incompatível com os interesses superiores da produção nacional, diferente das demais. Isso, na visão positivista, dificulta a incorporação do proletariado” (GONÇALVES, 1940, p. 23).

Esta influência se manifestará negativa, com o encarecimento da vida para a população e o inchaço das câmaras parlamentares, que precisarão elaborar uma série interminável de leis para que o Estado possa gerir a esfera econômica. Deste modo:

A pretensão do Estado em dirigir a economia acarreta no encarecimento da vida para todos, pois embarça as atividades industriais, ficando tudo dependente de uma legislação instável e interminável. A competência para gerir tais assuntos cabe aos bancos, comerciantes, agricultores e fabricantes. Em resumo, livre produção e livre troca de produtos entre os povos (GONÇALVES, 1940, p. 16).

Ainda com outras críticas em foco, o texto do Apostolado faz uma pequena interrupção, na qual escancara sua ideia com este folheto. Ao fim da crítica acerca da influência do Estado sobre a economia, a Igreja faz uma pausa e afirma pensar “ter deixado claro aqui as afinidades entre a política de Comte e as constituições de 1891 e do Rio Grande, mas que não há nenhuma afinidade entre as soluções comtianas e as de 10 de novembro” (GONÇALVES, 1940, p. 16). Além disso, acrescenta que “quanto à continuidade, nenhuma das legislações (34 e 37) adota os moldes positivistas” (GONÇALVES, 1940, p. 17).

Tecendo críticas sobre outros pontos, o Apostolado centra-se agora na estrutura do governo. Em sua análise, a Constituição de 1937, além de retroceder em diversos aspectos, não aprimora nada do que poderia ser melhorado da Constituição de 1891. As duas constituições adotaram para o governo a divisão metafísico-democrática usual de três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário.

Esta opção vai na contramão da política defendida por Comte em sua filosofia. Para o positivismo, o governo se centra no Poder Executivo, na figura do

ditador vitalício, que governa com o apoio de uma opinião pública esclarecida e conselhos orçamentários, todos atuando sob o auspício e conselho do poder espiritual (LACERDA, 1993, p. 55). E, mesmo que nenhuma das constituições federais adotasse este princípio, assim o fez a Constituição do Rio Grande do Sul que:

[...] transferia o papel do legislativo para o executivo e estabelecia a simples assembleia orçamentaria. Essa é a realidade para qual tendem as republicas. Não deve assim ser figurado poder legislativo, e sim reconhecidas as funções legislativas do chefe de Estado, que exercera em colaboração com seus ministros, mediante consulta geral, submetendo a apreciação publica os projetos de lei. Analogamente, cumpre instituir funções jurídicas, nas quais em casos extremos, como os de pena de morte, prisão perpetua e anistia devem caber em último grau, ao chefe do governo (a constituição de 10 de novembro garante isso para a anistia) (GONÇALVES, 1940, p. 17).

Neste ponto, a Igreja adiciona ao texto uma nota irônica, para demonstrar que não há necessidade de um poder legislativo e que a realidade nega e contradiz o próprio governo. A igreja pondera que:

[...] quanto ao legislativo, cabe uma reflexão. Já faz três anos que vigora a constituição de 1937 e a câmara legislativa ainda não entrou em função. A crença generalizada é que não existe parlamento na constituição. E ninguém sente falta (GONÇALVES, 1940, p. 21).

Assim, defende que não há necessidade efetiva, no regime positivo, da existência de câmaras de legisladores e, mesmo que o homem se agite, a Humanidade o guia. O governo de Vargas é, para o Apostolado, uma soma de retrocessos, mas, ainda assim, nele a Humanidade manifesta aspectos de sua evolução histórica, mesmo que o próprio governo seja uma agitação retrógrada.

O texto positivista termina, ainda, no esforço de garantir que não haja confusão entre os pressupostos comtianos e aqueles empregados pelo governo de Vargas. Durante as discussões na elaboração de Carta de 1937, alguns dos conferencistas da Constituinte citaram o trecho do quarto volume da política positiva, especificamente a página 345, na qual Comte defende a centralização política na figura do ditador vitalício. A isto, o Apostolado adiciona que:

Contudo, poder central não significa centralização, pois, sem autonomia, os Estados, com sua vida política e administrativa patronada pela união, fica fatalmente comprometida a livre evolução de suas forças (GONÇALVES, 1940, p. 13).

Neste artigo se torna ainda mais nítida a postura do Apostolado de distanciar-se da imagem do governo Vargas e demonstrar que, se nele houve algum preceito positivista adotado, não foi aos moldes de Comte ou da Igreja, mas, sim, uma distorção completa dos pressupostos comtistas em detrimento de um Estado retrógrado e autoritário.

O governo varguista também cancelou diversas datas comemorativas, como o dia do descobrimento da América. Ao retirar estas datas, o governo varguista suprime tanto a influência positivista quanto o culto sociolátrico, essencial para o desenvolvimento do amor à pátria e à humanidade. Deste modo:

No Brasil, fazia parte o 12 de Outubro do calendário cívico da república, organizado por Teixeira Mendes, logo após o quinze de novembro, a pedido de Demetrio Ribeiro. Porém, desde 1930, achou-se suprimidas diversas datas essenciais, entre elas a do descobrimento da América, não obstante sua imensa influência nos destinos humanos, em particular das nações colombianas (GONÇALVES, 1940, p. 08).

Isto é de tal importância para a doutrina que o texto “*A Fraternidade Universal*” termina com um apelo ao retorno do calendário sociolátrico da república, especialmente destes acontecimentos que marcam a integração da Humanidade e o desenvolvimento da Fraternidade. Nos termos positivistas:

De sorte que não podemos omitir a formulação final do voto de que a próxima reconstrução de paz, traga-nos a reposição, no calendário sociolátrico da república, além de outros, desse acontecimento excepcionalíssimo (SANTOS, 1936, p. 08).

No ano de 1942, o Apostolado, dada a intervenção federal no templo, usa das suas comemorações cívicas, toleradas pelo governo, para divulgar suas percepções do cenário nacional e internacional, normalmente incluindo o primeiro em uma análise mais geral do segundo.

Na comemoração da fundação da república na França, no 150º aniversário da passagem da monarquia para este regime, prenúncio da positivização do Ocidente, o Apostolado aproveita a data para distinguir ditaduras de despotismos, adotando, para isto, uma análise histórica de longa duração que tem início na Idade Média.

Durante a Idade Média, houve o predomínio da opinião pública, embora incompleta e provisória. Esta opinião é a base ideal do modelo positivista de governo e se encontrará, no estado puramente comteano, como uma opinião clara e definida, estabelecida pelo amplo debate. Com o declínio do papado, tiveram início tanto as

ditaduras quanto os despotismos. A princípio, todos os governos pós-papado pautaram-se na força material, constituindo-se ditaduras (OTERO, 1942, p. 06). E destas, algumas adquiriram caráter progressista, enquanto outras adquiriram feições retrógradas. O que diferencia umas das outras, na cosmovisão positivista? Para eles, as primeiras tendem à separação do poder temporal do espiritual, cumprindo o princípio definido por São Paulo com a separação dos dois poderes, o de César e o de Deus.¹⁰⁶ Além disso, conformam-se ao princípio aristotélico¹⁰⁷ de separação dos ofícios sociais e convergência dos esforços (OTERO, 1942, p. 06).¹⁰⁸

As outras ditaduras, pautadas simplesmente na força material, tendem a romper com a continuidade histórica, sendo tal continuidade o atributo considerado mais caracterizador da espécie humana. Além disto, estas formas de governo suprimem a liberdade, a começar pela liberdade da palavra. E, neste processo, confundem no poder político a direção de todas as funções sociais:

[...] desde a direção das indústrias, da competência dos respectivos chefes, até a direção da educação, das competências das mães, sacerdotes, professores, e demais órgãos da espiritualidade. São os despotismos, de diversos graus (OTERO, 1942, p. 06).

Neste ponto o pensamento positivista insere a política varguista. Se somarmos a este texto da comemoração da República na França as considerações feitas pelo Apostolado sobre a Constituição de 1937, nota-se que o governo Vargas assume os posicionamentos dos governos retrógradados, pautados na força material e que confundem em si mesmos os diversos papéis sociais, em uma política amplamente intervencionista e que não separa os poderes temporais dos espirituais. Na mentalidade positivista, Vargas representa um despotismo, totalmente avesso aos pressupostos de governo promulgados por Comte e defendidos pelo Apostolado.

Isto se torna mais evidente no texto quando, em outra seção, o Apostolado retoma a ideia de que “das ditaduras atuais no ocidente, nenhuma respeita em toda extensão o princípio capital da política moderna, a separação do temporal com o espiritual” (OTERO, 1942, p. 07). O projeto de neocristandade definido no governo

¹⁰⁶ É digno de nota que a frase em questão não se encontra nos textos paulinos, mas nos evangelhos, especificamente no evangelho de Mateus.

¹⁰⁷ Este princípio aristotélico é adotado por Comte no que tange à divisão social do trabalho.

¹⁰⁸ Os positivistas fazem a ressalva quanto ao cumprimento pleno deste princípio, assumindo que em qualquer governo não os cumpre de forma plena.

Vargas, que tem como ícone Dom Sebastião Leme, traz ao Estado a ampla presença e necessidade do apoio católico, de modo que uma das ancoragens políticas do Estado Novo é a religião (LACERDA, 2003). Para o Apostolado, isto se constitui em uma grave ofensa contra a evolução histórica brasileira e um retrocesso ante as conquistas da Constituição de 1891 e mesmo contra os avanços que já se viam no fim do império brasileiro.

E qual a solução que os positivistas propõem para os governos retrógrados? Suas sugestões expõem muito sobre sua relação com o governo brasileiro. No texto em questão, propõe-se que:

Para garantir as liberdades (de culto, palavra, greve, organização, trabalho, religião, crença, dogma) é necessário um governo forte, de confiança e responsabilidade, isso exige que se concentrem em si todo poder político, em vez de dispersá-los por assembleias irresponsáveis. Além da limitação do voto as classes conservadoras (agrícola, fabril, comercial, incluída a bancária), sendo o voto livre e descoberto (OTERO, 1942, p. 07).

O excerto acima coloca os positivistas em linha de confronto com as medidas do governo Vargas. Primeiramente, os positivistas não consideram que o governo brasileiro garanta as liberdades. Isso é evidente e latente na Igreja, dada a intervenção federal em seus ritos, na retirada da bandeira francesa do templo e reorganização dos símbolos religiosos, fato ocorrido no início da década de 1940.

Em segundo ponto, os positivistas não veem o governo Vargas como forte, digno de confiança e de responsabilidade. Eles o consideram uma ditadura retrógrada e autoritária, mas não forte no sentido positivista. E qual a causa desta fraqueza? A política de Vargas, muito divergente do proposto por Comte, se dispersa em assembleias irresponsáveis, sem um Poder Executivo concentrado na figura de um ditador amplamente apoiado numa opinião pública esclarecida. As estruturas políticas varguistas mantêm aspectos de modelos que conservam poderes executivos e legislativos em figuras diversas e assembleias anárquicas.

Em terceiro ponto, o voto em Vargas amplia-se às mulheres – e isto constitui uma ofensa na política positivista, pois dá à mulher acesso a um ambiente que reduz sua função social. Na doutrina, cabe à mulher, na figura de esposa, mãe e filha, desenvolver a veneração e a bondade. Aceitá-la no espaço público do voto significa abrir mão do desenvolvimento destas faculdades cerebrais tão necessárias para o estado social positivo. No texto “*Comemoração da Independência do Brasil*,

glorificação de José Bonifácio”, publicado no mesmo ano e analisado abaixo, o Apostolado coloca a defesa do papel da mulher da seguinte forma:

Dados os crimes da conquista da América, com falta de freio dos europeus, o que explica o surgimento de um Bonifácio, Alexandre e Bartolomeu Gusmão, Bolíviares, Washington, Jefersons, Tiradentes? Só a teoria da herança moderna. As mães americanas eram, sobretudo, indígenas ou africanas fetichistas, inteiramente isentas da corrupção europeia, e que se entusiasmavam pela civilização nova, que lhes era inculcada pelos sacerdotes católicos (MENDONÇA, 1942, p. 06).

Na concepção da Igreja, foi pela influência das mulheres como mães e esposas que se formaram os grandes homens da América. Para tanto, o voto deve se restringir às chamadas classes conservadoras, que são, para Comte, as responsáveis pela gestão e gerência das riquezas e, portanto, as únicas que são capazes de opinar em políticas e governos que não coloquem em risco sua produção e a sobrevivência social. E a mulher deve continuar com sua função social que, mesmo ante os crimes europeus e retrocessos católicos, permitiu a gestão de Bolíviares, Jefersons e Tiradentes.

Em quarto ponto, os positivistas defendem que o voto dessas classes deve ser livre e descoberto, em clara oposição ao voto secreto promulgado já pelo governo na Constituição de 1934. Esta ideia está ancorada no princípio positivista de viver às claras.¹⁰⁹ O positivismo defende a liberdade de opinião e expressão, mas opõe-se ao anonimato porque entende que cada qual deve ser responsável e responsabilizado pelo que diz. Isto, na cosmovisão positivista, abrange tanto o jornalismo quanto a política.

Assim, em clara oposição às medidas do governo, encontram-se os positivistas definindo a estrutura política brasileira como uma ditadura retrógrada. E no mesmo ano, em ocorrência da comemoração da independência, a Igreja volta a se expressar sobre política, no texto *“Comemoração da Independência do Brasil, glorificação de José Bonifácio”*, publicado no sete de setembro de 1942. Neste artigo, o Apostolado define a palavra “república” como sendo um contraponto ao regime despótico. A Igreja, mantendo o binômio positivo-negativo quando conceitua os termos de seu vocabulário, entende que a palavra “república” adquire estes dois sentidos. Em sua significação positiva, a política se subordina à moral, consagrando

¹⁰⁹ Este princípio é reproduzido no epílogo de vários folhetos.

todas as forças ao serviço da comunhão social: “Em uma palavra, o regime republicano é da perfeita fraternidade, valendo os homens pelos seus méritos e virtudes, demonstrado pelos atos”. (MENDONÇA, 1942, p. 05). Em sua dimensão negativa, a república significa a eliminação definitiva da realeza, caracterizada pela hereditariedade, de onde decorrem seus privilégios de casta (MENDONÇA, 1942, p. 05), privilégios estes que ainda existem em certas classes sociais na estrutura social e política brasileira, que não foram totalmente abolidos na implantação da república nem no governo constituído na revolução de 1930.¹¹⁰

A prática de valer-se de situações de cunho nacional para se expressarem continua durante o ano de 1943, quando, por ocasião de uma reforma na praça para a construção de uma avenida, propõe-se a remoção da estátua de Benjamin Constant. Diante disso, o Apostolado publica no *Jornal do Commercio* o texto “*O Monumento a Benjamin Constant*”.

O monumento foi erigido no local indicado por Demetrio Ribeiro e designado por Deodoro da Fonseca em homenagem ao movimento republicano de quem “foi Benjamin Constant a alma” (MENDONÇA, 1943, p. 04). O movimento corresponde pela sua significação às mais altas aspirações dos verdadeiros republicanos, de modo que retirá-lo do local onde foi construído, local este determinado no primeiro momento da república, constitui-se um crime com a continuidade e a veneração da pátria. E em sua simbologia, o monumento constitui a condenação mais formal dos regimes totalitários de diversos graus, responsáveis principais das imensas desgraças que neste momento vitimam a terra (MENDONÇA, 1943, p. 04).

Sabe-se que, ao fim, o monumento foi retirado de seu local de origem e levado a alguns metros de distância, no campo de Santana. O pedido público negado afastou ainda mais a Igreja do governo e consolidou sua ideia de que o período de Vargas representava uma espécie de totalitarismo transposto da Europa para a América.¹¹¹

Dentro deste quadro, o avanço aliado a partir de 1943 é visto pela Igreja como a consolidação de seus dogmas e a certeza de progresso e evolução. Neste momento, o Apostolado se posicionará de forma mais veemente contra o governo

¹¹⁰ Estes privilégios e estas críticas se tornarão mais evidentes e claras no texto “*República e Democracia*” (1945), quando a vitória dos aliados na Europa é entendida pela Igreja como uma vitória sobre os despotismos gerais no mundo, inclusive o de Vargas.

¹¹¹ Esta aproximação se tornará mais clara e sólida nos próximos textos.

varguista e contra os regimes totalitários europeus, de modo que os textos produzidos a partir deste período ganham um tom de otimismo.

É digno de nota que neste período diversos movimentos sociais passam a questionar e condenar o governo varguista, de tal modo que este é um cenário mais propício para a elaboração de críticas mais contundentes. Assim, aproveitando-se do momento e contexto histórico o Apostolado, que outrora via de regra opunha-se de forma mais sutil passa a adotar um modelo mais intenso de crítica política.

Isto se vê no primeiro texto publicado em 1944, “*A libertação de Paris*”, da autoria da delegação executiva da Igreja, divulgado no *Jornal do Commercio*, no dia 27 de agosto de 1944. Em celebração da liberdade da cidade sagrada do positivismo, a Igreja vê cumprir-se seu lema “o homem se agita e a humanidade o guia” (MENDONÇA, 1944, p. 01).

Ainda que houvesse sido subjugada pelos exércitos nazistas e mesmo por franceses, a evolução humana não poderia ser interrompida, por maiores que fossem os agitos provocados pelos governos totalitários e expansionistas. Mesmo que a França:

Esmagada logo no início do inominável atentado pelas hordas mecanicamente brutalizadas e enfurecidas de um povo exposto ainda aos arrastamentos do fanatismo guerreiro, traída por muitos de seus filhos, e por outros, dominados de derrotismo, tida como irremissivelmente subjugada, a alma imortal da verdadeira França se concentrou em sua amargura infinita, preparando-se para a reação suprema enquanto aguardava confiante o apoio exterior de outras poderosas nações igualmente ameaçadas (MENDONÇA, 1944, p. 01).

Esse ressurgimento francês passa a ser visto como uma estrada limpa para o progresso da Humanidade, tendo como carro-chefe a nação de Comte. Contudo, a euforia positivista não se deixa envolver sem atentar-se aos riscos. Diante da proposta da criação de um novo organismo internacional para a promoção da paz, uma nova Liga das Nações (a proposta de construção da ONU), os positivistas se posicionam claramente contrários.

Aos seus olhos, a adoção de medidas militares para a construção da paz não acarreta segurança ou solidez nas relações internacionais. Para isto, basta ver os efeitos da Liga das Nações: não impediram outra catástrofe fratricida na terra, após a Primeira Grande Guerra. Isto porque a reestruturação da paz, para os positivistas,

não depende de meios militares e, sim, da introdução de princípios que norteiam o comportamento das nações com base na razão e na moral. Em seus termos:

Por outro lado, a concepção de uma nova liga das nações, mais um tribunal de justiça internacional, mais um conselho executivo internacional e ainda uma política internacional de grandes nações poderosamente armadas – aparelhos anunciados como em projeto para assegurar a ordem internacional – tudo isso não a alcançará. São aparelhos inoperantes e instáveis, em falta de verdadeiros princípios que disciplinem seu funcionamento (MENDONÇA, 1944, p. 02).

As relações internacionais e nacionais, tão integradas estão no organismo social que a regeneração de uma acarreta na regeneração da outra, de modo que é impossível um reordenamento completo se as relações internacionais estiverem fora do alcance da moral (MENDONÇA, 1944, p. 03). No folheto “*A concepção da paz*”, publicado no mesmo ano, encontra-se que só há um meio seguro de assegurar a paz, sendo este a aceitação de princípios morais (GONÇALVES, 1944, p. 05). Se tais princípios morais forem aceitos, “tudo sendo conexo no organismo social, uma vez dissipado, na ordem externa, o medo entre as nações, a ordem interna evoluirá sem as peias de uma situação dominada pelas desconfianças internacionais” (GONÇALVES, 1944, p. 07).

A não adoção dos princípios e, sim, a imposição da paz mediante meios militares fracassou na reconstrução da paz em 1919 (GONÇALVES, 1944, p. 05) e, a despeito de seu grande grau evolutivo, a principal falha deveu-se à França, pela imposição do Tratado de Versalhes, pautado no medo e no ódio (GONÇALVES, 1944, p. 06).

E com o problema da guerra sendo resolvido, para a promoção da paz, o Apostolado volta a chamar atenção para aquilo que eles denominaram como o grande problema moderno: a incorporação do proletariado na sociedade. Esta questão é entendida como urgente pelos positivistas, e sua solução não é apenas de cunho material, mas também moral e intelectual (GONÇALVES, 1944, p. 07).

Os princípios que devem reger as nações em suas relações internacionais, pautados na razão e na moral, também devem servir de guia nas relações da sociedade com a classe operária, já que o capital, social em sua origem, deve ser social em sua finalidade.

Esse princípio de utilização do capital, já encontrado em Comte e retomado pelos positivistas brasileiros, é a base das suas propostas para o proletariado. Assim, essa incorporação pressupõe que haja:

[...] trabalho equitativamente remunerado, habitação, instrução de todos os gêneros e graus gratuitamente ministrada a todos, isto é, tudo o que se enquadra no princípio: o capital é social na sua origem e deve ter destino social. E mais supõe aquilo que sobretudo dignifica o homem, o conjunto das liberdades civis e políticas, a começar pelo respeito a livre manifestação das opiniões, isto é, tudo o que está condensado no princípio capital da política moderna: separação do poder temporal da autoridade espiritual (GONÇALVES, 1944, p. 08)

E é com base nestes ideais de incorporação do proletariado e de liberdade que, na comemoração da fundação da República do Brasil, o Apostolado lança sua mais dura crítica ao governo brasileiro até então, o folheto "*Benjamin Constant: comemoração da fundação da república do Brasil*". A dureza desta crítica se faz perceber pelo autor, Teixeira Mendes. Em 1901, Mendes, na ocasião da comemoração da República, faz duras críticas ao governo então em voga no Brasil e à fragilidade que a ideia republicana adquire nos corações dos governantes. Em 1944, o Apostolado reproduz este texto na íntegra, adicionando a seguinte nota:

Transcorridos 42 anos, continua, entretanto, de inteira oportunidade a eloquente dissertação apostólica de Teixeira Mendes, como vera o leitor. É mesmo maior hoje, a vista da agravação sobrevinda na situação social, na Pátria, no Ocidente e na Terra. É o que testemunham, nas relações sociais mais importantes, as internacionais, a catástrofe fraticida de 1914, e a ainda mais horrível deste momento (LEAL; MENDONÇA; TORRES *apud* MENDES, 1944, p. 02).

Nesta nota há muito nas entrelinhas. Ela deixa subentendido que os erros de quarenta anos atrás perpetuaram-se; alguns inclusive tornaram-se mais graves. Isso implica que o novo governo, instaurado em 1930, foi incapaz de sanar as dificuldades e desvios republicanos e que, em alguns aspectos, o governo Vargas distanciou-se ainda mais do ideal positivo de governo. E contrapondo-se a este agravamento, estão as previsões de Teixeira Mendes e do positivismo, que se mostraram sólidas em ambos os períodos. Assim, o Apostolado, nas palavras de Mendes, tece críticas ao governo e busca se solidificar como voz social confiável.

E o que dizia Mendes na ocasião que ainda vale para os tempos de 1944? Em princípio, o autor questiona se de fato há motivo para que a data em questão seja denominada de comemoração e se nela há motivos para alegria:

Mais uma vez nos achamos reunidos para comemorar a fundação da república em nossa pátria e mais uma vez somos levados a interrogarmo-nos se há mesmo motivo de jubilo em semelhante data. Se, perante o desanimo geral, o espetáculo deprimente de indiferença popular, indiferença realçada mais pelo contraste das festas convencionais daqueles que se acham de posse de altas posições no governo, se diante desse desanimo e indiferença há realmente motivos para jubilo (MENDES, 1944, p. 03).

O autor responde a própria indagação dizendo que “Se essa interrogação fosse dirigida a qualquer democrata, ele não poderia dizer que havia motivo para júbilo” (MENDES, 1944, p. 04). Em sua perspectiva, os desvios da classe governante são tantos que não se faz possível de fato celebrar uma república se nela nada há de republicano.

O apóstolo não vê razão para a comemoração porque o modelo político então instaurado tem “um congresso e um senado, mas ambos movendo-se aos acenos do poder, fazendo tudo quanto o governo quer” (MENDES, 1944, p. 05). Ora, a intervenção de Vargas e seus centralismos fazem com que o autor questione a validade de um congresso onde o presidente faz o que quer, inclusive faz seu sucessor, porque o congresso está anulado (MENDES, 1944, p. 22).

A crítica de Mendes, transposta aos dias da década de 40, não pára nestes pontos. O texto continua e agora enfoca os governos estaduais e sua relação de submissão com o poder central. Para o autor, no Brasil:

[...] nos governos dos estados não temos mais presidentes de província nomeados por decreto do governo daqui (como na monarquia) mas que importa se o governo central depõe a quem quer e exalta a quem quer? (MENDES, 1944, p. 05).

A correlação com Vargas é quase imediata, dada a instauração de interventores escolhidos pelo governo federal que atuariam nos governos estaduais. Na doutrina positivista, esta subordinação dos poderes estaduais ao federal torna-se nociva, uma vez que entendem serem os governos menores mais próximos das complexidades locais e mais aptos para exercerem o poder temporal.¹¹²

¹¹² Aqui vale retomar uma nota presente no texto “*O cultivo do algodão*”, em que se encontra o seguinte: “Façamos votos, porém, para que o governo jamais se lembre de intervir no nosso mercado

Os desvios são tantos que, na perspectiva de Mendes e do Apostolado, se a sorte da república dependesse daqueles que têm, nesses doze anos (data de produção do texto original), passado pelas regiões governamentais, há muito a república teria desaparecido (MENDES, 1944, p. 06). Já não haveria de fato governo republicano, dadas as permanências monárquicas e os desvios de ordem material. Contudo, Mendes não deixa de dar uma nota de esperança, afirmando que a “sorte da república é superior a eles [os governantes], é que a república constitui alguma coisa que eles nem sequer compreendem” (MENDES, 1944, p. 06).

Esta diferenciação feita pelo autor entre o governante e a república é significativa, tanto em seu contexto na primeira década quanto nos anos de 1940. Pautado no princípio positivista de que o homem se agita e a Humanidade o guia, ele entende que os desvios de governos retrógrados são agitações no fluxo de evolução da espécie, mas que não têm efeito para interromper este percurso que tende à positividade. O progresso da espécie é de tal ordem na mentalidade positivista que o autor se expressa defendendo a celebração mesmo neste cenário conturbado. Em seus termos, “se nós nos achamos aqui reunidos em festa real, sincera é porque contemplamos o progresso real que a pátria vai fazendo, apesar dos governos desencontrados que tem tido” (MENDES, 1944, p. 06). A Humanidade por fim se manifestará sobre estes governos e o tribunal da posteridade os julgará.

O autor passa então a definir os motivos que trazem oscilações à ordem republicana. Para ele, “a sociedade atual resulta do conflito permanente de duas religiões que estão coexistindo no mundo, desde o XIV século. Uma que se elimina espontaneamente e a nova que vai se instalando” (MENDES, 1944, p. 06). Vem à tona novamente um aspecto da doutrina positivista que parece ser negligenciado por grande parte das exposições a respeito: seu aspecto religioso. No positivismo desenvolvido em Comte, esta é a base da sociedade, de modo que, sem doutrina, a

de algodão. Todos os males só poderão advir daí para o futuro de nossa fibra. Bastam os prejuízos seguros que lhes causou até agora a política cambial, sem critério seguro” (MENDES; LEMOS, 1935, p. 06). Vale também rememorar os pontos de divergência entre a Constituição de 1891 e 1934 no que tange às relações entre os poderes federais e estaduais. Para o Apostolado, “poder central não significa centralização, pois, sem autonomia, os Estados, com sua vida política e administrativa patronada pela união, fica fatalmente comprometida a livre evolução de suas forças” (MENDES, 1944, p. 23).

família na terra se extravai.¹¹³ Essa importância dada à religião é de tal ordem que Mendes se expressa da seguinte forma:

É o conflito **dessas duas religiões, dessas duas civilizações, dessas duas sociedades, porque tudo isso são palavras sinônimas**, é esse conflito que caracteriza o espetáculo dos nossos dias, em todo ocidente e, portanto, no seio da nossa pátria (MENDES, 1944, p. 06, grifo meu).

Para a mentalidade positivista, a religião está tão intrincada na sociedade e a sociedade tão embasada em alguma religião que os termos são intercambiáveis. E como a sociedade moderna está dividida entre duas crenças, do conflito de duas religiões advêm as perturbações na ordem republicana. Ora, afinal, quais são estas religiões? Para o autor, o catolicismo e o positivismo.

A base do conflito destas religiões está na sua visão antropológica. Na perspectiva católica, o homem é movido majoritariamente por um único tipo de instinto: o egoísta. O catolicismo medieval, na sua doutrina de salvação individual, exercitava no cérebro as pulsões egoístas e suprimia os instintos altruístas. Assim, o catolicismo inspirava o bem não a partir de uma ótica social, mas individual.

E das variações do catolicismo na sociedade moderna vieram às doutrinas que perturbam, na percepção positivista, a ordem social. O nazifascismo, os totalitarismos e os governos revolucionários são derivações do credo católico, com a supressão de dogmas do catolicismo que o tornavam um pouco melhor do que estas doutrinas dele derivadas.¹¹⁴ Deste modo, para Mendes, novas doutrinas consideram apenas os impulsos egoístas e, por isso, são incapazes de desenvolver a fraternidade. Em seus termos:

O homem era concebido pelos católicos como é concebido pelos revolucionários (por que um revolucionário não é no fundo senão um católico, do qual se foram suprimindo certo número de elementos que antes tornavam a teologia social e moral): o homem era para o catolicismo, como é para os revolucionários, um ente movido por instintos egoístas: o bem que ele faz é por cálculo. No ponto de vista teológico, para conquistar o céu, porque tem medo do inferno; no

¹¹³ Esta frase, encontrada no poeta Dante, é inserida como epílogo em várias publicações. A frase completa é: “Não há na terra quem governe. Eis porque se extravai a família humana”.

¹¹⁴ Para Comte, no catolicismo medieval havia instituições que, em menor instância, trabalhavam desenvolvendo as faculdades altruístas. Ele vê isto especialmente no dogma católico do purgatório, no qual o fiel deve agir em favor do benefício de outro. Contudo, apesar da tentativa de desenvolver os desejos e empenhos altruístas em alguns aspectos, a sociedade católica apenas o fez sob a perspectiva de uma concepção teológica. E, para Mendes, no texto que estamos analisando, esta perspectiva concebia a bondade como dádiva divina, estando ela longe da alçada humana (MENDES, 1944, p. 07).

ponto de vista revolucionário, pelo egoísmo bem entendido, pelo gozo que pode ter neste mundo, pelo medo da cadeia, pelas considerações da vaidade, enfim, pelo egoísmo sob todas as suas formas (MENDES, 1944, p. 07).

Esta sociedade católica medieval adotava a indústria como acessório do militarismo, pois esta sociedade valorizava a guerra (MENDES, 1944, p. 07). Essa valorização transfigurou-se em orgulho patriótico e nacionalismo, que transformou-se, nas nações modernas, em imperialismo (MENDES, 1944, p. 08). E esta sociedade católica, ao apregoar a bem-aventurança dos pobres, glorificou a ignorância e a miséria, transformando o trabalho em maldição (MENDES, 1944, p. 09).

Não é assim, para Mendes, a ordem positivista. O dogma ao qual é fiel atua basicamente com as faculdades altruístas, desenvolvendo a veneração e a bondade. Ao instalar o culto sociolátrico, esta religião desenvolve na mente do fiel a lei de “viver para outrem”, em amor à família, à pátria e à Humanidade, tendo em vista no passado os feitos louváveis da moral e da razão e vivendo sob a ótica do julgamento da posteridade.

A sociedade positiva se caracterizará pelo domínio da ciência e da poesia. Esta ciência, fruto da observação das leis naturais, superior a todos os arbítrios dos homens e dos povos. E desta observação clara do mundo real, na sociedade positivista emergirão as leis “que não se curvarão a ninguém, mas que encadearão o egoísmo e deixarão livre o altruísmo” (MENDES, 1944, p. 08). Essa sociedade, portanto, não acabará com os instintos egoístas (no positivismo eles são necessários em certa medida). Mas incentivaram as motivações altruístas.¹¹⁵ Estes impulsos altruístas transformam, na perspectiva positivista, o trabalho em bênção, pois esta doutrina entende o “trabalho como ação real do homem sobre o planeta e meio de vencer a miséria, prostituição, ignorância, dores e moléstia” (MENDES, 1944, p. 09).

No positivismo, por se desenvolverem as duas existências – a objetiva e a subjetiva –, o autor entende que a vida passa a ser vivida em prol da segunda. Deste modo, a vida objetiva, corporalmente exercida na terra durante o período

¹¹⁵ É por isso que o autor adiciona que, nesta sociedade positivista: “Não é menos verdade que na nossa natureza existindo o egoísmo, a ordem pública não se pode manter sem um aparelho de vigilância” (MENDES, 1944, p. 17).

biológico, enfoca a realidade intangível e perfeita que existirá quando a vida do fiel, após a morte, se perpetuar na memória dos seus sucessores, inspirando-os ao bem. E como o autor defende que o positivismo pode instaurar esta ordem? Para ele, o centro das ações se pauta no papel dado à mulher na religião comteana. A mulher, nesta doutrina, é responsável pelo desenvolvimento afetivo, da bondade e da veneração. No positivismo, a mulher é amor, simplesmente amor (MENDES, 1944, p. 12). E ela, sem a necessidade de dogmas metafísicos como o céu, o inferno e o purgatório, é competente para desenvolver as faculdades altruístas do cérebro. É a mulher a base da sociedade nova (MENDES, 1944, p. 12).

Na cosmovisão positivista, Mendes continua, todas as conquistas estão condensadas na mulher, de modo que as leis morais estão amparadas nela. E todos os homens, são amparados por três anjos – a mãe, a esposa e a filha – que os acompanham e os inspiram a fazer o bem até quando não querem (MENDES, 1944, p. 11).

Deste modo, a ordem republicana é constituída pelos seguintes elementos: a mulher, o proletariado e os chefes industriais (agricultores, fabricantes, comerciantes, banqueiros) (MENDES, 1944, p. 14). Contudo, o Apostolado vê a ordem atual tão desviada que estes elementos se encontram fora de seus locais, não esclarecidos e em situação de miséria. A mulher, na república que se constituiu, exerce política e trabalho. O proletariado acha-se apenas acampado, mas não incorporado na sociedade e os chefes industriais vêm-se à mercê de governos que interferem em suas capacidades de produção. E, neste cenário, difundem-se doutrinas utópicas, desviadas do catolicismo medieval, mas que são incapazes de resolver os problemas. Nos termos de Mendes:

Ele (o operariado) não sabe que existem a Sociologia e a Moral. E o resultado é que, diante das injustiças sociais, das misérias de que é vítima, vendo os filhos sem pão, a filha ameaçada de prostituição, a mulher ao desamparo, ele aceita todas as fantasias, contanto que saia dessa situação; e daí todas essas utopias socialistas que os burgueses olham com tanto terror – o anarquismo e tudo mais. Ah! E venham dizer aos operários que respeitem a velha ordem social, que não venham intervir no concerto das festas dos presidentes e reis, que entretanto as fazem às custas do sangue, das lágrimas dos operários! Queres ver o proletário ordeiro? Quereis ver qual a sorte? Tomai a mulher, dai-lhe dignidade que o proletariado ambiciona (MENDES, 1944, p. 15).

E o proletariado, na república que se constitui no Brasil, não recebeu importância por parte da classe governante, de modo que não há diferença entre sua sorte nos tempos do Império e nos tempos da República (MENDES, 1944, p. 13). Isto porque a República, proclamando o fim das distinções de nascimento, criou distinções entre o funcionário denominado proletário e o funcionário chamado público. Para estes últimos, que menos trabalham e mais produzem o mal, a República deu os títulos e ao mísero operário nem sequer contribuiu com a sepultura (MENDES, 1944, p. 13).

Assim, a ordem republicana está instaurada, mas não plenamente, porque se deflagram estas duas religiões. Isto se percebe pela confusão dos papéis sociais, pelo nacionalismo exacerbado, pelas faculdades egoístas mais desenvolvidas do que as altruístas. E, de modo muito taxativo, Mendes considera uma monstruosidade política que um povo, ao passar por um processo de industrialização, seja governado por advogados (MENDES, 1944, p. 19). É sugestivo que coloque desta forma e que os positivistas da década de 1940 mantenham o texto sem ressalvas pois, em sua formação, Vargas é bacharel em Direito.

Assim, Mendes termina retomando o credo positivista da evolução humana, dizendo que, para alterar a ordem das coisas que existe, “esperam um salvador surgindo no seio da massa masculina; mas nos só temos de voltar para a massa feminina” (MENDES, 1944, p. 31). O positivismo, então, se pauta em uma esperança que diverge do posto masculino que ocupa o governo. Aqui, nas palavras de Mendes, o Apostolado da década de 1940 se expõe verbalmente como não concordante com a política do governo varguista.

A partir de 1945, as publicações positivistas foram as mais claras após a instauração do Estado-novo no Brasil. Como dissemos, o avanço aliado é interpretado com otimismo pelo Apostolado, que se vale deste momento para, com mais veemência, criticar os regimes totalitários – inclusive Vargas, cujo governo, para o Apostolado, enquadra-se ao lado de Hitler e Mussolini.

Além disso, é neste ano que algumas liberdades são restituídas. No ano de 1942 há um marco trágico na história da Igreja, com a intromissão federal e deposição dos símbolos religiosos. Isso coloca o positivismo em confronto direto com a política varguista. No ano de 1945, contudo, o chefe da polícia, Ministro João Alberto, comunicou aos jornais no mês de abril, o restabelecimento das liberdades

próprias do regime republicano (todas consignadas na Constituição de 1891), entre elas o “respeito à liberdade religiosa, e ainda a extinção da vexatória inquisição das organizações espíritas” (MENDES, 1944, p. 01).¹¹⁶

A supressão destas liberdades se fez pelo Estado-novo com base na precedência absoluta da bandeira do Brasil. Na hierarquia dos símbolos do Apostolado, a bandeira positivista, hasteada no exterior do templo, domina sobre todas as outras. E no interior do templo, a bandeira da França está acima da bandeira brasileira. Ante a isto, o governo interveio e ordenou a reestruturação da ordem dos símbolos. Isso, na perspectiva positivista, menosprezou a hierarquia das nacionalidades e expressou o desconhecimento da doutrina por parte do governo.

Para o Apostolado o respeito aos símbolos religiosos é um princípio republicano, dado que todo símbolo enfoca, em última instância, no estabelecimento da fraternidade: “É o que reconhecem os EUA, em que a bandeira religiosa domina a bandeira da pátria” (MENDES, 1944, p. 02).

O Apostolado até pensou, em protesto, retornar às práticas tradicionais da Igreja. Contudo, o cenário político os faz agir com cautela. Em nota no *Jornal do Commercio*, a Igreja diz que:

Dizíamos que feito o nosso protesto, retomariamos as práticas tradicionais da igreja no uso dos nossos símbolos em nosso templo. Mas, em seguida, fomos levados, considerando a gravidade da situação interna do país, entregue ao arbítrio governamental, a abstermo-nos disso enquanto subsistisse o receio de novos desacatos, quiçá maiores. Hoje, porém, após a comunicação do Chefe de polícia, os gerais reclamos para a volta as nossas tradições de liberdade (reclamos já agora possibilitados pela anulação dos regimes totalitários que da Europa haviam sido transplantados para a América) (MENDONÇA, 1945, p. 02).

Pela primeira vez há uma nítida identificação do governo de Vargas com os regimes totalitários europeus. Os positivistas se expressam claramente na linha de que o governo brasileiro adquiriu as feições do despotismo materialista de Hitler e Mussolini. E ao longo de todo o ano de 1945, estas aproximações se tornaram mais evidentes – assim como o distanciamento da Igreja de Vargas.

E se agora os regimes totalitários se encontram em declínio, isso não deve despertar por parte da população e dos governos um otimismo cego. É o que

¹¹⁶ Diante dessa notícia, o Apostolado publica no *Jornal do Commercio*, no dia 20 de abril de 1945 o artigo “A liberdade religiosa e o uso de símbolos”, do qual retiramos esta citação. É esta publicação que analisamos agora.

defendem os positivistas no folheto “*Nenhum recurso à insurreição: a propósito da agitação política do momento*”, da autoria de Carlos Torres Gonçalves e Geonísio de Mendonça, publicado no “*Jornal do Commercio*”, no dia 25 de março de 1945.

Nesta publicação, a antepenúltima de nosso período de análise, o Apostolado defende que o longo tempo de restrições à liberdade agora pode dar início a um novo processo de insurreição, dada a intensidade das manifestações em que se encontram os povos (GONÇALVES; MENDONÇA, 1945a, p. 01). Assim:

Cumpra a quantos tenham qualquer parcela de autoridade governamental ou de influência social, contribuam ativamente para evitar desgraça. Quando menos, seria novo fermento para a revolta proletária em longuíssima gestação, como resultados das faltas acumuladas, sem conta. (GONÇALVES; MENDONÇA, 1945a, p. 01)

Mas, dentre estes, há um grupo muito específico que tem grande parcela de culpa a ser resgatada e uma enormidade de erros a corrigir. Este grupo os positivistas encontram nos que participaram das revoluções e movimentos que contribuíram para a instauração do governo Vargas. Em seus termos:

Especialmente os que participarão da insurreição triunfante de 1930, grandes culpas tem a resgatar, só excedidas pelas dos que cometerão o atentado de 1937 ou a ele aderiram, impondo ao país o mais nefasto regime. Sim, não é possível que os que participaram desses dois funestos golpes não sintam remorso disso. Remorso pela substituição do governo legalmente instituído (com seus erros e faltas, é verdade, mas que não justificavam a violência armada), por outro inaugurando-se com a imensa falta de destruição da constituição de 1891, para erigir-se e ousar proclamar-se, governo discricionário da república. Remorso pela imposição, logo depois, de um regime que veio nivelar-nos, em política interna, aos governos que já haviam praticado crimes da conquista da Abissínia e da intervenção militar na Espanha, como preparação ostensiva da guerra maior que lhes haveria de proporcionar a conquista do mundo (GONÇALVES; MENDONÇA, 1945a, p. 01).

Este excerto se faz interessantíssimo para nós. Nele, os positivistas listam os pontos de divergência entre eles, Apostolado, e o que consideram o nefasto movimento deflagrado em 1930. Figurando entre os primeiros desvios do ideal republicano, está a substituição de 1891, sempre alvo de apreço da doutrina positivista e em cuja defesa manifestaram-se durante todo o período em que esteve em risco a Carta Constitucional.

O segundo erro é a pretensão dos dirigentes revolucionários de 1930 em proclamar-se a república, quando desviaram o Brasil do curso evolucionário em que o inseriram os primeiros apóstolos, Miguel Lemos e Teixeira Mendes.

O terceiro erro listado novamente coloca o varguismo no nível dos regimes totalitários que invadiram a Abissínia e interviram na Espanha. Em suma, os positivistas defendem que o movimento revolucionário iniciado em 30 colocou o país na linha do nazifascismo¹¹⁷.

Deste modo, o governo varguista rompeu com a evolução histórica e a continuidade, princípio tão defendido pelo positivismo quanto caracterizador da espécie. Para a doutrina positivista, a continuidade marca um traço exclusivamente humano e responsável pela progressão dos povos até o regime positivo. Deste modo, os governos que rompem com a continuidade ou são retrógrados ou perturbadores. E este é o erro que identificam em Vargas.

A continuidade é marca tão necessária na evolução que, na transição para a república, os positivistas buscaram manter os traços positivos alcançados no regime imperial e somar a estes os traços e princípios da política positiva. Contudo, foi essa continuidade “que os regimes de 30 e 37 anularam, principalmente o de 37” (GONÇALVES; MENDONÇA, 1945, p. 02).

E ainda que sempre se posicionassem contra estes regimes, sua reação foi limitada pela conjuntura internacional. Neste texto, novamente os positivistas articulam o cenário nacional ao internacional, de modo que a ordem interna está intimamente ligada à ordem externa. Assim:

A reação era fatal e só permaneceu latente enquanto a força dos regimes totalitários agressores não foi anulada. Porque a melhora que pode verificar-se em nossa situação interna, no fundo é resultado da vitória que se avizinha das poderosas nações ocidentais que tem sabido, em meio a guerra de defesa contra aqueles, assegurar a livre manifestação de opiniões, dificultando a sobrevivência de regimes liberticidas, ainda por aqueles mesmos alimentados alhures, na própria América (GONÇALVES; MENDONÇA, 1945a, p. 02).

E como se manifesta esta descontinuidade representada no regime varguista e este totalitarismo que foi transposto da Europa para a América? O Apostolado vê estas características na ausência de liberdade sob a tutela rígida do Estado, bem

¹¹⁷O Apostolado não faz distinção entre o nazismo e o fascismo. Assim, aqui priorizou-se por manter o vocabulário empregado pelos positivistas.

como a intromissão deste em diversas esferas sociais, supervisionando as atividades nacionais que fogem da alçada daquilo que a doutrina comteana legou ao poder temporal.

Neste ponto, o Apostolado se mostra muito a par das movimentações do regime varguista e muito crítico quanto às suas estratégias propagandistas. Para provar a proximidade entre o regime brasileiro com os totalitarismos europeus, o Apostolado reproduz um documento elaborado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), de 1942, em que o governo busca esquivar-se das aproximações com o regime de Mussolini. O texto do folheto se expressa da seguinte forma:

Entre nos essa feição características dos regimes totalitários, da intromissão do Estado em tudo, de “supervisão” e censura de todas as atividades nacionais pelo Estado é referida em uma publicação, em inglês, do próprio órgão oficial, o Departamento de Imprensa e Propaganda, sob o título facts and information about brazil, saída em janeiro de 1942, quando o nazismo estava no auge de sua força militar e conquistas. Lê-se neste documento, ao tratar da constituição de 1937, que:

(Tradução, p. 39) Conquanto ela (a constituição de 37) reflita algumas das tendências dos governos totalitários então no poder, não é conforme estritamente aos modelos estrangeiros, o principal objetivo sendo ter em atenção as necessidades da vida brasileira, o que a outra constituição não fazia e a prática prova deve ser feito. Sua característica consiste em colocar todas as atividades nacionais debaixo da supervisão do Estado (GONÇALVES; MENDONÇA, 1945a, p. 02).

Para o Apostolado, esta recordação basta para demonstrar como os detentores do governo têm revelado o desconhecimento das condições fundamentais da evolução e progresso do destino (GONÇALVES; MENDONÇA, 1945, p. 02). E é prova cabal de que o regime brasileiro foi inspirado por regimes totalitários transpostos da Europa para a América.

E, mesmo que o movimento iniciado em 1930 tenha conseguido amplo apoio, isso não se traduz como benefício ou certeza de que foi um processo progressista. Pelo contrário, “os males de uma insurreição se verificam mesmo quando alcança o apoio geral, do que ainda é exemplo a triunfante de 30” (GONÇALVES; MENDONÇA, 1945a, p. 03).

Ante essa análise, qual a proposta para reinserir o Brasil no curso do progresso? Para o Apostolado, a solução se fará de modo pacífico, sem dar vazão a novas insurreições. Em concordância com seus princípios, a solução deve partir do

uso da razão e da moral, abrindo mão dos recursos militares. Neste cenário, concordam com a proposta elaborada pelos professores da escola de Direito, de transferir o governo ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, para que se realizem novas eleições que não possam sofrer a interferência dos meios materiais de que o governo dispõe (GONÇALVES; MENDONÇA, 1945, p. 03).

Com os regimes totalitários caindo, uma próxima vitória das Nações Unidas dará origem a movimentos de revolta contra este tipo retrógrado de governo. Prova disso são as várias manifestações no Brasil, que os positivistas entendem como pródromos de suas conclusões. Assim, quando a vitória sobre o totalitarismo chegar, será mais seguro que o país esteja debaixo de uma lei básica. E neste aspecto o Apostolado defende a reconstitucionalização do Brasil sob a égide da Carta de 1891. Por que defendem isto?

Primeiramente, dada a urgência da implantação de uma lei básica, não se pode esperar as deliberações de um congresso (GONÇALVES; MENDONÇA, 1945a, p. 03). Além disso, a Carta de 1891 se configura no Brasil, na perspectiva da Igreja, como a mais avançada das constituições, possibilitando a separação entre os poderes temporais e espirituais e a possibilidade de melhorias. É por isso que o Apostolado defende neste texto a “reposição da Constituição de 1891, para ser aperfeiçoada posteriormente” (GONÇALVES; MENDONÇA, 1945a, p. 03).

E, caso o governo totalitário brasileiro se manifeste no sentido de desprezar as soluções pacíficas e persistir em presidir as eleições, ainda que não tendo confiabilidade moral alguma, o Apostolado sugere a resignação, em prol dos benefícios da Humanidade, com fins de evitar uma revolta maior. Esta posição se ancora no princípio positivista de que, apesar das agitações pessoais, o homem se agita e a Humanidade o guia. (GONÇALVES; MENDONÇA, 1945a, p. 03). Esta crença é tão forte no Apostolado que há uma nota de otimismo, conivente com o momento de vitória aliada. A Igreja se expressa dizendo que:

Isto é tanto verdade que, quem quer que seja eleito, por mais retrógrada que tenha a concepção política, não poderá voltar a impedir a livre manifestação das opiniões, agora que esta fica prestigiada por extensas e inequívocas demonstrações de grande número de Governos dos povos mais avançados (GONÇALVES; MENDONÇA, 1945a, p. 04).

No esforço de argumentar a favor da resignação, o Apostolado recorre a si mesmo. Assumindo-se sempre contrário aos movimentos revolucionários militares e à instalação do regime varguista, souberam se resignar na esperança do encaminhamento da Humanidade. E se assim fizeram os inimigos do regime, tanto mais devem fazer aqueles que têm culpa em sua instauração e que agora se manifestaram contrários.

Mas há nessa argumentação algo subentendido que revela outro aspecto deste posicionamento. Com esta linha de raciocínio, a Igreja expõe sua resignação¹¹⁸ ante os desvios do governo varguista, exatamente no momento em que este regime se encontra em sinais de falência e cujos modelos inspiradores – os totalitarismos europeus – entram em declínio. Assim, a Igreja busca se apresentar como uma estrutura sólida ante as variações políticas perturbadoras e reafirmar seus credos quando os contrapõe com a falência de seus oponentes – no caso, o despotismo varguista. Empregando as expressões positivistas:

Nós, que nos manifestamos em público contra a revolta de 30, cheios de temores por suas consequências, e nos manifestamos contra o regime de 10 de novembro de 37, mostrando, igualmente em público, seu caráter antirrepublicano e totalitário, temos sabido nos resignar a ambos, aguardando uma melhora, sem revoltas. Porque os opositores atuais não poderão se resignar se tem enorme responsabilidade na de 30 que preparou o golpe de 37, e sendo que muitos participaram também destes ou a ele aderiram? Fomos sempre alheios as lutas partidárias. Contrários as revoluções. Antecipadamente, nos manifestamos assim na manhã mesmo do dia em cuja tarde rebentou a de 30; e depois que venceu repetidas vezes. E igual atitude tivemos em relação a de 1932, de São Paulo, si bem que considerando-a como a de maiores atenuantes após a república (GONÇALVES; MENDONÇA, 1945a, p. 04).

Neste texto se torna mais nítida a posição que os EUA ocupam na mentalidade do Apostolado que se constituiu nas décadas de 30 e 40. Apresentando-se na oposição a Vargas, a Igreja se define como defensora da continuidade governamental e, com isso, defende a extensão do tempo de governo dos chefes políticos ou ao menos que haja faculdade de reeleição, “como nos Estados Unidos do Norte” (GONÇALVES; MENDONÇA, 1945a, p. 04). Em defesa dessa ideia, argumentam questionando se “não foram do máximo interesse as reiteradas reeleições do atual presidente da grande república Americana?”

¹¹⁸ A resignação aqui deve ser entendida como uma ação paciente e não-revolucionária diante das alterações políticas.

(GONÇALVES; MENDONÇA, 1945a, p. 04). O uso da expressão “grande república” e as reiteradas menções elogiosas às medidas adotadas pelos presidentes norte-americanos, já desde 1939 demonstram que a Igreja passa a adotar como símbolos e balizas ideológicas os posicionamentos norte-americanos. Resta saber se este alinhamento se perpetuará em períodos posteriores.¹¹⁹

Ainda no mesmo ano, o Apostolado continua a se manifestar a respeito da política interna brasileira – sempre relacionando esta com o cenário internacional – e sugerindo posicionamentos para a abertura política que se constitui no Brasil. No artigo “*A reconstitucionalização do Brasil*”, da autoria de Torres Gonçalves e Geonísio Curvello de Mendonça, publicado no *Jornal do Commercio* do dia 24 de fevereiro de 1945, o Apostolado sente o retorno do país ao regime constitucional. E voltam a defender, em outra publicação, a adoção da Constituição de 1891, cujos ideais atendem e mesmo superam os proclamados e defendidos pela maioria das nações neste momento aliadas contra a tirania totalitária (LEAL; GONÇALVES; MENDONÇA, 1945B, p. 01), que apresenta caráter liberal e progressista (LEAL; GONÇALVES; MENDONÇA, 1945B, p. 03).

Esta Constituição, continuam os autores, nasceu entre tendências retrógradas, revolucionárias e positivistas e, a despeito de suas fraquezas, ela garantiu a ordem material e o prestígio do Poder Executivo, com as medidas do Congresso prevalecendo contra o veto do Presidente apenas se alcançada a difícil maioria de dois terços do Congresso (LEAL; GONÇALVES; MENDONÇA, 1945B, p. 01).

Esta Constituição também garantiu a autonomia dos estados e reduziu os poderes do parlamentarismo e, sob a influência da propaganda positivista, a Carta de 1891 garantiu a separação entre os poderes espirituais e temporais, desvinculando o Estado da Igreja. Isto, na perspectiva positivista, foi benéfico até para a Igreja Católica pois permitia a entrada de noviços para os conventos, a permanência da Companhia de Jesus e a possibilidade do casamento religioso antes do civil (LEAL; GONÇALVES; MENDONÇA, 1945B, p. 02).¹²⁰

¹¹⁹ Infelizmente, a baliza temporal adotada para esta pesquisa não nos permite responder se houve ou não este alinhamento aos EUA no pós-guerra.

¹²⁰ O primeiro projeto constitucional elaborado pelo governo provisório em 1890 proibia a entrada de jovens nos conventos, expulsava a Companhia de Jesus e mantinha a legislação de mão-morta, além

É desta Carta também, defendem os positivistas, que nasce a liberdade de exercício de profissão no Brasil e a liberdade industrial e bancária de empréstimos. Ainda que incompleta, essa liberdade poderia ser aperfeiçoada à medida que a propaganda positivista se difundisse no país (LEAL; GONÇALVES; MENDONÇA, 1945b, p. 02). Esta Carta é de tal modo positiva que:

Como se sabe ela (a constituição) conseguiu assegurar e desenvolver as conquistas republicanas que já vinham desde a constituição imperial, **evolução que só foi interrompida pela intensa retrogradação inaugurada em 1930**, começando por destruí-la e destruindo, inclusive, a constituição do Rio Grande do Sul, proclamada por Lemos como a mais adiantada do ocidente (LEAL; GONÇALVES; MENDONÇA, 1945b, p. 03, grifo meu).

Novamente os positivistas se expressam em um veículo de circulação para além das paredes do templo, o *Jornal do Commercio*, denunciando os retrocessos oriundos do movimento revolucionário de 1930 e apelando para o retorno à tradição positivista que consta na Carta de 1891. Isso se torna evidente quando, ao fim do artigo, os autores terminam desejando que o “próximo termo das aventuras totalitárias nos reconduza também às nossas tradições de liberdade e de fraternidade” (LEAL; GONÇALVES; MENDONÇA, 1945b, p. 04).

No âmbito internacional, com a vitória aliada já consolidada, o Apostolado brasileiro passa a propor alternativas ao cenário que se configura no pós-guerra, de avanço soviético e norte-americano. Na penúltima publicação em análise, intitulada “*A Humanidade acima da Pátria*”, da autoria de Geonísio de Mendonça e Torres Gonçalves e publicado como livreto na Igreja, os positivistas brasileiros se posicionam contrários aos nacionalismos e em prol da integridade territorial e liberdade dos povos, especialmente na liberação das colônias das potências capitalistas europeias.

Recorrendo aos seus dogmas, lembram que toda ação humana deve ser feita considerando a trindade sociolátrica que compõe o gran-Ser: família, pátria, humanidade (LEAL; GONÇALVES; MENDONÇA, 1945a, p. 04). Se estes níveis forem corretamente ordenados, em última instância paira a Humanidade, como fim último das ações humanas e para qual devem convergir os esforços das nações e

de obrigar o casamento civil antes do religioso. Isto se encontra na publicação de Miguel Lemos e Teixeira Mendes no *Jornal do Commercio* do dia 27 de novembro de 1891.

das famílias. Deste modo, as considerações do positivismo se articularam em torno desta última manifestação do gran-Ser, a Humanidade.

Para eles, a construção de um conselho de segurança, erigido por nações poderosamente armadas e sendo o principal instrumento para a manutenção da paz na Terra é, na prática, um grave erro, dado que, nestas medidas, busca-se manter a paz com base em força e recursos militares, em vez de defendê-la e implantá-la com base nos princípios (LEAL; GONÇALVES; MENDONÇA, 1945a, p. 05). Colocar a paz neste mérito, excluindo-a da esfera da moral e da razão implica em agravar perigos.

Para argumentar neste sentido, o Apostolado retoma as faltas das nações ocidentais que fomentaram os conflitos europeus: “Não foram as faltas de impérios coloniais que deram origem ao atentado que hoje se vê?” (LEAL; GONÇALVES; MENDONÇA, 1945a, p. 06), questionam os autores para defenderem a ideia de que a paz implantada pela força acarretou uma grave crise fratricida.

Assim, as medidas adotadas pelos países vencedores no pós-guerra devem diferir daquelas adotadas após a grave crise de 1914, na chamada Primeira Guerra Mundial. Deste modo, o tratamento dado à Alemanha deve diferenciar a evolução histórica daquela potência europeia dos desvios totalitários do governo de Hitler. A reação contra a Alemanha não se pautará na vingança ou no medo: “Portanto, nenhum fracionamento violento da Alemanha. Nenhuma pretensão de governá-la ou circunscrevê-la industrialmente. Menos ainda de castigá-la ou reeducá-la” (LEAL; GONÇALVES; MENDONÇA, 1945a, p. 07).

E quanto aos castigos dados aos nazifascistas, há uma atenção maior por parte do Apostolado à pena de morte. Os apóstolos partem do princípio de que a pena capital não pode ser imposta a ninguém por motivos políticos, dado que se alternar-se o partido, o crime e a defesa da pátria mudam de configuração (LEAL; GONÇALVES; MENDONÇA, 1945a, p. 08). Por exemplo, para um comunista, o crime contra a União Soviética e a defesa de sua pátria se configuram de um jeito muito diferente do que pode ser intitulado de crime e defesa por um nazista.

Isso não significa, contudo, que os positivistas sejam contrários à pena capital. Para eles, a pena de morte deve ser aplicada não a casos exageradamente complexos, mas “deve ser restrita para os casos excepcionalmente graves de crimes

comuns, para ser aplicada conforme esteja previsto nos códigos das respectivas nações” (LEAL; GONÇALVES; MENDONÇA, 1945a, p. 08).

E adotar a pena de morte para os crimes políticos pode ter um duplo resultado negativo. Primeiramente, pode implicar na morte de cidadãos dignos que, contudo, estavam imersos em uma crença retrógrada e militar. Além disso, este tipo de pena pode perpetuar as ilusões das massas, quando tipos inferiores¹²¹ de seres padecem como mártires. Nas expressões do Apostolado:

A punição de crimes políticos com a pena de morte não só pode importar na eliminação de dignos cidadãos, mas imbuídos da crença geral de processos militares para resolver divergências políticas como contribuir para elevar tipos inferiores ou charlatanescos a categoria de heróis ou mártires, mantendo perigosas ilusões nas massas. Todos estes planos só têm feito prolongar a carnificina, arrastando populações germânicas para a defesa da pátria (LEAL; GONÇALVES; MENDONÇA, 1945a, p. 09).

Ainda sobre o tratamento dado aos perdedores, os positivistas brasileiros entendem que não se pode repetir o erro da Primeira Guerra, que condenou tão somente a nação alemã no Tratado de Versalhes. Para eles, o problema é muito mais complexo e:

[...] tomá-la (a Alemanha) como a única perturbada, única culpada, teria efeito análogo ao que ocorre em casos individuais quando o médico, prendendo-se aos sintomas locais, descarta o tratamento geral, entretendo a moléstia (LEAL; GONÇALVES; MENDONÇA, 1945a, p. 11).

O problema não está na nação alemã, mas na falta de uma doutrina universal que possa orientar e aconselhar o poder temporal. Em suma, o problema e a solução estão no âmbito da moral e da razão, esferas estas que são alvo da doutrina positivista.

A ação pelo medo é recorrentemente algo a ser evitado na postura positivista. Recordando as origens do nazismo, o Apostolado entende que se teve medo do “perigo de Moscou”, considerando como a maior ameaça possível, alimentando o nazismo contra ele, o que não concorreu pouco para o caos atual. Agora, o medo é

¹²¹ Aqui a expressão “tipos inferiores” é empregada por ser usada no texto original. Esta expressão se baseia na ideia de que os seres humanos vivos se dividem em dois tipos. O primeiro é aquele que trabalha, com vista no passado, em prol da humanidade e da posteridade. O segundo, que é visto como um tipo inferior, atua como parasita das conquistas humanas. Isto se encontra na publicação no “*Jornal do Comercio*”, sob o formato do sumário de uma conferência realizada pela Igreja, intitulada “*Teoria da Humanidade: concepção fetichico-positiva da Terra e do espaço*”, no ano 1932, dia 13 de fevereiro.

de Berlim (LEAL; GONÇALVES; MENDONÇA, 1945a, p. 14). A ação pelo medo impulsionou o totalitarismo nazista. E se perpetuar-se este tipo de postura, novos totalitarismos nascerão na Terra.

No caso espanhol, é recomendado que as nações que não se envolveram interferindo na revolução civil de 1936 atuem na figura de árbitros para solução do problema político que se instaurou no país (LEAL; GONÇALVES; MENDONÇA, 1945a, p. 11). Novamente, não haverá poder moral ou ético nas nações envolvidas no conflito para intermediarem uma decisão. O arbitramento, na ótica positivista, também está sujeito ao campo da moral e da razão.¹²²

E sobre o caso argentino, é válido que primeiro seja recuperado o excerto sobre o assunto, para então fazer as asserções. No artigo, os autores dizem que:

Analisando o caso argentino, percebe-se semelhanças com o espanhol. Um governo retrógrado (fenômeno geral nos governos surgidos em revoltas), dura bastante para não se suspeitar de intromissão externa na situação política. Mas cumpre agora facilitar-se ao Governo Argentino sua volta a comunhão com outras repúblicas, e tanto mais quanto já modificou substancialmente seus atos, embora possa continuar conservando tendências totalitárias, mas o que não seria o único exemplo, outros havendo, na Europa e na América (LEAL; GONÇALVES; MENDONÇA, 1945a, p. 13).

A Argentina neste período passava pelo processo de revolução, com a deposição de Ramón Castillo e o início do governo de Perón. Para seu caso, o Apostolado sugere um posicionamento semelhante ao recomendado no caso espanhol, o arbitramento. E em suas asserções sobre a situação do vizinho sul-americano, fazem também asserções que enquadram o governo brasileiro nas categorias de retrógrado e autoritário. Quando mencionam que na Argentina instalou-se um governo retrógrado, somam a isto a ideia de que esta é uma característica “geral nos governos surgidos em revoltas” (LEAL; GONÇALVES; MENDONÇA, 1945a, p.12). Não se pode perder de vista que a instalação e permanência de Vargas no poder deram-se por movimentos de revoltas, tanto em 30 quanto em 37.

E quando afirmam que a Argentina teve mudanças significativas em sua estrutura, possibilitando que houvesse integração e comunhão com outras

¹²² Para a solução da crise espanhola, sugerem, como Comte, o arbitramento de nações neutras, que não se envolveram no ataque e apoio nazifascista na revolução de Francisco Franco (GONÇALVES; MENDONÇA, 1945, p.11).

repúblicas, fazem a ressalva de que ainda conserva traços totalitários. Isto, contudo, não é exclusividade argentina, “outros havendo, na Europa e na América” (LEAL; GONÇALVES; MENDONÇA, 1945a, p. 12) com as mesmas características. Essa sugestão de autoritarismos espalhados em governos diversos, ao mencionar a América, não deixa de fora o governo brasileiro, já apontado em outros momentos pela Igreja como um regime totalitário transposto da Europa para o novo mundo.

Com o fim da guerra, o mundo pós- crise fratricida encontra-se tão entrelaçado e de interdependência tão grande, com a multiplicação das comunicações, que a integração entre os homens e a construção do mundo como uma pátria comum da Humanidade é possível, desde que adotem as medidas baseadas na razão e na moral (LEAL; GONÇALVES; MENDONÇA, 1945a, p. 15). Após a adoção destas medidas,

As nações ganhariam confiança traduzindo-se em ordem internacional – a paz – permitindo dispensar ou reduzir, desde logo, os armamentos. Simultaneamente, ganhariam recursos para encaminhar a pronta solução o outro problema, não menos premente, de nossos dias: a incorporação do proletariado nas sociedades. Equivale a dizer sua participação efetiva nos tesouros acumulados pela espécie, materiais, intelectuais, estéticos, morais (LEAL; GONÇALVES; MENDONÇA, 1945a, p. 16).

É possível que a intensidade da revolta e da crise se traduzam em intensidade de progresso e avanço para o estado positivo, dada a clara manifestação de retrocesso dos processos pautados no militarismo e nacionalismo. E, com o fim do cenário totalitário, emerge o problema de fato de longa duração e não solucionado por nenhum governo ou república, que é a incorporação do proletariado na sociedade moderna – tema que já foi apresentado em outros textos do Apostolado e que é retomado neste.

Esta incorporação urge porque, na luta contra o totalitarismo europeu, ganharam proeminência as ações da Rússia soviética, de modo que, se no passado havia certo menosprezo em relação a esta nação, hoje as potências ocidentais têm por ela admiração. Contudo, dado o seu regime soviético revolucionário, tal admiração pode “converter-se em um novo estímulo para revoltas de nível geral, considerando a péssima situação em que se encontra o proletariado (elemento mais proeminente no governo revolucionário russo)” (LEAL; GONÇALVES; MENDONÇA,

1945a, p. 17).¹²³ O comunismo é, assim, para Comte e para o positivismo um estágio nobre de defesa do proletariado, mas no qual encontram-se muito mais perigoso do que traços de nobreza:

Para Comte, o comunismo é o último estado verdadeiramente honroso e perigoso do conjunto dos instintos revolucionários [...]. Honroso, porém perigoso, pois há no comunismo ausência de fundamentos sistemáticos, e pelo recurso a violência que preconiza, aliás, os democratas (LEAL; GONÇALVES; MENDONÇA, 1945a, p. 18-19).

Deste modo, ainda que haja um cenário de certo otimismo, há receio por parte do Apostolado de que as nações sigam esta:

[...] tendência anárquica em todo ocidente, ver-se no encaminhamento de problemas industriais e econômicos a solução de tudo, incluindo os problemas políticos e morais, materializando-se o que é espiritual (LEAL; GONÇALVES; MENDONÇA, 1945A, p. 18).

Com isso, novamente se afirma a necessidade não da instalação de potências militarizadas e da paz garantida pelos meios da violência, mas da instalação de uma doutrina de fraternidade. Em resumo, a Igreja defende seu papel social por diferir das religiões em voga – leia-se catolicismo – e defender concepções que não encontram eco em outras doutrinas.

4.4 O homem se agita e a Humanidade o guia: de volta à República

Por fim, em 1945, no texto “*República e Democracia*”, da autoria de Mendonça e Torres, encontra-se o último texto a ser analisado em nosso estudo. Incluindo um sumário, este texto destoa dos demais, por apresentar-se com 30 páginas. Mantendo sua prática de expor uma perspectiva positiva e outra negativa, ante o que o regime de Vargas não tem de republicano, o Apostolado defende que a república é um regime muito bem definido, completamente contrário à ideia vaga que emerge dos discursos políticos em voga (MENDONÇA; GONÇALVES, 1945, p. 04).

¹²³ “A admiração das atuais camadas dirigentes ocidentais pela Rússia soviética (após suas demonstrações de força, pois antes menosprezada, hostilizada), poderá vir a ser outro estímulo a revolta geral do iminente” (GONÇALVES; MENDONÇA, 1945, p.17).

A república é assim, na dimensão externa, o “regime das pátrias livres, com respeito até aos povos menos proeminentes e menos desenvolvidos” (MENDONÇA; GONÇALVES, 1945, p. 04). E, no caso brasileiro, esta perspectiva republicana significa estender estes direitos de liberdade e integridade aos povos “silvícolas”, devastados no processo de colonização e ainda não integrados a nível republicano no Brasil, tendo suas terras e vidas tuteladas pelo Estado.¹²⁴

Assim, ante o ideário republicano, a política colonial:

[...] constitui a pretendida política colonial um atentado gravíssimo a fraternidade. Eis porque a organização em andamento de uma nova assembleia de nações e de um conselho de grandes nações, enquanto algumas delas continuarem comprometidas em semelhante política (justamente entre as de maiores responsabilidades históricas) não poderá inspirar confiança, assegurar uma paz estável (MENDONÇA; GONÇALVES, 1945, p. 05).

Se a república é o regime de liberdade, esta liberdade deve ser estendida aos povos e sua autonomia considerada plena. Devolver a independência das colônias é o único meio de as nações imperialistas ocidentais se redirem ante o cenário internacional e removerem os entraves do progresso da Humanidade.

E, para além da posse física e política de outro país, a república não admite tampouco as guerras econômicas, mas a livre-circulação de bens e produtos na terra.¹²⁵ Foram estas guerras econômicas que abriram caminho para as catástrofes fratricidas que assolaram a humanidade em um período de trinta anos.

No âmbito internacional, o Apostolado vê nas medidas adotadas pela Inglaterra uma espécie de “esperança menos indecisa” (MENDONÇA; GONÇALVES, 1945, p. 06). O governo trabalhista então instituído tem adotado medidas coerentes com a moral e a razão no âmbito nacional, especialmente no que diz respeito à incorporação do trabalhador, e no âmbito internacional, na relação da Inglaterra com suas colônias.¹²⁶ Deste modo:

Em meio as graves apreensões, o programa de ação do novo governo trabalhista da Inglaterra traz-nos esperanças menos indecisas. São modificações importantes anunciadas em sua política

¹²⁴ Em política externa, é o regime das pátrias livres, do respeito à independência dos povos, estendido aos mínimos. Em nossa pátria, por exemplo, estendido às remanescentes tribos dos silvícolas que aqui encontramos e brutalmente devastamos (MENDONÇA; GONÇALVES, 1945, p. 04).

¹²⁵ E é ainda a república incompatível com a guerra econômica entre os povos e só compatível com a livre produção e a livre troca das utilidades na terra (MENDONÇA; GONÇALVES, 1945, p.5).

¹²⁶ O governo inglês em questão é o de Churchill.

externa e interna, apresentadas em espírito de continuidade progressista. É com tais iniciativas que se poderá conseguir afastar as guerras, como afastar o apelo ao comunismo. E tudo sendo conexo, no organismo social, é de se contar com reações benéficas de outros governos (MENDONÇA; GONÇALVES, 1945, p. 06).

Neste excerto torna-se evidente mais uma vez que há grande preocupação do Apostolado com a emergência do regime comunista. E por considerarem este regime uma variação do catolicismo medieval e um apelo dos proletários à sua situação marginal, veem a urgência de evitar sua difusão e nisto coibir uma revolta generalizada do trabalhador.

E como estes conceitos se articulam no Brasil? Nele, os autores definem que “em 1930, diminuiu-se a república e, por fim, acabou desaparecendo, a 10 de novembro de 1937” (MENDONÇA; GONÇALVES, 1945, p. 06). Isso porque, para que seja efetivamente uma república, é necessário que haja:

[...] livre manifestação das opiniões, com responsabilidade dos autores e punição dos crimes cometidos com pretextos nela, previstos em código. Liberdade religiosa [...] liberdade de ensino [...] liberdade de profissão [...] liberdade de reunião e de associação; logo, plena, de sindicalização; liberdade de trabalho, de indústria, de comércio; logo, de greve pacífica; liberdade de mendigar [...] liberdade de protestar perante as autoridades contra as infrações quaisquer da constituição política da pátria (MENDONÇA; TORRES, 1945, p. 07).

Assim, os autores não veem no modelo de governo em 1937 as características necessárias de um verdadeiro regime republicano. Além disso, consideram pretensão despótica do governo assumir pautas como a formação física, intelectual e moral da infância e da juventude, cuja competência cabe às mães e aos sacerdotes da Humanidade (MENDONÇA; GONÇALVES, 1945, p. 07). Da mesma forma, consideram que a supervisão e censura de todas as atividades nacionais pelo Estado menosprezam a capacidade intelectual e prática dos chefes industriais (MENDONÇA; GONÇALVES, 1945, p. 07). Nos termos do artigo:

A república é o regime de liberdade, portanto, abandono das pretensões despóticas de dirigir o Estado, como atualmente entre nós, a formação física, intelectual e moral da infância e da juventude, pedantesamente ofensiva da dignidade das mães, sacerdotes, mestres e demais órgãos da espiritualidade. Bem como o abandono da não menos despótica supervisão e censura de todas as atividades nacionais pelo Estado (MENDONÇA; GONÇALVES, 1945, p. 07).

O regime brasileiro, ao contrário do caminho da liberdade, centralizou as funções sociais nas mãos do Estado e roubou um papel muito bem definido no positivismo: o da mãe e do sacerdote. Como já visto em outro texto, estes papéis são de absoluta importância para a sociedade na ótica do Apostolado, pois a mulher sintetiza as conquistas da Humanidade e desenvolve veneração e bondade no cérebro humano. Remover a mulher deste papel significa inserir a sociedade brasileira em um desvio generalizado do progresso, pois a educação nas mãos do Estado não tem potencial para desenvolver as capacidades altruístas do cérebro, condenando o país ao egoísmo.

Além disso, neste excerto pode-se ver que os positivistas consideram a economia dirigida, na qual o Estado intervém, como um fator perturbador do campo econômico (MENDONÇA; GONÇALVES, 1945, p. 09). Eles consideram que o Estado-Novo:

[...] trouxe a criação de instituições para a realização de atividades que não cabem ao governo político, e outras destinadas a pretenciosa “supervisão e censura de todas as atividades nacionais pelo Estado”; tudo com fatal cortejo de desperdício de dinheiros públicos (MENDONÇA; TORRES, 1945, p. 10).

Este aumento dos gastos públicos torna-se ponto sensível de desgaste entre o Apostolado e o governo. A Igreja e a sociedade devem concordar que “a existência e desenvolvimento das favelas fazendo dolorosos contrastes com obras suntuárias, é atestado do descaso das camadas dirigentes pela situação das massas proletárias” (MENDONÇA; GONÇALVES, 1945, p. 08)

Diferente da economia desenvolvida no Estado-Novo, a economia no regime republicano é de poucos gastos e estes pautados na utilidade para o fim social, conforme manda o princípio positivista de que se o capital é social na origem, deve ser social em sua aplicação. Assim, destoando destes ideais o governo varguista investiu em obras desnecessárias e suntuosas e adotou medidas que fogem da economia real, utilizando meios artificiais para o crescimento econômico brasileiro.

Deste modo, o Apostolado recomenda que sejam adotadas na economia medidas de caráter negativo, mas que terão um efeito profundamente positivo na sociedade de modo geral. Estas medidas são primeiramente:

Abstenção das obras que não apresentem interesse geral, e, principalmente, nenhuma fundada em motivos de exibição da

grandeza nacional ou para impressionar o estrangeiro superficial (MENDONÇA; GONÇALVES, 1945, p. 09).

Para o Apostolado, tanto os governos que se valem de meios arquitetônicos suntuosos para impressionar os demais quanto os que se impressionam com tais meios são igualmente superficiais. Isto porque, para eles, economia estável é aquela que tem um desenvolvimento e crescimento geral, de modo que as obras suntuosas são evidências de um desvio nacionalista e da utilização do capital para fins não sociais. Em resumo, um desvio da realidade científica do trabalho. As obras que devem ser mantidas são apenas aquelas que, mesmo “suntuárias, que contribuem para o culto cívico ou para engrandecer o interesse econômico, mas jamais empreendidas em períodos de crise” (MENDONÇA; GONÇALVES, 1945, p. 09). Além disso, deve-se abandonar a economia dirigida, pois os chefes industriais são os únicos capacitados para entender os complexos fenômenos econômicos. Este é um princípio positivista que foi defendido durante todo o período¹²⁷. Os chefes industriais, ligados diretamente ao capital, entendem sua dinâmica e as relações de produção de melhor modo, na perspectiva positivista, do que o governo, por estarem mais próximos da realidade produtiva de suas fábricas e do país. E é com base neste apelo à realidade da economia que a Igreja sugere o “abandono da desvalorização da moeda circulante, na acumulação de ilusórios lastros-ouro” (MENDONÇA; GONÇALVES, 1945, p. 9). Considerando que sua cosmovisão se pauta na observação da realidade para a descoberta de leis, os meios artificiais de crescimento da economia, como a desvalorização da moeda, sugerem para os positivistas um crescimento igualmente artificial, que em algum momento explodirá ou se interromperá pelos entraves da economia real.

Em Estados novos (países recém-criados, não uma menção à Vargas), contudo, o governo pode intervir para assegurar que os empreendimentos assumam um caráter público. É o que se encontra nesta publicação:

Em países novos e sobretudo enquanto a Indústria (em sentido amplo, compreendendo todas as atividades materiais), não estiver suficientemente regenerada pela moral, mais frequentes terão de ser os casos em que o Estado assumirá os empreendimentos para assegurar-lhes o destino público (MENDONÇA; GONÇALVES, 1945, p. 15).

¹²⁷ vide o texto “*O cultivo do algodão*” (1935), sobre o plantio do algodão, que defende a não intromissão do governo federal nos negócios estaduais

É aceito também que o governo intervenha quando houver deficiência ou falta de colaboração por parte dos detentores de capitais. A exemplo disso, quando defendem a iniciativa pública de exploração de riquezas minerais, o fazem com a intenção de fomentar a iniciativa privada e, assim, elevar o nível social geral. Contudo, na falta de iniciativas privadas, cabe ao governo forçar certos detentores de capitais à colaboração (MENDONÇA; GONÇALVES, 1945, p. 17). Isso se faria com os bens improdutivos:

Excepcionalmente taxados de impostos que reverterão em benefício na execução de obras de interesse geral; assim também, e com maioria de razão, as rendas dos ricos inativos ou retirados das atividades industriais; porém, respeitada a propriedade privada, desapropriada por utilidade pública quando necessário, com as devidas indenizações. Aliás, essa participação forçada poderá ser compreendida pelos próprios ricos participantes, se se deram conta da eficácia dela para poupar-lhes de um dia para o outro, despojados dos seus haveres, em alguma anárquica reação popular que venha prevalecer, motivada em injustiças sociais (MENDONÇA; GONÇALVES, 1945, p. 17).

Estas considerações colocam a postura do Apostolado em discordância com relação àquilo que propõe Pedro Cezar Dutra Fonseca (2001), no artigo “*Gênese e Precursores do desenvolvimentismo no Brasil*”, que defende que a economia do governo varguista foi influenciada pelos traços positivistas. O autor coloca que no fim do governo houve um abandono de premissas positivas de economia, como as finanças saudáveis. Contudo, não enfoca a existência de outros princípios que de fato foram defendidos pelo Apostolado e que integram a visão positivista da economia. Assim, há uma redução da visão econômica positivista e nisto uma aproximação entre Vargas e esta doutrina no âmbito econômico. O excerto acima vai contra esta linha de raciocínio do autor, dado que os positivistas encontram mais pontos de divergência do que convergência com a política econômica de Vargas.

Mas, para que se confirme isto, é válido continuarmos com o artigo positivista. Os autores colocam que:

Dentro dessas medidas abstensivas, praticar-se os imensos cortes possíveis de despesa pública. Como já defendia Teixeira Mendes desde a crise de 1889, as despesas a serem suprimidas. Desde então, o número cresceu e hoje é alarmante, depois do Estado Novo que, totalitário, trouxe a criação de instituições para a realização de atividades que não cabem ao governo político, e outras destinadas a pretenciosa supervisão e censura de todas as atividades nacionais

pelo Estado, tudo com fatal cortejo de desperdícios de dinheiro público (MENDONÇA; GONÇALVES, 1945, p. 10).

Por outro lado, há medidas positivas que devem ser adotadas pelos governos e que foram negligenciadas por Vargas. Dentre elas:

[...] estão o melhoramento e ampliação e barateamento das vias de circulação. Realizar isso mediante planos econômicos em que se considerem os sistemas de transporte e não simplesmente vias (MENDONÇA; GONÇALVES, 1945, p.10).

Estas vias e sistemas de transporte são os integradores das populações e estimulam atividades, distribuindo os produtos.

Tais vias devem ser consideradas como sistemas, considerando os acessos principais e secundários, de modo a atingir de fato a verdadeira circulação, conectados a portos internos e externos, a aeroportos e sistemas ferroviários (MENDONÇA; GONÇALVES, 1945, p. 10). Ainda que esta seja uma obra custosa, seus benefícios compensam os investimentos. Mas para além da pluralidade de modais de transporte, a Igreja defende uma articulação destes meios com os recursos naturais brasileiros, relacionando a via de acesso com o uso destes recursos, de modo a aproveitar terras inexploradas, florestas, potencial hidráulico, mineral e petrolífero (MENDONÇA; GONÇALVES, 1945, p. 11).

Contudo, isto demanda o estudo das rendas globais do país, de modo a discriminar as rendas que podem ser investidas. Mediante isto, podem ser efetuados empréstimos internos e externos, desde que se preveja a condição de seus resgates e de seus pagamentos (MENDONÇA; GONÇALVES, 1945, p. 11). Os positivistas não são contrários à participação de créditos e capitais estrangeiros, estabelecendo para isto uma única condição. O capital, para eles, é humano, contudo, a coisa pública deve ter destino público, quer explorada por particulares ou governos, quer nacionais ou internacionais (MENDONÇA; GONÇALVES, 1945, p. 14).

E no ponto da ocupação das terras brasileiras, o Apostolado defende a imigração livre e espontânea, com duas condições. A primeira é que as terras sejam primeiramente ocupadas por elementos humanos do país e a segunda é que a imigração traga para o Brasil elementos humanos próximos de nosso desenvolvimento ibérico (MENDONÇA; GONÇALVES, 1945, p. 11). Dadas as recentes destruições europeias, faz-se necessário adotar medidas racionais e

morais para a colonização. E, neste ponto, surge uma nova crítica contra o governo Vargas. No texto encontra-se que:

A proposito que, ainda em 1931, o governo da união, mal estimando o papel a que está destinado o porto natural do Rio Grande do Sul, depois de devidamente organizado e ligado ao hinterland, e interessando-se por outro, artificial, em Torres, encaminhava favoravelmente ao estado uma pretensão de realização das obras por empresa alemã, mediante o pagamento com terras públicas, para ali serem pela mesma colonizadas, isso não obstante montar ali a população de origem estrangeira perto de milhão de agricultores, dos quais cerca de metade de alemães e seus descendentes. Seria erro econômico, cometido à custa de enorme falta política. A colonização não é assunto industrial, mas caracterizadamente social e complexo: a formação de novas unidades político-administrativas os estados. Portanto, é intransferível a particulares... Apresenta além disso, por toda parte, entre nós, principalmente nos estados mencionados, pela presença de consideráveis massas de colonos estrangeiros, um grande aspecto deploravelmente menosprezado até hoje: o da fixação, proteção e elevação das populações de origem lusa, África, aborígenes e suas miscigenações (MENDONÇA; GONÇALVES, 1945, p. 11).

Os positivistas acusam o governo Vargas de, logo em seu início, ter transferido a colonização e ocupação de terras para a iniciativa privada da empresa alemã, destituindo-se de suas responsabilidades políticas e, ademais, ignorando a elevação das populações nacionais em detrimento de instalar no país novos grupos de estrangeiros – alemães que diferem do tipo humano que se constituiu no país, com traços ibéricos.

Aqui nos parece propício confrontar o que é escrito sobre o positivismo com aquilo que o positivismo traz de si mesmo. Sobre a relação entre o capital e algumas doutrinas do século XIX, o texto “*O positivismo perante as propostas marxista e demoliberal*” (2001) de Amadeu Carvalho Homem, professor catedrático da faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, analisa as relações entre a doutrina comtiana e o marxismo, considerando que o positivismo foi assumido pelas vanguardas europeias na segunda metade do século XIX, tal como o marxismo nos séculos XIX e XX.

Para o autor, o positivismo diverge do marxismo em suas propostas de resignação ante as decisões do patriciado, enquanto a doutrina de Marx propõe a ascensão da classe trabalhadora mediante uma revolução por ela encabeçada. Para o autor:

É certo que a leitura ideológica do positivismo se perfila quase nos antípodas do serviço de classe almejado pelo marxismo: enquanto este profetiza uma triunfante insurreição das massas proletárias oprimidas pelo processo de industrialização, aquele recomenda aos trabalhadores uma atitude de «sábria resignação» ante o dinamismo capitalista do patronato. Porém, tanto o positivismo como o marxismo repelem o surto das opiniões dissidentes, baseando-se numa presumida evidência científica dos seus próprios fundamentos (HOMEM, 2001, p. 487).

Contudo, parece-nos que o Apostolado brasileiro não vê assim a posição social do proletariado. Vê, sim, como sensível às injustiças sociais e potencialmente atuante. E aqui a resignação positivista carece de uma diferenciação que o Apostolado recorrentemente faz, mas que não se encontra no texto de Amadeu Carvalho.

Resignar-se, para o Apostolado, significa assumir-se contrário aos movimentos revolucionários militares. Mas não significa conformação com as injustiças. Pelo contrário, partindo de sua visão de mundo, a resignação assume-se como dever negativo. Contudo, há um dever positivo que cabe ao operariado, à classe dirigente e aos chefes industriais. Seu dever positivo se traduz no constante trabalho para o outro e no uso social do capital – já que social é sua origem. O governo passa a ter um papel reduzido, mas não inativo na doutrina do Apostolado, com o dever de forçar a movimentação da riqueza e, assim, evitar as manobras e revoltas gerais do proletariado ante a injustiça. Considerar o proletariado como potencialmente revolucionário já indica que a resignação na mentalidade positivista não implica em conformação passiva.

E também não nos parece ser real a ideia de que o positivismo e o marxismo repelem opiniões dissidentes. De fato, o Apostolado crê que sua opinião triunfará sobre as demais, mas isso não se pauta na repulsa e perseguição às outras manifestações de opiniões. Pelo contrário, o Apostolado brasileiro assumiu-se como grande defensor da liberdade de expressão, mesmo de seus inimigos – o que se vê na defesa de expressão do integralismo e mesmo do comunismo.

O texto de Amadeu advoga a ideia de que o marxismo e o positivismo assumiram posicionamentos muito diferentes quanto à industrialização das forças de trabalho e inserção na máquina nas fábricas. Para o autor:

Enquanto o positivismo se manteve otimista acerca dos efeitos sociais da concentração industrial e da nova distribuição do trabalho,

antevendo que assim se pudesse alcançar a erradicação da miséria, o marxismo aferrou-se ao pessimismo, vituperando a «nova feudalidade industrial» e sublinhando infatigavelmente a leonina partilha da riqueza produzida (HOMEM, 2001, p. 488).

Ante o que vimos dos textos, não nos parece ser esta a posição do Apostolado brasileiro. Este, pelo contrário, sempre agiu trazendo a lume o grande problema social moderno, a incorporação do problema social moderno. É justo que Amadeu considere que Comte dá importância a este problema. Contudo, não é possível afirmar que esta doutrina se assumiu otimista em relação à situação industrial. O Apostolado brasileiro torna quase iminente uma revolta geral proletária e enxerga no crescimento e difusão do ideal soviético um problema justo: dada a não incorporação do proletariado, em defesa de sua vida, os trabalhadores são levados por estas doutrinas perigosas. O Apostolado então defende a melhoria da vida dos trabalhadores e o uso social do capital, mesmo por governos e particulares.

De volta à análise do texto do Apostolado, é possível dizer que todos estes desvios – tanto políticos, quanto econômicos e morais – dos últimos anos do Brasil trouxeram sobre a nação um regime retrógrado iniciado em 1930, que se constituiu em um duplo crime. Primeiramente, o movimento de 1930 formou-se de uma revolta dos vivos contra os vivos, em uma luta fratricida. E, além disso, constituiu-se de uma luta dos vivos contra os mortos – um crime grave no positivismo – pois todos os progressos acumulados durante o Império e Primeira República foram anulados pelo regime instaurado na revolução (MENDONÇA; GONÇALVES, 1945, p. 22). Este regime veio, por fim, em 1937, na pátria de Tiradentes, de José Bonifácio e de Benjamin Constant, instaurando um regime totalitário-liberticida (MENDONÇA; GONÇALVES, 1945, p. 22).

Estes desvios do ideal de república cometidos pelo governo brasileiro levam os positivistas a fazer, pela primeira vez, uma distinção entre modelos de governos e ideais republicanos. Nos seus termos:

Não há república sem liberdade, principalmente a separação do poder temporal do poder espiritual. Por isso, exemplificando, é mais república a monarquia inglesa do que estados qualificados como republicanos, mas sem liberdade. Por isso, nossa pátria teve muito de república sob o império, pelo grau que já as gozava; liberdades que o 15 de novembro de 1889 só veio ampliar, embora sem as completar. Ao passo que em 1930, diminuiu-se a República e, por fim, acabou desaparecendo, a 10 de novembro de 1937 (MENDONÇA; GONÇALVES, 1945, p. 06).

Assim, para o Apostolado a república é um ideal real do estado positivo, mas, no percurso até este destino, a presença de um presidente ou de uma nomenclatura não se converte imediatamente em aproximação com o regime republicano de fato. Os desvios foram tão graves no Brasil que levaram o Apostolado a defender a ideia de que a monarquia inglesa, mesmo como monarquia parlamentar, com dois tipos de estrutura política pautadas na metafísica, se aproximava mais do ideal republicano do que o governo do presidente Vargas no Brasil.

Esta diferenciação realizada pela primeira vez no ano de 1945 demonstra a intensidade com a qual o Apostolado se desviou do governo varguista, ao ponto de aproximar o conceito “República” de uma monarquia parlamentarista.

Por fim, neste ponto cabe retomar o objetivo central que os positivistas têm ao publicar tais textos. Afinal, se a Igreja critica o abandono da Constituição de 1891 no texto “*A reconstitucionalização do Brasil*”, citado acima, é porque, neste mesmo documento, mencionam que foi graças à propaganda positivista que a liberdade religiosa foi alcançada e que veio à tona a Constituição elogiada inclusive por um jornal argentino. De igual modo, se há tantas críticas ao Estado-Novo no texto “*República e Democracia*”, é porque diante de um cenário político tão desfavorável à liberdade e à fraternidade, somente “a religião da Humanidade pode falar tanto a ricos quanto a pobres” (MENDONÇA; GONÇALVES, 1945, p. 18). Além disso, somente esta fé trabalha com as dimensões materiais, espirituais e morais e separa governo material de espiritual, garantindo a liberdade, a ordem e o progresso.

E agora, diante dos novos rumos em que se encontra o país, rumos estes conexos com a vitória sobre os regimes totalitários europeus, o Apostolado tem cautela quanto aos próximos passos políticos no Brasil. Acentuando seu período de resignação ante os retrocessos do governo varguista, diferenciam-na de simples conformação. Em sua forma de ação, o positivismo não defende a substituição do governo com base em revoltas, mas no estabelecimento de princípios e na propaganda da doutrina. E foi nessa propaganda que o Apostolado investiu, e por fim prevaleceu, sobre o regime de Vargas.

Ante as novas eleições, o Apostolado se expressa de modo bem definido e justifica sua escolha com base na proximidade dos ideais republicanos. Entre os concorrentes, devem-se escolher aqueles que têm maior respeito à fraternidade, às

liberdades civis e políticas, o maior interesse na incorporação do proletariado e a maior consideração pelo papel social da mulher, base da existência real (MENDONÇA; GONÇALVES, 1945, p. 23).

Dos dois candidatos¹²⁸, um está responsável pelo restabelecimento do regime de 1937, portanto, evidentemente, fica excluído dos princípios republicanos. O outro desperta esperança de que haja um retorno às tradições de liberdade pré-Vargas e das conquistas acumuladas durante o Império e Primeira República. Deste modo, a escolha do Apostolado está entre um republicano e um coautor de um golpe que, em 1937, acabou com a república (MENDONÇA; GONÇALVES, 1945, p. 24).

Há, contudo, um ponto negativo em ambos os candidatos: suas convicções teológicas. Contudo, o Apostolado recorda que na maior parte das vezes uma percepção ateísta da realidade contribui para distanciar a política e a moral da base real. E as convicções teológicas não impediram “o inolvidável presidente Franklin Roosevelt de prestar os mais assinalados serviços, especialmente na defesa das mais sagradas conquistas humanas ameaçadas pela insânia totalitária” (MENDONÇA; GONÇALVES, 1945, p. 24). Neste ponto, novamente o Apostolado deixa emergir sua proximidade ideológica com os EUA, nas menções honrosas a este país que não existem para nenhum outro governo.¹²⁹

Ainda sobre este processo de abertura política no país, os positivistas saem em defesa da liberdade de reunião dos integralistas. No ano de 1945, o diretor do jornal “*O Globo*” abriu a questão para debate, e em 26 de abril deste ano o Apostolado se dispõe a opinar sobre o assunto.

Para eles, a discussão sobre isto demonstrava o péssimo estado dos espíritos na transição da sociedade moderna. Dado que há no país um regime republicano, se faz necessário neste regime prezar pela liberdade de opinião, sem, contudo, essa liberdade ser vinculada ao anonimato. Para a Igreja, opiniões se combatem com opiniões, não com polícia. A ordem policial está inserida na sociedade apenas para evitar a perturbação material causada por integralistas, comunistas, democratas, seja quem for.

¹²⁸ Estes dois candidatos são evidentemente Eurico Gaspar Dutra e Brigadeiro Eduardo Gomes. Dos que se candidataram nas eleições de 1945, exclui-se Fiuza, pelo seu alinhamento ao comunismo.

¹²⁹ Vale recordar que o Apostolado faz menções honrosas ao embaixador da Colômbia, ao governo trabalhista inglês e às repúblicas da Argentina e Uruguai. Contudo, só são recorrentes as menções elogiosas aos EUA e suas ações.

E mesmo que não concordem com a perspectiva de mundo do integralismo, saem em sua defesa tal como o fizeram sobre a liberdade de ação do comunismo. Mesmo opiniões “atrasadas”, como o integralismo e o comunismo, devem circular livremente no regime republicano.

Além disso, soma-se ao caso integralista um grande “amortecedor” de seus entusiasmos. A derrota militar de seus correligionários fascistas na Europa age inibindo a atuação dos membros adeptos da visão de mundo integralista. E esta carta o Apostolado encerra inserindo uma nota interessante, cujo conteúdo não foi encontrado em nenhum dos textos ao longo da década de 30 e de 45, tão somente neste. O artigo ao Globo encerra dizendo que:

Movem-nos princípios. Fomos, os positivistas, dos mais ameaçados, com palavras, pelos integralistas, quando se consideravam senhores da situação (GONÇALVES, 1945, p.1).

Possivelmente, as agressões verbais se deram na atuação da propaganda oral, desenvolvida pela Igreja. O fato é que, com isto, além da intervenção federal no templo, tem-se que o Apostolado foi confrontado de outras formas. A ocorrência desta perseguição corrobora com a ideia de que estavam frontalmente posicionados contra os regimes totalitários e contra os caminhos pelos quais se aventuravam o governo Vargas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista do que foi apresentado acima, é necessário apenas fazer algumas considerações finais. Para isso, é válido retornar a problemática que inaugura este texto: a voz positivista. É evidente que os positivistas ortodoxos deixaram registrada sua voz. E o objetivo deste texto foi destacá-la. Retomando o que foi apresentado na introdução, há uma parcela significativa da historiografia que relaciona o ideal positivista ao modelo varguista de governo. Mas em vista do que foi exposto é seguro dizer que a relação entre Vargas e o positivismo passa por conflitos, oposições e debates que não podem ser ignorados. A relação entre ambos está longe da passividade positivista ao da adoção varguista.

E assim retoma-se à Spivak. Parafraseando seu texto, pode o positivista falar? Sim, não só pode como de fato o positivismo ortodoxo expressou-se ricamente em relação ao governo. O apostolado positivista manifestou-se contrário a Vargas ao longo de todo o período analisado. Ainda que suas críticas se tornassem mais claras a partir de 1937, elas já podem ser vistas logo no início do governo. É possível identificar que as críticas começam a se desenhar no início dos anos 30, tornam-se mais evidentes na ocasião da constituição de 1934 e cristalizam-se em 1937, com o Estado-Novo, tornando-se mais intensas na medida em que avança o governo.

Destaca-se ainda que mesmo que ambos, Vargas e o Apostolado, criticassem os governos da primeira república, isso não os coloca como aliados do sistema varguista. Isso se torna evidente quando o Apostolado retoma, em 1945, um texto crítico de Lemos que fora publicado na primeira república. Na reedição deste texto que ocorreu em 1945 a Igreja reforça as críticas de décadas anteriores. Em resumo, Vargas não representa a consolidação de um ideal positivista de governo. Mas, na perspectiva do Apostolado, é uma ruptura histórica com as conquistas feitas na constituição de 1891 e no primeiro movimento republicano, influenciado por Teixeira Mendes e Miguel Lemos.

Essa postura crítica em relação à Vargas é recorrente nos diversos temas abordados pelos textos publicados no período. No campo da educação, o centralismo de Vargas e o afastamento da figura da mãe no processo educativo colocam o Apostolado na posição de oposição ao governo. No campo do trabalho, a despeito de toda legislação trabalhista emplacada no Estado-Novo, o corpo dirigente

da Igreja Positivista continua a considerar o operariado alienado das maiores conquistas sociais; acampando, mas não inserido na sociedade. Na gestão pública, enxergam em Vargas gastos desnecessários e mal aplicados do erário público, com uma taxaço inadequada sendo gerida por pessoas de pouca experiência na esfera produtiva. Deve-se retomar que o Apostolado defende uma gestão pública com mais atuação das classes industriais do que da burocracia clássica do Estado moderno. Ainda neste campo, Vargas é visto como um destruidor da memória quando exclui feriados e datas nacionais que na perspectiva do Apostolado são vitais para a construção de um ideal cívico brasileiro.

Na política internacional a letargia varguista em condenar as agressões fascistas e nazistas, bem como o silêncio em algumas ocasiões são encarados pela Igreja de forma muito negativa. Governos como da Argentina, Estados Unidos e Bolívia são apreciados enquanto o político brasileiro recebe críticas. Aliás, é no campo internacional que a Igreja faz a aproximação de Vargas dos modelos nazifascistas – evidentemente, esta aproximação é encarada como demérito absoluto do presidente.

É assim que termina a relação entre o Apostolado e o governo varguista. Ao fim de quinze anos de atividade, os últimos textos enquadram o governo estadonovista ao lado dos regimes totalitários europeus. Não deixam, contudo, enxergar esses episódios históricos como oscilações de uma linha de progresso na história da humanidade. Em seus termos, o homem se agita, a Humanidade o guia.

Ao fim é necessário fazer apenas mais duas considerações. Este trabalho evidentemente não cobre toda a extensão da atuação do positivismo brasileiro no período analisado. Há outros núcleos da doutrina no Brasil, como os que se encontram no Paraná. Além disso, este texto enfoca tão somente os positivistas ortodoxos do Apostolado do Rio de Janeiro. Não se encontra aqui espaço para abordar os positivistas não-ortodoxos ou mesmo os ortodoxos de outros tempos. Ouvir estas outras vozes implica em ampliar a pesquisa, o que é um caminho interessante para outros trabalhos.

Além disso, deve-se destacar ao fim deste texto que este texto não tenciona fazer propaganda da doutrina positivista, nem mesmo defender seus aspectos doutrinários. O autor inclusive tem grandes divergências do ideal e dos pressupostos

positivistas. A intenção é dar ao Apostolado a oportunidade de ter sua voz ouvida no que diz respeito às possíveis aproximações entre este grupo e o governo varguista.

FONTES PRIMÁRIAS

CARVALHO, C. de. **Em defeza da obra imortal de Augusto Comte sob a angelica inspiração de Clotilde.** Editora I. A. P. B. 1930. Fonte primária acessível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Igreja_Pos&pasta=IP162f

FILHO, A. M., MENDONÇA, G. C. de. **A libertação de Paris.** Editoria: I. A. P. B. 1944. Fonte primária acessível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Igreja_Pos&pasta=IP209f

GONÇALVES, C. T. **A fraternidade universal.** Editora: I. A. P. B. 1942. Fonte primária acessível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Igreja_Pos&pasta=IP281f&pagfis=4379

GONÇALVES, C. T. **As constituições de 14 de julho e de 10 de novembro.** Editora: I. A. P. B. 1940. Fonte primária acessível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=Igreja_Pos&Pesq=%22AS%20CONSTITUI%c3%87%c3%95ES%20DE%2014%22&pagfis=363

GONÇALVES, C. T. **O atual dilaceramento fraticida na Hespanha.** Editora: I. A. P. B. 1937. Fonte primária acessível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Igreja_Pos&pasta=IP33f&pagfis=562

GONÇALVES, C. T. **Pela fraternidade universal: a agressão à Finlândia.** Editora: I. A. P. B. 1939. Fonte primária acessível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Igreja_Pos&pasta=IP288f&pagfis=6549

GONÇALVES, C. T.. **A hegemonia espiritual de Paris.** Editora: I. A. P. B. 1940. Fonte primária acessível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Igreja_Pos&pasta=IP33f&pagfis=5368

GONÇALVES, C. T.. **O regime republicano e a constituição de 10 de novembro: correção e aditamento.** Editora: I. A. P. B. 1934. Fonte primária acessível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal?fun=IP&tud=ALL&de=1933&ate=1936&assun=&fassun=0&itens=50>

GONÇALVES, C. T.. **O respeito as nações e o sacrífico da Abissínia.** Editora: I. A. P. B. 1934. Fonte primária acessível em: https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=igreja_pos&pagfis=1

GONÇALVES, T. C. Liberdade de associação para os integralistas. **O Globo.** São Paulo. 27 ab. 1945. p. 29. Fonte primária acessível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Igreja_Pos&pasta=IP20f&pagfis=240

GONÇALVES, T. MENDONÇA, G. C. de. **A concepção de paz.** Editora I. A. P. B. 1944. Fonte primária acessível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Igreja_Pos&pasta=IP259f

GONÇALVES, T. MENDONÇA, G. C. **República e Democracia.** Editora: I. A. P. B. 1945. Fonte primária acessível em:

http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Igreja_Pos&pasta=IP14f

LEAL, B.; MENDONÇA, G; TORRES, C. **A Humanidade acima da pátria..** Editora: I. A. P. B. 1945. Fonte primária acessível em:

https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Igreja_Pos&pasta=IP17f

LEAL, B.; MENDONÇA, G; TORRES, C. **A reconstitucionalização do Brasil..** Editora: I. A. P. B. 1945. Fonte primária acessível em:

https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Igreja_Pos&pasta=IP17f

LEAL, B.; MENDONÇA, G; TORRES, C. **Benjamin Constant:** comemoração da Fundação da República do Brasil. Editora: I. A. P. B. 1944. Fonte primária acessível em:

https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Igreja_Pos&pasta=IP206f&pagfis=3439

LEAL, J. B. **Pela humanidade!** (a propósito de mais uma hecatombe fratricida em perspectiva iminente). Editora: I. A. P. B. 1945. Fonte primária acessível em:

https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Igreja_Pos&pasta=IP288f&pagfis=4097

LEAL, J. B.. **Pelos supremos interesses da humanidade: a propósito do prosseguimento da indébita intervenção militar estrangeira nos negócios internos da Espanha e da invasão da República Chinesa por forças armadas do Império do Japão.** Editora: I. A. P. B. 1937. Fonte primária acessível em:

https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Igreja_Pos&pasta=IP219f

LEMOS, M. **Discurso proferido pelo cidadão Miguel Lemos na sessão sociolátrica realizada a 7.9.1881 sobre a Fundação da Pátria Brasileira.** Editora: I. A. P. B. 1933. Fonte primária acessível em:

http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Igreja_Pos&pasta=IP265f

LEMOS, M. **Escola Normal: a questão inicial (reflexões sobre a influência alemã.** Editora: I. A. P. B. 3ª ed. 1937. Fonte primária acessível em:

https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Igreja_Pos&pasta=IP288f&pagfis=4535

LEMOS, M.. **Discurso proferido pelo cidadão Miguel Lemos na sessão sociolátrica realizada a 7.9.1881 sobre a Fundação da Pátria Brasileira.** Editora I. A. P. B. 1933. Fonte primária acessível em:

http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Igreja_Pos&pasta=IP265f

LEMOS, M; MENDES, T. **Nossa iniciação no positivismo.** Editora I. A. P. B. 1889. Fonte primária, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/IP/impresso/nossa-iniciacao-no-positivismo>

MENDES, T. **A liberdade espiritual e o ensino religioso nos estabelecimentos públicos de educação.** Editora: I. A. P. B. 1934. Fonte primária acessível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Igreja_Pos&pasta=IP406f

MENDES, T. **A liberdade espiritual e o ensino religioso nos estabelecimentos públicos de educação.** Editora: I. A. P. B. 1934. Fonte primária acessível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Igreja_Pos&pasta=IP406f

MENDES, T. **Benjamin Constant**: comemoração da fundação da República do Brasil. Editora I. A. P. B. 1944. Fonte primária acessível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Igreja_Pos&pasta=IP206f

MENDES, T.; LEMOS, M. **Representação enviada ao congresso nacional propondo modificações no projeto de constituição, apresentado pelo governo**. Editora: I. A. P. B. 1935. 2ª ed. Fonte primária acessível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Igreja_Pos&pasta=IP206f&pagfis=4467

MENDONÇA, G. C. de. **A liberdade religiosa e o uso de símbolos**. Editora: I. A. P. B. 1945. Fonte primária acessível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Igreja_Pos&pasta=IP193f

MENDONÇA, G. C. de. **Comemoração da Independência do Brasil, glorificação de José Bonifácio**. Editora: I. A. P. B. 1942. Fonte primária acessível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Igreja_Pos&pasta=IP351f&pagfis=183

MENDONÇA, G. C. de. **Comemoração funebre de Augusto Comte: realizada no Templo da Humanidade em 5 de setembro de 1934**. Editora: I. A. P. B. 1934. Fonte primária acessível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Igreja_Pos&pasta=IP258f

MENDONÇA, G. C. de. GONÇALVES, C. Torres. **Nenhum recurso à insurreição: a propósito da agitação política do momento**. Editora: I. A. P. B. 1945. Fonte primária acessível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Igreja_Pos&pasta=IP20f

MENDONÇA, G. C. de. **O monumento a Benjamin Constant**. Editora: I. A. P. B. 1943. Fonte primária acessível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Igreja_Pos&pasta=IP205f&pagfis=3434

MENDONÇA, G. C. de. **Os positivistas na fundação da república**. Editora: I. A. P. B. 1937. Fonte primária acessível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Igreja_Pos&pasta=IP33f&pagfis=1257

MIGUEL lemos. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ano 1932, nº 264, p. 07, 9 agosto 1939.

OTERO, E. de. **A fundação da República em França, em comemoração da passagem do 150º aniversário**. Editora: I. A. P. B. 1942. Fonte primária acessível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Igreja_Pos&pasta=IP351f&pagfis=5354

PINTO, L. G. de Sousa. **O mercado de algodão**. Editora: I. A. P. B. 1936. Fonte primária acessível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Igreja_Pos&pasta=IP91f&pagfis=4673

PINTO, L. G. de Souza. **O mercado do algodão**. Editora: I. A. P. B. 1936. Fonte primária acessível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Igreja_Pos&pasta=IP302f

SANTOS, J. L. F.. **Pela fraternidade universal III: a conquista da Abyssínia mais um atentado do lesa-humanidade, comprometendo o ocidente e com ele a terra**. Editora: I. A. P. B. 1936. Fonte primária acessível em:

http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Igreja_Pos&pasta=IP284f

SILVEIRA, A. da. **A solução da actual crise política e o verdadeiro regimen republicano, pelo respeito à continuidade histórica, no aperfeiçoamento da organização republicana**. Editora: I. A. P. B. 1932c. Fonte primária acessível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Igreja_Pos&pasta=IP76f

SILVEIRA, A. da. **Em defesa das conquistas republicanas do povo brasileiro: acerca do projeto de uma nova constituição para a República**. Editoria I. A. P. B. 1933. Fonte primária acessível em:

http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Igreja_Pos&pasta=IP26f

SILVEIRA, A. da. **O culto à memória de R. Teixeira Mendes**. Editora: I. A. P. B. 1932a. Fonte primária acessível em:

http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Igreja_Pos&pasta=IP239f

SILVEIRA, A. da. **O regime republicano e a restauração da Ordem do Cruzeiro: as tradições do império brasileiro e da república brasileira a esse respeito**. Editora: I. A. P. B. 1932b. Fonte primária acessível em:

http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Igreja_Pos&pasta=IP377f

TEIXEIRA, M. **Benjamin Constant : comemoração da Fundação da República do Brasil**. Editora: I. A. P. B. 1944. Fonte primária acessível em:

http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Igreja_Pos&pasta=IP206f

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Ângela. **De positivismo e de positivistas: correntes positivistas brasileiras e o caso Pereira Barreto**. Anais do XIX Encontro Anual da ANPOCS. São Paulo-USP, 1995.

BAKOS, Margaret (org.). Júlio de Castilhos: **Positivismo, Abolição e República**. Porto Alegre: IEL: Edipucrs, 2006.

BENOIT, Lelita, Oliveira. **Sociologia Comteana: gênese e devir**, Discurso Editorial, coleção Clássicos e comentadores, São Paulo, 1999, 428 p.

CARVALHO, José. Murilo. Os positivistas e a manipulação do imaginário. In: CARVALHO, J.M. **A formação das almas: o imaginário e a formação da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

COMTE, Augusto. **Catecismo Positivista**. Rio de Janeiro: Apostolado Positivista, 1934.

Comte. Augusto. **Apelos aos conservadores**. Rio de Janeiro : Igreja Positivista do Brasil. 1899

COSTA, João Cruz. **Augusto Comte e as origens do positivismo: Origens da filosofia e da política de Augusto Comte**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959

CRUZ COSTA, J. **O positivismo na República** (notas sobre a história do positivismo no Brasil). Revista de História, São Paulo, v.7, n.15, p.97-132, jul./set. 1953.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa*. São Paulo, 2007, p. 265, Projeto História, n. 35.

DAMASCENA. GILDETE. **O discurso de modernidade na era Vargas como instrumento de poder e na afirmação de uma classe de gestores no estado brasileiro**. II Congresso Internacional de História da UFG/Jataí. 2007.

DINIZ, José. Eustáquio. Alves. **Ordem e progresso: o positivismo brasileiro e o regresso ambiental**. Portal ECODEBATE. 2012. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2012/09/05/ordem-e-progresso-o-positivismo-brasileiro-e-o-regresso-ambiental-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**. História e historiografia. 4a edição. São Paulo: Brasiliense, 1976.

FERREIRA, D. C. ; CAMPOS, J. C. D. . **A legitimação autoritária das práticas políticas brasileiras pelo positivismo gaúcho durante a primeira república**. Nomos (Fortaleza), v. 36, p. 241-255, 2016.

FONSECA, P. C. D. . **Positivismo, Trabalhismo, Populismo** - A Ideologia das Elites Gaúchas. Ensaio FEE , v. 14, n.2, p. 410-421, 1993.

FONSECA, Pedro Cezar D. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Revista Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 15, n. 2 (26), p. 225-256, 2004a.

FONSECA, Pedro. César. Dutra. As Fontes do Pensamento de Vargas e seu Desdobramento na Sociedade Brasileira.. In: RIBEIRO, Maria Thereza Rosa. (Org.). **INTÉRPRETES DO BRASIL** - leitura crítica do pensamento social brasileiro. 1ed.Porto Alegre, RS: Mercado Aberto, 2001, v. 1, p. 103-124.

GIACÓIA Jr., Oswaldo. **Discurso Filosófico e Discurso Científico: Convergência e Dispersão**. Estudo sobre o Conceito e a Função da Filosofia no Curso de Filosofia Positiva de Augusto Comte. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, datilo, 1983.

GLIK, Mônica Sol. **Ordem e progresso, civilização e barbárie: Perón, Vargas e positivismo**. (Argentina-Brasil, 1930-1955). Percursos – Revista do Centro de Ciências Humanas e da Educação, vol. 7º, nº 2, 2006. Disponível em: www.periodicos.udesc/percursos .

HEINZ, Flávio M. **Positivistas e republicanos: os professores da Escola de Engenharia de Porto Alegre entre a atividade política e a administração pública (1896-1930)**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 29, nº 58, p. 263-289, 2009.

HOLANDA, Sérgio B. de. In: São Paulo. In: _____. (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira** (t. II). Dispersão e unidade (v.2). São Paulo: Difel, 1964. p.413-472.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1963b.

HOMEM, Amadeu. O positivismo perante as propostas marxista e demoliberal . **Análise Social**, vol. XXXVI (158-159), 2001, 487-503. (online)

JESUS, Camila Vian de; MENDONÇA, Eduarda Fernandes Lustosa de; KIRSTEN, Martin Branco. Estado Novo (1937-1945): a concepção de desenvolvimento, o funcionamento estatal, as políticas econômicas e o seu legado para o desenvolvimento do Brasil. Niterói, RJ: **ANPEC**. p.02. Disponível em: . Acesso em: 04 set. 2018

KREMER-MARIETTI, A. **Le kaléidoscope épistémologique d'Auguste Comte**. Sentiments, Images, Signes. Paris: L'Harmattan, 2007.

- LACERDA, Arthur Virmond de. **A República Positivista: teoria e ação no pensamento político de Augusto Comte**. Curitiba: Juruá, 2003.
- Lacerda, Gustavo Biscaia de. **O secreto horror à realidade: exame das críticas de Sérgio Buarque aos positivistas**. EDUCERE ET EDUCARE (VERSÃO ELETRÔNICA), v. 13, p. 1-12, 2017.
- LACERDA, Gustavo Biscaia de. **Vontades e leis naturais: liberdade e determinismo no positivismo comtiano**. Mediações - Revista de Ciências Sociais v. 20, p. 307, 2015.
- LACERDA, Gustavo. Biscaia. **As críticas de Augusto Comte à Economia Política**. Política & Sociedade (Impresso), v. 8, p. 73-97, 2009.
- LACERDA, Gustavo. Biscaia. **Augusto Comte e o "positivismo" redescobertos**. Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso), v. 17, p. 319, 2009.
- LACERDA, Gustavo. Biscaia. **Dois erros sobre a doutrina política comtiana: autoritarismo e funcionalismo público**. Revista Espaço Acadêmico (UEM), v. A.VIII, p. 1-10, 2008.
- LACERDA, Gustavo. Biscaia. **Laicidade na I República brasileira: os positivistas ortodoxos. perspectivas: revista de ciências sociais**, v. 46, p. 119-154, 2016.
- LACERDA, Gustavo. Biscaia. **O Positivismo ontem como hoje**. Insight Inteligência (Rio de Janeiro), v. 1, p. 54-64, 2014.
- LAGARRIGUE, Jorge. **A ditadura republicana: segundo Augusto Comte**. Porto Alegre, [s.n.]: 1957. _____. Positivismo y Catolicismo
- LEITE, Jurandyr Carvalho Ferrari. **Proteção e incorporação: a questão indígena no pensamento político do positivismo ortodoxo**. Revista de Antropologia 30/32 (1987): 255–275.
- LINS, Ivan. **História do Positivismo no Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967.
- LOVE, Joseph. **O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 30**. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 38.
- MENDES, Teixeira. **Benjamin Constant: comemoração da fundação da República do Brasil**. Editora I. A. P. B. 1944.
- MESQUITA, André. Campos. **Vocabulário de termos e questões centrais da filosofia positivista no Brasil e no Chile (1860 a 1946)**. São Paulo: Universidade de São Paulo (Dissertação de mestrado). 2011.
- MICHELINO, Amanda. **A política de Vargas e o positivismo**. Portal Socius-Sociologia e Direito. 2011. Disponível em: <https://sociologiadodireitounesp.blogspot.com/2011/05/politica-de-vargas-e-o-positivismo.html>
- MURGUIA, Eduardo Ismael; SOUZA, Gonçalves Bianca. **MEMÓRIA E TRADIÇÃO POSITIVISTA NO BRASIL: reflexões sobre o processo de elaboração de um projeto de nação a partir da proclamação da república**. XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. 2015
- MURGUIA, Eduardo Ismael; SOUZA, Gonçalves Bianca. **MEMÓRIA E TRADIÇÃO POSITIVISTA NO BRASIL: reflexões sobre o processo de elaboração de um projeto de nação a partir da proclamação da república**. XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. 2015
- PEZAT, P. **O positivismo na abordagem da recente historiografia gaúcha**. Anos 90, Porto Alegre, v. 13, n. 23 - 24, jan./dez. 2006.

- QUEIRÓS, César. Augusto. **Questão social no Rio Grande do Sul: positivismo, borgismo e a incorporação do proletariado à sociedade moderna.** Antíteses, Londrina, v. 1, n. 1, jan./jun. 2008.
- RIBEIRO JUNIOR, João. **O que é positivismo.** São Paulo: Brasiliense, 2006.
- RODRÍGUEZ, R. V. . O REPUBLICANISMO BRASILEIRO. PORTAL DEFESA, p. 1 - 290, 02 jul. 2015.
- RODRÍGUEZ, Ricardo. Vélez. **FEIÇÕES DOUTRINÁRIAS DO POSITIVISMO BRASILEIRO.** _____ . LONDRINA, 29 out. 2013.
- SIMON, Maria Cecília. O Positivismo de Comte in: REZENDE, Antônio. **Curso de Filosofia**, 15ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2010, pp.144-158.
- SOARES, M. P. 1998. **O Positivismo no Brasil: 200 anos de Augusto Comte.** Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- SONDERMANN, Ricardo. O discurso como arma de guerra e persuasão : análise de discursos de Winston Churchill durante a Segunda Guerra Mundial. 2013. 283 f. **Dissertação** (Mestrado em Comunicação Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- SOUZA, I. I. . A diplomacia brasileira e a Guerra Civil Espanhola. In: Jose Carlos Sebe Bom Meihy. (Org.). **Guerra Civil Espanhola 70 anos depois.** São Paulo: EDUSP, 2011, v. 1, p. 139-156. ISBN: 978-85-314-1240-0
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- SUPERTI, Eliane. **Da incorporação do proletário ao direito do trabalho: um estudo sobre o projeto positivista de organização das relações de trabalho no Brasil.** Tese de doutorado em Ciências Sociais, São Carlos, UFSCar, 2004.
- SUPERTI, Eliane. **O positivismo e a revolução de 1930: a construção do Estado Moderno no Brasil.** São Carlos: UFSCar, Dissertação de Mestrado em Sociologia Política-UFSCAR. CECH. CSo, 1998.
- TISKI, Sérgio. **A história em Comte.** Boletim - Centro de Letras e Ciências Humanas (UEL), v. 56, p. 9-46, 2009.
- TISKI, Sergio. **A metafísica ou filosofia primeira de Augusto Comte.** 1. ed. Marília: Poiesis, 2013. 104 p.
- TISKI, Sergio. **A questão da moral em Augusto Comte.** 1. ed. Marília: Poiesis, 2013. 236 p.
- TISKI, Sergio. **A questão da religião em A. Comte.** 1. ed. Londrina: EDUEL: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2006. v. 1. 356 p.
- TORRES, João Camilo de O. **O positivismo no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1943.
- VÉLEZ Rodríguez, Ricardo [1980]. *Castilhismo, uma filosofia da República.* 1ª edição. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes / Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul.
- VIOTTI da COSTA, Emília. **Da Monarquia à República: momentos decisivos/Emília Viotti da Costa.** – 6. Ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 247.